

2004

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

A nossa Empresa

A Portugal Telecom é um operador integrado de telecomunicações e multimédia, líder nos seus dois mercados estratégicos

Portugal > oferta de uma gama completa de serviços de voz, vídeo e dados

Brasil > posição de liderança clara no mercado móvel

Portugal Telecom

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Pessoa colectiva n.º 503215058

Capital social 1 166 485 050 euros

Mat. n.º 3602/940706, 4.^a Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 LISBOA

As expressões "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

- 4 ► Síntese do Ano 2004
- 7 ► Estrutura do Grupo
- 8 ► Indicadores Chave
- 10 ► Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- 13 ► Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

- 17 ► Mercado de Capitais
- 26 ► Governo da Sociedade
- 37 ► Evolução dos Negócios
- 38 ► Enquadramento Macroeconómico
- 41 ► Análise dos Resultados Consolidados
- 57 ► Análise dos Resultados Operacionais
- 84 ► Sustentabilidade: Partilhar Valor
- 88 ► Perspectivas Futuras
- 91 ► Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 153 ► Documentos de Certificação de Contas

- 157 ► Relatório de Governo da Sociedade
- 193 ► Glossário
- 194 ► Equipa de Gestão
- 196 ► Informação Adicional aos Accionistas



Crescimento significativo na banda larga

A estratégia agressiva da PT na banda larga, que resultou na adição de mais de 300 mil novos clientes, fez de Portugal um dos mercados que mais cresceu em termos de banda larga na Europa, apresentando índices de penetração também dos mais elevados da Europa.

A estabilização da rede fixa

A conjugação da forte expansão do ADSL e dos novos planos de preços, em paralelo com a racionalização de custos, resultou na estabilização do EBITDA do negócio de rede fixa.

Crescimento acelerado no Brasil

A Vivo consolidou a sua posição de liderança no mercado móvel brasileiro, com uma quota global de 40% e de mais de 50% nas suas zonas de concessão, num período de forte aceleração no crescimento de clientes.

Inovação contínua no móvel

A TMN foi o primeiro operador a lançar serviços de vídeo-chamada de terceira geração (3G) em Portugal, enquanto que a Vivo se tornou no primeiro operador de 3G no Brasil com o lançamento do EV-DO.

síntese do ano...

Crescimento rentável na multimédia

Continuação do incremento dos proveitos operacionais, suportado pelo aumento dos clientes e do ARPU da TV por subscrição, que, conjugado com uma maior eficiência, resultou numa margem EBITDA do negócio de TV por subscrição de aproximadamente 40% no quarto trimestre de 2004.

Continuação da aposta na eficiência

A margem EBITDA dos negócios em Portugal aumentou 1,2pp em 2004, resultado da implementação das medidas de racionalização de custos em que os serviços partilhados através da PT PRO assumiram um papel fundamental.

Reforço do compromisso com o Brasil

A PT aumentou a sua exposição ao mercado móvel brasileiro em 2004, em 269 milhões de euros, através do investimento no aumento de capital da TCP e nas ofertas públicas de aquisição parciais da TSD, CRT e da TBE.

Enfoque na remuneração aos accionistas

Em 2004, a PT aumentou o dividendo por acção relativo ao exercício de 2003 em 38%, para 0,22 euros, e realizou um programa de share buyback relativo a 10% do seu capital. No final de 2004, a PT procedeu à redução de 7% do seu capital social, correspondente às acções próprias em carteira adquiridas no âmbito do programa de share buyback. Sujeito à aprovação dos accionistas, a PT já anunciou um aumento do dividendo por acção, a pagar em 2005 e relativo ao exercício de 2004, de quase 60%, para 0,35 euros, e a realização de um novo programa de share buyback relativo a 3% do seu capital social.

2004

Os nossos Clientes

Fixo

4,4 milhões

Móvel

31,6 milhões

TV por Subscrição

1,6 milhões

Banda Larga

695 mil

BASE DE CLIENTES [milhares]

	2004	Δ 04/03	2003	2002
Rede Fixa	4 368	3,4%	4 225	4 196
Móvel	31 596	23,7%	25 543	21 235
TV por Subscrição	1 553	7,7%	1 442	1 307
Banda Larga (ADSL Retalho+Cabo)	695	77,7%	391	184

Portugal Telecom	Negócio rede fixa	100,00%	PT Comunicações
		100,00%	PT Corporate
		100,00%	PT Prime
		100,00%	PT.COM
	Negócio móvel Portugal	100,00%	TMN
		100,00%	PT Wi-Fi
	Negócio Multimédia	57,56%	PT Multimedia
		100,00%	TV Cabo
		100,00%	Lusomundo Audiovisuais
		100,00%	Lusomundo Cinemas
		75,00%	Lusomundo Media
	Negócios Internacionais	50,00%	Vivo
		65,12%	Telesp Celular
		65,12%	Global Telecom
		19,09%	Tele Centro Oeste
		50,58%	Celular CRT
		83,88%	Tele Sudeste
		27,70%	Tele Leste
		100,00%	PT Brasil
		100,00%	PrimeSys
		59,96%	Mobitel
		32,18%	Médi Télécom
		40,00%	Cabo Verde Telecom
		51,00%	CST
		28,00%	CTM
	Empresas Instrumentais	100,00%	PT Sistemas Informação
		100,00%	PT Inovação
		100,00%	PT PRO
		100,00%	PT Compras
		100,00%	PT Contact

Indicadores Chave

INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

em milhões de euros

	Rede Fixa		TMN		Vivo	PT Multimédia		Outros	
	2004	2003	2004	2003	2004	2004	2003	2004	2003
Proveitos Operacionais	2 124	2 138	1 444	1 347	1 503	1 362	729	683	223
EBITDA	902	907	747	690	496	509	192	135	(11)
Margem EBITDA (%)	39,8	39,7	47,0	45,3	33,0	37,5	26,3	19,7	n.s.
Capex	206	165	159	168	265	165	81	57	73
EBITDA menos Capex	696	742	588	521	232	344	111	77	(84)
Capex em % das Receitas (%)	9,1	7,2	10,0	11,1	17,6	11,4	11,0	8,4	n.s.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

em milhões de euros

	2004	Δ 04/03	2003	2002
Proveitos Operacionais	6 023	4,3%	5 776	5 582
EBITDA	2 326	2,6%	2 268	2 230
Resultado Operacional	1 369	4,2%	1 314	1 267
Resultado Líquido	500	108,2%	240	391
Resultado Líquido excluindo Curtailment	624	38,5%	451	427
Resultado Líquido por Acção (euros)	0,43	123,9%	0,19	0,31
Total do Activo	12 963	(4,4%)	13 558	13 726
Dívida Líquida	3 123	(2,9%)	3 216	4 037
Total do Capital Próprio	2 705	(8,0%)	2 941	3 111
Capital Social	1 166	(7,0%)	1 254	1 254
Gearing (%)	48,7	1,4pp	47,3	53,1
Margem EBITDA (%)	38,6	(0,6pp)	39,3	39,9
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,3	(0,1x)	1,4	1,8
EBITDA/Juros Líquidos (x)	11,5	0,2x	11,2	11,3
Capex	783	20,2%	652	776
Capex em % dos Proveitos (%)	13,0	1,7pp	11,3	13,9
EBITDA menos Capex	1 543	(4,5%)	1 616	1 454
Investimentos Financeiros	309	(33,3%)	464	329
Cash Flow Operacional	1 756	(7,2%)	1 893	1 225
Aquisição de Acções Próprias	495	152,8%	196	—
Dividendos	267	32,8%	201	125
Pessoal	29 483	4 611	24 872	23 109
Mercado Doméstico	15 107	(115)	15 222	16 893
Mercado Internacional	14 376	4 726	9 650	6 216

DESTAQUES OPERACIONAIS

REDE FIXA

	2004	Δ 04/03	2003	2002
Acessos (mil)	4 368	3,4%	4 225	4 196
PSTN/RDIS	3 948	(2,2%)	4 037	4 143
ADSL Wholesale	420	123,4%	188	53
ADSL Retalho	380	136,2%	161	43
Adições Líquidas ⁽¹⁾ (mil)	144	397,2%	29	(109)
PSTN/RDIS	(88)	(17,1%)	(106)	(158)
ADSL Wholesale	232	71,4%	135	49
ADSL Retalho	219	86,4%	118	40
Planos de Preços (mil)	947	148,1%	382	—
ARPU (euros)	34,8	2,2%	34,1	35,1
Voz	31,3	(1,1%)	31,6	33,3
Dados	3,5	44,1%	2,5	1,8
Tráfego Total (10 ⁶ min)	16 478	(9,7%)	18 255	20 065
Retalho	7 250	(8,8%)	7 947	8 235
F2F Nacional	5 326	(8,8%)	5 841	6 479
F2M	918	(10,2%)	1 023	1 118
Wholesale	9 229	(10,5%)	10 308	11 830
Internet	3 151	(37,3%)	5 023	6 581
Chamadas Completadas (%)	99,8	(0,1pp)	99,9	99,9
Avarias por 100 Acessos (n.º)	9,7	(0,4pp)	10,1	10,2
Circuitos Alugados (mil)	16	(14,0%)	19	20
Trabalhadores (n.º)	8 311	(764)	9 075	11 183
Acessos por Trabalhador	526	60	466	375

(1) Inclui ADSL Wholesale.

MÓVEL PORTUGAL • TMN

	2004	Δ 04/03	2003	2002
Clientes Activos (mil)	5 053	3,4%	4 887	4 426
Adições Líquidas (mil)	167	(63,8%)	461	521
Churn Total (%)	27,7	4,2pp	23,5	25,3
MOU (minutos)	121,0	(1,7%)	123,1	130,5
ARPU (euros)	24,4	(3,4%)	25,2	27,1
Customer Bill	18,3	(0,8%)	18,4	19,0
Interligação	6,1	(10,5%)	6,8	8,1
Dados (em % das Receitas)	10,0	1,4pp	8,6	7,4
SARC (euros)	45,8	(20,1%)	57,3	65,0
CCPU (euros)	11,2	(7,3%)	12,1	13,5
ARPU menos CCPU (euros)	13,2	0,2%	13,1	13,6

MÓVEL BRASIL • VIVO

	2004	Δ 04/03	2003 ⁽¹⁾	2002 ⁽¹⁾
Clientes Activos (mil)	26 543	28,5%	20 656	16 809
Quota de Mercado nas Áreas de Operação (%)	50,9	(5,4pp)	56,2	60,8
Adições Líquidas (mil)	5 887	53,0%	3 847	2 756
MOU (minutos)	89,0	(11,7%)	100,7	105,8
ARPU (reais)	32,8	(16,8%)	39,4	40,9
SARC (reais)	152,8	25,3%	122,0	116,4
CCPU (reais)	18,5	(10,4%)	20,6	21,4
ARPU menos CCPU (reais)	14,3	(23,7%)	18,8	19,5

MULTIMÉDIA • PT MULTIMEDIA

	2004	Δ 04/03	2003 ⁽¹⁾	2002 ⁽¹⁾
Casas Passadas (mil)	2 551	3,2%	2 472	2 390
Com Capacidades Interactivas	2 418	8,8%	2 221	2 048
Clientes TV por Subscrição (mil)	1 553	7,7%	1 442	1 307
Cabo	1 160	6,1%	1 094	1 017
Satélite	393	12,9%	348	290
Adições Líquidas TV Subscrição (mil)	111	(17,2%)	134	147
Pay to Basic Ratio (%)	55,6	(3,9pp)	59,5	53,3
Churn (%)	12,6	0,1pp	12,5	16,3
Acessos Banda Larga via Cabo (mil)	315	36,9%	230	140
Adições Líquidas Banda Larga via Cabo (mil)	85	(5,5%)	90	78
ARPU TV por Subscrição (euros)	25,4	6,6%	23,8	21,5

(1) Informação pró-forma incluindo a TCO.

Mensagem aos Accionistas

Ernâni Rodrigues Lopes PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



A nível do desempenho, gostaria de destacar o aumento de 108,2% dos resultados líquidos (atingindo os 500 milhões de euros) e o reforço das receitas e do EBITDA do Grupo (aumentos de 4,3% e de 2,6% respectivamente). Estes resultados permitiram ao Grupo PT fortalecer-se, atingindo simultaneamente dois objectivos importantes: a manutenção de uma remuneração accionista de referência no sector das telecomunicações e a redução da dívida líquida. De facto, e apesar da distribuição aos accionistas de 763 milhões de euros em 2004, o Grupo reduziu a sua dívida líquida em 93 milhões de euros.

Introdução

O Grupo Portugal Telecom conseguiu, no exercício de 2004, um desempenho claramente positivo, tanto operacional como financeiramente. Este desempenho foi obtido num contexto económico adverso no plano doméstico e, também, num enquadramento sectorial difícil, tanto em Portugal como no Brasil.

Os resultados apresentados neste relatório demonstram a importância da definição e prossecução da “visão de futuro” do Grupo, que referi no relatório de 2003, e que está materializada nas vertentes de Performance, Papel em Portugal, Vocaçao Internacional e Recursos Humanos. De facto, o Grupo tem hoje explicitado um fio condutor comum, que orienta e norteia toda a sua estratégia e a sua actuação, e que tem

permitido ao Grupo prosseguir, com sucesso e apesar do difícil enquadramento, os seus objectivos competitivos, operacionais e financeiros. Adicionalmente, o Grupo Portugal Telecom, consciente de que as evoluções e descontinuidades, bem como as novas oportunidades e ameaças, são uma realidade permanente no sector das telecomunicações, continua a encarar a sua “visão de futuro” como um processo sistemático de análise prospectiva e de planeamento, auto-renovando-a face aos resultados da sua própria execução e às modificações da envolvente.

Em relação ao ano de 2004, destaco e abordo em maior detalhe, pela sua relevância crescente ou pelos progressos obtidos neste último ano, quatro temas: Governança, Gestão Estratégica, Internacionalização e Cultura.

Governança

No capítulo da Governança, o Grupo Portugal Telecom consolidou o seu modelo, obtendo no último ano progressos significativos e relevantes, estando hoje na vanguarda das empresas portuguesas no domínio da Governança e sendo considerado uma empresa de referência no que concerne ao modelo de governo das sociedades.

Neste ponto, gostaria de destacar desde logo o cumprimento do normativo de adequação ao Sarbanes-Oxley Act – a que estamos sujeitos por estarmos cotados na Bolsa de Nova Iorque – com a entrada em vigor do Código de Ética para Financial Officers, elaborado pela Comissão de Governança, também reestruturada em 2004 e à qual presido.

Os avanços conseguidos pelo Grupo no domínio da Governança traduzem-se no estabelecimento de um quadro de referência para o funcionamento interno do Grupo, com o consequente reforço do reconhecimento pelos mercados dos valores, atitudes e padrões de comportamento de grande exigência ético-profissional e convictamente assumidos pelo Grupo Portugal Telecom.

Gestão estratégica

Ao nível da Gestão Estratégica e em resultado do esforço desenvolvido em 2004, o Grupo possui hoje um ciclo interno formal de planeamento e controlo plenamente sistematizado nas suas componentes e nos seus tempos de execução.

Este ciclo formal é composto por um plano estratégico plurianual revisto e actualizado anualmente, por programas

operacionais, por um orçamento anual aprovado com a devida antecedência e por rotinas de acompanhamento e controlo sistemático que garantem a sua concretização. Nesta perspectiva, 2004 representou um ano fundamental, já que, para além dos aperfeiçoamentos aos processos instituídos, existe hoje um aparelho interno preparado para responder de forma rápida e estruturada às evoluções futuras do Grupo e da envolvente.

Parece-me também essencial destacar o capítulo das tecnologias, central à estratégia do Grupo PT, que hoje, mais do que nunca, está em condições de enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades criadas por ciclos de inovação cada vez mais rápidos e com maior incerteza associada. O Grupo detém hoje uma visão estratégica clara sobre o rumo tecnológico a tomar e, mais importante ainda, sobre o posicionamento a adoptar nos distintos cenários de evolução tecnológica que possam ocorrer a curto e médio prazo.

Gostaria ainda de reafirmar o compromisso estratégico permanente do Grupo Portugal Telecom com a inovação, promovendo a adopção de soluções avançadas nos mercados em que actua, dando sequência a actuais exemplos de sucesso, de que saliento a utilização referencial de serviços de telecomunicações móveis e de Internet de banda larga.

Internacionalização

Em relação às operações internacionais, que têm um peso crescente na actividade do Grupo, é de destacar, naturalmente, o Brasil, em que a Vivo, já com cerca de 26,5 milhões de clientes, continua a afirmar-se, num contexto de intensa competição, como o operador dominante nas zonas em que opera, mantendo-se como o maior operador móvel na América Latina.

Saliento ainda, pelos progressos registados, a evolução muito positiva em Angola, através do desenvolvimento da operação móvel da Unitel, que atingiu cerca de meio milhão de clientes, e em Timor, em que o investimento em infra-estruturas avançadas de telecomunicações representa uma plataforma crítica para o desenvolvimento económico do país.

Merecem ainda destaque, pelo seu carácter estruturante, o estabelecimento de um quadro conceptual para a internacionalização do Grupo e a criação da PT Investimentos Internacionais. Neste sentido, as operações actuais devem ser encaradas como passos progressivos num processo de longa duração de internacionalização do Grupo, que passa por densificar e complementar a actual rede estratégica de participações.

Com efeito, os investimentos internacionais deverão ser um dos mais potentes factores da dinâmica e afirmação consistente do Grupo no contexto regional e global em que está inserido, contribuindo para o reforço do papel de Portugal como componente de articulação entre a Europa, a América Latina e a África.

Cultura

Durante 2004, prosseguimos o reforço dos fundamentos da cultura empresarial do Grupo Portugal Telecom por forma a, integrando a sua herança do passado e compreendendo a sua realidade do presente, explorar o seu contributo para o potencial estratégico do Grupo para o futuro.

Esta questão tem merecido e continuará a merecer da minha parte uma atenção redobrada, na medida em que se revela instrumental para extrair e explicitar o potencial de conhecimento, reflexão e acção contido no interior do Grupo.

Conclusão

No ano de 2005 deveremos continuar a dar novos passos concretos nestas quatro vertentes. A realização de um Congresso de Quadros do Grupo representará não só um marco no triénio 2004-2006, mas também o arranque de um processo de reflexão alargada e estruturada. Neste fórum serão abordadas, entre outras, questões relativas à cultura empresarial do Grupo PT, à sua capacidade operacional e ao seu potencial estratégico, por forma a responder “como um todo” aos desafios que no futuro lhe irão ser colocados.

Em síntese, o Grupo Portugal Telecom, a que me orgulho de presidir, tem vindo a concretizar, com sucesso e consistência, a sua visão estratégica para o futuro, com base numa posição sólida no presente e capaz de assegurar níveis elevados de segurança e rentabilidade para os Accionistas, de satisfação dos seus Clientes e de mobilização dos seus Colaboradores, bem como o reforço da projecção do Grupo, certamente na economia portuguesa mas, também, nas outras economias em que actua.



Ernâni Rodrigues Lopes
Presidente do Conselho de Administração
2 de Março de 2005

Mensagem aos Accionistas

Miguel Horta e Costa PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



Sintetizando o ano de 2004, ressaltaria quatro pontos fundamentais:

- ▶ elevado desempenho operacional e financeiro
- ▶ crescimento significativo em todas as operações, tanto domésticas como internacionais
- ▶ esforço contínuo de aumento da eficiência
- ▶ política de remuneração accionista de referência no sector

O ano de 2004 foi mais um ano de excelente desempenho da Portugal Telecom. Durante o ano, o rigor na execução permitiu a geração de elevado cash flow operacional, que totalizou 1,8 mil milhões de euros.

Política de remuneração accionista de referência

Os accionistas da Portugal Telecom obtiveram um retorno absoluto de 17% em 2004, o que é superior ao retorno do sector de telecomunicações na Europa e ao do mercado português. Durante 2004, realizámos o programa de recompra de acções de 10% anunciado no ano anterior e distribuímos 0,22 euros por acção de dividendos. Em resultado da robustez e visibilidade do cash flow gerado pelo Grupo, anunciámos na segunda metade do ano uma proposta de aumento dos dividendos para 2004 em praticamente 60%, para 0,35 euros por acção, e de reforço da política de remuneração com um share buyback adicional de 3%, para ser realizado até ao final de 2005, dependendo das condições de mercado. Para o futuro, mantemos o nosso compromisso com uma política de pagamento de aumento progressivo dos dividendos.

Crescimento elevado de clientes

Em 2004, continuámos a aumentar significativamente a base de clientes em todos os negócios, com especial destaque para a banda larga, o móvel e a TV por subscrição. A nossa estratégia de expansão agressiva da banda larga tem provado ser um enorme sucesso para a PT e o País em geral, com o mercado português de banda larga a ser dos que mais cresceu na Europa em 2004. Ao longo do ano, lançámos uma variedade de novos serviços que resultou numa oferta de produtos alargada e inovadora. O número de clientes de banda larga de retalho do Grupo atingiu praticamente os 700 mil no final de 2004, representando um aumento de aproximadamente 80%. Consideramos que a meta ambiciosa de um milhão de clientes de banda larga no final de 2005 é alcançável.

O negócio móvel foi outro importante motor de crescimento em 2004. O Brasil foi o maior contribuinte para o crescimento da base de clientes, em resultado do nível de penetração e da intensidade competitiva do mercado. Em 2004, consolidámos a nossa posição de liderança no mercado, alcançando um total de 26,5 milhões de clientes, o que representou um crescimento face a 2003 de quase 30%. Acreditamos que o mercado móvel brasileiro deverá continuar a ser uma importante oportunidade de crescimento para a PT. Apesar da elevada penetração em Portugal, o mercado móvel continuou a crescer em 2004. Com um sentimento de enorme realização, alcançámos a marca dos cinco milhões de clientes no final do ano, o que nos permitiu reforçar a nossa posição de liderança.

O negócio de TV por subscrição também continuou a crescer a um ritmo saudável. As adições líquidas de novos clientes totalizaram 111 mil em 2004, o que permitiu que a base de clientes atingisse os 1,6 milhões no final do ano. Continuamos a acreditar que os serviços de TV por subscrição em Portugal ainda oferecem uma oportunidade de crescimento significativa. Consideramos existir um mercado potencial a médio prazo de cerca de um milhão de clientes, o que se poderá traduzir para a PT em 100 a 150 mil adições líquidas por ano. O negócio de TV por subscrição deverá continuar a ser uma importante alavanca de crescimento para o Grupo.

Enfoque contínuo nas necessidades dos clientes

Tal como referi no passado, a concretização deste desempenho não teria sido possível sem o nosso enorme enfoque nas necessidades dos nossos clientes.

Em Portugal, continuámos a desenvolver a nossa oferta de produtos e serviços de voz, vídeo e de dados. O lançamento de um dos primeiros serviços pré-pagos de banda larga na Europa, bem como a revitalização das nossas duas marcas de banda larga, foram medidas cruciais para o crescimento através da entrada em novos segmentos de mercado. O lançamento de três novas famílias de planos de preços foi também uma medida fundamental para melhorar a percepção e valor dos serviços de rede fixa em Portugal.

Estes planos de preços apresentaram um forte crescimento em 2004 e devem contribuir para o aumento da retenção de clientes. Em termos de vídeo, continuámos a expandir e a aumentar a qualidade da oferta.

O reposicionamento da marca de TV por subscrição, "TV Cabo", como um serviço mais sofisticado constituiu também um projecto importante.

No segmento de negócio móvel assistiu-se ao lançamento do serviço de UMTS em Portugal pelos três operadores móveis, com a PT a ser o primeiro operador a oferecer serviços de vídeo-chamada. O Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004) foi uma excelente oportunidade para explorar o potencial dos serviços de

3G do ponto de vista de marketing e de novas aplicações de serviço. Beneficiando da exclusividade dos conteúdos do Euro 2004, lançámos uma série de novos serviços, os quais revelaram o enorme potencial dos serviços multimédia de 3G. No Brasil, a expansão da plataforma 1xRTT e o lançamento, em algumas regiões do país, de serviços de dados de 3G, utilizando o sistema EV-DO, suportaram a continuação do lançamento de novos serviços de forma a oferecer ao cliente a melhor experiência de mobilidade possível, dos quais se destacam os serviços de localização, jogos virtuais e videotransferência, entre outros.

Aumento da eficiência operacional

O esforço contínuo de aumento da eficiência nas operações resultou na concretização de ganhos significativos em 2004. No mercado doméstico, as margens registaram uma melhoria considerável em todos os principais negócios, enquanto que a redução registada no Brasil esteve essencialmente relacionada com o forte crescimento de clientes. No Brasil, as margens operacionais, excluindo os custos de aquisição de clientes, registaram um aumento, beneficiando da maior escala e das sinergias obtidas pela Vivo. As iniciativas estruturais, nomeadamente os serviços partilhados através da PT PRO e a plataforma centralizada de compras, permitiram a realização de ganhos ao nível do Grupo. Com efeito, a reestruturação dos processos dos negócios, que está a ser implementada, tem sustentado o programa de redução de efectivos em Portugal, que se tem traduzido em melhorias significativas de eficiência operacional.

Sólida execução

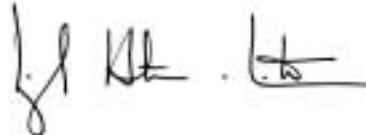
Apesar de 2004 ter sido um ano cheio de desafios, acredito que todas as unidades de negócio do Grupo registaram um forte desempenho, salientando-se:

- a viragem da rede fixa, com a estabilização do EBITDA;
- o facto de se ter alcançado o objectivo da margem na TV por subscrição, em linha com as melhores práticas do sector;
- o cumprimento de objectivos ambiciosos de crescimento da banda larga;
- o crescimento contínuo do negócio móvel doméstico, suportado por consideráveis melhorias operacionais;
- a consolidação da posição de liderança no mercado móvel brasileiro.

Uma gestão responsável

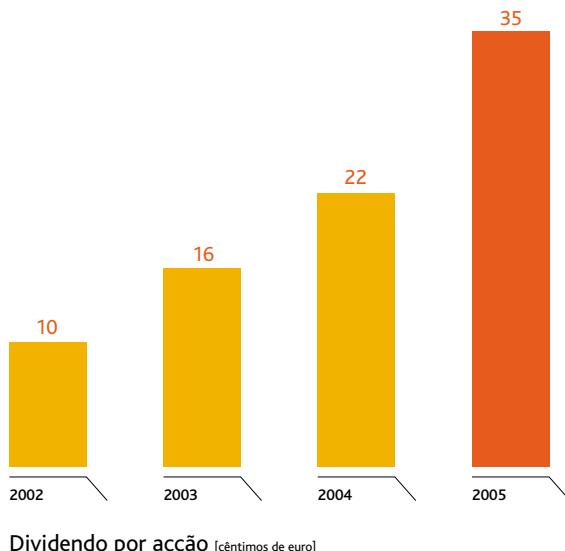
A Portugal Telecom reconhece a responsabilidade que tem perante todos os seus stakeholders, comprometendo-se a alcançar os mais elevados níveis de integridade e governança, tendo presente o importante impacto que tem na sociedade, no ambiente e na economia em geral. Durante 2004, avançámos na adopção das principais regras da lei Sarbanes-Oxley Act e alcançámos importantes progressos em termos de gestão do negócio, com um crescente enfoque na sustentabilidade.

Em nome da Comissão Executiva, gostaria de terminar com uma palavra de agradecimento aos nossos clientes por escolherem a Portugal Telecom, aos nossos colaboradores pelo seu profissionalismo e empenho, aos nossos fornecedores pelo seu apoio, e, claro, aos nossos accionistas pela sua confiança.



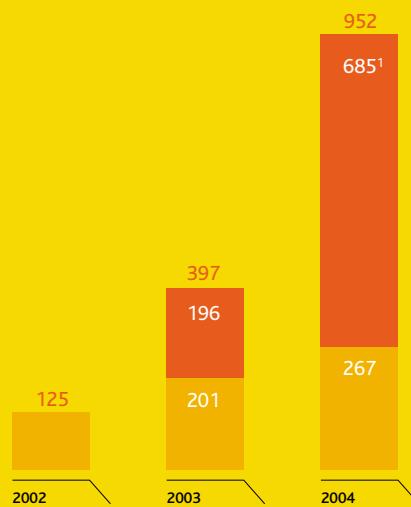
Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva
2 de Março de 2005

+52%
CAGR



Dividendo por acção [cêntimos de euro]

(1) Inclui 190 milhões de euros relativos aos equity swaps detidos pela PT no final de 2004, equivalentes a 1,72% do capital.



Remuneração aos accionistas [milhões de euros]

Dividendos ■ Share buyback ■

► Mercado de Capitais

► Remuneração aos accionistas

A remuneração aos accionistas, privilegiando um incremento progressivo dos dividendos, continua a ser uma prioridade para a PT. Através do programa de share buyback e do aumento dos dividendos, a sólida estrutura financeira da empresa permitiu remunerar os accionistas em aproximadamente mil milhões de euros.

Aumento progressivo dos dividendos

A PT distribuiu um dividendo de 0,10 euros por acção em 2002, que passou para 0,16 euros em 2003, seguido de um aumento de 38% em 2004, para 0,22 euros por acção. Em 2005, o dividendo por acção, relativo ao exercício de 2004, aumenta quase 60%, face ao ano anterior, para 0,35 euros.

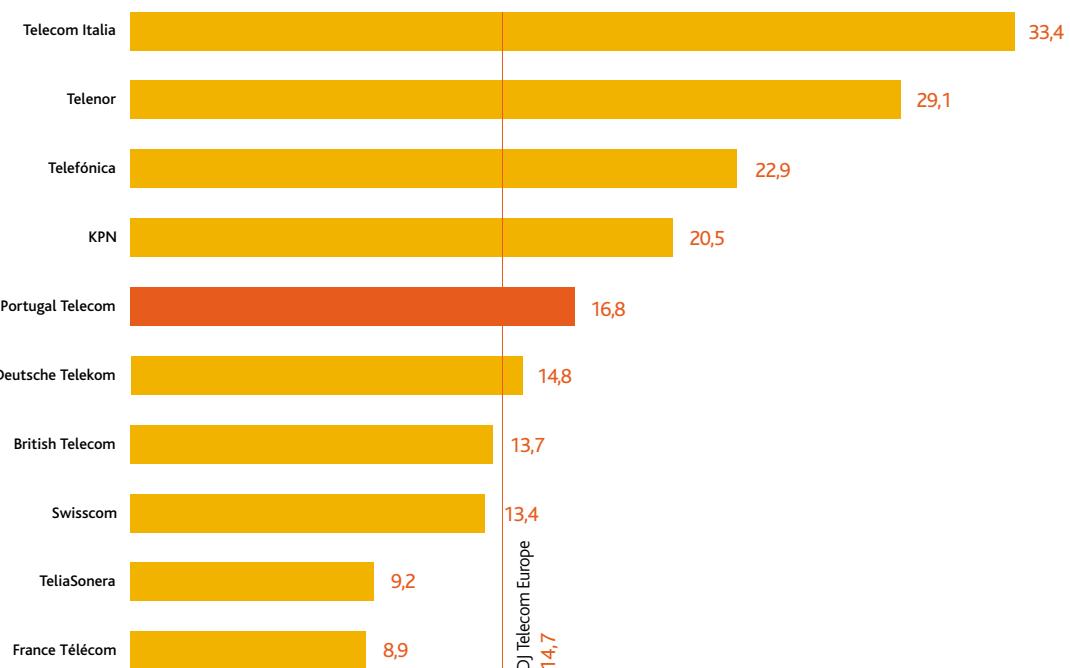
Mil milhões de euros de remuneração aos accionistas em 2004

O programa de share buyback, anunciado em Setembro de 2003, envolvendo a aquisição de acções próprias de até 10% do capital, posicionou a PT como um dos operadores mais atractivos em termos de remuneração aos accionistas. Em 2004, a PT remunerou os seus accionistas em aproximadamente mil milhões de euros, repartidos entre o pagamento de dividendos e o programa de share buyback.

Nos termos do programa de share buyback, a Assembleia Geral da PT de 2 de Abril de 2004 autorizou a aquisição de acções próprias, até ao limite de 10% do seu capital. Neste contexto, a PT adquiriu em 2004 um total de 59 155 441 acções próprias ao preço médio unitário de 8,13 euros. Ainda na sequência deste programa, em 28 de Dezembro de 2004 a PT reduziu o seu capital de 1 254 285 000 para 1 166 485 050 euros, através do cancelamento de 87 799 950 acções próprias, equivalentes a 7% do seu capital social. Adicionalmente, à data deste relatório, a PT tem equity swaps que prevêem a possibilidade de aquisição de acções da PT equivalentes a 3% do seu capital social antes da redução de capital supramencionada, ao preço médio de exercício de 9,05 euros por acção. Em termos globais, o preço médio de aquisição de acções da PT no âmbito do programa de share buyback foi de 8,22 euros por acção.

Continuação do programa de share buyback

Reforçando o seu compromisso de continuar a remunerar atractivamente os seus accionistas, em Setembro de 2004, a Comissão Executiva da PT anunciou que irá propor um novo programa de share buyback de até 3% do seu capital social (considerando a redução de capital resultante do cancelamento das acções próprias adquiridas nos termos do actual programa de share buyback de 10% do capital) que, sujeito às condições de mercado e à situação financeira da empresa, deverá estar concluído até ao final de 2005.



Total shareholder return¹ das congéneres europeias em 2004 [%]

Fonte: Bloomberg (cotações em moeda local).

(1) Evolução da cotação e dividendos reinvestidos na acção da empresa.



Fonte: Bloomberg (cotações em moeda local).

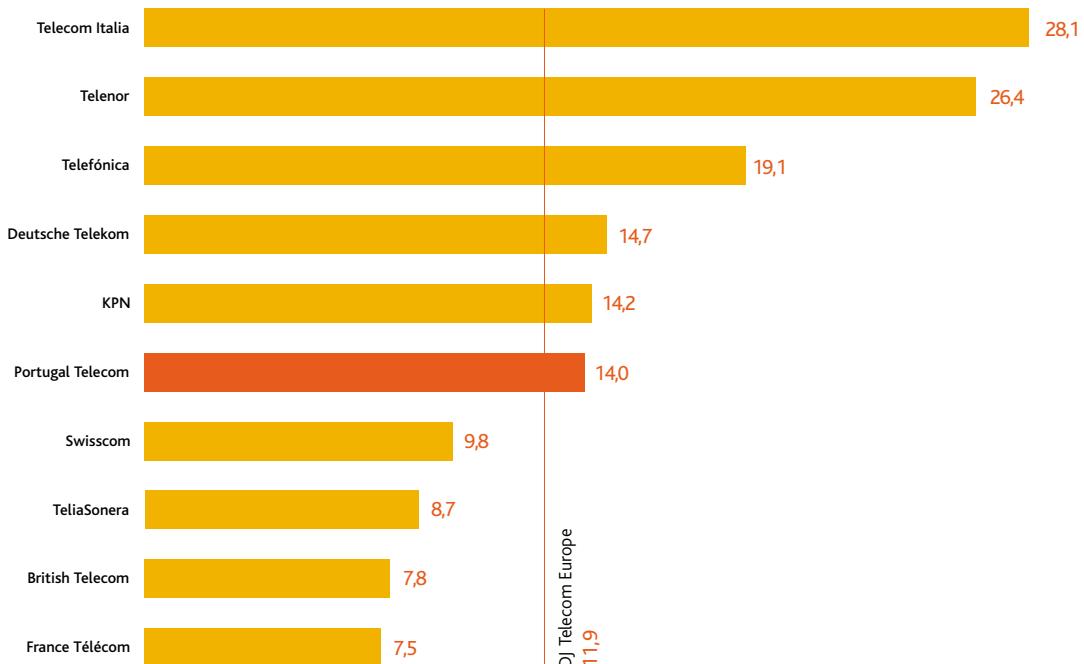
Evolução da PT vs índices DJ Stoxx Telecom Europe e PSI-20 em 2004

PT ■ DJ Stoxx Telecom Europe ■ PSI-20 ■

► Performance bolsista

PT com melhor desempenho que o mercado

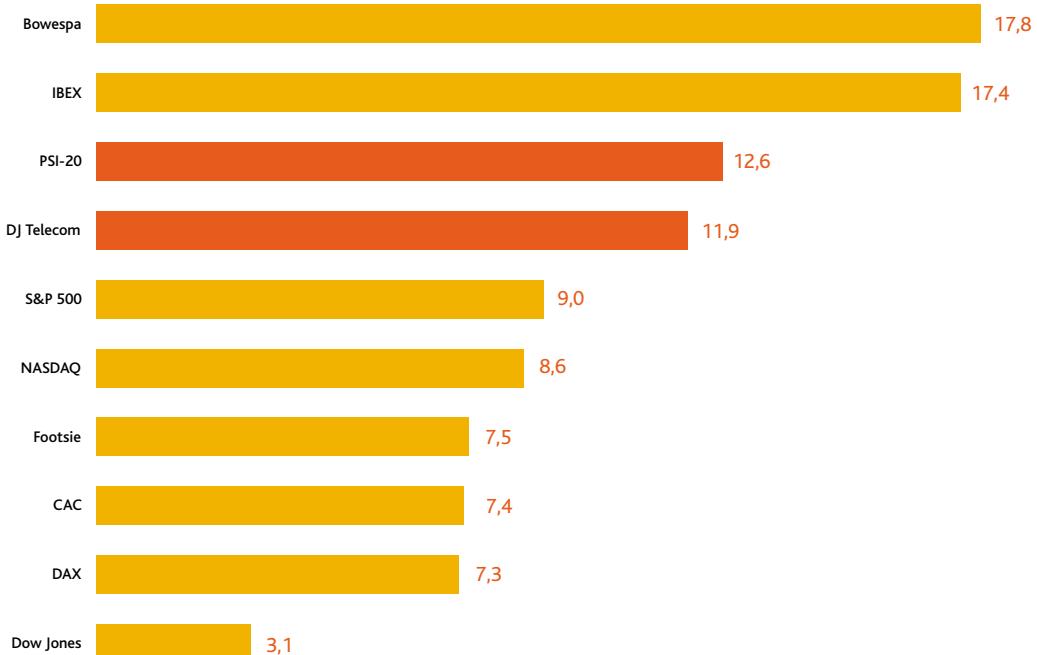
As acções da PT registaram em 2004 uma valorização superior aos índices DJ Stoxx Telecom Europe e PSI-20, em 2,1pp e 1,4pp, respectivamente, com uma subida de 14%, tendo fechado o ano a 9,10 euros. Esta evolução foi ainda mais significativa, dado o índice PSI-20 ter registado em 2004 a terceira melhor performance de entre as principais praças financeiras mundiais.



Evolução das cotações das congénères europeias em 2004 [%]

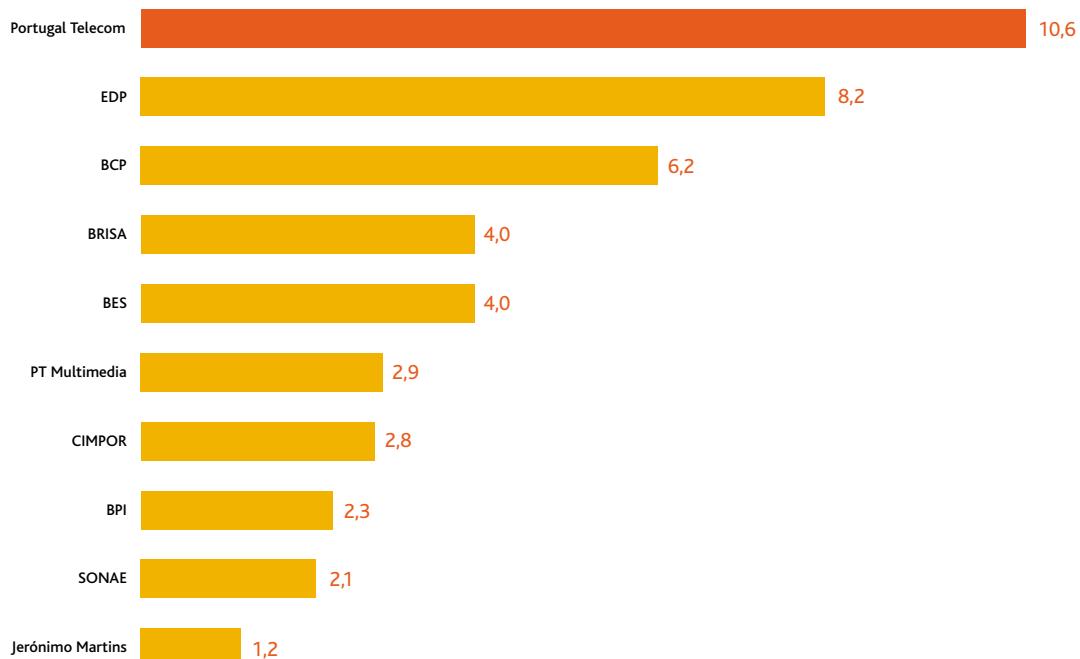
Fonte: Bloomberg (cotações em moeda local).

Entre as principais praças financeiras, destaque para o índice Bovespa que registou a maior subida em 2004 (+17,8%), seguido do IBEX (+17,4%) e do PSI-20 (+12,6%).



Evolução dos principais índices bolsistas em 2004 [%]

Fonte: Bloomberg (cotações em moeda local).



Capitalização bolsista das maiores empresas portuguesas em 2004 [mil milhões de euros]

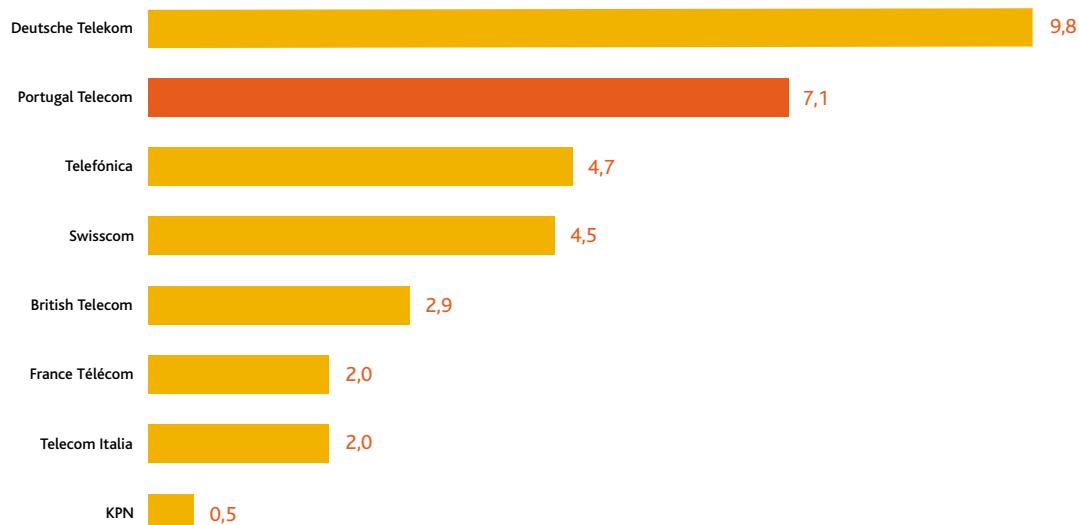
Fonte: Bloomberg.

PT continua a ser a empresa mais transaccionada em Portugal

A PT continua a ser a empresa líder no mercado português em termos de liquidez e capitalização bolsista. Em 2004, a PT negociou um total de 1 173 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 4,5 milhões de acções, tendo o volume de transacções representado cerca de 40% do valor global negociado na Euronext Lisbon. A PT continua assim a ser a empresa com maior peso nos índices bolsistas portugueses (19,3% do PSI-20 no final de 2004). Com aproximadamente 11 mil milhões de euros, a PT é também a empresa com maior capitalização bolsista em Portugal.

ADR (NYSE) subiram 23% em 2004

Na Bolsa de Nova Iorque, os ADR da PT registaram em 2004 uma valorização de 22,9%, tendo fechado o ano a 12,31 dólares. Em termos de liquidez, negociaram-se em média, ao longo de 2004, cerca de 110 mil ADR por dia. No final de 2004, o número de ADR outstanding ascendia a 61,9 milhões, dos quais 66% eram detidos por accionistas qualificados internacionais. De salientar que o programa de ADR da PT continua a ser um dos mais activos entre os das congénères europeias. Em 2004, a PT ocupava o segundo lugar, com mais de 7%, no ranking do peso do número de ADR outstanding no free float total.



Fonte: The Bank of New York.

► Desempenho Obrigacionista

Rating

Em 2004, a PT manteve as suas notações de rating, de A- (junto da Standard & Poor's) e de A3 (junto da Moody's), continuando a apresentar um dos mais fortes e estáveis ratings do sector.

No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT é a sua capacidade de gerar, de forma sustentada, cash flows operacionais elevados, em resultado de fortes posições de liderança nos mercados de rede fixa e móvel em Portugal e no mercado de rede móvel no Brasil, bem como da implementação contínua de iniciativas de redução de custos. Paralelamente, a PT, apesar das iniciativas de aumento da remuneração dos accionistas, mantém uma forte liquidez, devido ao valor elevado das disponibilidades, ao perfil da sua dívida e à flexibilidade adicional proporcionada por linhas de crédito não utilizadas.

As empresas de telecomunicações continuaram o seu esforço de redução da sua dívida, o que permitiu a melhoria da qualidade de crédito do sector, com quase todas as empresas com rating situado entre BBB+ e A, de acordo com a terminologia da Standard & Poor's. No decorrer do ano transacto, a Deutsche Telekom, a France Telecom e a KPN foram aquelas que beneficiaram de melhoria no respectivo rating.

Evolução das condições de mercado

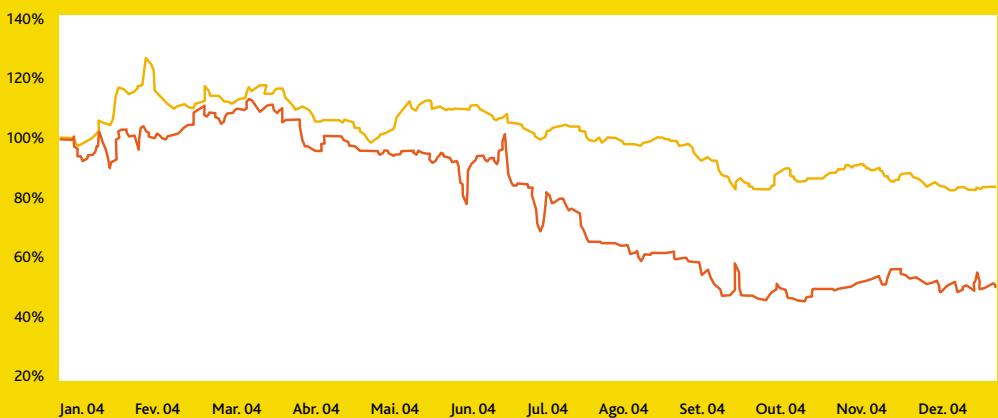
Durante o ano de 2004, a descida das taxas de juro e a queda do spread foram responsáveis pela subida global da cotação das Eurobonds com vencimento em 2009. Relativamente às Eurobonds com vencimento em 2006, apesar da ligeira descida das taxas de juro e da queda do

spread, a cotação caiu de forma gradual ao longo de 2004, aproximando-se do par, dada a aproximação da data de vencimento. A partir do meio do ano, a liquidez das Floating Rate Notes diminuiu drasticamente dada a aproximação da maturidade (Fevereiro de 2005), tornando irrelevante o respectivo spread.

Durante o último trimestre de 2004, a PT procedeu ao cancelamento de Eurobonds num montante total de 236 milhões de euros do seguinte modo: 121 milhões de euros das Eurobonds com vencimento em 2009; 101 milhões de euros das Eurobonds com vencimento em 2006; e 15 milhões de euros das Floating Rate Notes com vencimento em 2005. Estas Eurobonds foram adquiridas em mercado secundário durante os anos de 2002 e 2003 por um montante total de 230 milhões de euros.

A evolução do preço das Exchangeable Bonds (obrigações convertíveis) da PT durante o ano de 2004 foi determinada essencialmente pela cotação das acções da PT e respectiva volatilidade e, em menor grau, pelo comportamento das taxas de juro para os prazos relevantes. Assim, em termos globais, a subida da cotação das acções da PT levou ao aumento do preço das Exchangeable Bonds, pese embora a queda da volatilidade do preço das acções. As Exchangeable Bonds emitidas em 1999, no montante inicial de 509 milhões de euros, venceram em 7 de Junho de 2004, facto que foi determinante para a evolução do preço deste título no período imediatamente anterior à sua maturidade.

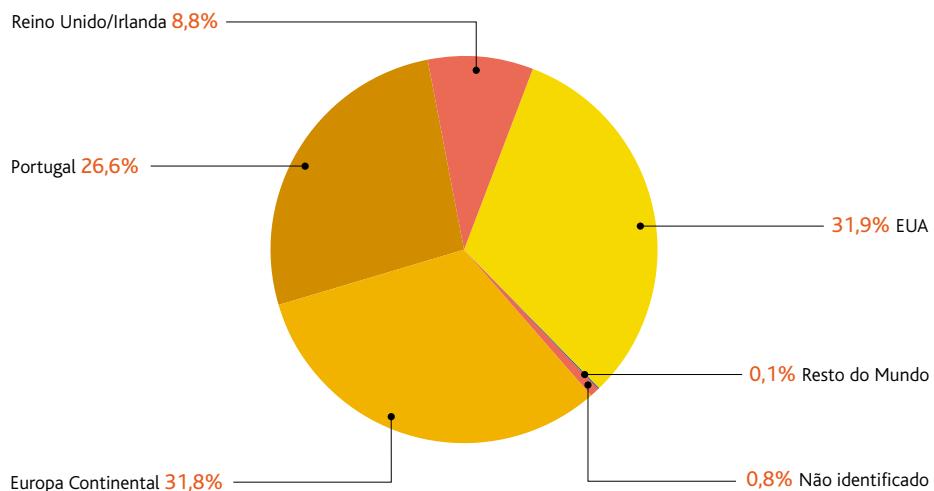
Durante o último trimestre de 2004, a PT procedeu ao cancelamento de 10 000 obrigações convertíveis com vencimento em 2006, no montante de 50 milhões de euros, as quais haviam sido adquiridas em mercado secundário durante o ano de 2004 por 49,9 milhões de euros.



► Estrutura accionista

Base accionista diversificada

Quase três quartos do capital da PT são detidos por accionistas internacionais, estando essencialmente repartidos entre os Estados Unidos e a Europa, detendo o mercado norte-americano quase um terço do capital da PT.



Os maiores accionista da PT são o Grupo BES e a Telefónica, sendo esta última um dos maiores operadores de telecomunicações do mundo e parceira da PT na joint-venture para os negócios móveis no Brasil. Adicionalmente, a PT conta também com a presença no seu capital do Grupo Caixa Geral de Depósitos, do Grupo BPI, da Cinveste, da Telexpress e de grandes accionistas institucionais, tais como a Brandes, a Capital e a Fidelity. Em 31 de Dezembro de 2004, as participações qualificadas no capital da PT eram as seguintes:

Instituição	N.º de Acções	% Capital
Telefónica	113 085 650	9,7%
Grupo Banco Espírito Santo	107 593 232	9,2%
Brandes Investment Partners	83 572 177	7,2%
Capital Group Companies	63 193 870	5,4%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	57 875 682	5,0%
Grupo Banco Português de Investimento	28 741 615	2,5%
Cinveste	28 338 141	2,4%
Grupo Fidelity	23 592 185	2,0%
Telexpress*	23 000 000	2,0%

* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

► Actividades de relação com investidores

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus accionistas e outros membros da comunidade financeira.

Programa de relação com investidores

A PT intensificou as actividades de relação com investidores em 2004, realizando diversos eventos, nomeadamente roadshows, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conference-calls, tendo ainda participado em conferências na Europa e nos Estados Unidos.

Em termos globais, a PT realizou durante o ano de 2004 cerca de 380 reuniões com analistas e investidores, das quais 220 foram realizadas no âmbito dos roadshows e 90 no âmbito das conferências, tendo as restantes 70 reuniões e conference-calls tido lugar na sede da PT.

É de destacar a realização em 2004 de quatro roadshows na Europa e nos Estados Unidos, dos quais se salienta o roadshow realizado em Março (após a divulgação dos resultados anuais) e o de Outubro (após a divulgação dos resultados do primeiro semestre). O primeiro destes dois roadshows cobriu oito cidades em seis países, enquanto que o segundo envolveu contactos com investidores em treze cidades de dez países.

A PT realizou também duas apresentações com analistas e investidores em Lisboa, tendo em vista a discussão da estratégia empresarial e as perspectivas futuras para os vários negócios do Grupo. Estas apresentações, efectuadas por um conjunto de directores de topo da PT, incluíram ainda uma discussão aprofundada de outros assuntos relevantes, nomeadamente aspectos regulamentares, fundos de pensões, governo da sociedade e serviços partilhados.

Prémios de investor relations

A qualidade do trabalho desenvolvido no âmbito da relação com investidores foi mais uma vez considerada como referência pela comunidade financeira, nível nacional e internacional. A nível nacional, foram atribuídos à PT em Julho vários prémios dos Investor Relations Awards 2004 organizados pela Deloitte, Semanário Económico e Diário Económico. Os prémios recebidos foram os seguintes:

Melhor Programa Global de Investor Relations – PSI-20.

Melhor Utilização de Tecnologia em Investor Relations.

Relatório e Contas, sector não financeiro – Menção Honrosa.

A PT foi também distinguida, a nível internacional, com a atribuição de dois prémios pela IR Magazine Eurozone Awards, que é um dos eventos internacionais mais reconhecidos em termos de prémios de investor relations:

Grand Prix for Best Overall Investor Relations (Melhor Programa Global de Investor Relations).

Best Use of Internet for Investor Relations (Melhor Utilização de Internet em Investor Relations).

► Governo da Sociedade

Evolução recente

O Grupo PT tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assumir como uma das suas principais preocupações a criação de uma estrutura de Governo Societário alinhada com as melhores práticas internacionais e nacionais, dando resposta às necessidades de transparência e qualidade das suas práticas internas e da informação que é divulgada aos investidores, aos mercados financeiros e às autoridades de supervisão.

Durante o ano de 2004 foram consolidadas e desenvolvidas as medidas que nos dois anos anteriores haviam sido deliberadas pelo Conselho de Administração do Grupo PT para este efeito, nomeadamente:

- ▶ Redefinição das funções da Comissão de Auditoria.
- ▶ Identificação do perfil adequado para os membros da Comissão de Auditoria, face ao estabelecido no Sarbanes-Oxley Act.
- ▶ Definição do relacionamento entre a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, face ao estabelecido na legislação portuguesa e no Sarbanes-Oxley Act.
- ▶ Definição das medidas a tomar pelo Grupo PT ao nível do sistema de controlo interno.

Adicionalmente, foram criadas em 2002 a Comissão de Governo Societário e a Comissão de Estratégia e foi deliberada a adopção e divulgação do Código de Ética do Grupo PT, que veio codificar e explicitar as normas de conduta e os valores que deverão servir de orientação a todos os colaboradores do Grupo PT.

Ainda no âmbito do novo modelo de governo societário, foram aprovados em 2003 os novos estatutos e regras de funcionamento da Comissão de Auditoria, em conformidade com as regras da NYSE, aplicáveis ao Grupo PT a partir de 2005. Adicionalmente, foram estabelecidas regras de

pré-aprovação de serviços vedados aos auditores externos, de acordo com regras emitidas pela Securities and Exchange Commission (SEC), de modo a garantir a necessária independência dos auditores externos.

Já em 2004, a Comissão de Auditoria procedeu à consulta e contratação de auditores externos para o biénio 2004-2005 e acompanhou o desenvolvimento e execução do Programa de Controlo Interno em curso, para além das suas normais actividades de supervisão das funções de Auditoria.

O ano de 2004 ficou também marcado pela reestruturação da Comissão de Governo Societário, agora denominada Comissão de Governança, bem como pela definição e estabelecimento por esta entidade do Código de Ética para Financial Officers, reforçando o Código de Ética, existente desde 2002, no que respeita às particularidades inerentes às funções de preparação e reporte de informação para o mercado.

No relatório sobre o Governo da Sociedade, apresentado em anexo a este documento, é efectuada uma análise detalhada sobre o governo societário do Grupo PT, em consonância com o previsto no Regulamento CMVM n.º 7/2001.

Está em estudo a criação de uma Comissão de Sustentabilidade que visa garantir que a sustentabilidade empresarial é integrante e coerente com a estratégia do Grupo.

Por último, está igualmente em análise a criação de um Conselho de Stakeholders através de uma redefinição do âmbito e responsabilidades do Conselho Consultivo.

► Estrutura organizativa

A Portugal Telecom encontra-se estruturada por linhas de negócio, correspondentes a cinco grandes núcleos: Negócio Fixo em Portugal, Negócio Móvel em Portugal (TMN), Negócios Multimédia (PT Multimedia), Negócios Internacionais que incluem a Vivo (a Joint-Venture com a Telefónica Móviles para negócios móveis no Brasil) e, finalmente, as Empresas Instrumentais. As Unidades de Negócio são coordenadas pela Holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do Centro Corporativo. O reporte das empresas participadas é funcional e não hierárquico, sendo possível desta forma uma articulação efectiva.

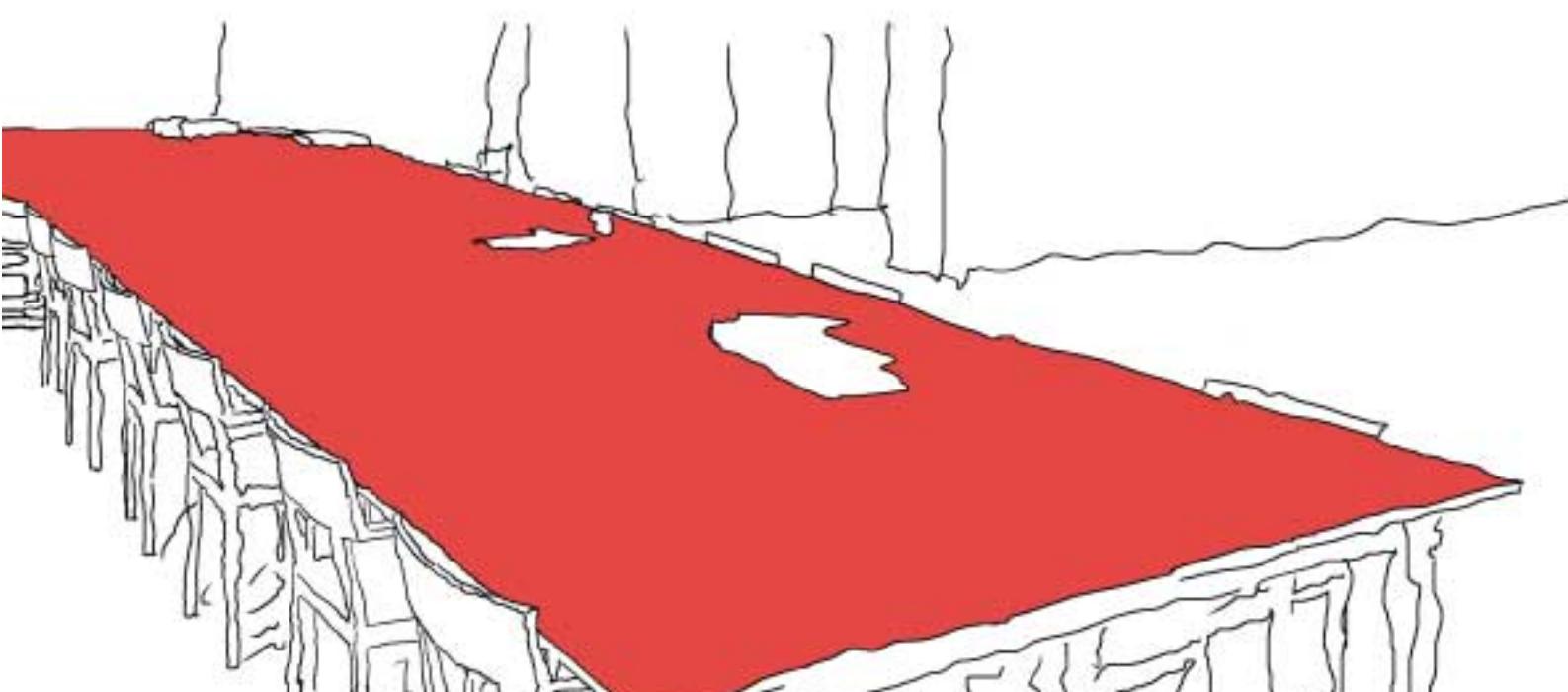


As empresas instrumentais continuam orientadas para processos transversais ao Grupo PT: empresas do Grupo e para o Grupo.

A PT, enquanto holding do Grupo PT, é responsável pela definição de políticas e pela normalização e harmonização de processos que permitam garantir a execução das orientações estratégicas definidas pelos órgãos de gestão.

Assim, cada linha de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, orientados por uma política comum, sob a coordenação de um Sistema de Planeamento e Controlo Corporativo.

As competências presentes no Centro Corporativo pretendem representar as necessidades funcionais do Grupo PT e das suas empresas participadas, sendo o reporte das empresas participadas funcional e não hierárquico, estabelecendo-se assim uma articulação efectiva.



► Órgãos sociais

Assembleia Geral de Accionistas

Composição e modo de funcionamento

A Assembleia Geral, órgão social do Grupo PT constituído pelos accionistas com direito de voto, reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal, ou por Accionistas que representem pelo menos 5% do capital.

Actualmente a mesa da Assembleia Geral da PT, eleita em 4 de Abril de 2003, por um período de 3 anos, tem a seguinte composição:

PRESIDENTE: Armando Marques Guedes

VICE-PRESIDENTE: Miguel Galvão Teles

SECRETÁRIO: Luís Sousa de Macedo

Participação e exercício do direito de voto

Podem participar na Assembleia Geral da PT todos os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada 500 euros de capital (isto é, actualmente, a cada 500 acções). Aos detentores de American Depositary Receipts (ADR), representando cada ADR uma acção ordinária, são conferidos os mesmos direitos que aos detentores de acções ordinárias, a exercer por intermédio do respectivo representante.

As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente as devam acompanhar e os demais elementos de informação preparatória, são postos à disposição dos accionistas, na sede social e em prazo não inferior aos 15 dias antecedentes à reunião. O conteúdo desses documentos é igualmente divulgado no website da PT.

Com vista a facilitar o acesso a estes documentos, especialmente aos accionistas estrangeiros, a Direcção de Relação com Investidores procede, mediante solicitação, ao envio dos mesmos por correio, fax ou correio electrónico.

Não existem restrições relativas ao voto por correspondência, que pode incidir sobre todas as matérias legalmente admitidas.

O resultado das deliberações da Assembleia Geral é divulgado pela PT no seu website, bem como através da Direcção de Relação com os Investidores.

Principais competências da Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral encontram-se definidas nos Estatutos da Portugal Telecom.

Deliberações da Assembleia Geral anual de 2004

As deliberações da Assembleia Geral do ano de 2004 encontram-se disponíveis no website da Empresa.

Comissão de Vencimentos

A Assembleia Geral de Accionistas deliberou delegar numa Comissão de Vencimentos a responsabilidade pela fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais. A Comissão de Vencimentos é composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: Armando Marques Guedes

VOGAL: Augusto Athayde D'Albergaria

VOGAL SUPLENTE: João Mello Franco

Conselho Fiscal

A Portugal Telecom dispõe de um Conselho Fiscal composto pelos seguintes elementos:

PRESIDENTE: Pedro Matos Silva

VOGAL: Gonçalo Vaz Botelho

VOGAL: Ascenção, Gomes, Cruz & Associado, representada por Mário Gomes

VOGAL SUPLENTE: José Vieira dos Reis

Competências e responsabilidades

Proceder à fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais.

Conselho de Administração

Competências e responsabilidades

Compete ao Conselho de Administração a responsabilidade pela liderança global do Grupo PT e pela sua orientação estratégica geral, bem como pela execução das funções de gestão (através da Comissão Executiva) e de supervisão, competindo-lhe assegurar o equilíbrio entre os objectivos de médio e longo prazo e os de curto prazo, na prossecução dos interesses da sociedade e dos seus Accionistas.

As principais responsabilidades do Conselho de Administração encontram-se definidas nos estatutos da PT.

Composição e modo de funcionamento

O Conselho de Administração da PT é composto por um número ímpar de membros, entre quinze a vinte e três, que são eleitos pelos accionistas em assembleia geral por maioria dos votos expressos, com um mandato de três anos.

Qualquer accionista, independentemente do capital detido, pode individualmente apresentar propostas para eleição do Conselho de Administração.

Por outro lado, e de harmonia com a lei societária, um mínimo de accionistas representando pelo menos 10% do capital que tenha votado vencido na eleição do Conselho de Administração pode designar um membro do órgão de administração.

As reuniões do Conselho de Administração são convocadas pelo seu Presidente ou, em casos extraordinários, por dois Administradores ou pelo Conselho Fiscal. Os membros do Conselho de Administração possuem iguais direitos de voto e todas as suas deliberações são tomadas por maioria de votos, gozando o Presidente de voto de qualidade em caso de empate.

A composição do Conselho de Administração encontra-se disponível no website da PT, sendo o curriculum vitae dos Administradores apresentado no Relatório sobre o Governo da Sociedade, em anexo.

Delimitação de competências entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva

Para melhor assegurar o desempenho das suas funções, o Conselho de Administração da PT criou uma Comissão Executiva, delegando nela funções de gestão corrente e retendo as funções de supervisão e controlo.

O Presidente da Comissão Executiva é o líder da equipa de gestão do Grupo PT e como tal é responsável pela sua gestão operacional. Por seu lado, ao Presidente do Conselho de Administração estão confiadas importantes funções, nos termos da lei e dos estatutos, designadamente:

- ▶ Coordenar a actividade do Conselho de Administração e proceder à distribuição de matérias pelos Administradores, quando a isso aconselhem as conveniências da gestão.
- ▶ Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.
- ▶ Zelar pelo correcto exercício de funções de vigilância e de controlo da actuação da Comissão Executiva, que cabem ao Conselho de Administração.

Remuneração dos Administradores

A Comissão de Vencimentos é, por delegação dos accionistas, o órgão societário responsável pelo estabelecimento da política de remuneração dos Administradores e pela definição dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração. Esta comissão, directamente eleita pelos accionistas e composta maioritariamente por personalidades independentes, não integra qualquer administrador executivo, não existindo influência destes no processo de fixação das remunerações pela Comissão de Vencimentos, a qual pode fazer recurso a assessores externos especializados.

As remunerações variáveis atribuídas ao Presidente do Conselho de Administração e aos membros da Comissão Executiva não incluem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções. Os restantes Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração variável.

As remunerações fixas e variáveis auferidas pelos Administradores da PT no exercício de 2004 encontram-se divulgadas no Relatório sobre o Governo da Sociedade em anexo.

Comissão Executiva

Responsabilidades

Nos termos dos estatutos e de harmonia com o previsto na lei societária, a gestão corrente da PT cabe a uma Comissão Executiva, composta por cinco ou sete Administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros iguais direitos de voto, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente.

Composição e modo de funcionamento

A Comissão Executiva fixa as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reúne extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente, por dois dos seus membros ou pelo Conselho Fiscal. Para que funcione, é necessária a presença da maioria dos seus membros em exercício, que pode ser assegurada através do voto por correspondência ou por procuração.

Ao Presidente da Comissão Executiva compete coordenar a actividade da Comissão e proceder à distribuição de matérias pelos restantes membros, convocar e dirigir as reuniões da Comissão e zelar pela correcta execução das deliberações tomadas. A Comissão Executiva é composta pelos seguintes administradores:

PRESIDENTE: Miguel Horta e Costa VOGAIS: Zeinal Bava | Carlos Vasconcellos Cruz | Iriarte Esteves | Paulo Fernandes

No organograma seguinte apresenta-se a atribuição de responsabilidades aos membros da Comissão Executiva:

Comissão Executiva	Funções Corporativas	Funções Executivas
 Miguel Horta e Costa Presidente	<ul style="list-style-type: none"> ► Secretaria-Geral ► Estratégia ► Auditoria Interna ► Regulação ► Concorrência ► Relações Internacionais ► Comunicação ► Responsabilidade Social ► Segurança ► Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente 	PT Comunicações Lusomundo Media Fundação Portugal Telecom
 Zeinal Bava Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ► Relação com o Mercado Financeiro e de Capitais ► Contabilidade, Consolidação e Reporting Financeiro ► Tesouraria ► Corporate Finance 	PT Comunicações PT Multimédia TV Cabo PT PRO Previsão
 Carlos Vasconcellos Cruz Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ► Activos Humanos 	PT Investimentos Internacionais Vivo PT Móveis Unitel CTM Médi Télecom PrimeSys CST Cabo Verde Telecom Directel Guiné Telecom Timor Telecom PT Ásia Outros negócios internacionais
 Iriarte Esteves Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ► Desenvolvimento de Tecnologia e Redes ► Inovação 	TMN PT Wi-Fi PT Comunicações PT Corporate PT Inovação
 Paulo Fernandes Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ► Planeamento e Controlo de Gestão ► Sistemas de Informação ► Desenvolvimento de Negócios ► Imobiliário ► Compras 	PT Sistemas de Informação PT Compras PT ACS Simarc

Órgãos de Apoio à Comissão Executiva

Conselho consultivo

O Conselho Consultivo tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a PT, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações. O Conselho Consultivo é presidido pelo Inspector Geral Estanislau Mata Costa e inclui ainda as seguintes personalidades: Manuel Pinto Barbosa, Diogo Lucena, Aníbal Santos, José Manuel Neves Adelino, José Manuel Tribolet, João Confraria, Luís Todo Bom e Luís Nazaré.

Disclosure committee

De modo a dar apoio à Comissão Executiva no processo de divulgação de informação aos mercados foi constituído o Disclosure Committee. Este órgão tem como objectivo assegurar a qualidade e fiabilidade da informação divulgada aos mercados financeiros e garantir o cumprimento de todos os requisitos regulamentares nacionais e internacionais respeitantes a esta matéria. Assim, compete a esta Comissão aprovar e executar os procedimentos e controlos necessários para assegurar que a divulgação de informação pela Portugal Telecom aos accionistas e investidores: (i) cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis; (ii) é exacta, completa e atempada; e (iii) representa com fiabilidade a situação financeira e os resultados das operações do Grupo em todos os aspectos materialmente relevantes para o adequado conhecimento sobre a sua condição e performance financeira. Os procedimentos e controlos de divulgação acima referidos encontram-se integralmente descritos no Relatório sobre o Governo da Sociedade em anexo.

Outras Comissões do Conselho de Administração

Nome	Funções	Composição
Comissão de Governança⁽¹⁾	<p>Estudar, rever e avaliar os princípios de governo societário aplicáveis ao Grupo PT, designadamente no tocante às responsabilidades dos Administradores, às relações entre os Administradores e os Accionistas, às relações com os Stakeholders e à avaliação geral dos termos de governo do Grupo no desempenho do Conselho de Administração e das suas Comissões.</p> <p>Aconselhar e propor ao Conselho de Administração a adopção e revisão do modelo de governança da holding do Grupo, designadamente no tocante às normas e procedimentos internos relativos aos princípios e práticas de governo societário, à sua articulação e relacionamento com a estrutura da gestão, os Accionistas, os outros Stakeholders e o mercado, à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação.</p> <p>Supervisionar a aplicação do Código de Ética do Grupo PT, acompanhando a sua implementação e procedendo, quando necessário ou conveniente, à interpretação das suas regras e à integração dos casos nele omissos, bem como emitir pareceres sobre matérias das alíneas precedentes e outras afins, quando solicitado pelo Conselho de Administração.</p>	Ernâni Rodrigues Lopes PRESIDENTE Miguel Horta e Costa Henrique Granadeiro Jorge Tomé João Mello Franco Jorge Bleck Carlos Blanco de Morais
Comissão de Auditoria⁽²⁾	<p>Assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva, (1) na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade, (2) na avaliação da habilitação e independência dos Auditores Externos da Sociedade, (3) na avaliação da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno da Sociedade, (4) na avaliação da execução das funções desempenhadas pelos auditores externos da Sociedade e do Departamento de Auditoria Interna Corporativa e (5) na avaliação do cumprimento das disposições legais e regulamentares bem como das recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes. Assegurar a definição e/ou implementação de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a Sociedade se encontra obrigada.</p>	João Mello Franco PRESIDENTE Nuno Silvério Marques Thomaz Paes de Vasconcellos
Comissão de Estratégia⁽³⁾	<p>Debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo. Pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes. Estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo Presidente do Conselho de Administração e/ou Presidente da Comissão Executiva, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo do ano.</p>	Ernâni Rodrigues Lopes PRESIDENTE Miguel Horta e Costa Zeinal Bava Carlos Vasconcellos Cruz Iriarte Esteves Paulo Fernandes Joaquim Goes Carlos Oliveira Cruz António Viana Baptista Fernando Ulrich Patrick Monteiro de Barros Luis Champalimaud

(1) Reúne uma vez por trimestre ou sempre que convocada pelo seu Presidente.

(2) Reúne pelo menos uma vez em cada dois meses, e sempre que necessário.

(3) Reúne trimestralmente.

► Accionistas

Estrutura accionista

A estrutura accionista da PT encontra-se descrita no Capítulo de Mercado de Capitais precedente, bem como no Relatório sobre o Governo da Sociedade em anexo.

Relacionamento com accionistas

Tal como imposto pela lei societária, a realização das assembleias gerais é publicitada com 30 dias de antecedência, no jornal oficial e imprensa diária, sendo a convocatória também afixada no website da PT. O conteúdo de todas as propostas a apresentar pelo órgão de administração é colocado à disposição dos accionistas, pelo menos 15 dias antes da realização da assembleia, sendo igualmente disponibilizado no website da PT.

As acções da Categoria A, detidas na totalidade pelo Estado Português, conferem direito de voto em determinadas matérias, o qual é, contudo, limitado e essencialmente de natureza protectora, conforme descrito em detalhe no Relatório sobre o Governo da Sociedade em anexo.

A PT tem uma política de dividendos clara, explicitada nos estatutos em termos de percentagem mínima, que é publicamente anunciada com antecedência pelo Conselho de Administração.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E PROGRAMA DE SHARE BUYBACK

Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da PT tem uma política de distribuição de dividendos que considera as oportunidades de negócio do Grupo, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios, tendo em consideração o custo de oportunidade do capital.

Programa de share buyback

Foi aprovado na Assembleia Geral de 2004 um programa de share buyback que comprehende a aquisição de acções próprias representativas de até 10% do capital da PT. Este programa encontra-se presentemente em fase de conclusão, preservando e respeitando a sua estrutura um princípio de neutralidade, não apenas no que respeita a quaisquer interferências na estrutura accionista, mas também no que se refere aos impactos sobre as condições de preço e regras de funcionamento de mercado.

► Gestão de risco

A gestão de risco é assegurada pela PT com base numa identificação e priorização prévia de riscos críticos, sendo posteriormente desenvolvidas estratégias de gestão de risco e implementados os controlos considerados adequados à redução do risco para um nível aceitável.

Atendendo a que a gestão de riscos de negócio é uma responsabilidade de todos os colaboradores, a PT tem vindo a desenvolver metodologias com vista a criar uma cultura de “risk-awareness”, que estabelece uma linguagem comum para identificar, priorizar, avaliar e controlar os riscos críticos de negócio.

Principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo PT

Os principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo PT encontram-se descritos em detalhe no Relatório do Governo da Sociedade em anexo, sendo de relevar os seguintes:

[Regulação](#) | [Concorrência](#) | [Evolução tecnológica](#) | [Parcerias estratégicas](#) | [Retenção de talentos](#) | [Mercados financeiros](#)

Controlo interno

De modo a dar resposta às exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais quer em termos internacionais, a PT tem vindo a desenvolver um projecto de Controlo Interno, liderado pela Direcção de Reporte e Consolidação Corporativa, que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, minimizar a ocorrência de fraude e garantir que os riscos críticos identificados são controlados e reduzidos para um nível aceitável.

O Grupo PT dispõe de meios, nomeadamente de uma Direcção de Auditoria Interna Corporativa, que asseguram a supervisão da execução das políticas e procedimentos de controlo interno definidos.

► Transparência

Ética

O Código de Ética aplica-se a todos os colaboradores do Grupo de modo a garantir um conjunto de padrões éticos comuns a todas as empresas do Grupo, sendo a sua actualização e implementação monitorizadas em permanência pela Comissão de Governança. O texto integral do Código de Ética do Grupo PT encontra-se disponível para consulta no website oficial da empresa (www.telecom.pt) e pode ser disponibilizado pela Direcção de Relação com Investidores.

Em 2004, o Conselho de Administração do Grupo PT aprovou também o “Código de Ética para Financial Officers”, reforçando a importância das normas éticas específicas aplicáveis a todos os colaboradores do Grupo PT que estejam, directa ou indirectamente, envolvidos na elaboração, análise e divulgação de demonstrações financeiras, press releases ou qualquer outra informação a divulgar aos mercados relacionada com alguma das entidades que integrem o Grupo PT.

Independência dos Administradores

Atendendo aos critérios de independência estabelecidos pela CMVM, os Administradores da PT podem ser na generalidade considerados como independentes, tal como analisado em maior detalhe no Relatório sobre o Governo da Sociedade em anexo.

Auditores externos

De forma a salvaguardar a independência dos auditores externos, a Comissão de Auditoria, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela nomeação e contratação dos auditores externos, a cessação das suas funções e a pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos auditores externos. A Comissão de Auditoria é ainda responsável pela avaliação da independência e desempenho dos auditores externos. As remunerações dos auditores externos do Grupo PT encontram-se divulgadas no Relatório sobre o Governo da Sociedade em anexo.

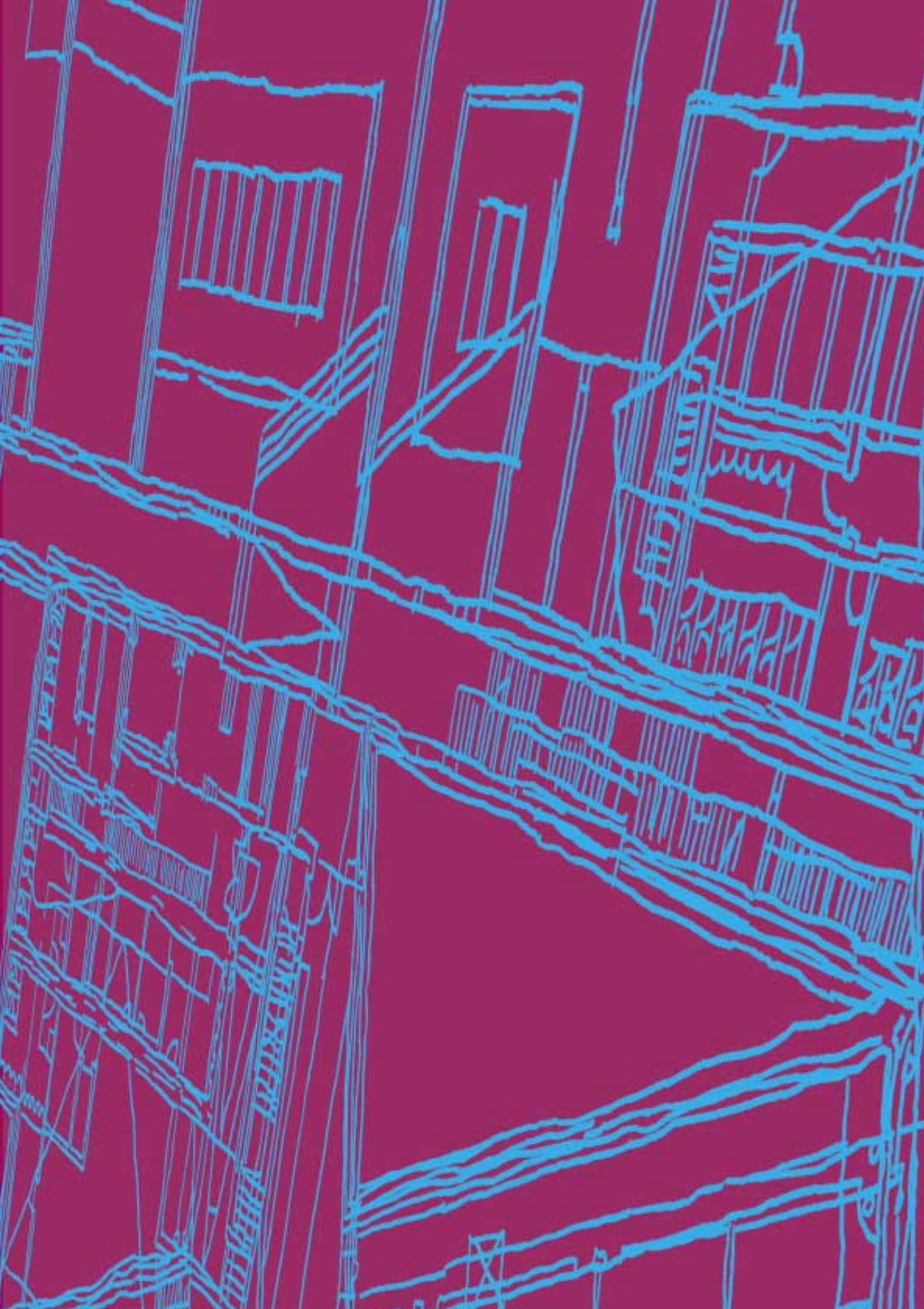
Relação com investidores

Em Março de 1995 foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar o adequado relacionamento com os accionistas, investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e, em particular, com as Bolsas de Valores onde estão admitidas à negociação acções da PT e respectivas entidades reguladoras (CMVM e a SEC).

As actividades de relação com investidores encontram-se descritas em detalhe no Capítulo de Mercado de Capitais precedente.

A PT publica anualmente o seu Relatório e Contas, que inclui informação detalhada sobre a empresa e é preparado de acordo com a legislação societária e de mercado de capitais aplicável. Adicionalmente, é preparado um Relatório e Contas semestral, contendo informação mais sintética sobre a actividade do Grupo no semestre, e são preparados press-releases de divulgação ao mercado de informação financeira trimestral.

A Direcção de Relação com Investidores divulga, imediata e publicamente, informação sobre factos relevantes ocorridos relativos à actividade do Grupo, à qual os accionistas podem aceder através do website da empresa (www.telecom.pt). Os accionistas podem igualmente aceder aos Relatórios e Contas e aos press-releases através do website da PT.





Evolução dos Negócios

► Enquadramento Macroeconómico

■ Internacional

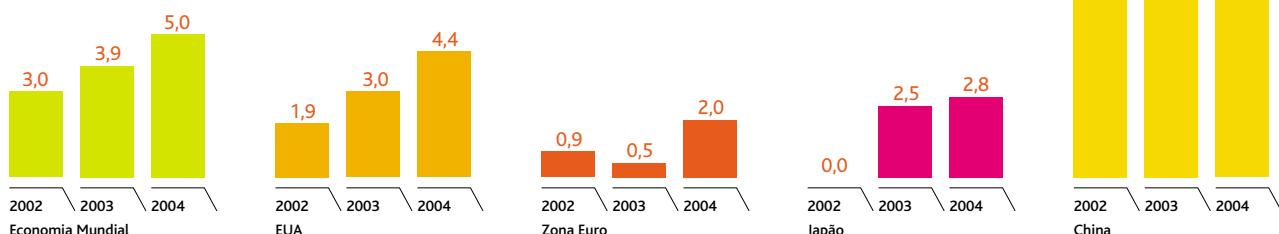
Em 2004, a economia global expandiu-se significativamente, sustentada pelo forte crescimento da economia dos Estados Unidos e pela aceleração das economias de mercados emergentes. O PIB global cresceu 5% em termos reais, valor que compara com 3,9% em 2003.

A actividade da economia global acelerou, apesar do forte crescimento dos preços das commodities, nomeadamente o do petróleo, o qual subiu de 31 para 41,5 dólares no final de 2004, reflectindo o clima de incerteza no Médio Oriente. Nos Estados Unidos, a evolução dos preços da energia e da procura interna resultaram numa subida moderada mas sustentada da inflação, o que levou a Reserva Federal a subir os juros de referência em 125bp, para 2,25%. O Banco Central Europeu decidiu, pelo contrário, manter, durante 2004, a taxa de juro principal de refinanciamento inalterada em 2%, devido ao facto da taxa de inflação se ter mantido contida e sob controlo.

Depois de ter crescido 3% em 2003, o PIB dos Estados Unidos cresceu 4,4%, em termos reais, em 2004. Apesar do aumento das taxas de juro, as empresas e as famílias continuaram a beneficiar de condições extremamente

favoráveis ao consumo e ao investimento, levando à subida dos índices de confiança das famílias e empresas ao longo do ano. A política orçamental expansionista e um forte crescimento do mercado imobiliário contribuíram para uma aceleração do rendimento disponível das famílias e para um crescimento real do consumo privado próximo de 4%. A despesa das empresas em equipamento e software cresceu cerca de 14%, enquanto que o sector da construção manteve um ritmo dinâmico, beneficiando das taxas de juro de longo prazo estáveis.

Na Zona Euro, o PIB subiu 1,8% em termos reais, depois de um aumento de 0,6% em 2003. O consumo privado e os níveis de confiança das empresas mantiveram-se reduzidos, os quais resultaram, em parte, da incerteza associada às reformas estruturais e à continuação das políticas restritivas das contas públicas. A apreciação do euro face ao dólar em cerca de 8% teve um impacto negativo na evolução da procura externa líquida. Contudo, tendo em conta os níveis de liquidez elevados, registou-se, na Zona Euro, um crescimento dos empréstimos concedidos ao sector privado e dos empréstimos para aquisição de habitação, que contribuíram para a recuperação da confiança das famílias e empresas na parte final do ano.



Evolução do PIB 2002 | 2004 [em termos reais]

Fonte: Bloomberg, FMI.

► Portugal

A economia portuguesa observou, em 2004, uma recuperação moderada face ao ano anterior, com o PIB a subir 1,1% em termos reais, depois de uma queda de 1,1% em 2003, tendo a economia beneficiado, desde o início do ano, do facto de Portugal ter realizado importantes eventos como o Euro 2004 e o festival de música “Rock in Rio – Lisboa”.

A evolução positiva da economia portuguesa durante o ano foi sustentada por uma melhoria da procura interna, em particular do consumo privado e do investimento. O crescimento do consumo das famílias foi superior a 2% (-0,3% em 2003), assente num ligeiro aumento do rendimento disponível e no crescimento do consumo de bens duradouros. O investimento terá registado uma expansão de 1,9%, o que compara com o recuo de 9,8% observado em 2003. Na generalidade das componentes do investimento ocorreu uma evolução positiva favorável, com excepção da despesa em construção que manteve uma taxa de variação negativa. A procura externa líquida contribuiu negativamente para o crescimento do PIB, tendo as importações registado um crescimento de 7%, superior ao crescimento de 6,5% das exportações.

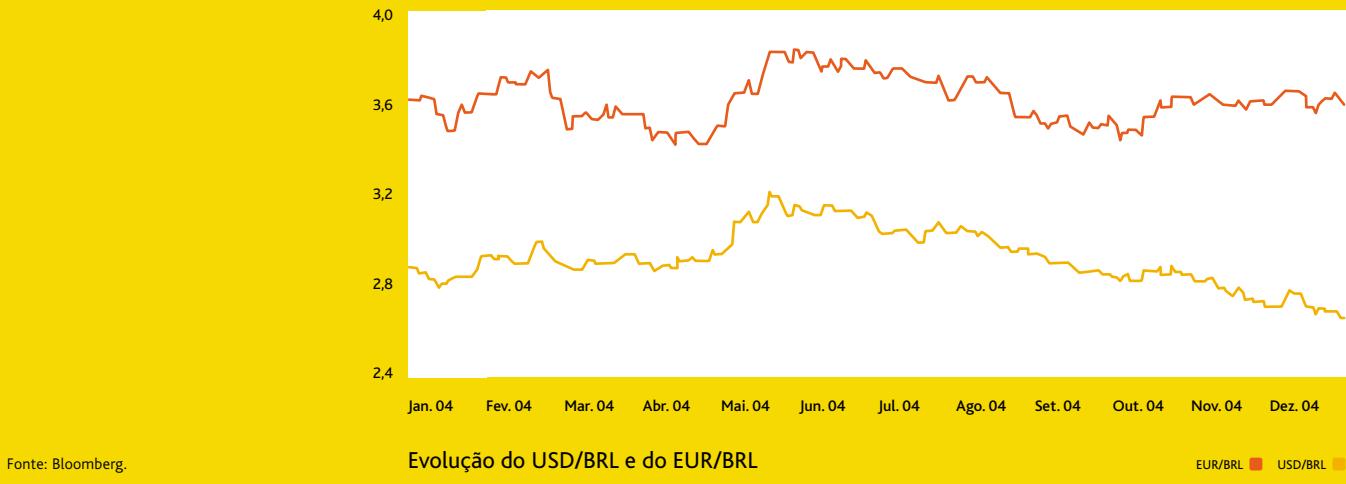
	taxas de variação real [%], excepto quando indicado				
	2000	2001	2002	2003	2004
PIB	3,4	1,7	0,4	(1,1)	1,1
Consumo privado	2,9	1,2	1,1	(0,3)	2,2
Consumo público	4,1	3,3	2,3	0,3	0,4
Investimento	2,4	1,2	(5,1)	(9,8)	1,9
Exportações	7,8	1,4	1,9	4,9	6,5
Importações	5,5	1,1	(0,2)	(0,1)	7,0
Inflação (IPC)	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4
Saldo orçamental (% do PIB)	(2,9)	(4,4)	(2,7)	(2,8)	(2,9)
Dívida pública (% do PIB)	53,3	55,8	58,4	60,3	62,0
Desemprego (% da população activa)	4,0	4,1	5,1	6,3	6,5
Saldo balanças corrente e capital (% do PIB)	(8,9)	(8,5)	(5,2)	(3,6)	(5,4)

Fonte: INE, Banco de Portugal,
ES Research para 2004.

Apesar de se ter registado um aumento do PIB em 2004 face ao ano anterior, os principais indicadores de confiança e do mercado de trabalho interromperam a tendência positiva que se vinha a verificar. A taxa de desemprego começou a aumentar no terceiro trimestre, tendo subido de 6,3% em 2003 para 7,1% em 2004.

Apesar da pressão associada à subida dos preços dos bens energéticos, o índice de preços do consumidor manteve uma tendência de desaceleração, com a taxa de inflação média a diminuir de 3,3% em 2003 para 2,4% em 2004. Para esta evolução terá contribuído uma subida mais moderada dos custos unitários do trabalho, uma desaceleração dos preços dos bens industriais não energéticos e a subida reduzida dos preços dos produtos alimentares.

Ao nível das finanças públicas, o recurso a receitas extraordinárias num montante equivalente a 2,2% do PIB permitiu atingir um défice global público de 2,9% do PIB. O saldo orçamental corrigido dos efeitos cíclicos e da despesa com juros ter-se-á reduzido em 1,2pp para 0,6% do PIB, reflectindo uma política mais restritiva em 2004.



► Brasil

A economia brasileira registou em 2004 um crescimento de 5,1%, o que significa uma forte melhoria face ao decréscimo de 0,2% em 2003 e representa a maior taxa de crescimento do PIB na última década. O Brasil beneficiou, em 2004, de uma forte procura de commodities, nomeadamente por parte de países como a China, mas também de um ambiente de reduzidas taxas de juro, de elevada liquidez e de um clima de baixa aversão ao risco, associados a um dólar fraco.

A maioria dos indicadores macroeconómicos acabou o ano com uma performance positiva, após um início de ano caracterizado por preocupações sobre a possível alteração da política monetária. As exportações aumentaram 32%, o que representa uma forte aceleração relativamente aos 12% registados em 2003, enquanto que o consumo doméstico, retraído em 2003, teve uma forte expansão em 2004. A taxa de desemprego reduziu-se, reflectindo as melhores condições macroeconómicas.

Em 2004, a inflação atingiu 7,6% (IPCA), em resultado dos elevados preços internacionais do petróleo e de outras commodities, apesar de se notar uma melhoria face a 2003, em que a inflação se situou em 9,3%. Para conter as pressões

inflacionistas, o Banco Central adoptou uma política monetária mais restritiva durante o segundo semestre de 2004, aumentando em 125pp a taxa de juro de referência (taxa SELIC) para os 17,75% no final do ano. O real brasileiro teve um forte desempenho em relação ao dólar em 2004, com uma apreciação de 8,1% e com a taxa de câmbio real/dólar a atingir 2,65 no final do ano. Esta melhoria reflecte principalmente a recuperação económica e o aumento das taxas de juro reais.

O governo brasileiro também apresentou fortes resultados fiscais em 2004. O superavit primário do sector público é o maior desde 1994, aquando da implantação do Plano Real. Em percentagem do PIB, o superavit equivale a 4,61% do PIB, sendo portanto superior ao nível de 4,25% verificado em 2003. Este resultado garantiu o cumprimento das metas internas e do FMI e uma redução do índice de endividamento líquido em percentagem do PIB de 57,2% em 2003 para 51,8% em 2004. A balança comercial também encerrou o ano com superavit de 33,7 mil milhões de dólares, beneficiando da melhoria das exportações mencionada anteriormente. Em 2004, a S&P e a Fitch aumentaram o rating soberano para a economia brasileira, reflectindo as melhorias nas contas externas e dos índices de solvência da dívida pública.

► Análise dos Resultados Consolidados

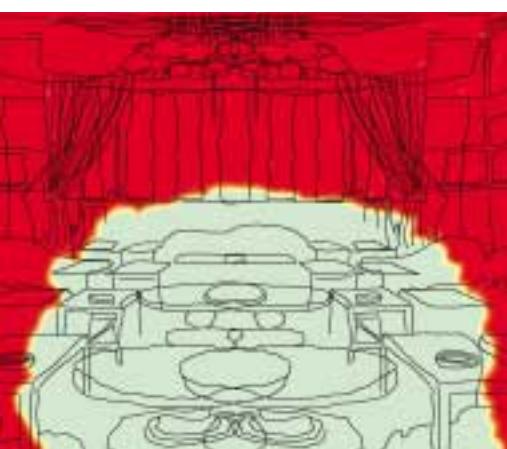
A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo às demonstrações financeiras, as quais são apresentadas em euros e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o formato internacional adoptado pelo Grupo, as quais divergem das demonstrações financeiras oficiais preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) por incluírem determinadas reclassificações em termos de activos, passivos, custos e proveitos, apesar de apresentarem os mesmos valores totais de activos, passivos, capitais próprios e resultados do exercício.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras em formato internacional e em formato POC, estas últimas incluem na Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas uma reconciliação das principais rubricas da demonstração de resultados, a saber:

- Proveitos operacionais.
- Resultado operacional.
- Resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

No exercício de 2004, os segmentos de negócio do Grupo têm a seguinte composição:



Rede Fixa	<ul style="list-style-type: none">► Retalho [PT Comunicações e PT.COM]► Serviços a operadores [PT Comunicações]► Dados e soluções empresariais [PT Prime]► Outras operações de Rede Fixa [PT Comunicações e PT.COM]
Móveis • Portugal	► TMN
Móveis • Brasil	► Vivo
Multimédia	<ul style="list-style-type: none">► Televisão por subscrição e Internet por cabo [TV Cabo Portugal e PT Conteúdos]► Distribuição e exibição cinematográfica [Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas]► Media [Lusomundo Serviços e Lusomundo Media]► Outras operações multimédia [PT Multimedia e outras]

► Resultados consolidados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS⁽¹⁾

milhões de euros

	2004	2003	Δ 04/03
Proveitos operacionais	6 022,9	5 776,1	4,3%
Rede fixa	2 123,8	2 138,1	(0,7%)
Móvel Portugal • TMN	1 444,3	1 346,7	7,2%
Móvel Brasil • Vivo	1 503,0	1 361,5	10,4%
Multimédia • PT Multimedia	729,0	683,5	6,7%
Outros	222,8	246,3	(9,6%)
Custos operacionais excluindo amortizações	3 696,9	3 508,4	5,4%
Custos com o pessoal	746,2	705,9	5,7%
Custos com benefícios de reforma (PRB)	138,5	222,9	(37,9%)
Custos de telecomunicações	552,3	587,1	(5,9%)
Subsídios	(15,1)	(20,6)	(26,7%)
Custos com manutenção e reparação	119,6	126,5	(5,5%)
Trabalhos para a própria empresa	(89,5)	(74,5)	20,2%
Custos das matérias-primas e consumíveis	68,4	74,0	(7,5%)
Custo das mercadorias vendidas	594,7	550,2	8,1%
Custos com produção de listas telefónicas	86,9	90,4	(3,9%)
Marketing e publicidade	188,7	141,9	33,0%
Outros fornecimentos e serviços	1 075,9	966,5	11,3%
Provisões	171,7	130,8	31,3%
Outros proveitos operacionais líquidos	(67,3)	(90,0)	(25,2%)
Impostos, excluindo impostos sobre rendimento	126,0	97,1	29,7%
Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA)	2 325,9	2 267,7	2,6%
Amortizações	957,3	954,0	0,4%
Resultados operacionais	1 368,6	1 313,7	4,2%
Outros custos/(proveitos)	587,8	616,4	(4,6%)
Juros suportados, líquidos	202,9	201,8	0,5%
Diferenças de câmbio desfavoráveis, líquidas	32,7	41,9	(21,9%)
Outros custos/(proveitos) financeiros, líquidos	12,5	(95,4)	n.s.
Amortização do goodwill	97,1	110,6	(12,2%)
Menos/(mais)-valias na alienação de imobilizado, líquidas	12,0	(28,6)	n.s.
Perdas/(ganhos) em empresas associadas, líquidas	(27,7)	19,2	n.s.
Custos com programa redução de efectivos	170,8	314,1	(45,6%)
Itens não recorrentes, líquidos	87,4	52,8	65,6%
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	780,8	697,3	12,0%
Imposto sobre o rendimento	(179,1)	(377,9)	(52,6%)
Interesses minoritários	(101,6)	(79,2)	28,2%
Resultado consolidado líquido	500,1	240,2	108,2%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

Proveitos operacionais consolidados

Os proveitos operacionais consolidados aumentaram 4,3% em 2004, para 6 023 milhões de euros, em resultado da maior contribuição da Vivo, da TMN e da PT Multimedia. Considerando uma taxa de câmbio real/euro constante, os proveitos operacionais consolidados em 2004 teriam registado um aumento de 5,5%, face a igual período do ano anterior, para 6 093 milhões de euros.

Em 2004, a Mascom Wireless Proprietary Limited (“Mascom”, empresa de telecomunicações móveis no Botswana) passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial em detrimento da consolidação integral, devido ao facto do investimento nesta empresa participada ter estado em processo de alienação (que se iniciou no final de 2003 e ficou concluído em Setembro de 2004). A alteração do método de consolidação da Mascom teve um impacto negativo de 1,1pp no crescimento dos proveitos operacionais consolidados em 2004. Anteriormente, os proveitos operacionais da Mascom eram incluídos em “Outros Negócios”.

Os proveitos operacionais das operações em Portugal registaram um acréscimo de 3,1% em 2004, face a igual período do ano anterior, em resultado do forte desempenho da TMN e da PT Multimedia.

Em 2004, as receitas de retalho das operações em Portugal (rede fixa e TV por subscrição) aumentaram 2%, para 1 837 milhões de euros, com a receita média mensal por casa (ARPH) a aumentar para 42 euros, face a 41,1 euros em 2003. O forte crescimento dos serviços de banda larga e dos produtos de vídeo está a alterar decisivamente a composição do ARPH. As receitas de dados e de vídeo representaram, respetivamente, cerca de 9,9% e de 20,6% do ARPH em 2004, em comparação com 5,8% e 18,5% em 2003. Na rede fixa, as receitas de retalho líquidas (receitas de retalho menos os correspondentes custos de telecomunicações) aumentaram 3,6% em 2004, para 1 152 milhões de euros, reflectindo o sucesso do ADSL e dos novos planos de preços.

A contribuição dos negócios móveis para os proveitos operacionais consolidados aumentou 2pp para 48,9% em 2004, tendo a Vivo representado 25% dos proveitos operacionais consolidados em 2004, um aumento de 1,4pp face ao ano anterior.

A diferença na taxa de crescimento dos proveitos operacionais do segmento de negócio TMN e a contribuição desse negócio para os proveitos operacionais consolidados resulta da redução das tarifas de interligação fixo-móvel ocorrida durante o exercício de 2004.

CONTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO			
	2004	2003	Δ 04/03
Rede fixa	2 123,8	2 138,1	(0,7%)
Móvel Portugal • TMN	1 444,3	1 346,7	7,2%
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	1 503,0	1 361,5	10,4%
Multimédia • PT Multimedia	729,0	683,5	6,7%
TV por subscrição e Internet cabo	494,6	432,2	14,4%
Outros	222,8	246,3	(9,6%)
Proveitos operacionais consolidados	6 022,9	5 776,1	4,3%
Total receitas de retalho • Portugal	1 837,8	1 801,9	2,0%
Rede fixa	1 377,2	1 403,1	(1,8%)
TV por subscrição e Internet cabo	460,6	398,8	15,5%
Receita média por casa (ARPH)	42,0	41,1	2,0%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

PROVEITOS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO			
	2004	2003	Δ 04/03
Rede fixa	2 266,3	2 287,9	(0,9%)
Móvel Portugal • TMN	1 588,3	1 522,6	4,3%
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	1 503,0	1 361,5	10,4%
Multimédia • PT Multimedia	729,8	684,3	6,6%
TV por subscrição e Internet cabo	495,6	432,8	14,5%
Outras e eliminações	(64,5)	(80,2)	(19,6%)
Proveitos operacionais consolidados	6 022,9	5 776,1	4,3%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

Resultados operacionais antes de amortizações [EBITDA]

O EBITDA aumentou 2,6% em 2004, face a igual período do ano anterior, para 2 326 milhões de euros, apesar do decréscimo de 0,6pp da margem EBITDA, para 38,6%. Em termos absolutos, o crescimento do EBITDA em 2004 resultou do contributo da TMN e da PT Multimedia. Em termos de margem, a performance melhorou em todos os segmentos de negócio em Portugal, sendo a pressão nas margens da Vivo explicada pelo forte crescimento da base de clientes e pelo aumento da concorrência.

Considerando uma taxa de câmbio real/euro constante, o EBITDA em 2004 teria registado um aumento de 3,6%, face a igual período do ano anterior, para 2 348 milhões de euros. A alteração no método de consolidação da Mascom supra-referida teve um impacto negativo de 1,2pp no crescimento do EBITDA de 2004. Anteriormente, o EBITDA da Mascom era incluído em “Outros Negócios”.

O EBITDA das operações em Portugal foi o motor de crescimento do EBITDA do Grupo, tendo registado um aumento de 6,3% em 2004. O efeito combinado da estabilização do negócio de rede fixa com a forte melhoria da margem na PT Multimedia e na TMN suportaram a performance positiva das operações em Portugal.

A contribuição dos negócios móveis para o EBITDA consolidado aumentou 0,6pp, para 53,4%, em 2004. Em 2004, o contributo da TMN para o EBITDA consolidado aumentou 1,7pp para 32,1%, enquanto que o contributo da Vivo diminuiu 1,1pp para 21,3%.

Em 2004, a contribuição da PT Multimedia para o EBITDA consolidado aumentou 2,3pp, para 8,2%, devido essencialmente ao aumento de 42,6% no EBITDA do negócio de TV por subscrição e Internet por cabo, que atingiu uma margem EBITDA de 40% no quarto trimestre de 2004.

EBITDA POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

milhões de euros

	2004	2003	Δ 04/03	2004 Margem
Rede fixa	902,4	907,3	(0,5%)	39,8
Móvel Portugal • TMN	746,7	689,9	8,2%	47,0
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	496,3	508,7	(2,4%)	33,0
Multimédia • PT Multimedia	191,6	134,7	42,2%	26,3
TV por subscrição e Internet cabo	182,8	128,2	42,6%	36,9
Outros	(11,1)	27,2	n.s.	n.s.
Total EBITDA	2 325,9	2 267,7	2,6%	38,6
Margem EBITDA (%)	38,6	39,3	(0,6pp)	

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados totalizaram 4 654 milhões de euros em 2004, um aumento de 4,3% face a 2003, em linha com o crescimento verificado nos proveitos operacionais consolidados.

Os custos com pessoal aumentaram 5,7% em 2004 face a 2003, ascendendo a 746 milhões de euros, equivalente a 12,4% dos proveitos operacionais consolidados (12,2% em 2003). No que se refere à rede fixa, que representa 39,5% do total de custos com pessoal consolidados, verificou-se uma redução de 6,2% face a 2003, em resultado do programa de redução de efectivos implementado. O contributo da Vivo para os custos com pessoal aumentou 23,8% em 2004, essencialmente em resultado da TCO ter apenas sido consolidada pela Vivo a partir de Maio de 2003.

Os custos com benefícios de reforma (PRB) diminuíram 37,9% em 2004 face a 2003, para 139 milhões de euros, equivalente a 2,3% dos proveitos operacionais consolidados. Esta redução ficou a dever-se essencialmente a uma alteração recente da lei portuguesa para o cálculo dos benefícios de reforma, a qual gerou um ganho com serviços passados de 67 milhões de euros. Adicionalmente, o Governo Português aprovou um aumento da sua comparticipação para os planos de saúde da PT Comunicações, o que implicou igualmente uma redução dos PRB em 2004.

Os custos de telecomunicações diminuíram 5,9% em 2004 face a 2003, para 552 milhões de euros, em resultado essencialmente de menores volumes de tráfego na rede fixa e da redução das tarifas de interligação fixo-móvel em Portugal. Os custos de telecomunicações representaram 9,2% dos proveitos operacionais consolidados em 2004.

Os custos das mercadorias vendidas aumentaram 8,1% em 2004 face a 2003, para 595 milhões de euros, em resultado essencialmente do forte crescimento do número de clientes da Vivo e das alterações na contabilização dos custos relacionados com a angariação de clientes (SAC) na TMN, em antecipação da entrada em vigor dos IFRS. Os SAC incorridos durante o ano de 2004 não foram diferidos, tendo sido registados em custos do ano, enquanto que aqueles respeitantes a anos anteriores continuaram a ser amortizados em custos operacionais. Esta rubrica de custos representou 9,9% dos proveitos operacionais consolidados em 2004.

Os custos de marketing e publicidade registaram um aumento de 33% em 2004 face a 2003, para 189 milhões de euros, em resultado essencialmente do aumento dos custos com publicidade e com campanhas promocionais relacionadas com o lançamento de novos produtos e serviços em todas as unidades de negócio. O aumento nesta rubrica resulta também do facto da TCO ter sido apenas consolidada integralmente pela Vivo a partir de Maio de 2003. Os custos de marketing e publicidade representaram 3,1% dos proveitos operacionais consolidados em 2004.

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS⁽¹⁾

	milhões de euros			
	2004	2003	Δ 04/03	2004 % Receitas
Custos com pessoal	746,2	705,9	5,7%	12,4
Custos benefícios de reforma	138,5	222,9	(37,9%)	2,3
Custos de telecomunicações	552,3	587,1	(5,9%)	9,2
Custos mercadorias vendidas	594,7	550,2	8,1%	9,9
Marketing e publicidade	188,7	141,9	33,0%	3,1
Provisões	171,7	130,8	31,3%	2,9
Outros fornecimentos e serviços	1 075,9	966,5	11,3%	17,9
Outros custos operacionais	228,9	203,0	12,8%	3,8
Custos operacionais excluindo amortizações	3 696,9	3 508,4	5,4%	61,4
Amortizações	957,3	954,0	0,4%	15,9
Custos operacionais	4 654,3	4 462,4	4,3%	77,3

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

As provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos em 2004 registaram um aumento de 31,3% face a 2003, para 172 milhões de euros. Este aumento resultou principalmente de um maior nível de provisões no negócio de rede fixa, decorrente essencialmente do registo de provisões não recorrentes para cobrir riscos relacionados com processos jurídicos e arbitrais instaurados contra a PT Comunicações. Esta rubrica de custos representou 2,9% dos proveitos operacionais consolidados em 2004.

Os custos com outros fornecimentos e serviços em 2004 aumentaram 11,3% face a 2003, para 1 076 milhões de euros. Para além do facto da TCO ter sido apenas consolidada integralmente pela Vivo a partir de Maio de 2003, verificou-se um aumento nos custos comerciais, nomeadamente comissões e call centres, em resultado do forte crescimento da banda larga e dos planos de preços no negócio da rede fixa, bem como do crescimento do número de clientes na Vivo. Esta rubrica representou 17,9% dos proveitos operacionais consolidados em 2004.

As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo mantiveram-se constantes em 2004 face a 2003, em 957 milhões de euros. Excluindo o efeito da transferência de parte do goodwill relativo às subsidiárias da Vivo para a rubrica de licenças de imobilizado incorpóreo, descrita infra, que teve um impacto nesta rubrica de 42 milhões de euros, as amortizações do exercício teriam diminuído 4,1% face ao ano anterior. As amortizações foram superiores ao investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo (capex) em 174 milhões de euros, resultando num rácio de capex sobre amortizações de 0,82 vezes em 2004. Esta rubrica de custos representou 15,9% dos proveitos operacionais consolidados em 2004.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de 1 369 milhões de euros em 2004, um aumento de 4,2% face ao ano anterior, com a margem operacional a manter-se estável nos 22,7%.

Resultado líquido

O resultado líquido situou-se em 500 milhões de euros em 2004, um aumento de 108,2% face a 2003. Excluindo os custos com o programa de redução de efectivos, o resultado líquido em 2004 teria aumentado 38,5% face a 2003 para 624 milhões de euros.

Os encargos financeiros líquidos mantiveram-se estáveis em 2004, situando-se em 203 milhões de euros, correspondendo a um custo médio da dívida de aproximadamente 6,2% em 2004, considerando os empréstimos obtidos pela Vivo no Brasil.

As perdas cambiais líquidas totalizaram 33 milhões de euros em 2004, face a 42 milhões de euros no ano anterior, em resultado essencialmente da evolução da taxa de câmbio do real ao longo do período.

Os outros custos financeiros líquidos ascenderam a 13 milhões de euros em 2004, o que compara com um ganho líquido de 95 milhões de euros no ano anterior. Esta rubrica inclui despesas financeiras diversas, nomeadamente comissões bancárias e taxas relacionadas. Em 2003, esta rubrica incluiu ganhos relacionados com a redução de uma provisão constituída para cobertura de eventuais perdas em equity swaps com acções da PT e acções da PT Multimedia, em resultado da valorização em 2004 da cotação dos activos subjacentes, bem como ganhos obtidos em certos instrumentos financeiros derivativos.

A amortização do goodwill situou-se em 97 milhões de euros em 2004, um decréscimo de 12,2% face a 2003. No final de 2003, foi efectuada uma transferência de parte do goodwill relativo às subsidiárias da Vivo para a rubrica de licenças do imobilizado incorpóreo, sendo que essa transferência corresponde ao valor atribuído a licenças detidas por subsidiárias da Vivo. A amortização destas licenças, que em 2004 ascendeu aproximadamente a 33 milhões de euros, passou a ser incluída na rubrica "Amortizações". Excluindo este efeito, esta rubrica teria aumentado 26,4% face ao ano anterior, principalmente em resultado da adopção do método linear para a amortização do goodwill, ao invés do método utilizado em anos anteriores (não linear, em função das receitas da Vivo), em antecipação da entrada em vigor dos IFRS. Em 2004, a rubrica "Amortização do Goodwill" incluiu essencialmente amortizações associadas aos investimentos na Vivo (39 milhões de euros), na PT Multimedia (10 milhões de euros), na PT.COM (9 milhões de euros), na Lusomundo Media (8 milhões de euros), na PT Comunicações (7 milhões de euros) e na Lusomundo Audiovisuais (6 milhões de euros).

As perdas líquidas na alienação de imobilizado ascenderam a 12 milhões de euros, o que compara com ganhos líquidos de 29 milhões de euros no ano anterior. Em 2003, esta rubrica incluiu um ganho de 35 milhões de euros referente à alienação de um edifício para o fundo de pensões.

Os ganhos relativos a empresas associadas ascenderam a 28 milhões de euros em 2004, o que compara com perdas líquidas de 19 milhões de euros em 2003. Em 2004, esta rubrica incluiu essencialmente a proporção da PT nos resultados da CTM (Macau), da Unitel (Angola), da Mascom (Botswana) e Páginas Amarelas, no total de 39 milhões de euros, e nos prejuízos da Médi Télécom (Marrocos), da TV Cabo Macau e Banco Best, no total de 10 milhões de euros. A melhoria significativa ocorrida nesta rubrica face ao ano anterior de 47 milhões de euros resultou essencialmente: (1) da redução dos prejuízos da Médi Télécom (de 25 milhões de euros para 6 milhões de euros) e Sport TV (de 5 milhões de euros para 1 milhão de euros); (2) do aumento dos resultados da Unitel (de 6 milhões de euros para 17 milhões

de euros); e (3) da alteração da consolidação integral da Mascom para o método de equivalência patrimonial em 2004 (resultados líquidos de 8 milhões de euros em 2004).

Os custos com o programa de redução de efectivos situaram-se em 171 milhões de euros em 2004 (314 milhões de euros em 2003) e referem-se essencialmente à redução de 651 trabalhadores no negócio de rede fixa. Esta rubrica representa maioritariamente o valor actual dos salários a serem pagos aos empregados em situação de pré-reforma e de suspensão do contrato de trabalho até à idade da reforma, correspondendo por isso a um reconhecimento antecipado de custos futuros.

Os custos não recorrentes líquidos totalizaram 87 milhões de euros em 2004, o que compara com custos líquidos de 53 milhões de euros no ano anterior. Em 2004, esta rubrica inclui essencialmente uma provisão de 40 milhões de euros para fazer face a perdas potenciais identificadas na análise da recuperabilidade dos investimentos do Grupo no negócio de audiovisuais, uma provisão de 26 milhões de euros no negócio da TV por subscrição referente ao desmantelamento da oferta analógica dos canais Premium e custos de 10 milhões de euros no negócio da rede fixa para resolução de um litígio com a Deco.

O custo relativo ao imposto sobre o rendimento diminuiu em 2004 para 179 milhões de euros, face a 378 milhões de euros em 2003, principalmente em resultado: (1) do reconhecimento no ano de 2004 de impostos diferidos activos de 103 milhões de euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis da PT Multimedia; e (2) do reconhecimento no ano de 2003 de um ajustamento contabilístico negativo nos valor dos impostos diferidos, de 142 milhões de euros, resultante da diminuição da taxa agregada de imposto em Portugal de 33% para 27,5%, que implicou o registo nesse exercício de um custo extraordinário na rubrica "Imposto sobre o rendimento" de igual montante. Em 2004, esta rubrica inclui um montante de 238 milhões de euros, que corresponde a uma redução dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, registados em anos anteriores e que por isso não tem qualquer impacto em termos monetários.

► Capex

CAPEX POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	2004	2003	Δ 04/03	2004 % Receitas
Rede fixa	206,4	165,3	24,9%	9,1
Móvel Portugal • TMN	158,8	168,5	(5,8%)	10,0
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	264,5	164,6	60,7%	17,6
Multimédia • PT Multimedia	80,5	57,4	40,2%	11,0
TV por subscrição e Internet cabo	70,6	44,4	59,0%	14,3
Outros	72,8	95,8	(24,0%)	n.s.
Total do capex	783,0	651,6	20,2%	13,0

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

Em 2004, o total do capex do Grupo aumentou 20,2% para 783 milhões de euros, em resultado dos aumentos verificados na rede fixa, na Vivo e na PT Multimedia. Em 2004, o capex consolidado foi equivalente a 13% dos proveitos operacionais consolidados.

O capex do negócio de rede fixa em 2004 ascendeu a 206 milhões de euros, um aumento de 24,9% em relação ao ano anterior e equivalente a um rácio de capex sobre as receitas de 9,1%. Este aumento resultou essencialmente do forte crescimento dos acessos de banda larga.

O capex da TMN diminuiu 5,8% em 2004, para 159 milhões de euros, equivalente a 10% das receitas. Excluindo o investimento de 33 milhões de euros efectuado em 2003 referente ao acordo celebrado entre os três operadores móveis portugueses e a OniWay, o capex da TMN em 2004 teria aumentado 17,2% face ao ano anterior. Em 2004, cerca de um terço do capex da TMN foi gasto com o desenvolvimento da rede UMTS.

Em 2004, a proporção da PT no capex da Vivo aumentou 60,7% para 265 milhões de euros, equivalente a 17,6% dos proveitos operacionais. Este aumento do capex resultou essencialmente do investimento em aumento de capacidade, do progressivo rollout da tecnologia 1xRTT e do lançamento do EV-DO, bem como do facto da TCO ter sido apenas consolidada a partir de Maio de 2003.

Em 2004, o capex da PT Multimedia aumentou 40,2% face a 2003 para 81 milhões de euros, equivalente a 11% dos proveitos operacionais. Em 2004, cerca de um terço do capex da PT Multimedia foi gasto com a aquisição de equipamento terminal, incluindo set-top boxes e cable modems.

Em 2004, o capex dos outros negócios decresceu 24% para 73 milhões de euros, em resultado essencialmente do desenvolvimento de uma plataforma de serviços partilhados e do lançamento do projecto SAP corporativo, tendo em vista o aumento de eficiência dos processos de back office do Grupo. Esta rubrica inclui também investimentos em tecnologias de informação e I&D, bem como o capex relativo a outras operações do grupo que são consolidadas integralmente, mas que não fazem parte dos segmentos de negócio reportados separadamente.

► Cash flow

EBITDA menos CAPEX POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	2004	2003	△ 04/03	2004 % Receitas
Rede fixa	696,0	742,0	(6,2%)	30,7
Móvel Portugal • TMN	587,9	521,4	12,8%	37,0
Móvel Brasil • Vivo ⁽¹⁾	231,8	344,1	(32,6%)	15,4
Multimédia • PT Multimedia	111,1	77,2	43,8%	15,2
TV por subscrição e Internet cabo	112,2	83,8	33,9%	22,6
Outros	(83,9)	(68,6)	n.s.	n.s.
Total EBITDA menos Capex	1 542,9	1 616,1	(4,5%)	25,6

FREE CASH FLOW

	2004	2003	△ 04/03
EBITDA menos Capex	1 542,9	1 616,1	(4,5%)
Itens não monetários incluídos no EBITDA			
Custos com benefícios de reforma	138,5	222,9	(37,9%)
Provisões e outros itens não monetários	37,9	21,2	n.s.
Diminuição do fundo de maneio	36,8	32,3	14,0%
Cash flow operacional	1 756,2	1 892,6	(7,2%)
Aquisição de investimentos financeiros ⁽¹⁾	(322,8)	(343,0)	(5,9%)
Participação de accionistas minoritários em aumentos de capital de subsidiárias	94,5	0,0	n.s.
Juros pagos	(252,6)	(285,9)	(11,7%)
Pagamentos relativos a benefícios de reforma ⁽²⁾	(298,6)	(225,1)	32,7%
Impostos sobre o rendimento pagos por subsidiárias	(66,0)	(53,7)	22,9%
Outros movimentos monetários	(34,8)	229,5	n.s.
Free cash flow	876,0	1 214,4	(27,9%)

(1) Considerando uma taxa de câmbio média real/euro de 3,6359 em 2004 e de 3,4849 em 2003.

(1) Em 2004, esta rubrica inclui os seguintes pagamentos: (1) 16 milhões de euros relativos ao aumento da posição de cerca de 17% no capital da Sport TV; (2) 40 milhões de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Sport TV para a aquisição dos direitos de transmissão televisiva da Liga Portuguesa de Futebol; (3) 7 milhões de euros para a aquisição de 1,93% do capital da Media Capital; (4) 10 milhões de euros relativos à proporção da PT na aquisição pela Vivo de mais 10,5% do capital da Sudestecel (uma holding intermédia que detém uma posição de controlo na Telé Sudeste Celular Participações); (5) 13 milhões de euros relativos à proporção da PT no pagamento pela TCP de uma prestação adicional referente à aquisição da TCO realizada em 2003; (6) 86 milhões de euros relativos à proporção da PT na aquisição pela Brasilcel de mais 4,2% da Tele Sudeste Celular Participações, 22,7% da Tele Leste Celular Participações e 15,5% da CRT Celular Participações; e (7) 127 milhões de euros relativos à proporção da PT na aquisição pela TCP de mais 21,7% da TCO. (2) Em 2004, esta rubrica incluiu: (1) 68 milhões de euros referentes a contribuições adicionais para o fundo de pensões efectuadas durante o período, relativas à redução do pessoal ocorrida em 2003 e 2004; (2) 58 milhões de euros referentes às contribuições normais para os fundos de pensões efectuadas durante o período; (3) 143 milhões de euros referentes ao pagamento de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma; e (4) 30 milhões de euros referentes a pagamentos à PT ACS relativos a custos com cuidados de saúde prestados a trabalhadores reformados, pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma. O aumento de 32,7% verificado nesta rubrica resultou essencialmente de, em 2003, parte do total das contribuições para os fundos de pensões ter sido efectuado através da contribuição em espécie do edifício sede (96 milhões de euros).

O EBITDA menos Capex atingiu 1 543 milhões de euros em 2004, uma diminuição de 4,5% em relação ao ano anterior, em resultado das reduções verificadas na rede fixa e na Vivo, que compensaram o aumento ocorrido na TMN e na PT Multimedia. O EBITDA menos Capex dos segmentos de negócio em Portugal registou um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior e correspondeu a aproximadamente 90% do total do EBITDA menos Capex do Grupo em 2004.

Em 2004, o cash flow operacional decresceu 7,2% face ao ano anterior, para 1 756 milhões de euros, em resultado do decréscimo do EBITDA menos Capex, excluindo custos com benefícios de reforma provisões e outros itens não monetários. O Free Cash Flow ascendeu a 876 milhões de euros em 2004, um decréscimo de 27,9% em relação ao ano anterior,

essencialmente em resultado do seguinte: (1) do decréscimo de 7,2% no cash flow operacional de 2004, conforme supra-referido; (2) de em 2003 ter ocorrido um reembolso de pagamentos por conta de IRC de 201 milhões de euros; e (3) de em 2004 se ter verificado um aumento de 32,7% nos pagamentos relativos a benefícios de reforma, conforme supra-explicado. Excluindo o impacto do reembolso de pagamentos por conta de IRC ocorrido em 2003, o Free Cash Flow teria decrescido apenas 13,5% em relação ao ano anterior. Em 2004, a aquisição de investimentos financeiros incluiu um montante de 213 milhões de euros referente à proporção da PT nos investimentos efectuados pela Vivo em ofertas públicas de aquisição no Brasil, completadas com sucesso no quarto trimestre de 2004, as quais permitiram reforçar a sua posição económica nas operadoras móveis brasileiras que controla.

► Balanço consolidado

O gearing [Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Capital Próprio + Interesses Minoritários)] em 31 de Dezembro de 2004 aumentou para 48,7%, face a 47,3% no final de 2003, enquanto que o indicador [(Capital Próprio + Dívida de Longo Prazo)/Total do Activo] decresceu de 55,3% em 2003 para 49,1% em 2004. O indicador Dívida Líquida/EBITDA no final do mês de Dezembro de 2004 era de 1,3 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA de 11,5 vezes.

A exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil totalizou aproximadamente 8 000 milhões de reais a 31 de Dezembro de 2004 (2 206 milhões de euros ao câmbio real/euro em 31 de Dezembro de 2004). Os activos denominados em reais no balanço em 31 de Dezembro de 2004 totalizaram 4 164 milhões de euros, equivalente a aproximadamente 32,1% do total do activo. Aproximadamente 98% da exposição líquida da PT ao Brasil corresponde ao investimento de 50% na Vivo.

A provisão para benefícios de reforma aumentou em 14 milhões de euros, para 1 270 milhões de euros no final de 2004, em resultado da diferença entre os pagamentos relativos a benefícios de reforma efectuados durante o ano (299 milhões de euros) e os custos do exercício com benefícios de reforma e com o programa de redução de efectivos, que ascenderam em 2004 a 139 milhões de euros e 171 milhões de euros, respectivamente.

BALANÇO CONSOLIDADO

	milhões de euros	
	31 Dez 2004	31 Dez 2003
Activo circulante		
Disponibilidades e títulos negociáveis	1 940,1	2 531,1
Dívidas de terceiros de curto prazo, líquidos	1 622,4	1 517,3
Existências, líquidas	177,1	102,9
Impostos diferidos activos (curto prazo)	773,8	748,1
Custos diferidos e outros activos circulantes	153,6	140,2
Investimentos financeiros, líquido	432,6	448,1
Imobilizado corpóreo, líquido	4 062,9	4 268,0
Imobilizado incorpóreo, líquido	3 212,9	3 150,1
Impostos diferidos activos (médio e longo prazo)	492,0	583,5
Outros activos	96,1	68,5
Total do activo	12 963,4	13 557,8
Passivo circulante		
Dívidas de curto prazo	1 396,8	1 191,1
Dívidas a terceiros	1 399,6	1 225,9
Acréscimos de custos	638,5	589,4
Impostos a pagar	82,8	102,9
Proveitos diferidos	237,5	212,4
Impostos diferidos passivos (curto prazo)	27,9	32,8
Passivo de médio e longo prazo	3 666,2	4 555,6
Responsabilidades com benefícios de reforma	1 269,9	1 256,0
Impostos diferidos passivos (médio e longo prazo)	288,7	300,7
Provisões para outros riscos e encargos	460,9	361,4
Outros passivos	208,8	144,8
Total do passivo	9 677,6	9 973,0
Interesses minoritários	581,0	644,0
Capital próprio	2 704,8	2 940,8
Total do passivo, interesses minoritários e capital próprio	12 963,4	13 557,8

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada da PT em 31 de Dezembro de 2004 situou-se em 3 123 milhões de euros, uma diminuição de 93 milhões de euros em relação ao final de 2003, em resultado essencialmente do Free Cash Flow gerado no ano, de 876 milhões de euros, e o cash utilizado para o pagamento de dividendos (267 milhões de euros) e para a aquisição de acções próprias (495 milhões de euros). No âmbito do programa de recompra de acções próprias anunciado em Setembro de 2003, a PT detinha, no final de 2004, equity swaps sobre acções PT com um valor nocional de 190 milhões de euros, nos termos dos quais tem a opção de adquirir acções próprias equivalentes a 1,72% do seu capital social anterior ao cancelamento de acções próprias efectuado em 28 de Dezembro de 2004.

VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

	milhões de euros		
	2004	2003	Δ 04/03
Dívida líquida (balanço inicial)	3 215,6	4 037,0	(20,3%)
Free cash flow	876,0	1 214,4	(27,9%)
Ganhos/(perdas) em instrumentos derivados	(20,9)	54,9	n.s.
Efeitos de conversão cambial da dívida em dólares e reais	0,3	1,6	(81,5%)
Impacto da consolidação da TCO	–	(52,9)	n.s.
Dividendos pagos	(267,5)	(200,7)	33,3%
Aquisição de acções próprias ⁽¹⁾	(495,3)	(195,9)	152,8%
Dívida líquida (balanço final)	3 123,0	3 215,6	(2,9%)
Variação da dívida líquida	92,6	821,4	(88,7%)
Variação da dívida líquida (%)	(2,9%)	(20,3%)	17,5pp

(1) Em 2004, esta rubrica inclui 14 milhões de euros referentes a aquisições efectuadas durante o quarto trimestre de 2003 e 481 milhões de euros referentes a aquisições efectuadas durante 2004.

DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA

	milhões de euros			
	2004	2003	Variação	Δ 04/03
Dívida curto prazo	1 396,8	1 191,1	205,8	17,3%
Obrigações convertíveis	473,9	293,8	180,1	61,3%
Outros empréstimos obrigacionistas	0,0	450,5	(450,5)	(100,0%)
Empréstimos bancários	585,0	124,7	460,3	369,1%
Outros empréstimos obtidos	338,0	322,1	15,9	4,9%
Dívida de médio e longo prazo	3 666,2	4 555,6	(889,4)	(19,5%)
Obrigações convertíveis	390,3	440,3	(50,0)	(11,4%)
Outros empréstimos obrigacionistas	1 848,2	2 669,1	(821,0)	(30,8%)
Empréstimos bancários	1 337,0	1 363,6	(26,6)	(1,9%)
Outros empréstimos obtidos	90,7	82,5	8,1	9,9%
Passivo remunerado	5 063,1	5 746,7	(683,6)	(11,9%)
Disponibilidades	1 940,1	2 531,1	(591,0)	(23,3%)
Dívida líquida consolidada	3 123,0	3 215,6	(92,6)	(2,9%)
Nocial de contratos de equity swaps – acções próprias	189,5	197,5	(7,9)	(4,0%)
Empréstimos intra-grupo à TCP	88,1	582,3	(494,2)	(84,9%)

Em 31 de Dezembro de 2004, 72,4% da dívida da PT era de médio e longo prazo, sendo 55,2% do endividamento total a taxas fixas. Nessa data, 84,6% da dívida estava denominada em euros, 2,3% em dólares americanos e 13% em reais brasileiros. A maturidade média da dívida da PT é actualmente de 3,5 anos. No final de 2004, os únicos empréstimos da PT com rating triggers (no caso do rating da PT ser igual a BBB+) eram dois empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), totalizando 150 milhões de euros. Em Dezembro de 2004, a PT estabeleceu com o BEI uma linha de crédito disponível no montante de 150 milhões de euros, que tem os mesmos rating triggers que os anteriores empréstimos. Adicionalmente, a PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 875 milhões de euros, dos quais 313 milhões de euros estavam utilizados em 31 de Dezembro de 2004. A PT detém ainda linhas de crédito disponíveis no montante de 900 milhões de euros, tendo utilizado em 31 de Dezembro de 2004 um montante total de 575 milhões de euros. A quase totalidade da dívida líquida da Vivo (50% consolidada pela PT, no montante de 372 milhões de euros) está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de swap.

Em 2004, o custo médio da dívida da PT, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais, foi de 6,2%. Excluindo a dívida brasileira, o custo médio da dívida foi de 4,7% em 2004.

PERFIL DA MATURIDADE DA DÍVIDA LÍQUIDA

milhões de euros

Maturidade	Dívida Líquida	Notas
2005	(543,3)	Disponibilidades líquidas, incluindo 585 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Novembro de 2001
2006	1 524,5	Inclui 390 milhões de euros de Obrigações Convertíveis emitidas em Dezembro de 2001 e 900 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Fevereiro de 2001
2007	458,4	
2008	507,1	
2009	959,0	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril de 1999
2010	77,8	
2011	66,5	
2012	46,0	
2013	25,9	
2014	0,8	
Total	3 123,0	

Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital próprio totalizava 2 705 milhões de euros, um decréscimo de 236 milhões de euros em relação ao final de 2003, em resultado essencialmente: (1) do pagamento de dividendos no montante de 267 milhões de euros; (2) da aquisição de acções próprias no montante de 481 milhões de euros, de acordo com o anunciado programa de share buyback; (3) da distribuição de acções da PT aos empregados no montante de 6 milhões de euros; (4) do resultado líquido gerado no exercício, de 500 milhões de euros; e (5) do efeito dos ajustamentos positivos de conversão cambial de 21 milhões de euros, resultantes essencialmente da apreciação do real face ao euro (euro/real de 3,6646 no final de 2003 comparativamente com euro/real de 3,6147 em 31 de Dezembro de 2004).

Na sequência do anúncio em Setembro de 2003 de um programa de share buyback correspondente a 10% do capital, a PT adquiriu até 31 de Dezembro de 2004 8,72% do seu capital, dos quais 7% através da aquisição de acções próprias e 1,72% através de equity swaps. Em 28 de Dezembro de 2004, as acções próprias em carteira, representando 7% do capital social da PT, foram canceladas, do que resultou uma redução do capital social de 1 254 milhões de euros para 1 166 milhões de euros.

Em 2 de Março de 2005, a PT detinha equity swaps sobre acções próprias, nos termos dos quais tem a opção de adquirir 37 628 550 acções PT, equivalentes a 3% do seu capital social antes da redução de capital efectuada em Dezembro de 2004.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa. Em 31 de Dezembro de 2004, as reservas distribuíveis ascendiam a 851 milhões de euros. O nível das reservas distribuíveis é influenciado pelo montante: (1) de acções próprias detidas; (2) do resultado líquido gerado; e (3) de dividendos pagos. Adicionalmente, as reservas distribuíveis podem ainda ser influenciadas negativamente pela depreciação do real face ao euro. Tendo em conta o nível de exposição da PT ao Brasil em 31 de Dezembro de 2004, a depreciação do real face ao euro só teria um impacto negativo nas reservas distribuíveis se a taxa de câmbio real/euro ultrapassasse os 4,2.

Benefícios de reforma

Em 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e suspensos, ascenderam a 4 294 milhões de euros (2 606 milhões de euros para pensões, 702 milhões de euros para cuidados de saúde e 986 milhões de euros para salários de trabalhadores pré-reformados). O PBO foi actualizado com base numa taxa de desconto de 5,75% para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde e de 4% para as responsabilidades com salários de pré-reformados e suspensos. Em 2004, o PBO aumentou em 247 milhões de euros face ao ano anterior, em resultado essencialmente de um incremento de 164 milhões de euros relacionado com o programa de redução de efectivos que abrangeu 651 trabalhadores e do aumento decorrente da alteração dos pressupostos actuariais (taxa de desconto e tabelas de mortalidade). Os planos de benefícios de reforma (pensões e cuidados de saúde), que se encontram fechados a novas entradas de trabalhadores, abrangem aproximadamente 34 500 trabalhadores, dos quais 32% são trabalhadores ainda ao serviço.

De acordo com as regras do Instituto de Seguros de Portugal, as responsabilidades com pensões de reforma relativas a reformados deverão estar integralmente fundeadas, sendo este o caso dos fundos de pensões da PT. No que diz respeito às responsabilidades relativas a pré-reformados e a trabalhadores ainda ao serviço, estas podem ser fundeadas até à idade das respectivas reformas. Estima-se que o período médio que decorre até à reforma dos trabalhadores actualmente ao serviço seja de 14 anos. Por razões fiscais, o financiamento corrente dos fundos de pensões encontra-se limitado a 25% da massa salarial dos trabalhadores abrangidos por esses fundos de pensões, e a PT em 2004 contribuiu também o máximo permitido ao abrigos destas limitações fiscais.

Em Portugal não existe legislação referente à constituição de fundos relativos a responsabilidades com cuidados de saúde (702 milhões de euros) e salários de pré-reformados (986 milhões de euros). A PT só tem que contribuir para esses benefícios quando, respectivamente, os cuidados de saúde são prestados aos trabalhadores e a correspondente despesa é cobrada à PT e quando os salários são pagos aos pré-reformados. Assim, não existe a necessidade de neste momento efectuar o financiamento desses benefícios. Contudo, a PT está a analisar alternativas fiscalmente eficientes que permitam efectuar o financiamento de alguns destes benefícios.

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor de mercado dos fundos de pensões ascendia a 1 973 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 145 milhões de euros face ao ano anterior. Este aumento resultou essencialmente da excelente performance dos fundos, que obtiveram uma rentabilidade de 8,1% em 2004, e a uma diversificação de investimentos por várias classes de activos, sendo que o investimento em acções representou 35% do investimento total. Em 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades não financiadas da PT relativas a benefícios de reforma ascendiam a 2 321 milhões de euros.

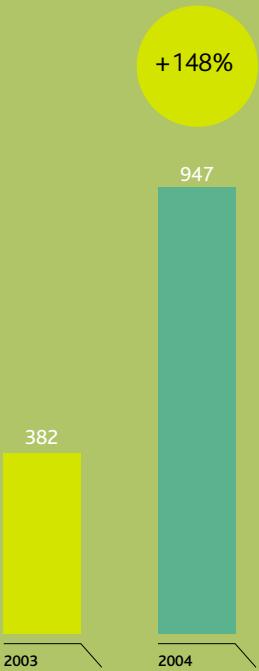
A reestruturação da gestão dos fundos de pensões encontra-se concluída, com novas regras de gestão já aprovadas em Conselho de Administração e Comissão Executiva da PT. Os novos bancos depositários e gestores de activos por classe foram igualmente aprovados. A repartição dos investimentos por classe de activos em 31 de Dezembro de 2004 era de 35% em acções, 34% em obrigações, 16% em imobiliário e 15% em disponibilidades e outros. A rentabilidade dos fundos de pensões até ao final de Fevereiro de 2005 foi de 1,3%.

Em 31 de Dezembro de 2004 os custos diferidos relacionados com benefícios de reforma ascendiam a 1 051 milhões de euros e o valor das responsabilidades não financiadas líquidas em 31 de Dezembro de 2004 ascendia a 1 270 milhões de euros, conforme registado no Balanço da PT nessa data, de acordo com o estabelecido na Norma Internacional de Contabilidade N.º 19.

Os custos diferidos relacionados com benefícios de reforma respeitam essencialmente a: (1) 65 milhões de euros referentes às responsabilidades à data de transição (data do reconhecimento inicial das responsabilidades com benefícios de reforma pela PT – ano de 1993), as quais estão a ser amortizadas pelo período estimado de vida laboral dos trabalhadores a essa data (18 anos); e (2) 993 milhões de euros referentes aos ganhos e perdas actuariais, que respeitam essencialmente às diferenças entre os pressupostos actuariais e os valores reais considerados nos estudos actuariais no final de cada ano (incluindo as diferenças na rentabilidade dos fundos, nos aumentos salariais e nos custos com a prestação de cuidados de saúde), as quais estão a ser amortizadas pelo período médio estimado de vida laboral dos trabalhadores (14 anos).

O custo com benefícios de reforma é registado em custos operacionais e inclui: (1) o custo com serviços do ano dos trabalhadores activos cobertos pelos planos; (2) o custo financeiro das responsabilidades não fundeadas; e (3) a amortização dos custos diferidos. Em 2004, o custo financeiro do PBO ascendeu a 213 milhões de euros. A rentabilidade esperada dos activos dos fundos de pensões, calculada com base no pressuposto de uma taxa de rentabilidade de 6%, registada a deduzir ao custo financeiro do PBO, ascendeu a 111 milhões de euros. O custo com serviços do ano ascendeu a 24 milhões de euros. A amortização das perdas actuariais e das responsabilidades à data da transição ascendeu a 80 milhões de euros. Adicionalmente, em 2004 foi apurado um ganho com serviços passados de 67 milhões de euros relacionado com a alteração do método de cálculo dos benefícios de reforma, para 90% do último ano de salário do trabalhador. Deste modo, o custo com benefícios de reforma em 2004 foi de 139 milhões de euros. Os pagamentos efectuados pela PT em 2004 em relação aos benefícios de reforma ascenderam a 299 milhões de euros, dos quais: (1) 126 milhões de euros em contribuições para os fundos de pensões; (2) 30 milhões de euros relativos a cuidados de saúde prestados a pensionistas, pré-reformados e suspensos; e (3) 143 milhões de euros relativos a salários pagos a pré-reformados e suspensos.

Para efeitos de cálculo de rácios de dívida e no caso das responsabilidades não financiadas com benefícios de reforma serem consideradas como dívida, o valor do EBITDA terá que ser ajustado em conformidade. De facto, caso as responsabilidades com benefícios de reforma fossem integralmente fundeadas, a rentabilidade esperada dos fundos de pensões seria equivalente ao custo financeiro associado ao PBO e, desse modo, o custo com benefícios de reforma diminuiria e o EBITDA aumentaria no mesmo montante. No caso da PT, o impacto no EBITDA de se efectuar o funding das responsabilidades não financiadas com benefícios de reforma seria um aumento do EBITDA em 102 milhões de euros.



Evolução dos planos de preços [milhares]

Sucesso no lançamento de novos planos de preços

O lançamento de três novas famílias de planos de preços, em 2004, foi uma medida importante para melhorar a percepção de valor dos serviços de rede fixa em Portugal. O sucesso destes planos de preços foi um passo significativo para o incremento da retenção de clientes e para o aumento do peso das receitas fixas no total dos proveitos.

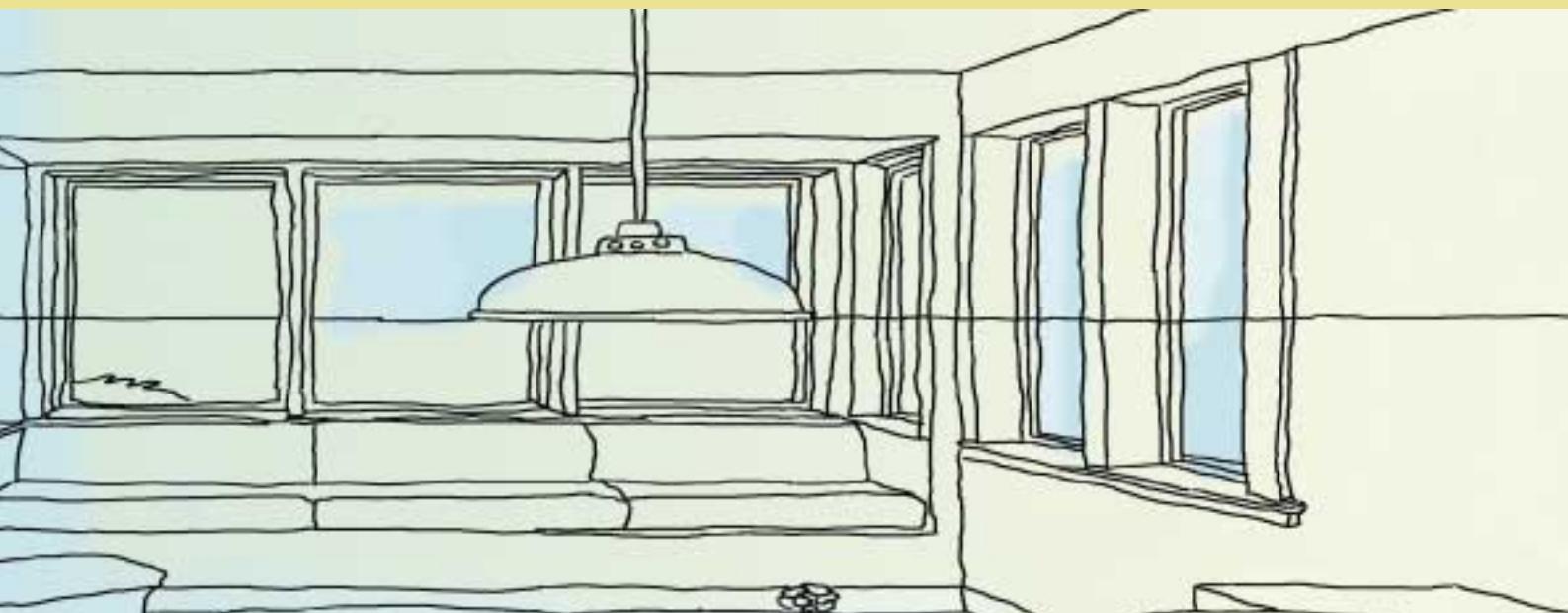
No início de 2004, a PT realizou um estudo para uma melhor compreensão da forma como os seus clientes vêem os preços da rede fixa e como estes se comparam com os preços de comunicação móvel. Neste estudo, a PT confirmou que os preços dos serviços de rede fixa eram encarados como superiores à realidade, o que em parte explica o efeito de substituição fixo-móvel. Em resultado desta análise, iniciou-se uma campanha de novos produtos de forma a corrigir a percepção incorrecta dos preços, lançando novos planos de preços baseados em três conceitos base – simplicidade, liberdade e desconto.

A simplicidade foi o primeiro conceito e o que teve mais sucesso em 2004. A PT lançou um plano de preço – "PT Simples" – que teve uma enorme aceitação e que cobra essencialmente a mesma tarifa para todas as chamadas fixo-fixo (5 céntimos por minuto). Este plano de preços, que no final de 2004 representava 34% dos planos de preços totais da PT, foi um sucesso, devido à preferência dos consumidores por produtos de fácil compreensão.

Adicionalmente, baseado no conceito de liberdade, a PT lançou um flat rate de fim-de-semana (3,9 euros por mês) com tráfego ilimitado. Este plano chamado "PT fim-de-semana", baseou-se na experiência obtida com a campanha que decorreu na Primavera, em que a PT ofereceu tráfego fixo-fixo durante treze domingos consecutivos, decorrente de um acordo com a Deco.

Em 2004, o negócio de rede fixa também lançou pacotes de planos de tráfego fixo-fixo em horário económico, por exemplo, o plano que oferece 200 minutos por 5,9 euros por mês. Estes planos são baseados no conceito de desconto, onde o cliente mantém o controlo sobre o seu consumo. A combinação dos planos "PT fim-de-semana" e os pacotes de minutos em período económico nos dias úteis foi um passo significativo para o aumento da percepção de valor dos produtos de rede fixa.

No final de 2004 a PT tinha praticamente um milhão de planos de preços, tendo adicionado 565 mil durante o ano.



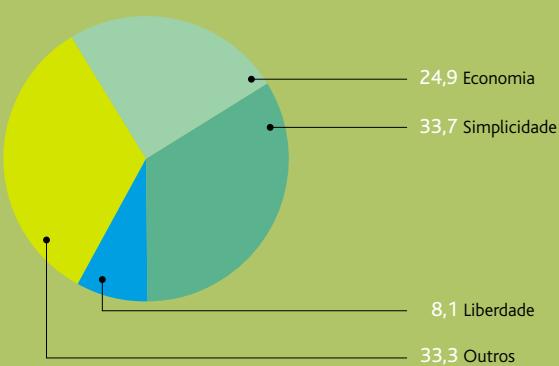
► Análise dos Resultados Operacionais

► Rede fixa

Em 31 de Dezembro de 2004, a PT detinha 100% das empresas subsidiárias incluídas neste segmento.

A estabilização do negócio de rede fixa em 2004 foi suportada por diversas iniciativas, que se focaram na retenção de clientes e na criação de novas oportunidades de receitas. No centro desta estratégia encontra-se a banda larga. A forte expansão do ADSL foi uma iniciativa chave para possibilitar o aumento da retenção de clientes, bem como para criar novas fontes de receitas, que poderão atenuar a pressão sentida nos serviços tradicionais de rede fixa.

Em 2004, Portugal foi um dos mercados da Europa que mais cresceu em termos de banda larga, fruto da opção estratégica tomada pela PT nesta matéria. Durante o ano assistiu-se ao lançamento de novos produtos de banda larga, que resultou numa vasta e inovadora oferta de produtos. O lançamento de um dos primeiros serviços pré-pagos de banda larga na Europa foi vital para o crescimento e para a entrada em novos segmentos de mercado. A revitalização da imagem da marca – Sapo ADSL – foi também um sucesso, tendo sido um importante contributo para o crescimento significativo do mercado de banda larga.

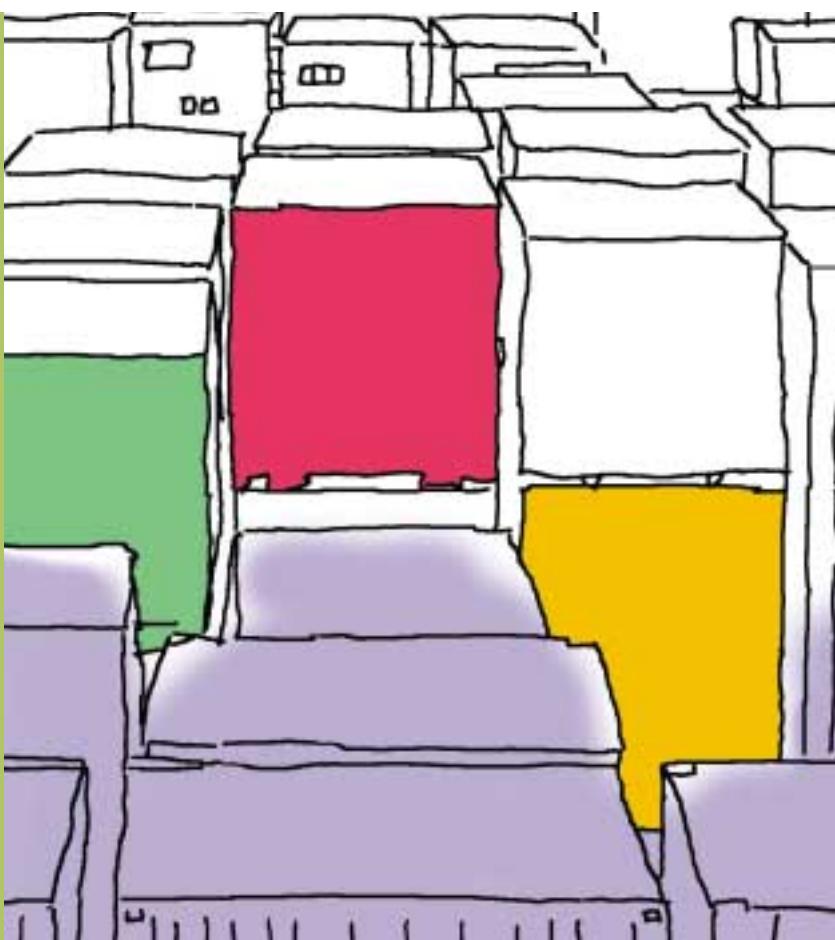
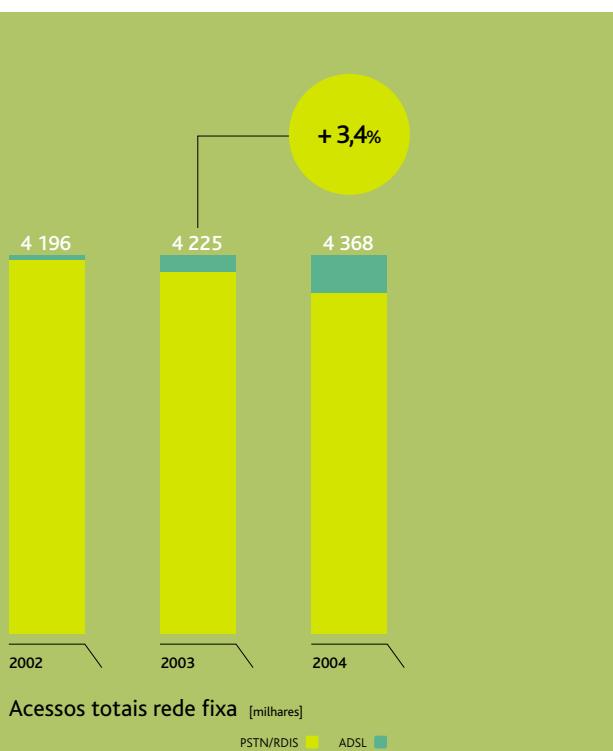


Estrutura dos planos de preços [%]

Considerando a importância da banda larga para o desenvolvimento da sociedade de informação e o objectivo da PT de aumentar o mercado potencial de banda larga em Portugal, foram realizados vários projectos de forma a aumentar a taxa de penetração de PCs em Portugal. O produto “PC for all”, que combina um PC de qualidade, a preços acessíveis, com financiamento, foi fundamental para introduzir uma nova dinâmica no mercado de retalho de PCs em Portugal. Por outro lado, o projecto desenvolvido com o Ministério da Educação, em que a PT fornece o acesso de banda larga para a grande maioria das escolas em Portugal, será crucial para o desenvolvimento da info literacia no país.

O lançamento de três novas famílias de planos de preços, baseadas nos conceitos de simplicidade, liberdade e desconto, foi uma medida importante para melhorar a percepção e valor dos serviços de rede fixa em Portugal. O plano “PT Simples”, que cobra a mesma tarifa para todas as chamadas fixo-fixo, teve uma enorme aceitação. Outro plano com enorme sucesso foi o “PT Fim-de-semana”, que consiste num flat rate de fim-de-semana, tendo sido baseado na experiência obtida com a campanha que decorreu na Primavera, em que a PT ofereceu tráfego fixo-fixo durante treze domingos consecutivos. A combinação dos planos “PT fim-de-semana” e os pacotes de minutos em período económico nos dias úteis foi um passo significativo para o aumento da percepção de valor dos produtos de rede fixa.

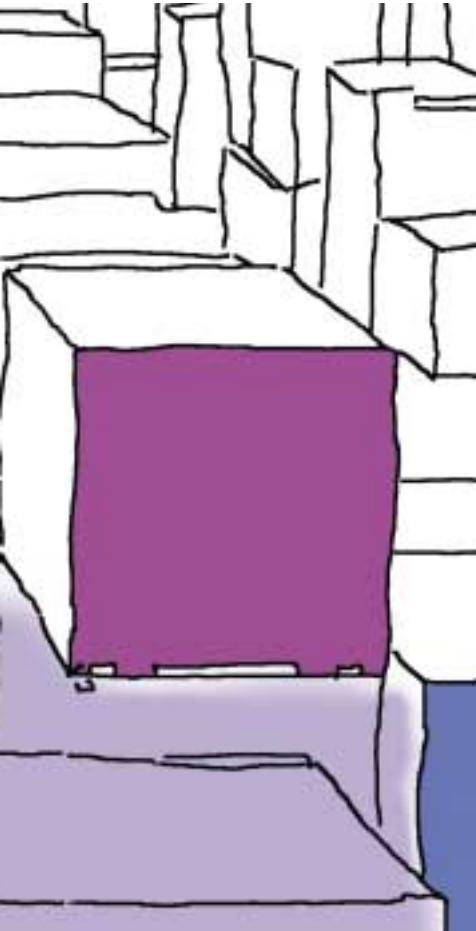
O lançamento de novos modelos de telefones sem fios, com funcionalidades semelhantes às dos telemóveis, tem sido também uma medida importante para o aumento da utilização da rede fixa e para a retenção dos clientes. Por outro lado, a oferta conjunta de soluções de segurança com a rede fixa é outra forma de criação de valor em torno da linha fixa, ajudando também a fidelizar o cliente.



Em resultado do forte crescimento do ADSL e do abrandamento da perda de linhas fixas tradicionais, o número total de acessos da rede fixa aumentou 144 mil, para 4 368 mil, representando um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. Em 2004, as desmontagens líquidas de acessos PSTN/RDIS situaram-se em 88 mil, face a 106 mil em 2003. Relativamente ao ADSL, os acessos wholesale aumentaram de 188 mil em 2003 para 420 mil em 2004. Por outro lado, o ADSL retalho registou um crescimento ainda mais rápido, com 219 mil adições líquidas, aumentando assim a base total de clientes para 380 mil no final de 2004.

Os planos de preços registaram um forte crescimento, tendo atingido 947 mil no final de 2004, duas vezes e meia superior ao alcançado no ano anterior (382 mil). No final de 2004, a penetração dos planos de preços situou-se em 24% do total de acessos PSTN/RDIS e em 36,4% dos acessos residenciais.

No que respeita ao mercado de dados e de soluções integradas, o objectivo foi igualmente o de aumentar a retenção de clientes e melhorar a qualidade da oferta. Em 2004, a PT optimizou as plataformas internas de CRM e reajustou o portfolio de produtos e serviços de forma a centrar ainda com maior acutilância a sua actividade no acompanhamento das necessidades dos clientes. Como exemplo, o mercado empresarial continuou em 2004 a aumentar a apetência para soluções que incorporem elevada largura de banda e fiabilidade, tendo sido necessário adequar a oferta. A crescente concorrência no segmento empresarial incentivou também a introdução de novos serviços e soluções. Os pacotes empresariais, que conjugam serviços de rede fixa, móveis, dados e outsourcing, são dirigidos aos grandes clientes empresariais e às pequenas e médias empresas (PME). Neste segmento das PME em particular, procurou-se desenvolver ofertas pré-formatadas que conjuguem simplicidade, flexibilidade e escalabilidade com uma relação custo/benefício de valor para o cliente.



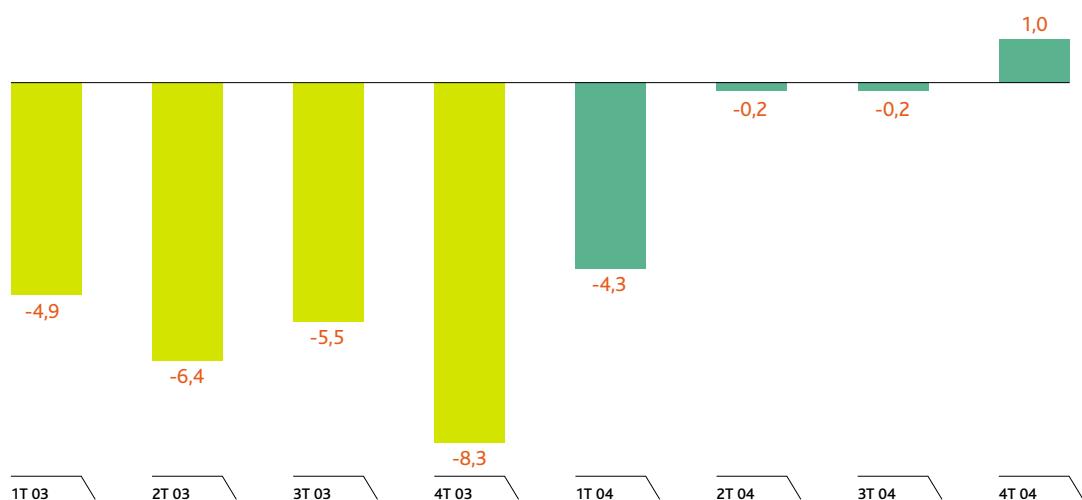
Em Maio de 2004, as entidades reguladoras competentes aprovaram a proposta da PT relativa aos preços do serviço fixo de telefone para 2004. Estes preços foram estabelecidos no âmbito da Convenção do Serviço Universal, tendo subjacente um price cap de IPC -2,75%, em termos de variações médias anuais, e assumindo um intervalo para a taxa de inflação de 1,5% a 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2004. Os preços entraram em vigor em 1 de Agosto de 2004, com um aumento pontual da assinatura de 2,9% e decréscimos de 20,7% e de 28% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente.

Os preços de interligação para as comunicações fixo-fixo mantiveram uma tendência negativa, tendo registado uma descida de 12,2% na terminação e de 14,1% na originação face ao ano anterior, situando-se em linha com a média europeia. Por outro lado, em 1 de Julho de 2004 os preços de interligação para as comunicações fixo-móvel registaram uma redução de 10% para 0,185 euros (na TMN e Vodafone).

Em 2004, o tráfego total diminuiu 9,7% face ao ano anterior, em resultado dos decréscimos de 8,8% no tráfego de retalho e de 10,5% no tráfego de wholesale. A evolução do tráfego de wholesale foi essencialmente determinada pela queda de 37,3% no tráfego de Internet (dial-up), devido à forte expansão da banda larga, enquanto que o tráfego de retalho continuou a ser afectado pelo efeito de substituição fixo-móvel e pelo aumento da concorrência por parte dos operadores alternativos.

Apesar de alguma pressão sentida no ARPU de voz, que decresceu 1,1% em 2004, o ARPU total (voz e dados) aumentou 2,2% face a 2003. Esta performance foi essencialmente devida ao forte crescimento do ARPU de dados (ADSL e Internet dial-up) que aumentou 44,1% em 2004, representando 10,1% do ARPU total. O ARPU

de ADSL situou-se em 32,4 euros em 2004, face a 35,4 euros no ano anterior. A diluição do ARPU de ADSL resultou essencialmente do lançamento dos produtos pré-pagos, tendo este efeito sido parcialmente mitigado pelo crescimento das vendas no mercado SoHo.



Evolução homóloga dos proveitos operacionais da rede fixa [%]

PROVEITOS OPERACIONAIS DO NEGÓCIO DE REDE FIXA⁽¹⁾

milhões de euros

	2004	2003	Δ 04/03
Retalho	1 383,8	1 410,2	(1,9%)
Receitas fixas	670,3	647,5	3,5%
Tráfego	590,9	682,8	(13,5%)
Doméstico	514,7	593,0	(13,2%)
Internacional	76,3	89,8	(15,1%)
ADSL retalho	99,9	39,5	152,9%
ISP e outras	22,7	40,4	(43,8%)
Serviço a operadores (Wholesale)	442,0	444,8	(0,6%)
Tráfego	247,9	238,7	3,9%
Circuitos alugados	153,5	163,6	(6,2%)
Outras	40,5	42,5	(4,7%)
Dados e soluções empresariais	242,0	235,9	2,6%
Comunicação de dados	102,3	92,6	10,5%
Circuitos alugados	48,7	55,1	(11,8%)
Gestão de redes e outsourcing	20,1	27,2	(26,1%)
Outras	71,0	60,9	16,4%
Outras receitas de rede fixa	198,5	196,9	0,8%
Outros serviços de telefone fixo	25,4	17,3	46,3%
Vendas	37,6	37,0	1,7%
Listas	129,7	136,1	(4,7%)
Portais	5,8	6,5	(10,7%)
Proveitos operacionais	2 266,3	2 287,9	(0,9%)

(1) Inclui transacções intra-grupo.

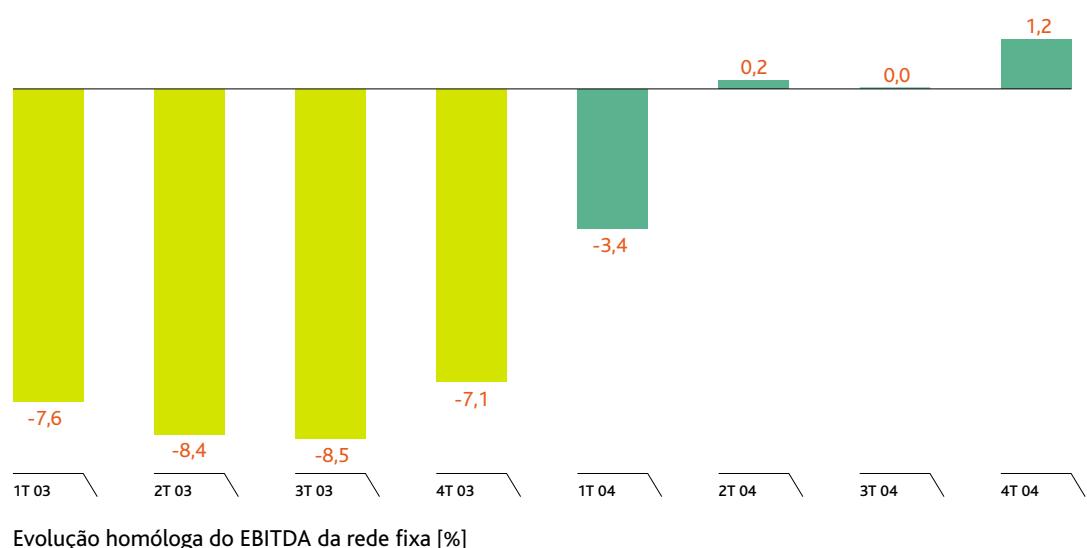
Em 2004, os proveitos operacionais do negócio de rede fixa desceram 0,9%, face ao ano anterior, para 2 266 milhões de euros, conforme se detalha no quadro anterior.

Em termos de receitas de retalho, as receitas fixas aumentaram 3,5%, para 670 milhões de euros em 2004, em resultado da maior contribuição dos planos de preços, que representaram 6% das receitas fixas, e do aumento da assinatura mensal em linha com os novos preços do serviço fixo de telefone, que mais do que compensaram a queda do número de acessos. Por outro lado, as receitas de tráfego diminuíram 13,5% face ao ano anterior, em resultado da diminuição dos volumes de tráfego, da implementação dos novos preços e da redução das tarifas fixo-móvel. As receitas de ADSL de retalho situaram-se em 100 milhões de euros em 2004, cerca de duas vezes e meia superior ao valor registado no ano anterior, enquanto que as receitas de dial-up diminuíram para 23 milhões de euros, em resultado do forte crescimento dos serviços de banda larga. O efeito líquido foi um decréscimo de 1,9% das receitas de retalho em 2004, para 1 384 milhões de euros.

O decréscimo das receitas de tráfego foi em parte explicado pela redução dos preços de interligação, nomeadamente nas comunicações fixo-móvel. Contudo, os custos de telecomunicações associados registaram igualmente uma redução, dado que os custos de interligação pagos aos operadores móveis diminuíram. Deste modo, as receitas de retalho líquidas, que correspondem às receitas de retalho menos os correspondentes custos de telecomunicações, registaram um aumento de 3,6% em 2004, para 1 152 milhões de euros.

As receitas de wholesale diminuíram 0,6% em 2004, para 442 milhões de euros, em resultado essencialmente do decréscimo das receitas de circuitos alugados, efeito que foi parcialmente compensado pelo aumento das receitas de tráfego em 2004. Este aumento deveu-se sobretudo à alteração no sistema de contabilização das receitas de tráfego de “trânsito”, de líquido para bruto, que teve um impacto positivo nas receitas de aproximadamente 23 milhões de euros.

As receitas de dados e soluções empresariais aumentaram 2,6% em 2004, para 242 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento de 10,5% nas receitas de comunicação de dados, para 102 milhões de euros. Para este efeito, foi determinante o lançamento de serviços de acesso à Internet especialmente dirigidos a empresas, com largura de banda até 155 Mbps, indo ao encontro das necessidades dos clientes. A componente de receitas de comunicação de dados beneficiou ainda da realização do Euro 2004, na medida em que a PT foi responsável por projectar, instalar e gerir os serviços de comunicação e informação do torneio. Essa evolução positiva foi parcialmente compensada pela redução das receitas provenientes dos circuitos alugados e de gestão de redes e outsourcing, devido essencialmente ao aumento da pressão competitiva sobretudo na componente de preços.



O EBITDA manteve-se no mesmo nível do ano anterior, situando-se em 902 milhões de euros em 2004. A margem EBITDA registou uma ligeira melhoria, ascendendo a 39,8%, tendo beneficiado das medidas de contenção de custos, da redução dos custos com benefícios de reforma e do decréscimo dos custos de telecomunicações (devido à queda dos volumes de tráfego e dos preços de interligação), que mais que compensaram o aumento de provisões registado no ano.

Em 2004, o capex situou-se em 206 milhões de euros, um aumento de 24,9% face a 2003, em resultado da expansão da banda larga. O capex no período representou cerca de 9,1% das receitas. Os níveis de qualidade de serviço em 2004 foram preservados, tendo os indicadores “percentagem de chamadas completadas” e “avarias por 100 acessos” atingido 99,8% e 9,7 avarias, respectivamente.

O EBITDA menos Capex atingiu 696 milhões de euros em 2004, representando um decréscimo de 6,2% face a 2003, e equivalente a 30,7% dos proveitos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO NEGÓCIO DE REDE FIXA ⁽¹⁾			milhões de euros
	2004	2003	Δ 04/03
Proveitos operacionais	2 266,3	2 287,9	(0,9%)
Prestação de serviços	2 099,0	2 114,8	(0,7%)
Listas	129,7	136,1	(4,7%)
Vendas e outras	37,6	37,0	1,7%
Custos operacionais excluindo amortizações	1 363,9	1 380,6	(1,2%)
Custos com o pessoal	295,0	314,6	(6,2%)
Custos com benefícios de reforma	137,7	219,9	(37,4%)
Custos de telecomunicações	383,8	428,9	(10,5%)
Trabalhos para a própria empresa	(28,0)	(36,1)	(22,5%)
Marketing e publicidade	44,6	26,6	67,5%
Outros fornecimentos e serviços	270,1	211,7	27,6%
Provisões	69,3	22,3	211,3%
Outros custos operacionais	191,4	192,7	(0,7%)
EBITDA	902,4	907,3	(0,5%)
Amortizações	381,2	404,3	(5,7%)
Resultado operacional	521,2	502,9	3,6%
Margem EBITDA	39,8%	39,7%	0,2pp
Capex	206,4	165,3	24,9%
Capex em % das receitas	9,1%	7,2%	1,9pp
EBITDA menos Capex	696,0	742,0	(6,2%)

(1) Inclui transacções intra-grupo.

Banda Larga

A Internet de banda larga tem sido um enorme sucesso para a PT e para Portugal, na medida em que o seu crescimento em Portugal é dos mais elevados na Europa. Os acessos de banda larga aumentaram 70,6% em 2004 para 858 mil, representando mais de 70% das casas com PC, o valor mais alto no continente europeu. A PT tem sido fundamental para o aumento da penetração da banda larga, desempenhando um papel activo de ir ao encontro da procura destes serviços.

A banda larga tem sido absolutamente estratégica e decisiva para a Portugal Telecom, pois representa uma das maiores áreas de investimento da Empresa, assim como um dos maiores factores de crescimento. A PT está muito envolvida no desenvolvimento e expansão da banda larga, tendo introduzido novas tecnologias e serviços nos diversos segmentos de negócio. Em 2004, a PT começou a comercializar os serviços de terceira geração móvel (3G) e um conjunto de produtos nas ofertas de ADSL e de cabo.

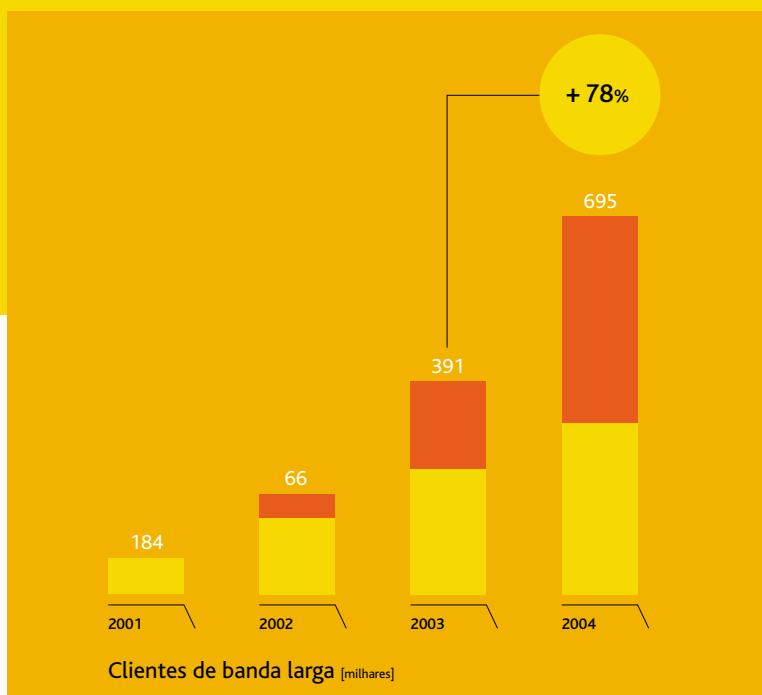
A PT aumentou a sua base de clientes de Internet de banda larga de 391 mil em 2003 para 695 mil no final de 2004, o que representa um crescimento de 77,7%. A maior taxa de crescimento em 2004 ocorreu no segmento ADSL, que no final de ano representava 55% da base de clientes de retalho de banda larga, contra apenas 41% no final de 2003.

Em 2004, a PT lançou diversas iniciativas de forma a alcançar os ambiciosos objectivos de crescimento da Internet de banda larga, assumindo um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade de informação. O relançamento das duas marcas, "Sapo ADSL" e "Netcabo" foi absolutamente crucial para o elevado crescimento da banda larga em 2004 em Portugal. Adicionalmente, a PT lançou em 2004 novos produtos inovadores, aumentando a segmentação das ofertas e indo ao encontro das necessidades dos clientes. A introdução em 2004 de um dos primeiros produtos de banda larga pré-pago na Europa teve um elevado sucesso, contribuindo para o crescimento do mercado e para o aumento da penetração em segmentos mais jovens.

Com uma visão de mais longo prazo, a PT também desenvolveu projectos com o objectivo de reduzir a info-iliteracia em Portugal, nomeadamente através do aumento da penetração de PCs. Em 2004, a PT iniciou um projecto com o Ministério da Educação para providenciar nas escolas do país acessos à Internet de banda larga. Adicionalmente, a PT lançou um projecto que consiste em oferecer computadores de qualidade a preços atractivos, procurando aumentar o número de computadores a preços acessíveis. Esta oferta foi conjugada com financiamento de forma a facilitar o acesso a estes produtos.

Em 2004, foi iniciada a comercialização dos serviços de UMTS, aumentando o acesso à Internet de alta velocidade também na telefonia móvel. O investimento em UMTS já representou um terço do total do investimento do segmento móvel em Portugal e a cobertura de serviços de terceira geração expandiu-se às maiores cidades do país, cobrindo actualmente 60% da população. As maiores velocidades obtidas pelo 3G permitiram que a PT lançasse um conjunto de novos produtos, como a vídeo-chamada.

O sucesso da banda larga em Portugal até ao momento é reflexo do elevado investimento efectuado pela PT, assim como o seu esforço promocional e comercial para desenvolver estes serviços.



► Móvel Portugal • TMN

Em 31 de Dezembro de 2004, a PT detinha 100% do negócio móvel em Portugal (TMN).

O Negócio Móvel Portugal – TMN – registou um forte desempenho em 2004, consolidando a sua posição de liderança, com cerca de metade do total de subscriptores móveis activos em Portugal, e aumentando significativamente a geração de cash-flow. No final de 2004, a TMN contava com mais de cinco milhões de clientes activos.

Dado o elevado nível de penetração móvel, e a consequente limitação de crescimento do mercado, o enfoque da TMN está cada vez mais na fidelização e segmentação dos clientes, tendo como objectivo principal o aumento do valor da base de clientes actual. Com vista a alcançar estes objectivos, a TMN procura ajustar constantemente a sua oferta às necessidades dos clientes, aumentando assim o valor de cada cliente. Em 2004, a TMN abordou este desafio de duas formas: a primeira, através do aumento do prémio de mobilidade do mercado (um dos mais baixos na Europa) que se traduziu num aumento de preços, e a segunda, através do acréscimo das receitas provenientes dos serviços de dados. Atendendo ao actual quadro de redução de preços de interligação fixo-móvel, o aumento das receitas provenientes de clientes (customer bill) afigura-se como prioritário.

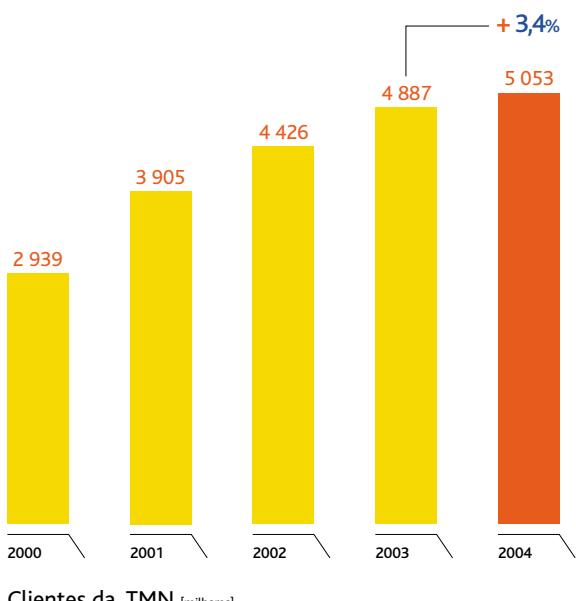
Em 2004, os três operadores móveis lançaram o serviço de UMTS, com a TMN a ser o primeiro operador a oferecer serviços de vídeo-chamada. Os terminais de terceira geração (3G) funcionam tanto em tecnologia GSM/GPRS como UMTS, permitindo a utilização de todos os serviços de voz, multimédia e dados já anteriormente disponibilizados pela TMN. A cobertura da rede UMTS estende-se já às capitais de distrito do país e está a expandir-se de forma a cobrir a totalidade do território nacional.

O campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004), realizado em Junho, foi uma excelente oportunidade para explorar o potencial dos serviços de 3G do ponto de vista de marketing e de novas aplicações de serviço. Beneficiando da exclusividade dos conteúdos do Euro 2004 para Portugal, decorrente do patrocínio a este evento, a TMN utilizou o seu portal móvel multimédia – i9 – para lançar diversos serviços relacionados com o Euro 2004, tais como o download dos golos, a linha de apoio a turistas, entre outros. Para além disso, este evento teve uma contribuição significativa para as receitas de roaming no segundo trimestre de 2004.



3G iniciou-se em 2004

Em 2004, a TMN lançou os serviços de terceira geração móvel, tornando-se no primeiro operador móvel em Portugal, e entre os primeiros do mundo, a lançar o serviço de vídeo-chamada, consolidando uma cultura de inovação e serviço ao cliente. A TMN iniciou, em 2004, o processo de fornecimento de vídeo-chamada, acessos de Internet de banda larga e serviços de multimédia aos seus cinco milhões de clientes, com o lançamento de uma série de novos equipamentos de vários fornecedores. Durante o ano, a cobertura da rede UMTS estendeu-se às maiores cidades do país e está a expandir-se de forma a cobrir a totalidade do território nacional, cobrindo actualmente cerca de 60% da população. Adicionalmente, a TMN criou uma série de novos serviços baseados em UMTS, diferenciando-se mais uma vez como operador líder do mercado, nomeadamente um serviço de atendimento telefónico onde o cliente visualiza no seu telefone o assistente com quem está a falar e um serviço de videomail, que consiste na possibilidade de deixar uma mensagem de vídeo a outra pessoa. A TMN continua a liderar em termos de inovação e serviço ao cliente, tendo lançado ultimamente novos produtos, com vista à satisfação das necessidades dos clientes.



Clientes da TMN [milhares]

TMN põe tudo preto no branco

Em 2004, a TMN lançou um serviço de aconselhamento que permite aos clientes pré-pagos escolherem o tarifário que melhor se adapta às suas necessidades. A TMN combinou este serviço inovador com a reformulação dos planos de preços pré-pagos, continuando assim, a criar valor adicional para os seus clientes.

Após comparar as preferências dos seus clientes com os actuais planos de preços, a TMN desenvolveu uma forte campanha de marketing, "A TMN põe tudo preto no branco", para:

> Simplificar a oferta, a fim de facilitar a compreensão dos benefícios de cada tarifário;

> Aconselhar o melhor plano de preços, criando um programa de diagnóstico e orientação simples e directo.

De forma simples, os clientes podem confrontar as suas necessidades com as características do tarifário que possuem. Se o tarifário não for o mais adequado ao seu perfil de utilizador, o cliente, pode sem custos adicionais, alterar o seu plano de preços. Para o serviço ter sucesso, a TMN reforçou os seus call centers, para fazer face ao aumento de 800 mil chamadas

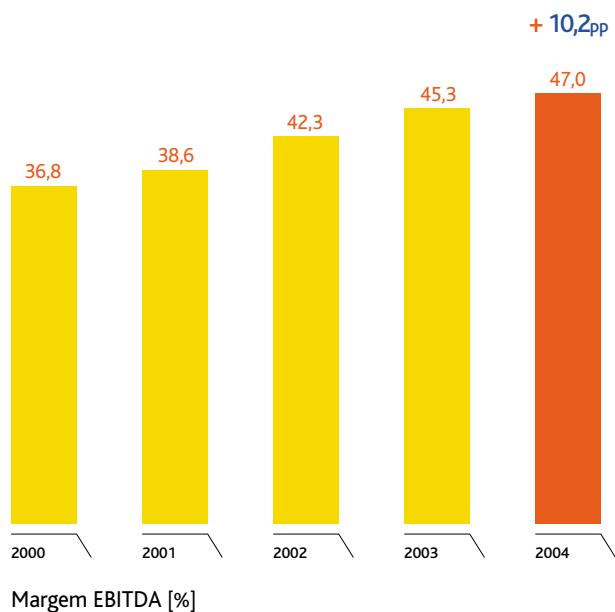
nos primeiros dois meses de implementação do projecto, e formou mil agentes, de forma a assegurar que o programa vá ao encontro dos interesses dos subscritores, desenvolvendo deste modo uma maior fidelização dos clientes. Com esta iniciativa, os planos de preços da TMN



A fim de aumentar a fidelização e a segmentação dos clientes, a TMN reestruturou toda a sua oferta de planos de preços dos produtos pré-pagos. Na campanha "a TMN põe tudo preto no branco", é oferecida aos clientes a possibilidade de escolherem o plano mais apropriado às suas necessidades, tendo lançado para esse efeito um serviço especial de aconselhamento. A adesão aos novos planos de preços foi muito encorajadora.

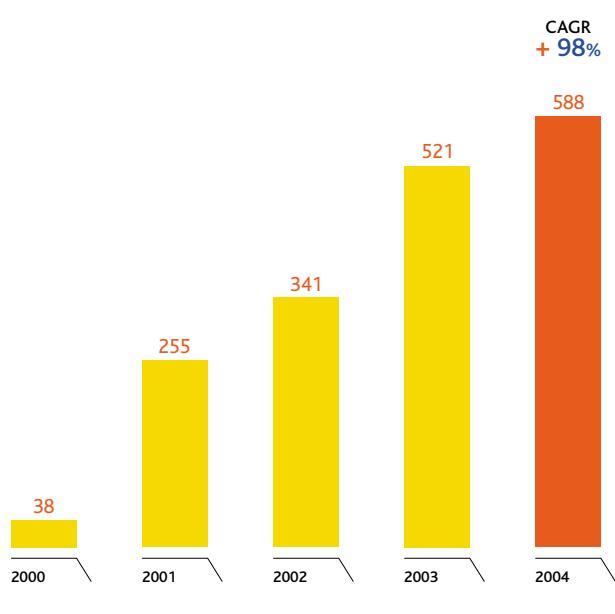
Outro exemplo de procurar satisfazer novas necessidades do mercado foi o lançamento do produto "Série K", direcionado para o segmento jovem dos 10 aos 15 anos. Os resultados desta iniciativa têm sido bastante positivos, com a TMN a aumentar a sua quota de mercado no segmento jovem.

Relativamente aos serviços de dados, em Julho de 2004, a TMN aumentou o preço dos SMS em 30% e, simultaneamente, promoveu uma campanha de pacotes SMS com elevados descontos. Este efeito permitiu um aumento da receita média por SMS, que, combinado com um maior nível de utilização, resultou num aumento das receitas de dados para 10% das receitas de serviço.



Margem EBITDA [%]

Em 2004, o ARPU diminuiu 3,4% face ao ano anterior, para 24,4 euros, em resultado da redução dos preços de interligação, do lançamento de promoções de tráfego, tendo em vista o aumento da utilização, e do aumento do peso do tráfego dentro da própria rede. O customer bill manteve-se estável, atingindo 18,3 euros em 2004, devido sobretudo ao aumento do preço médio por minuto, enquanto que a interligação registou uma queda de 10,5% face ao ano anterior, em resultado das várias reduções dos preços de interligação fixo-móvel registadas nos últimos trimestres. Em 1 de Julho de 2004, as tarifas de interligação fixo-móvel foram reduzidas em 10%, para 0,185 euros. A utilização média mensal (MOU) registou em 2004 um decréscimo de 1,7%, face ao ano anterior, para 121 minutos, reflectindo o crescimento da penetração dos cartões duplos e o ambiente económico desfavorável.



EBITDA menos Capex [milhões de euros]

Os proveitos operacionais da TMN totalizaram 1 588 milhões de euros em 2004, um aumento de 4,3% face a 2003, reflectindo essencialmente o aumento da base de clientes. As receitas de serviço registaram um aumento de 4,1%, face ao ano anterior, para 1 440 milhões de euros, com um crescimento de 6,9% das receitas relativas a customer bill, que mais do que compensou a redução das receitas de interligação decorrente da descida dos preços de interligação. As receitas de vendas de equipamentos aumentaram 6,9% em 2004, para 148 milhões de euros.

Em 2004, a margem EBITDA expandiu-se para 47%, em resultado da melhoria da eficiência operacional e da diminuição dos custos de aquisição e retenção de clientes (SARC). Como resultado, o EBITDA aumentou 8,2%, situando-se em 747 milhões de euros.

Em 2004, o capex diminuiu 5,8% em relação ao ano anterior, para 159 milhões de euros, equivalente a 10% das receitas. O capex foi essencialmente direcionado para a expansão da capacidade e da cobertura da rede, melhoria da qualidade de serviço e customer care e para investimentos em UMTS (aproximadamente um terço do capex da TMN).

Como resultado da forte expansão do EBITDA e da redução do capex, o cash flow operacional gerado, definido como EBITDA menos Capex, aumentou 12,8% em 2004, para 588 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO NEGÓCIO MÓVEL PORTUGAL⁽¹⁾

milhões de euros

	2004	2003	Δ 04/03
Proveitos operacionais	1 588,3	1 522,6	4,3%
Prestação de serviços	1 440,2	1 384,1	4,1%
Billing	1 081,1	1 011,5	6,9%
Interligação	359,0	372,6	(3,6%)
Vendas e outras	148,1	138,5	6,9%
Custos operacionais excluindo amortizações	841,6	832,7	1,1%
Custos com o pessoal	56,3	59,2	(4,9%)
Custos de telecomunicações	296,6	295,5	0,4%
Trabalhos para a própria empresa	(1,6)	(4,4)	(64,4%)
Custo das mercadorias vendidas	170,9	154,7	10,4%
Marketing e publicidade	28,5	26,3	8,5%
Outros fornecimentos e serviços	198,6	210,8	(5,8%)
Provisões	31,4	31,4	0,1%
Outros custos operacionais	60,9	59,3	2,6%
EBITDA	746,7	689,9	8,2%
Amortizações	200,9	189,9	5,8%
Resultado operacional	545,8	500,0	9,2%
Margem EBITDA	47,0%	45,3%	1,7pp
Capex	158,8	168,5	(5,8%)
Capex em % das receitas	10,0%	11,1%	(1,1pp)
EBITDA menos Capex	587,9	521,4	12,8%

(1) Inclui transacções intra-grupo.



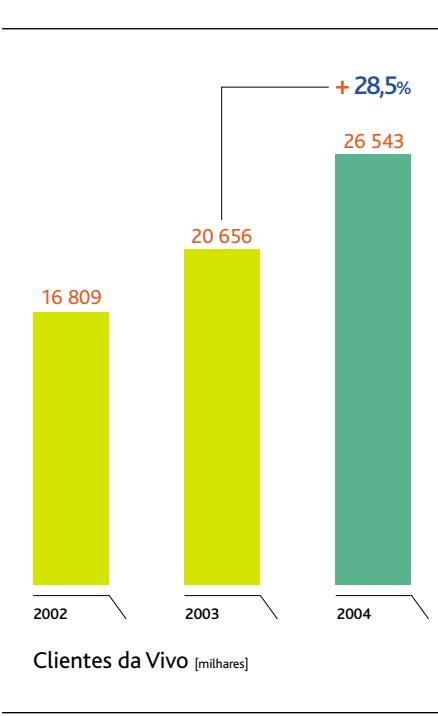
► Móvel Brasil • Vivo

Em 31 de Dezembro de 2004, a PT detinha 50% da Brasilcel, que por sua vez detinha participações na TCP (65,12%), TSD (90,89%), CRT (68,33%) e TBE (50,59%). Por sua vez, a TCP detinha participações na TCO (51,42%) e GT (100%).

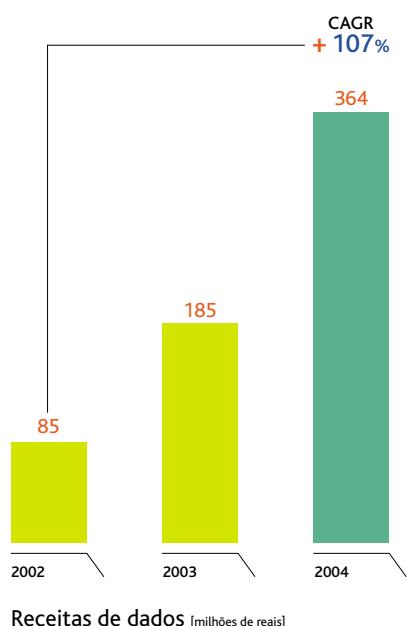
A Vivo obteve em 2004 o melhor ano de sempre, consolidando a sua posição de liderança num mercado móvel em elevada expansão. O mercado móvel brasileiro atingiu 65,6 milhões de clientes no final do ano, um crescimento de 42% face a 2003, tendo o número de adições líquidas do ano sido o maior de sempre, totalizando mais de 19 milhões de subscritores. A penetração do mercado móvel aumentou 10pp para cerca de 37%, o que representa mais 14pp do que a penetração da rede fixa brasileira.

A Vivo continuou em 2004 a ser o líder do mercado móvel no Brasil em termos de número de clientes e adições líquidas. A Vivo detinha cerca de 26,5 milhões de clientes activos no final do ano, equivalente a um crescimento de 28,5%, ou seja, mais 6 milhões de novos clientes em 2004, consolidando assim a sua posição de liderança no mercado. No final de 2004, a quota de mercado global da Vivo no Brasil era de 40,5%, cerca de duas vezes superior ao segundo operador. Este crescimento tornou a Vivo no décimo maior operador móvel do mundo. A Vivo conseguiu ter este sucesso num período de intensa actividade comercial e aumento da concorrência.

Em 2004, a Vivo continuou a ter um papel fundamental no mercado móvel brasileiro, liderando em adições de clientes, no reconhecimento da marca, em inovação, em qualidade de serviço e em rentabilidade. Apesar da marca Vivo ter sido lançada há menos de dois anos é já uma marca de referência, em termos de comunicações móveis no Brasil, tendo ganho diversos prémios e suportado o crescimento do negócio.



Nesta fase de aumento da penetração, tem sido crucial o facto da população brasileira reconhecer a marca e confiar nela, nomeadamente devido ao facto do aceleramento do mercado móvel ser suportado por clientes pré-pagos, os quais, no final de 2004, representavam 80,5% da base total de clientes da Vivo (mais 4pp do que em 2003). Esta alteração da base de clientes, com o aumento do peso dos pré-pagos, é a principal causa da redução do ARPU e do MOU. O ARPU total da Vivo diminuiu 16,8% em 2004, sendo que mais de 75% desta redução está relacionada com o aumento do peso dos pré-pagos na base total de clientes e com os efeitos das regras do SMP (nomeadamente a introdução do "bill & keep" e a perda do tráfego de longa distância). O MOU e, consequentemente, o ARPU também foram afectados pela evolução negativa do tráfego de entrada.



Vivo lidera em inovação

Em 2004, a Vivo lançou novas aplicações de dados e serviços de valor acrescentado, aumentando a proposta de valor para os clientes e liderando novamente em inovação no mercado móvel brasileiro. Aproveitando as vantagens tecnológicas da rede CDMA, a Vivo investiu na expansão do 1xRTT, tecnologia de 2.5G, e deu inicio ao lançamento do EV-DO, uma rede que suporta serviços de terceira geração com velocidades em até 2,4 Mbps.

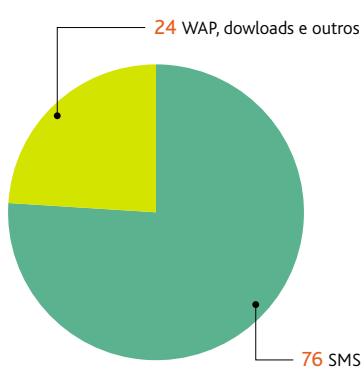
A Vivo foi o primeiro operador móvel brasileiro a oferecer downloads, videotransmissão, jogos virtuais e outros serviços, tirando partido do investimento realizado em novas tecnologias. A Vivo lançou estes serviços 5 a 15 meses antes dos seus concorrentes, conseguindo assim uma importante vantagem competitiva. O lançamento destes novos serviços foi extremamente encorajador, uma vez que foram efectuados em média 850 mil downloads por mês, e as receitas de dados já representaram 4,4% das receitas de serviço em 2004.

Em termos de aplicações de dados, a Vivo lançou serviços de localização, um jogo de realidade virtual com a participação de 1,4 milhões de clientes, e um serviço de escritório móvel. A Vivo é a única operadora a oferecer serviços de 3G no Brasil, através da sua tecnologia EV-DO. Em resultado deste esforço de desenvolvimento de novas aplicações, aproximadamente um quarto das receitas de dados em 2004 são já provenientes de serviços que não de SMS, 85% da base de clientes está habilitada a fornecer serviços de SMS, e cerca de 50% está habilitada para serviços WAP. Os serviços de dados representaram 10,2% das receitas de serviços de tráfego originado de parque habilitado, e mais de 5% das suas receitas totais de serviços.

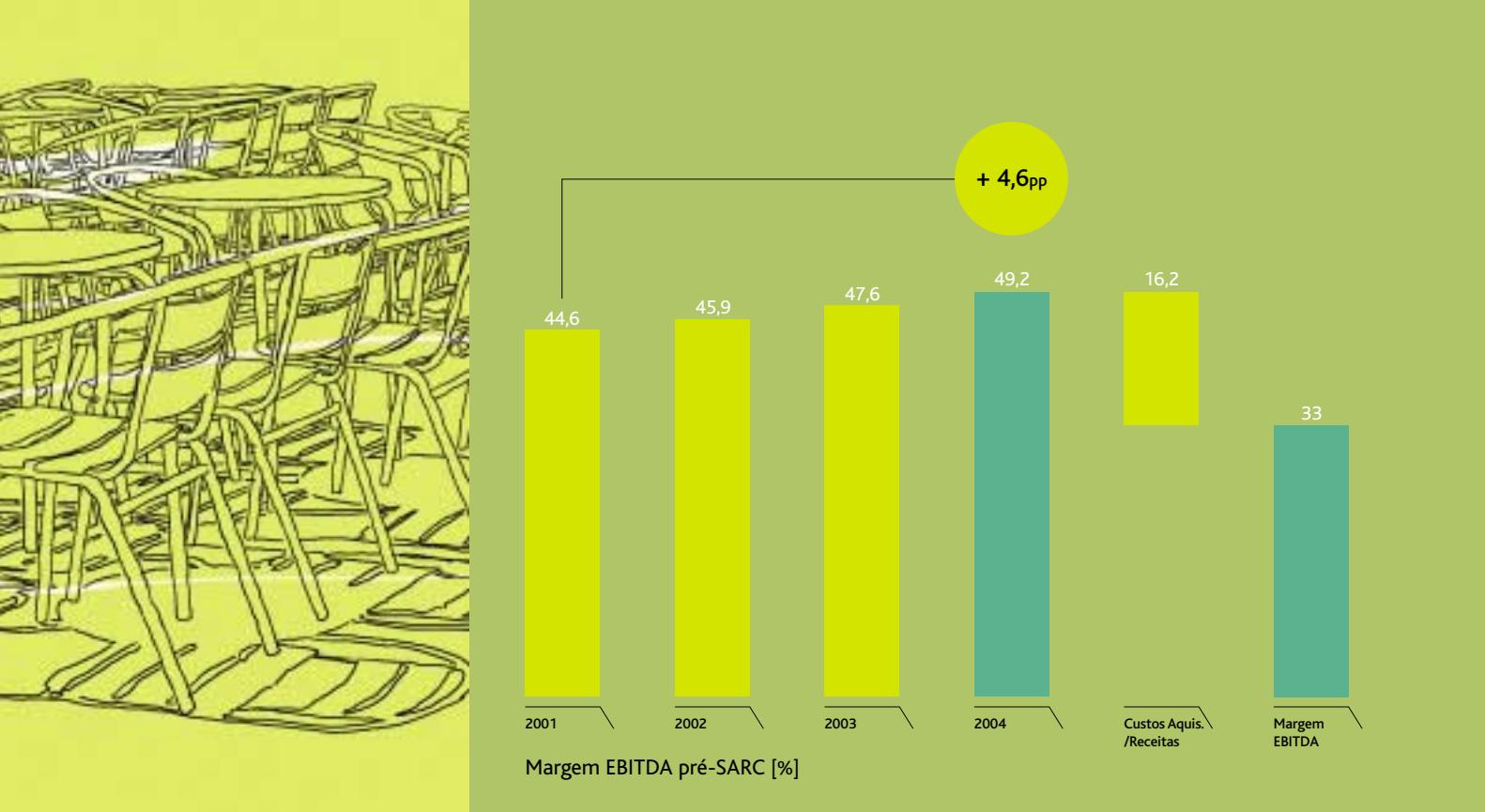
Em 2004, a Vivo lançou uma série de novos serviços, produtos e promoções numa iniciativa bem sucedida de diferenciação dos concorrentes. Como o consumidor final tem uma grande diversidade de ofertas atractivas por parte dos diferentes operadores, a Vivo investiu na criatividade para oferecer ao cliente a melhor experiência de mobilidade possível, lançando serviços de localização, jogos virtuais e videotransmissão, entre outros.

Em 2004, a Vivo aumentou o seu enfoque no cliente e nas suas necessidades, tendo acrescentado um número significativo de novos clientes. As melhorias incluem o lançamento de serviços inovadores, suportado pelo investimento na rede em termos de expansão da capacidade e de tecnologias mais sofisticadas como o CDMA. O capex totalizou 1 924 milhões de reais em 2004 e incluiu a evolução para CDMA 1xRTT, uma rede 2,5G que tem uma maior largura de banda e permite o lançamento de novos serviços. A Vivo investiu ainda nos primeiros passos para o lançamento do EV-DO (Evolution Data Optimised), um sistema que suporta serviços de terceira geração.

A liderança na inovação e tecnologia teve um impacto significativo no peso que as receitas de dados já representa nas receitas de serviço. Em 2004, as receitas de dados representaram 4% das receitas de serviço, o que compara com 2,2% em 2003. Aproximadamente 20% das receitas de dados em 2004 foram provenientes dos serviços de multimédia, acessos à Internet e serviços de localização, suportados pela plataforma 1xRTT. O churn também se reduziu em 0,5 pp em 2004, reflectindo a satisfação dos clientes.



Estrutura das receitas de dados [%]



Os proveitos operacionais da Vivo (em reais, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e incluindo a informação pró-forma de 12 meses da TCO em 2003) aumentaram 8,7% em 2004, para 10 929 milhões de reais. Em 2004, o EBITDA diminuiu 4,3%, para 3 609 milhões de reais e a margem EBITDA atingiu 33%, que é superior à generalidade da indústria móvel brasileira. A redução na margem EBITDA é explicada pela rápida expansão da base de clientes e pelo aumento da concorrência. Durante 2004, os níveis de barreiras à entrada de equipamento foram reduzidos, tendo havido fortes campanhas de marketing e novas empresas a iniciarem as suas operações móveis. Tendo em consideração este ambiente competitivo, o comportamento do EBITDA da Vivo foi muito positivo e representou cerca de 60% do EBITDA do mercado móvel brasileiro.

A margem EBITDA, excluindo os custos de aquisição de clientes, aumentou 1,6pp para 49,2%, reflectindo as iniciativas de controlo, reestruturação e consolidação do grupo, nomeadamente em termos de gestão, contabilidade e vendas. Em 2004, a Vivo também criou um centro de processamento de dados e iniciou a consolidação de plataformas informáticas, o que contribuiu para a melhoria da eficiência e das economias de escala no grupo. As tendências de rentabilidade continuam extremamente sólidas, reforçando a confiança do negócio para o futuro.

O cash flow operacional da Vivo, definido como EBITDA menos Capex, atingiu 1 686 milhões de reais em 2004, tornando assim a Vivo o único operador do sector móvel brasileiro capaz de atingir um cash flow operacional positivo em 2004.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO NEGÓCIO MÓVEL BRASIL⁽¹⁾

milhões de reais

	2004	2003 ⁽²⁾	Δ 04/03
Proveitos operacionais	10 929,3	10 053,5	8,7%
Prestação de serviços	8 605,4	8 132,6	5,8%
Vendas e outras	2 324,0	1 920,8	21,0%
Custos operacionais excluindo amortizações	7 320,0	6 281,7	16,5%
Custos com o pessoal	677,3	558,4	21,3%
Custos de telecomunicações	638,1	872,0	(26,8%)
Custo das mercadorias vendidas	2 699,2	2 126,8	26,9%
Marketing e publicidade	496,4	372,0	33,5%
Outros fornecimentos e serviços	2 126,3	1 841,7	15,5%
Provisões	396,1	419,9	(5,7%)
Outros custos operacionais	286,6	91,0	214,8%
EBITDA	3 609,3	3 771,7	(4,3%)
Amortizações	1 947,6	1 832,5	6,3%
Resultado operacional	1 661,7	1 939,2	(14,3%)
Margem EBITDA	33,0%	37,5%	(4,5pp)
Capex	1 923,7	1 147,3	67,7%
Capex em % das receitas	17,6%	11,4%	6,2pp
EBITDA menos Capex	1 685,6	2 624,4	(35,8%)

(1) Informação preparada de acordo com o GAAP português.

(2) Informação pró-forma incluindo 12 meses da TCO.

► Multimédia • PT Multimedia

Em 31 de Dezembro de 2004, a PT detinha directamente 57,56% da PT Multimedia e, através de contratos de equity swap, tem acesso adicionalmente a 9,74% do capital desta empresa participada. Para além disso, a PT estabeleceu contratos de derivativos, que dão a opção de adquirir adicionalmente até 4,8% da PT Multimedia de acordo com determinados termos e condições de mercado.

Em 2004, os proveitos operacionais aumentaram 6,6%, face ao ano anterior, para 730 milhões de euros, devido essencialmente ao crescimento do negócio de TV por subscrição e Internet por cabo. As receitas de media também aumentaram, beneficiando da recuperação do mercado de publicidade e da realização de eventos, como o Euro 2004, enquanto que os negócios audiovisuais foram influenciados negativamente pelo fim do contrato de distribuição de produtos da Sony.

A margem EBITDA registou uma melhoria de 6,6pp, para 26,3%, em resultado da melhoria da performance dos três segmentos de negócio da PT Multimedia. Assim, em 2004 o EBITDA aumentou 42,3%, para 192 milhões de euros. Apesar de se ter registado um aumento do capex para 81 milhões de euros em 2004, o EBITDA menos Capex aumentou 43,8% face a 2003, para 111 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO NEGÓCIO MULTIMÉDIA ⁽¹⁾			milhões de euros
	2004	2003	Δ 04/03
Proveitos operacionais	729,8	684,3	6,6%
TV por subscrição e Internet cabo	495,4	432,8	14,5%
Audiovisuais	80,0	107,7	(25,8%)
Media	154,0	143,8	7,1%
Outros	0,5	0,0	n.s.
Custos operacionais excluindo amortizações	538,2	549,6	(2,1%)
Custos com o pessoal	86,7	83,8	3,5%
Custos de telecomunicações	26,8	25,2	6,4%
Custo das mercadorias vendidas	25,7	59,1	(56,6%)
Marketing e publicidade	39,6	30,2	30,9%
Outros fornecimentos e serviços	312,0	306,6	1,8%
Provisões	12,6	14,2	(11,8%)
Outros custos operacionais	34,9	30,6	14,0%
EBITDA	191,6	134,7	42,3%
Amortizações	58,6	63,0	(7,0%)
Resultado operacional	133,0	71,7	85,5%
Margem EBITDA	26,3%	19,7%	6,6pp
Capex	80,5	57,4	40,2%
Capex em % das receitas	11,0%	8,4%	2,6pp
EBITDA menos Capex	111,1	77,2	43,8%

(1) Inclui transacções intra-grupo.

Qualidade de serviço

Melhorar a qualidade de serviço foi em 2004 uma prioridade do negócio de TV por subscrição. Em 2004, a PT lançou um conjunto de projectos de forma a melhorar o customer care, a facturação, o serviço de Internet de banda larga e a prestação de serviços por entidades independentes.

Um dos principais objectivos das iniciativas foi o de reduzir o número de avarias e reclamações, tendo sido necessário investir em tecnologias de informação e de gestão de rede, assim como infra-estruturas da rede cabo. Adicionalmente, o negócio de TV por subscrição desenvolveu sessões de formação na perspectiva de atribuir competências técnicas aos colaboradores e prestadores de serviços, procurando criar uma verdadeira cultura de cliente. O projecto foi um enorme sucesso, na medida em que se verificou uma melhoria substancial na maioria das métricas de análise da gestão de clientes e qualidade de serviço.

Em particular, é de realçar o investimento efectuado em tecnologias de informação, centro de uma melhoria da satisfação do cliente. Em 2004, a PT Multimedia desenvolveu um projecto para renovar e integrar os seus sistemas de informação que permite aumentar o conhecimento dos clientes, reforçar a segmentação e utilizar de uma forma mais eficiente os recursos. Os novos sistemas, que cobrem a gestão de clientes, facturação, logística, área financeira, aprovisionamento e middleware foram totalmente implementados no final de 2004.

Televisão por subscrição e Internet por cabo • TV Cabo

O negócio de TV por subscrição enfrentou vários desafios em 2004, nomeadamente o crescimento da base de clientes, a melhoria do serviço e do apoio ao cliente, o reposicionamento da marca, bem como o aumento de eficiência operacional.

Com a expansão da rede de cabo praticamente concluída, o enfoque deste negócio foi o incremento da base de clientes, quer na rede de cabo quer no satélite, bem como o aumento da penetração dos serviços premium e de banda larga. O número de casas passadas situou-se em 2,6 milhões no final de 2004, das quais cerca de 95% com capacidade para Internet de banda larga.

O número total de clientes de TV por subscrição registou um aumento de 7,7% em 2004, para 1,6 milhões no final do ano, em resultado da adição de novos clientes na rede de cabo e no satélite. Dada a elevada penetração de TV por subscrição em certas áreas cobertas pela rede cabo, o satélite afigura-se como uma oportunidade de crescimento interessante. Em Agosto, o custo inicial de aquisição de um equipamento por satélite registou uma redução de cerca de um terço, o que se traduziu num aumento das vendas. Adicionalmente, a rede de distribuição por satélite foi reorganizada tendo em vista o crescimento das vendas. Por outro lado, o lançamento de uma oferta digital enriquecida também contribuiu para o crescimento da base de clientes em 2004.

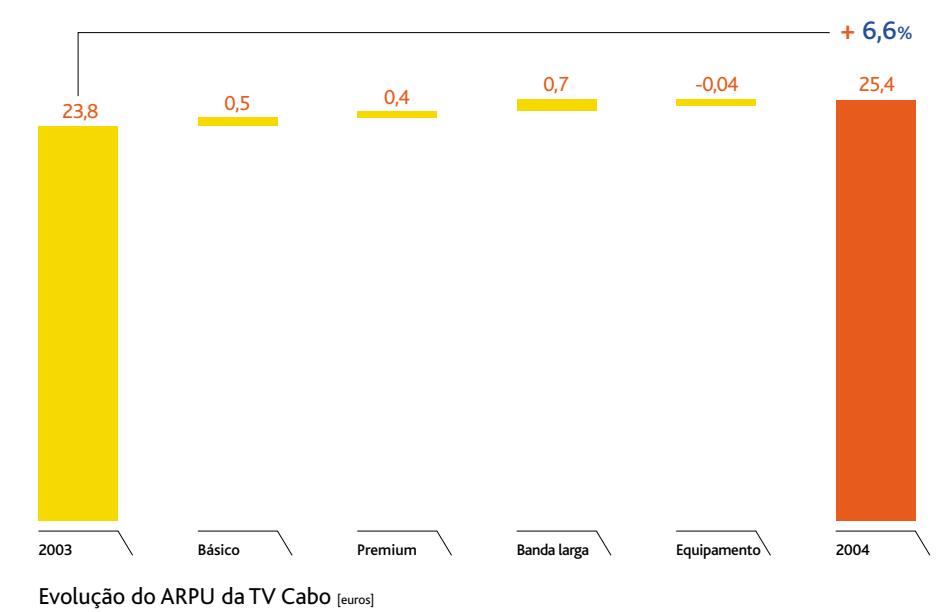
Em termos de oferta dos serviços Premium, o canal Sport TV continua a crescer, tendo adicionado cerca de 21 mil novos assinantes em 2004, atingindo um total de 441 mil assinantes. Nos canais de cinema, o enfoque foi na expansão e na melhoria da qualidade da oferta, o que se traduziu no lançamento de um terceiro canal – Lusomundo Action. O rácio pay-to-basic situou-se em 55,6% no final de 2004.



Em linha com a estratégia global da PT, a expansão da banda larga foi a grande prioridade em 2004. O número de clientes de banda larga continuou a registar um forte crescimento, atingindo um total de 315 mil clientes no final de 2004, representando um aumento de 36,9% face ao ano anterior. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes de televisão por subscrição situou-se em 27,2% no final de Dezembro de 2004. O lançamento do primeiro produto pré-pago de banda larga em Portugal, o “Zzt”, revestiu-se de um enorme sucesso, o que também contribuiu para o aumento dos clientes de banda larga. Para além disso, rejuvenesceu a marca “Netcabo”, utilizada nos produtos de banda larga. Foram também efectuados vários investimentos na melhoria das embalagens e dos materiais dos pontos de venda da Netcabo com vista a uma melhoria da qualidade de serviço.

O reposicionamento da marca de TV por subscrição, “TV Cabo”, tendo em vista uma maior sofisticação dos serviços, foi um desafio importante, que teve necessariamente de ser acompanhado por um esforço significativo em termos do aumento da qualidade de serviço e do apoio ao cliente.

Durante o ano de 2004 foram realizados importantes investimentos em novos sistemas de CRM e de facturação, os quais permitirão no futuro uma melhoria no apoio ao cliente e uma melhor segmentação de mercado. A migração dos sistemas ocorreu principalmente nos últimos quatro meses, esperando-se agora que, com a estabilização dos novos sistemas, a qualidade dos serviços melhore significativamente.

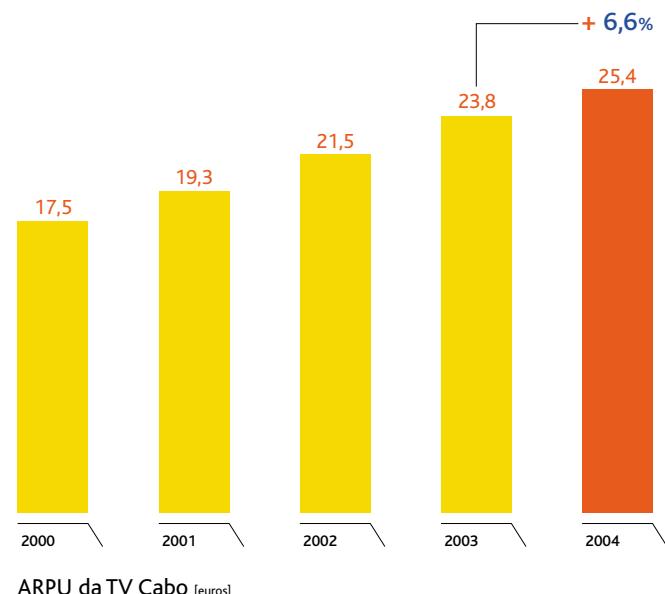


Rreposicionamento da marca

Ao longo do ano de 2004, o negócio de TV por subscrição desenvolveu um extenso número de projectos com vista à melhoria da forma de comunicar com os seus clientes. Com o objectivo de reposicionar a marca, a comunicação começou a centrar-se mais em torno de serviços e conteúdos e menos na tecnologia. As campanhas de marketing foram reformuladas, tornando-se mais modernas, simples e directas.

A evolução no estilo de comunicação culminou com o redesenho da imagem da marca "TV Cabo" e "Netcabo". Em Setembro de 2004, a PT desenvolveu um projecto de forma a reflectir nestas marcas o novo posicionamento da empresa, nomeadamente o aumento do enfoque na qualidade dos serviços e no enriquecimento da oferta. O novo logotipo, composto por feixes de luzes, é mais sofisticado e transmite mais energia, cor e vida.

Neste processo de reposicionamento da marca, as ferramentas de comunicação, os pacotes de produtos, o site da companhia e as lojas foram todos redesenhados em linha com a marca, incrementando o relacionamento com os clientes e a atracitividade das ofertas. O negócio de TV por subscrição também reforçou a oferta com novos conteúdos, canais reformulados, novos canais premium e um novo alinhamento da grelha de canais.



O ARPU total registou um crescimento de 6,6% em 2004, para 25,4 euros, beneficiando do aumento de 4,5% no ARPU da TV por subscrição e de uma maior penetração dos serviços de banda larga. O ARPU da Internet de banda larga decresceu 13,4%, para 24,7 euros, em resultado da diluição normal originada pelo maior peso dos clientes pré-pagos.

Os proveitos operacionais continuaram a crescer significativamente, registrando uma subida de 14,5% em 2004, para 496 milhões de euros, na sequência do aumento das receitas de TV por subscrição, Internet de banda larga e de publicidade.

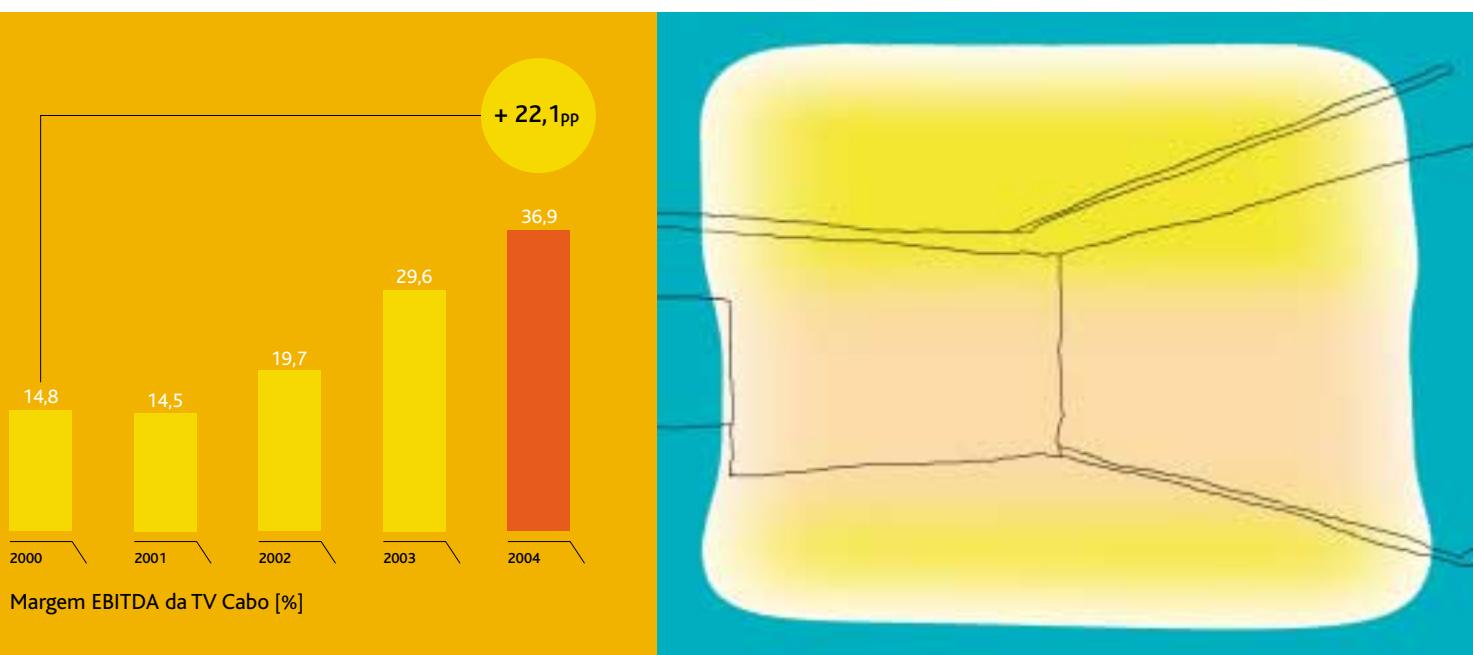
Em termos de EBITDA, o crescimento das receitas e a aposta na eficiência operacional resultaram numa margem EBITDA de 39,6% no quarto trimestre de 2004, em linha com as melhores práticas do sector. Esta performance representa uma melhoria da margem superior a 20pp ao longo dos últimos três anos. Em 2004, a margem EBITDA situou-se em 36,9%, tendo o EBITDA totalizado 183 milhões de euros.

O capex aumentou 59% em 2004, para 71 milhões de euros, equivalente a 14,3% das receitas, devido essencialmente ao aumento do investimento na rede e em tecnologias de informação, com vista à melhoria de programação e qualidade de serviços. Em 2004, o capex incluiu o investimento no direito de utilização de capacidade de satélite num quarto transponder. O EBITDA menos Capex aumentou 33,9% em 2004, para 112 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA TV CABO

milhões de euros

	2004	2003	Δ 04/03
Proveitos operacionais	495,6	432,8	14,5%
TV por subscrição	378,1	334,3	13,1%
Internet cabo	81,4	64,7	25,8%
Publicidade	20,5	14,9	37,6%
Vendas e outras	15,6	18,8	16,9%
EBITDA	182,8	128,2	42,6%
Amortizações	43,4	46,2	(5,9%)
Resultado operacional	139,4	82,0	69,9%
Margem EBITDA	36,9%	29,6%	7,3pp
Capex	70,6	44,4	59,0%
Capex em % das receitas	14,3%	10,3%	4,0pp
EBITDA minus Capex	112,2	83,8	33,9%



Audiovisuais • Lusomundo Audiovisuais

Os proveitos operacionais do negócio de audiovisuais registaram um decréscimo de 22,7% em 2004, para 90 milhões de euros. O comportamento desta unidade de negócio foi negativamente influenciado pelo fim do contrato de distribuição de produtos da Sony e pela diminuição de 13% nas receitas de distribuição de vídeos em resultado do efeito combinado de uma carteira de filmes menos atractiva, com aumento da pirataria e diminuição dos preços de referência dos DVDs.

Apesar de se ter registado um forte decréscimo nos proveitos operacionais, o EBITDA do negócio de audiovisuais aumentou 4,4% em 2004, para 11 milhões de euros, reflexo de um significativo programa de racionalização de custos. A combinação de uma redução do capex para 4 milhões de euros, apesar do investimento feito na renovação e na abertura de novas salas de cinema, resultou numa forte melhoria do cash flow deste negócio, tendo o EBITDA menos Capex totalizado 8 milhões de euros em 2004.

Media • Lusomundo Media

Os proveitos operacionais da Lusomundo Media registaram em 2004 um crescimento de 7% face ao ano anterior, para 154 milhões de euros, em resultado da recuperação do mercado publicitário iniciada no final de 2003 e da realização em Portugal de eventos como o Euro 2004 e o Rock in Rio – Lisboa.

A combinação do crescimento dos proveitos operacionais e do aumento da margem EBITDA, que quase duplicou para 6,5%, resultou num crescimento de 95,5% do EBITDA em 2004 para 10 milhões de euros. O forte crescimento do EBITDA permitiu uma melhoria significativa no cash flow, tendo o EBITDA menos Capex aumentado de 1 milhão de euros em 2003 para 4 milhões de euros em 2004.

► Investigação e Desenvolvimento

A actividade de investigação aplicada concentra-se no Plano de Inovação, que engloba projectos do Contrato de Inovação, projectos de I&D colaborativo co-financiados pela UE, EURESCOM e programas nacionais de incentivo à Inovação. O Contrato de Inovação de 2004 incluiu 13 projectos, cobrindo áreas como o ambiente, serviços domésticos, acessos rádio de banda larga Wimax, IPV6, video on demand, serviços multimédia interactivos, sinalização em redes IP, provisão de recursos em redes de telecomunicações e novos modelos de negócio.

No âmbito do Programa IST (Information Society Technologies) prosseguiu-se com a linha de trabalho associada aos projectos pertencentes ao 5.º Programa Quadro, nomeadamente: os projectos Seacorn e Opium, na área da evolução para as redes móveis 3G, e o projecto IST@Home, que experimentou e demonstrou soluções de rede de acesso e redes domésticas capazes de suportarem serviços sociais remotos do tipo e-Care.

No início de 2004 arrancaram cinco projectos da primeira chamada do 6.º Programa Quadro, dos quais se realça os projectos integrados MUSE, com foco na evolução da rede de acesso de banda larga, e DAIDALOS, desenvolvimento e demonstração de uma arquitectura de rede Beyond 3G, que tem a PT como líder da principal linha técnica de trabalho.

O desenvolvimento, produção e integração de soluções de telecomunicações de tecnologia NETB@ND registou um aumento significativo em 2004, o que se reflectiu num aumento das receitas, com especial destaque para a PT Comunicações. De entre as realizações mais significativas, destacam-se a consolidação da solução para avaliação de desempenho, por tipo de serviço, para redes fixas, móveis e IP nas operadoras Vivo e Unitel; os pilotos try-and-buy nas operadoras TMN, PT Comunicações e Meditelecom; a adjudicação do fornecimento de sistemas SDH para a rede de acesso da Vivo; a instalação de uma rede de armários ópticos para a Vivo; a instalação de Soluções MicroDSLam (ADSL) nos estádios do Euro 2004 e Rock in Rio – Lisboa; a preparação de um piloto da rede UMTS da TMN (“try-and-buy”) baseada em soluções MABEL/AGORA_NG e o desenvolvimento da componente BL (Banda larga) do Sistema GEREX, dotando-o de uma capacidade e funcionalidades impares para a pré-qualificação de linhas de rede (anexo A/B) para o ADSL.

Na área das soluções e serviços de rede inteligente e plataformas de serviços, o ano de 2004 foi marcado pela adjudicação do fornecimento da solução técnica que irá permitir a unificação do sistema pré-pago na Vivo. Baseada numa arquitectura inovadora, a solução de rede inteligente NGN (Next Generation Network), que começou a ser disponibilizada ainda durante 2004, terá capacidade para suportar 50 milhões de clientes até 2007.

Durante o ano de 2004, as vinte plataformas NGN instaladas nas operadoras móveis do Grupo forneceram serviços a mais de 22 milhões de clientes em todo mundo e processaram mais de 18 mil milhões de chamadas, ou seja, 573 chamadas por segundo.

A PT conquistou ainda em 2004 dois concursos internacionais lançados pela Vivo: o concurso internacional para o fornecimento da solução global de gestão de rede a instalar no novo Centro Nacional de Gerência de Rede, em parceria com a HP e a Telefónica Soluciones, e o concurso internacional para o fornecimento da solução de Datawarehouse, em parceria com a Telefónica Pesquisa e Desenvolvimento, que constituirá, provavelmente, a maior Datawarehouse de toda a América do Sul.

No âmbito de outras plataformas de serviços, destacam-se a entrada em exploração da plataforma de tarifação em tempo real de SMS na MediTelecom, a operacionalização da UniBox (Plataforma de Unified Messaging) na Cabo Verde Telecom, o desenvolvimento e colocação ao serviço do MMS-C (Multimedia Messaging) para a rede fixa da PT Comunicações e os novos desenvolvimentos para o portal i9 da TMN.

Relativamente aos serviços de voz, destacam-se os desenvolvimentos realizados para a TMN sobre a Plataforma VoxTMN, nomeadamente os serviços TMN Notícias, City Guide, Chamada VIP (serviço de difusão de conteúdos telefónicos usado durante o Euro 2004), VMS (gravação e envio de mensagens de voz para qualquer rede telefónica em Portugal) e ainda os serviços InfoAçores e chamadas a pagar no destino. Durante o ano de 2004, a TMN processou mais de 6 milhões de chamadas a partir da plataforma VoxTMN da PT.

Os custos de I&D do Grupo ascenderam a 10,6 milhões de euros em 2004, face a 14,3 milhões de euros no ano anterior.



Euro 2004

O Euro 2004 foi um dos maiores desafios que Portugal enfrentou nos últimos anos. O país venceu-o e, para isso, foi também essencial a contribuição da Portugal Telecom, enquanto parceiro oficial de tecnologia.

A PT foi o único parceiro português com um estatuto supra-nacional, em resultado de ser patrocinador oficial tecnológico do torneio. Neste âmbito, a PT foi responsável pelas infra-estruturas de telecomunicações e de sistemas de informação referentes ao Euro 2004. Os trabalhos de preparação e desenvolvimento do projecto envolveram mais de 1 000 colaboradores, tratando-se de um processo transversal a toda a empresa.

A PT foi responsável pelo fornecimento de sinal de voz, dados, Wi-Fi e de televisão, bem como das comunicações entre os diversos broadcasters para retransmissão de imagem. Adicionalmente, a PT desenvolveu as soluções de apoio aos meios de comunicação social acreditados no evento. Para o sucesso de todo o projecto foi necessária uma preparação prévia que durou alguns meses e que envolveu a instalação de redes, o reforço das infra-estruturas de suporte e de novos serviços. De forma a não surgirem constrangimentos nas comunicações, procurou-se desenhar soluções flexíveis e escaláveis, com redundância elevada. Para o decorrer do torneio, a PT criou uma equipa multidisciplinar pronta a intervir no terreno, quer nas componentes de rede quer nos sistemas de informação, e uma equipa central para resolver problemas de contingência.

Dentro da Portugal Telecom, o operador móvel foi dos mais beneficiados com o Euro 2004, na medida em que as receitas dos roamers no mês do torneio aumentaram praticamente 50%, face a igual período do ano anterior. A TMN aumentou a capacidade da rede junto de estádios e outros locais de elevada utilização durante o Euro, reforçando a estrutura com estações móveis locais. Adicionalmente, o lançamento do 3G, cerca de dois meses antes do início do torneio permitiu a utilização de placas de dados de elevada velocidade e a realização de vídeo-chamadas. Os clientes da TMN foram também os únicos que beneficiaram de novos serviços associados ao Euro 2004, como transmissões multimédia em directo, mensagens de vídeo com os melhores momentos dos jogos, o calendário dos jogos, listas de resultados, entre outros.

Do ponto de vista dos sistemas de informação a PT foi responsável por integrar e implementar sistemas com rapidez, fiabilidade e segurança. O projecto incluiu a coordenação de fornecedores de hardware, o suporte das aplicações nos dez estádios do torneio e em todos os locais operacionais da UEFA, a operacionalidade do datacenter que assegurou o funcionamento da solução global e funcionamento do interface com as actividades correntes da UEFA.

A ligação da Portugal Telecom ao Euro 2004, no entanto, não se esgotou na parceria oficial de tecnologia. A PT aproveitou essa parceria para associar as marcas do Grupo ao evento, tendo-lhe sido atribuído um conjunto de direitos comerciais. A PT fez um tour por 19 cidades do país e criou uma zona de entretenimento junto aos estádios, em que promoveu os seus produtos e serviços e transmitiu as cores do Euro 2004. A PT lançou também um concurso para decoração de cabines telefónicas, em que foram angariados fundos para instituições de solidariedade social. Adicionalmente, a TV Cabo ofereceu DVDs sobre o Euro como brinde a novos clientes e a TMN fez um concurso de guarda-redes.

O Euro 2004 foi um enorme sucesso para Portugal, tendo sido totalmente alcançados os objectivos de organização a que o país se propôs. A Portugal Telecom muito se orgulha de ter participado com êxito neste extraordinário evento desportivo.

► Sustentabilidade Partilhar Valor

► Sustentabilidade • partilhar um valor de futuro

A sustentabilidade é parte integrante da estratégia empresarial da Portugal Telecom e procura garantir a criação de valor no longo prazo para todos os stakeholders. Com este efeito, o crescimento financeiro e económico da PT foi desde sempre acompanhado por uma preocupação com o desenvolvimento social e da comunidade, assim como o respeito pelo ambiente.

A estratégia de sustentabilidade da Portugal Telecom passa pelo desenvolvimento de práticas e processos em três vertentes: económica, ambiental e social. Na correcta avaliação de uma empresa, é necessário analisar não só os aspectos financeiros, mas também as componentes sociais, ambientais e económicas. A geração e criação de riqueza para todos os públicos alvo é somente possível através do desenvolvimento sustentado e integrado.

A PT tem vindo a desenvolver, ao longo dos anos, um conjunto de processos e acções internas e externas que evidenciam a responsabilidade social empresarial e que constituem boas práticas de sustentabilidade.

A PT apresentará o seu primeiro relatório de sustentabilidade empresarial, no segundo trimestre de 2005, onde serão descritos um conjunto de práticas e de indicadores económicos, sociais e ambientais que permitem analisar o desempenho da empresa na óptica tridimensional da sustentabilidade. Este relatório conterá, igualmente, os compromissos que a Portugal Telecom assume perante os seus stakeholders. De âmbito nacional, este documento seguirá as linhas orientadoras do “Global Reporting Initiative” (GRI) e será auditado por uma empresa externa.

► Vertente Social • partilhar valor com a comunidade

A vertente social desdobra-se na componente interna relacionada com a gestão de recursos humanos, e na externa, no que diz respeito à vida e inserção da empresa na comunidade, a designada responsabilidade social.

Recursos humanos

A carta de compromisso de Gestão Estratégica dos Activos Humanos da Portugal Telecom, assinada em 2004, testemunha o investimento que se pretende continuar a desenvolver em relação a um activo fundamental da empresa: os colaboradores. Estes compromissos incluem o estabelecimento de objectivos, a análise de desempenho periódica, o desenvolvimento de perspectivas de enriquecimento profissional, a informação e comunicação das decisões estratégicas, a implementação de mecanismos facilitadores da comunicação entre os colaboradores e a gestão e o acesso a mecanismos de avaliação da satisfação.

A formação continua a ser uma aposta clara da empresa, tendo-se registado um aumento significativo do número total de horas de formação e do número de horas de formação por colaborador, com uma redução de custos por hora. Durante o ano de 2004, foram realizadas as seguintes horas de formação:

- Negócio fixo, móvel e multimédia
 - > 206 000 horas de formação (crescimento de 48% face a 2003)
 - > 20 horas de formação por colaborador (crescimento de 45% face a 2003)
 - > custos de formação por hora: 20,5 Euros (decréscimo de 23% face a 2003)

A PT promove vários programas de voluntariado, contribuindo para diversas acções de cidadania empresarial. No âmbito destes programas, a empresa permite, através do suporte dos correspondentes custos, que todos os seus colaboradores colaborem em acções de voluntariado, estabelecendo um limite de 5 dias anuais por colaborador. As áreas estratégicas do programa de voluntariado incluem: formação, consultadoria e gestão, webização, animação e suporte, cultura e ambiente.

Durante o ano de 2004 foram desenvolvidas 709 iniciativas de voluntariado, envolvendo 547 colaboradores num total de 3 939 horas. Foram beneficiadas 601 instituições e 60 940 beneficiários.

O apoio da PT estende-se também às famílias dos seus colaboradores. No final de 2004, foi estabelecido um programa de bolsas de estudo para filhos de colaboradores em função do rendimento auferido. No mesmo momento, foi também lançado um programa para promoção da banda larga, através da venda em condições especiais de computadores com acesso à Internet.

Na área da saúde, a PT disponibiliza um seguro de saúde a todos os seus colaboradores e suas famílias, o que abrange cerca de 110 000 beneficiários. É gerido pela Portugal Telecom Associação de Cuidados de Saúde, PT ACS, uma associação sem fins lucrativos, que tem por objecto a promoção e protecção da saúde, através da prestação directa ou indirecta de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

Neste sentido, é natural a tendência crescente de satisfação dos colaboradores que, entre 2003 e 2004 subiu de 6,5 para 6,7 (medida através de um inquérito de satisfação e usando uma escala de 0 a 10 valores). Um facto que tem uma maior relevância, uma vez que o número de respostas no inquérito aumentou significativamente, subindo o nível de adesão de 42% em 2003 para 56% em 2004. As áreas de comunicação, as expectativas e a liderança foram as que tiveram, dentro dos vectores analisados, uma melhoria mais acentuada.

Responsabilidade social

Externamente, a PT desenvolveu desde sempre um vasto conjunto de práticas de responsabilidade social. O desenvolvimento de produtos e serviços para clientes com necessidade especiais ou portadores de deficiência, bem como serviços especificamente direcionados para pessoas de baixo rendimento, como os idosos, caracterizam a actuação responsável da empresa.

Este compromisso com a sociedade ficou patente com a criação da Fundação PT cujo objectivo é implementar e coordenar a política de intervenção social e apoio ao desenvolvimento no âmbito da responsabilidade social. A sua actividade abrange vários domínios, nomeadamente:

- ▶ Sociedade de informação e do conhecimento
- ▶ Combate à info-exclusão
- ▶ Programas para cidadãos com necessidades especiais
- ▶ Desenvolvimento das capacidades das pessoas (através de programas de bolsas e prémios)
- ▶ História e património da PT
- ▶ Mecenato cultural
- ▶ Mecenato social

Os valores investidos na intervenção social e de mecenato da Fundação Portugal Telecom em 2004 (desde Julho de 2004, data da sua entrada em funcionamento) ascendem a 4 milhões de euros.

► Vertente ambiental • partilhar valor com o ambiente

A política ambiental assume um papel relevante nas várias empresas da Portugal Telecom, o que se traduz, por exemplo, na certificação ambiental ISO 14001 na PT Comunicações e na TMN (que representam cerca de 80% das receitas nacionais da PT).

Esta certificação implica a existência de um modelo de gestão ambiental integrado e a actuação ao nível da cadeia de valor: por exemplo, o factor ambiental é um dos critérios de selecção dos fornecedores.

As políticas ambientais estão desenvolvidas em torno de vários eixos estratégicos dos quais se destacam:

- A gestão de resíduos;
- A redução e eficiência energética, dos consumos de água e combustíveis;
- O controlo dos impactos produzidos, incluindo o das antenas de transmissão;
- A formação contínua.

Durante o ano de 2004 foi assinada a Carta de Sustentabilidade da ETNO, European Telecommunication Network Operators Association, onde se reconhece que a sustentabilidade deverá estar no centro dos negócios. Nesta carta, a PT compromete-se num melhoramento contínuo e na partilha das melhores práticas das diversas áreas da sustentabilidade.

Outras empresas como a PT Inovação, a PT Contact, a PT PRO e a TV Cabo estão igualmente a promover modelos de gestão baseados em boas práticas ambientais.

► Vertente económica • partilhar valor com o accionista

Na vertente económica, aquela que diz respeito às práticas e processos internos de gestão da empresa, a PT é já hoje uma referência, estando ao nível das melhores práticas internacionais, dando resposta às necessidades de transparência e de informação dos seus accionistas, investidores e autoridades de supervisão.

Os elementos desta vertente foram desenvolvidos em detalhe nas secções Mercados de Capitais e Governo da Sociedade.

► Perspectivas Futuras

Em 2005, a PT continuará a explorar o potencial de crescimento dos seus activos, nomeadamente as operações integradas de telecomunicações e multimédia em Portugal e o negócio móvel no Brasil, sendo que as pressões concornciais e regulamentares, bem como a maturidade de certos negócios, irão exigir um enfoque constante na melhoria da eficiência operacional do grupo. A PT pretende ainda continuar a promover a retenção de clientes, procurando simultaneamente aumentar o valor de cada cliente, através da oferta de novos serviços inovadores.

Rede fixa

No negócio de rede fixa irá continuar-se a estratégia de minimização da perda de linhas fixas tradicionais, através da promoção agressiva da banda larga e dos planos de preços. A regulação deverá continuar a ser um importante factor no desempenho do negócio, com a decisão regulatória sobre os preços de interligação fixo-móvel a ter um impacto relevante nos proveitos operacionais. As decisões regulatórias sobre a ORLA e o preço de desagregação do lacete local também deverão ter um impacto no negócio em 2005. A PT, com vista a responder a estes desafios, terá de continuar com a política de racionalização de custos, dando ênfase ao programa de redução de efectivos em 2005. O principal enfoque para o negócio de rede fixa será o de preservar as margens operacionais e a geração de cash flow.



Móvel

O lançamento de serviços de terceira geração (3G) em Portugal deverá ser a principal iniciativa estratégica do negócio móvel doméstico em 2005. A cobertura do UMTS irá continuar a expandir-se, enquanto que o lançamento de novos serviços e aplicações baseados em 3G deverá resultar no crescimento do número de clientes que utilizam esta tecnologia. A imposição, pela entidade reguladora, de descidas nos preços de interligação deverá aumentar a pressão no crescimento das receitas e no EBITDA. A PT pretende ultrapassar este condicionalismo através do aumento do prémio de mobilidade no mercado, um dos mais baixos da Europa, e através da melhoria da eficiência operacional do negócio.

Em 2005, o negócio móvel brasileiro deverá continuar a focar-se no crescimento e na retenção dos clientes de maior valor. A PT pretende continuar a explorar as oportunidades de crescimento atractivas que o mercado brasileiro continua a oferecer, consolidando assim a sua posição de liderança. As margens operacionais deverão continuar a ser influenciadas pelo ambiente de intensa concorrência e pelo forte crescimento de clientes. A expansão da plataforma 1xRTT e o lançamento do EV-DO em novas áreas de cobertura deverão reforçar a posição da Vivo como o primeiro operador móvel a lançar serviços de 3G no Brasil.

Multimédia

O negócio multimédia deverá continuar a tirar partido do potencial de crescimento significativo que o mercado de TV por subscrição ainda oferece em Portugal. Para este fim, a PT Multimedia deverá focar-se no crescimento da base de clientes, dando particular ênfase ao satélite. A estratégia de crescimento agressivo da banda larga e o aumento dos serviços premium alavancados na digitalização do parque de caixas (set top boxes) deverão suportar um aumento da receita média por cliente em 2005. A PT Multimedia continuará a investir na melhoria da qualidade de serviço, tirando partido dos investimentos realizados em 2004 e incrementando as iniciativas de credenciação e certificação dos seus service providers. A focalização nos serviços digitais, como forma de melhorar a oferta e a segmentação da base de clientes, deverá ser uma importante iniciativa estratégica em 2005.

Situação financeira

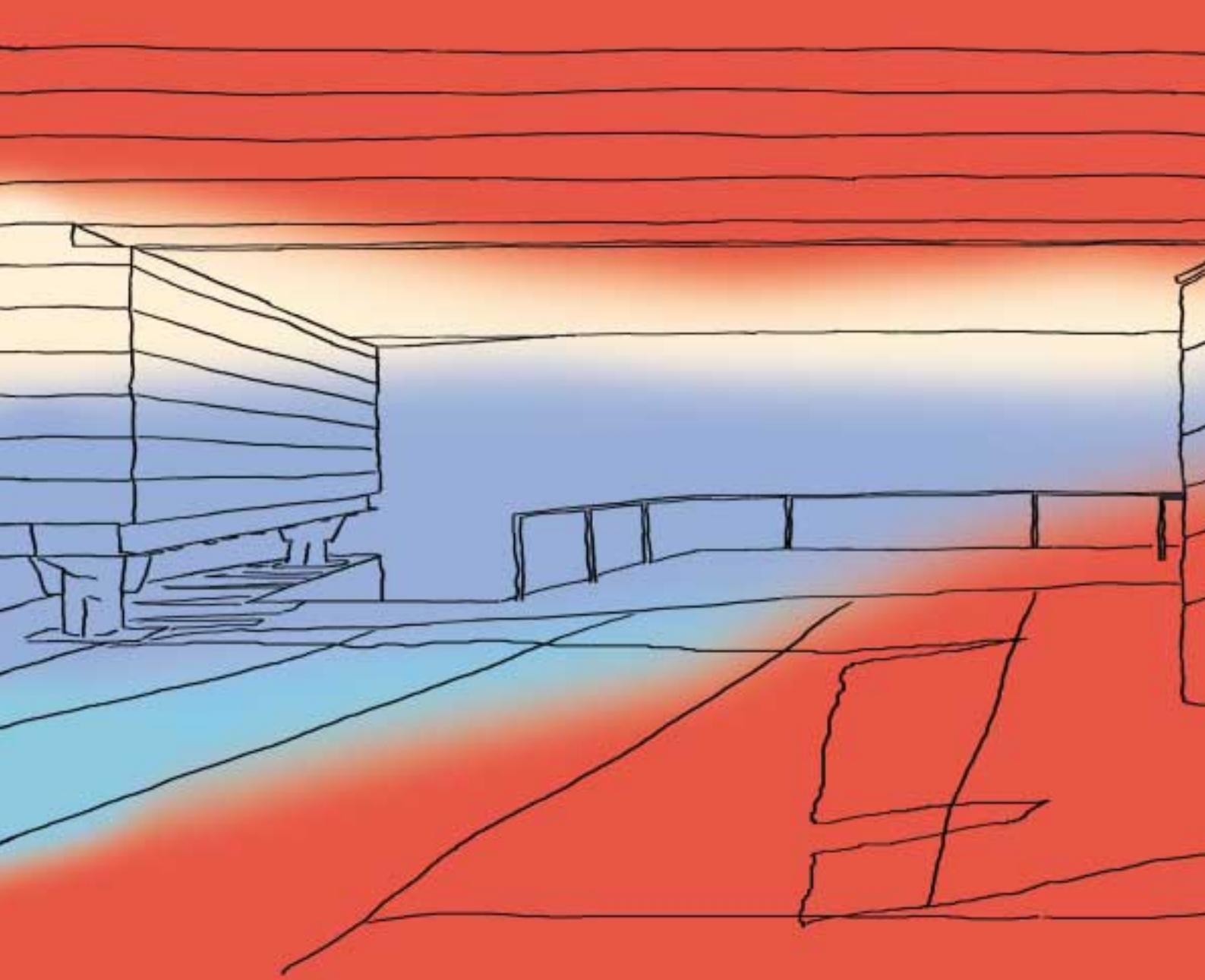
Em termos financeiros, a PT pretende preservar a sua sólida estrutura financeira, retendo ampla flexibilidade para prosseguir a sua estratégia. A PT continuará a investir nas oportunidades de crescimento oferecidas pelos seus activos, com especial ênfase nos serviços de banda larga, móvel e TV por subscrição, seguindo rigorosos critérios de investimento.

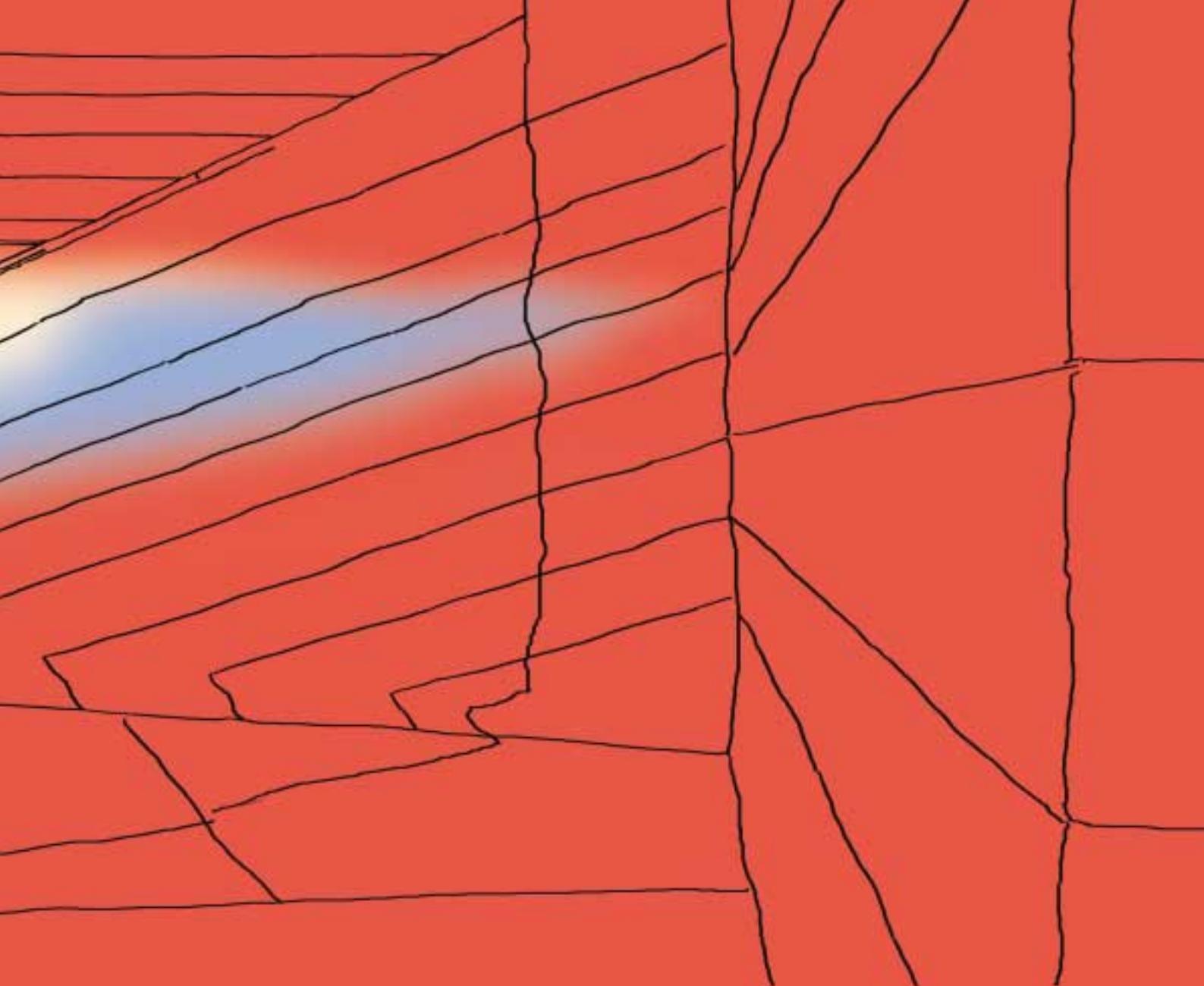
Remuneração aos accionistas

De acordo com o seu compromisso de criação e distribuição de mais valor aos accionistas, o Conselho de Administração irá propor, à Assembleia Geral de Accionistas, o pagamento de um dividendo de 0,35 euros por acção relativamente ao exercício de 2004, representando um aumento de cerca de 60% face ao ano anterior. Adicionalmente, o Conselho de Administração anunciou a proposta de um share buyback adicional de 3% do capital, que, dependendo das condições de mercado, deverá estar concluído até ao final de 2005.

Lisboa, 2 de Março de 2005

O Conselho de Administração





Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 92 Balanço Consolidado
- 94 Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas
- 95 Demonstração Consolidada de Resultados por Funções
- 96 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
- 97 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

BALANÇO CONSOLIDADO

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

31 de Dezembro de 2004 e 2003

valores expressos em euros

			2004	2003
ACTIVO	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	27	30 247 688	(22 618 751)	7 628 937
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	82 461 046	(55 359 084)	27 101 962
Propriedade industrial e outros direitos	27	2 064 141 119	(340 480 289)	1 723 660 830
Outras imobilizações incorpóreas	27	11 853 363	(5 471 663)	6 381 700
Imobilizações em curso	27	37 695 235	—	37 695 235
Diferenças de consolidação	10 e 27	1 690 967 518	(280 581 279)	1 410 386 239
		3 917 365 969	(704 511 066)	3 212 854 903
				3 150 122 385
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	98 665 850	(12 641 436)	86 024 414
Edifícios e outras construções	27 e 42	1 010 280 304	(557 984 837)	452 295 467
Equipamento básico	27 e 42	10 261 629 065	(7 110 976 957)	3 150 652 108
Equipamento de transporte	27 e 42	62 619 195	(37 397 694)	25 221 501
Ferramentas e utensílios	27 e 42	18 946 431	(16 764 528)	2 181 903
Equipamento administrativo	27 e 42	850 003 596	(701 448 734)	148 554 862
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	69 103 113	(54 187 820)	14 915 293
Imobilizações em curso	27 e 42	182 754 242	—	182 754 242
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 e 42	260 486	—	260 486
		12 554 262 282	(8 491 402 006)	4 062 860 276
				4 267 958 038
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	27 e 46	7 754 316	(3 716 555)	4 037 761
Partes de capital em empresas associadas	27 e 46	100 368 237	(7 417 741)	92 950 496
Empréstimos a empresas associadas	27 e 46	294 087 407	(72 215 126)	221 872 281
Partes de capital em outras empresas	27 e 46	89 104 842	(7 377 210)	81 727 632
Empréstimos a outras empresas	27 e 46	3 876 462	(3 292 065)	584 397
Títulos e outras aplicações financeiras	27	55 096 507	(25 841 631)	29 254 876
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		2 185 233	—	2 185 233
		552 473 004	(119 860 328)	432 612 676
				448 079 192
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Dívidas de terceiros a médio e longo prazo				
Cientes, conta corrente		749 446	—	749 446
Outros devedores	51	83 009 166	(3 598 842)	79 410 324
	46	83 758 612	(3 598 842)	80 159 770
				45 697 318
CIRCULANTE				
Existências				
Materias-primas, subsidiárias e de consumo		19 505 406	(1 816 001)	17 689 405
Produtos e trabalhos em curso		6 263 689	—	6 263 689
Mercadorias		182 988 882	(29 973 804)	153 015 078
Adiantamentos por conta de compras		128 949	—	128 949
	46	208 886 926	(31 789 805)	177 097 121
				102 884 982
Dívidas de terceiros – curto prazo				
Cientes, conta corrente		1 077 867 979	(113 292 236)	964 575 743
Cientes, títulos a receber		154 292	—	154 292
Cientes de cobrança duvidosa		260 755 168	(251 510 568)	9 244 600
Empresas associadas		24 997 248	—	24 997 248
Empresas participantes e participadas		8 801 727	—	8 801 727
Adiantamentos a fornecedores		22 016 616	—	22 016 616
Estado e outros entes públicos	50	74 709 722	—	74 709 722
Outros devedores	51	265 908 310	(15 873 011)	250 035 299
	46	1 735 211 062	(380 675 815)	1 354 535 247
				1 282 212 717
Títulos negociáveis				
Outros títulos negociáveis		551 625 261	—	551 625 261
Outras aplicações de tesouraria		947 287 664	—	947 287 664
	46 e 52	1 498 912 925	—	1 498 912 925
				2 272 188 060
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários		428 537 298	—	428 537 298
Caixa		12 651 660	—	12 651 660
		441 188 958	—	441 188 958
				258 903 507
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	53	268 069 682	—	268 069 682
Custos diferidos	53	169 328 003	—	169 328 003
Impostos diferidos	57	1 265 789 599	—	1 265 789 599
		1 703 187 284	—	1 703 187 284
				1 729 769 061
Total de amortizações			(9 221 748 412)	
Total de provisões			(510 089 450)	
Total do activo		22 695 247 022	(9 731 837 862)	12 963 409 160
				13 557 815 260

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004.

		valores expressos em euros	
	Notas	2004	2003
Capital Próprio, Interesses Minoritários e Passivo			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	54	1 166 485 050	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	54	–	(28 644 509)
Acções próprias – descontos e prémios	54	–	(181 395 553)
Prémios de emissão de acções	54	91 704 891	91 704 891
Reservas			
Reserva legal	54	154 225 075	144 184 287
Outras reservas	54	479 767 374	1 853 869 232
Ajustamentos de conversão cambial	54	(2 240 420 996)	(2 261 577 622)
Resultados transitados	54	2 552 890 383	1 828 165 898
		2 204 651 777	2 700 591 624
Resultado consolidado líquido do exercício	54	500 125 395	240 235 301
		2 704 777 172	2 940 826 925
INTERESSES MINORITÁRIOS	55	581 024 631	643 967 968
PASSIVO			
Provisões para outros riscos e encargos			
Provisões para benefícios de reforma	46	1 269 868 244	1 256 038 995
Provisões para impostos	46	51 138 186	43 451 561
Outras provisões para riscos e encargos	46	409 738 123	317 928 105
		1 730 744 553	1 617 418 661
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo			
Empréstimos por obrigações			
Convertíveis	34	390 335 000	440 335 000
Não convertíveis	34	1 848 162 033	2 669 141 209
Dívidas a instituições de crédito	34	1 337 034 165	1 363 593 871
Outros empréstimos obtidos	34	90 687 245	82 543 923
Empresas associadas		1 670 696	1 664 103
Fornecedores de imobilizado	47	121 489 387	19 154 800
Outros credores	51	39 396 509	43 932 581
		3 828 775 035	4 620 365 487
Dívidas a terceiros – curto prazo			
Empréstimos por obrigações			
Convertíveis	34	–	450 485 000
Não convertíveis	34	584 950 000	124 699 474
Dívidas a instituições de crédito	34	473 928 245	293 830 302
Outros empréstimos obtidos	34	337 965 292	322 063 948
Fornecedores, conta corrente		607 619 643	483 329 420
Fornecedores, facturas em recepção e conferência		205 929 921	290 993 015
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		234 509 638	134 737 534
Fornecedores, títulos a pagar		62 217	726 021
Empresas associadas		2 385 438	11 459 784
Empresas participantes e participadas		10 279 664	10 785
Adiantamentos de clientes		3 511 430	2 746 751
Outros accionistas		109 174 295	7 007 560
Estado e outras entes públicos	50	82 812 442	102 925 601
Adiantamentos por conta de vendas		2 140 331	1 665 610
Outros credores	51	223 941 549	293 201 876
		2 879 210 105	2 519 882 681
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	53	638 536 957	598 479 747
Proveitos diferidos	53	283 670 321	283 348 211
Impostos diferidos	57	316 670 386	333 525 580
		1 238 877 664	1 215 353 538
Total do passivo		9 677 607 357	9 973 020 367
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo		12 963 409 160	13 557 815 260

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA
DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002

	Notas	2004	2003	2002	valores expressos em euros
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					
Mercadorias		620 297 979	550 154 948	462 664 452	
Matérias		64 764 926	68 853 327	94 548 484	557 212 936
Fornecimentos e serviços externos		2 020 543 926	1 911 229 033		1 878 916 823
Custos com o pessoal					
Remunerações		620 674 846	586 697 416	581 537 670	
Encargos sociais					
Benefícios de reforma	58 e 59	138 511 969	222 942 179	183 213 061	
Outros		130 326 555	120 454 268	114 236 695	878 987 426
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	965 593 176	958 218 925	972 543 435	
Provisões	46	158 213 523	1 123 806 699	1 080 469 637	122 955 108
Impostos		127 480 384	109 516 069	88 514 116	
Outros custos e perdas operacionais		23 327 523	150 807 907	123 334 250	25 507 122
(A)					114 021 238
Custos e perdas financeiros		4 869 734 807	4 664 135 058		4 524 636 966
Perdas relativas a empresas associadas	44	16 806 618	44 655 064	186 196 155	
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	44	106 139 037	111 793 486	143 323 963	
Juros e custos similares	44	615 263 034	738 208 689	861 073 816	731 803 037
(C)					1 061 323 155
5 607 943 496			5 525 208 874		5 585 960 121
Custos e perdas extraordinários	45		390 911 878	498 774 705	
(E)			5 998 855 374	6 023 983 579	5 832 323 456
Imposto sobre o rendimento	57		176 065 394	377 268 779	343 871 552
Interesses minoritários	55		101 569 064	79 224 930	(74 620 664)
(G)			6 276 489 832	6 480 477 288	6 101 574 344
Resultado consolidado líquido do exercício			500 125 395	240 235 301	391 055 798
			6 776 615 227	6 720 712 589	6 492 630 142
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas de mercadorias e produtos	36	616 899 752	583 509 114	492 293 535	
Prestações de serviços	36	5 406 442 150	6 023 341 902	5 764 353 070	5 091 202 537
Variação da produção			306 354	234 212	1 588 174
Trabalhos para a própria empresa	56		89 511 542	74 499 765	114 033 783
Proveitos suplementares		76 295 186	99 824 364	52 138 788	
Subsídios à exploração		2 769 316	2 701 708	3 089 412	
Outros proveitos e ganhos operacionais		2 986 270	82 050 772	640 979	103 167 051
(B)					(252 068)
Proveitos e ganhos financeiros					54 976 132
Ganhos de participações de capital					5 942 254 098
Relativos a empresas associadas	44	44 528 600	25 498 389	25 322 786	
Relativos a outras empresas	44	1 521 043	1 292 259	1 143 322	
Outros juros e proveitos similares	44	370 997 686	417 047 329	560 084 540	586 875 188
(D)					509 927 692
6 612 257 899				6 529 129 286	536 393 800
Proveitos e ganhos extraordinários	45		164 357 328	191 583 303	
(F)			6 776 615 227	6 720 712 589	6 492 630 142
Resultados operacionais:	(B)-(A)		1 325 475 763	1 278 119 040	1 229 457 195
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)		(321 161 360)	(274 198 628)	(524 929 355)
Resultados correntes:	(D)-(C)		1 004 314 403	1 003 920 412	704 527 840
Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F)-(E)		777 759 853	696 729 010	660 306 686
Resultado consolidado líquido do exercício:	(F)-(G)		500 125 395	240 235 301	391 055 798

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA
DE RESULTADOS POR FUNÇÕES**

exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002

		valores expressos em euros		
	Notas	2004	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	63.a)	6 023 446 436	5 776 169 146	5 583 937 981
Custos das vendas e das prestações de serviços		(3 565 216 716)	(3 499 884 046)	(3 359 101 301)
Resultados Brutos		2 458 229 720	2 276 285 100	2 224 836 680
Outros proveitos e ganhos operacionais	63.b)	124 004 472	151 036 448	77 190 034
Custos de distribuição		(311 528 028)	(302 322 246)	(197 768 269)
Custos administrativos		(478 499 080)	(491 921 732)	(492 574 996)
Outros custos e perdas operacionais	63.c)	(491 871 403)	(342 606 296)	(408 487 272)
Resultados Operacionais		1 300 335 681	1 290 471 274	1 203 196 177
Custo líquido de financiamento	63.e)	(242 517 990)	(148 831 544)	(219 880 498)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	63.f)	(51 043 947)	(128 456 239)	(267 344 439)
Ganhos (perdas) em outros investimentos		(932 574)	(394 698)	(359 322)
Resultados não usuais ou não frequentes	63.g)	(229 738 930)	(315 441 933)	(62 082 447)
Resultados Correntes		776 102 240	697 346 860	653 529 471
Impostos sobre os resultados correntes	63.h)	(174 407 781)	(377 886 629)	(337 094 337)
Interesses minoritários		(101 569 064)	(79 224 930)	74 620 664
Resultado Líquido do exercício		500 125 395	240 235 301	391 055 798

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

DOS FLUXOS DE CAIXA

exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002

				valores expressos em euros	
		Notas	2004	2003	2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes			6 978 615 703	6 508 513 684	6 521 776 690
Pagamentos a fornecedores			(3 465 003 782)	(2 796 599 245)	(2 940 476 605)
Pagamentos ao pessoal			(847 786 369)	(822 506 844)	(763 798 144)
Fluxos gerados pelas operações			2 665 825 552	2 889 407 595	2 817 501 941
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(65 970 356)	144 366 627	(289 131 732)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional			(473 400 751)	(566 274 305)	(384 970 914)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias			2 126 454 445	2 467 499 917	2 143 399 295
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias			876 987	7 157 682	43 098 416
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		64.a)	(109 572 880)	(140 647 691)	(94 174 202)
Fluxos das actividades operacionais (1)			2 017 758 552	2 334 009 908	2 092 323 509
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de					
Investimentos financeiros		64.b)	21 243 239	3 625 011	1 311 634 564
Imobilizações corpóreas			35 745 251	116 621 650	29 038 119
Imobilizações incorpóreas			3 569	32 686	–
Subsídios de investimento			2 978 958	–	196 288
Juros e proveitos similares			263 882 112	283 952 038	245 909 913
Dividendos		64.c)	16 611 256	26 225 115	20 734 668
Outros recebimentos de actividades de investimento			34 286 096	193 841 327	17 622 306
			374 750 481	624 297 827	1 625 135 858
Pagamentos respeitantes a					
Investimentos financeiros		64.d)	(322 902 785)	(403 988 292)	(321 342 491)
Imobilizações corpóreas			(624 150 610)	(560 712 772)	(855 984 006)
Imobilizações incorpóreas			(15 693 023)	(55 036 318)	(358 641 234)
Adiantamentos a empresas participadas			(50 000)	(42 648 612)	(947 451 821)
Outros investimentos			(36 461 034)	(21 429 108)	(151 343 088)
			(999 257 452)	(1 083 815 102)	(2 634 762 640)
Fluxos das actividades de Investimento (2)			(624 506 971)	(459 517 275)	(1 009 626 782)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de					
Empréstimos obtidos		64.e)	17 123 102 585	6 777 581 209	13 457 226 263
Aumentos de capital e prémios de emissão			92 370 662	–	176 434 867
Venda de acções próprias			–	39 159 546	34 299 931
Subsídios			368 297	526 023	699 631
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento			68 594 130	3 517 130	48 484
			17 284 435 674	6 820 783 908	13 668 709 176
Pagamentos respeitantes a					
Empréstimos obtidos		64.f)	(17 876 447 254)	(7 397 524 940)	(13 472 717 994)
Amortizações de contratos de locação financeira			(27 178 425)	(9 037 369)	(4 136 597)
Juros e custos similares			(536 937 366)	(603 550 509)	(506 569 415)
Dividendos / distribuição de resultados			(297 142 335)	(227 516 018)	(129 035 959)
Aquisição de acções próprias			(495 312 220)	(234 988 926)	(42 197 733)
Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento			(38 913 617)	(2 292 094)	(126 683)
			(19 271 931 217)	(8 474 909 856)	(14 154 784 381)
Fluxos das actividades de financiamento (3)			(1 987 495 543)	(1 654 125 948)	(486 075 205)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)			(594 243 962)	220 366 685	596 621 522
Efeito das diferenças de câmbio			3 642 583	10 378 990	(45 211 595)
Consolidação Brasilcel			–	–	485 410 651
Caixa e seus equivalentes no início do período		64.g)	2 516 055 325	2 297 800 295	1 231 222 245
Caixa e seus equivalentes no fim do período		64.g)	1 925 453 946	2 528 545 970	2 268 042 823

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

31 de Dezembro de 2004

[valores expressos em euros, excepto quando indicado]

NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, S.A.) e as suas empresas subsidiárias e associadas (indicadas nas Notas 1 a 6), que integram o universo empresarial da Portugal Telecom (“Grupo”), operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A. (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto, S.A. (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, S.A. (“TDP”). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados; em 31 de Dezembro de 2004, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,79% do capital da Portugal Telecom e 500 acções da Categoria A, as quais lhe conferem direitos especiais, conforme descrito na Nota 54.

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

a) Actividade

O Grupo opera nos sectores das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de 20 de Março de 1995, o qual foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, decorrente do facto da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”).

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela PT.COM – Comunicações Interactivas, S.A. (“PT.COM”, anteriormente denominada PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. – Nota 14.e) empresas). A PT.COM concentra igualmente, através das suas participadas, serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), através do sistema global de comunicações móveis (“GSM”) e do sistema de telecomunicações móveis universais (“UMTS”), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000.

A PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (“PT Multimedia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo Portugal”), a PT Multimedia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal.

A PT Multimedia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, imprensa e rádio, sendo as áreas mais significativas a edição e venda de DVDs e jogos de vídeo e a distribuição de filmes através da Lusomundo Audiovisuais, S.A. (“Lusomundo Audiovisuais”), a exploração de salas de cinema, através da Lusomundo Cinemas, S.A. (“Lusomundo Cinemas”), é a publicação de jornais de grande circulação e a edição de programas de rádio, através da Lusomundo Media, SGPS, S.A. (“Lusomundo Media”).

No Brasil, o Grupo presta serviços de telecomunicações móveis através da sua participação na Brasilcel N.V. (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint-venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A. – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, S.A.) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Vivo desenvolve a sua actividade nos Estados Brasileiros de São Paulo (por intermédio da Telesp Celular, S.A.), Paraná e Santa Catarina (por intermédio da Global Telecom, S.A.), Rio de Janeiro (por intermédio da Telerj Celular, S.A.), Espírito Santo (por intermédio da Telest Celular, S.A.), Bahia (por intermédio da Telebahia Celular, S.A.), Sergipe (por intermédio da Telergipe Celular, S.A.), Rio Grande do Sul (por intermédio da Celular CRT, S.A.), e outros onze Estados nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil (por intermédio da Tele-Centro Oeste Celular Participações, S.A. e suas subsidiárias – “TCO”). A Telesp Celular, S.A., a Global Telecom, S.A. e a TCO são controladas pela sub-holding Telesp Celular Participações, S.A. (“TCP”), a Telerj Celular, S.A. e a Telest Celular, S.A. são controladas pela sub-holding Tele Sudeste Celular Participações, S.A. (“Tele Sudeste”), e a Telebahia Celular, S.A. e a Telergipe Celular, S.A. são controladas pela sub-holding Tele Leste Celular Participações, S.A. (“Tele Leste”).

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foram incluídas na consolidação pelo método integral a Portugal Telecom e todas as suas filiais constantes do mapa I em anexo [p. 143].

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, bem como os motivos da sua exclusão, são referidas no mapa II em anexo [p. 147].

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 encontram-se referidas no mapa III em anexo [p. 149].

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas, cujas participações em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação, constam do mapa IV em anexo [p. 150].

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas que em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foram incluídas na consolidação pelo método proporcional são as constantes do mapa V em anexo [p. 151].

6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, para além das participações referidas nas notas anteriores, o Grupo detinha directa e indirectamente participações financeiras em outras empresas, as quais constam do mapa VI em anexo [p. 151].

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2004, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de aproximadamente 27 925 empregados.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de goodwill decorrentes de aquisições de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, respeitantes à diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas na data da sua aquisição. Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica e das correspondentes amortizações acumuladas (Nota 27), tem a seguinte composição:

			valores expressos em euros
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Vivo	674 480 753	63 559 907	610 920 846
Negócios da Rede Fixa			
PT.COM	174 237 213	20 286 477	153 950 736
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	133 542 589	64 784 054	68 758 535
PT Prime	33 817 393	3 381 739	30 435 654
Outras empresas	851 344	558 003	293 341
342 448 539	89 010 273	253 438 266	
PT Multimedia			
Negócio de televisão por subscrição ^(a)	221 712 177	33 746 598	187 965 579
Negócio de Audiovisuais:			
Lusomundo Audiovisuais, S.A. ("Lusomundo Audiovisuais")	69 472 042	6 754 226	62 717 816
Lusomundo Cinemas, S.A. ("Lusomundo Cinemas")	40 056 072	3 449 529	36 606 543
Negócio de Media			
Lusomundo Serviços, SGPS, S.A. ("Lusomundo Serviços")	94 478 489	9 185 409	85 293 080
Global Notícias, S.A ("Global Notícias")	32 583 167	19 518 193	13 064 974
Lusomundo Media, SGPS, S.A. ("Lusomundo Media")	8 465 045	846 505	7 618 540
Ocasião, Edições Periódicas, Lda ("Ocasião")	5 207 784	261 679	4 946 105
Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, Lda. ("Rádio Press")	4 020 740	2 291 451	1 729 289
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp")	2 452 949	1 226 474	1 226 475
Outras empresas	3 455 092	1 419 177	2 035 915
481 903 557	78 699 241	403 204 316	
Outros Negócios			
Páginas Amarelas, S.A ("Páginas Amarelas")	89 338 063	10 050 532	79 287 531
Unitel, S.A. ("Unitel")	39 327 032	17 759 163	21 567 869
PrimeSys, S.A. ("PrimeSys")	27 069 658	6 767 415	20 302 243
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI")	14 816 593	8 343 077	6 473 516
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	11 845 617	4 833 559	7 012 058
Weblab, SGPS, S.A. ("Weblab") (Nota 14.a))	8 179 594	–	8 179 594
Tradecom	1 558 112	1 558 112	–
192 134 669	49 311 858	142 822 811	
1 690 967 518	280 581 279	1 410 386 239	

(a) O valor bruto de goodwill inclui 22 126 657 euros, resultantes da aquisição de 16,67% do capital da Sport TV Portugal, S.A. ("Sport TV") à Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. ("RTP") durante o primeiro semestre de 2004 (Nota 14.a)).

Quando uma empresa subsidiária é alienada, os valores de goodwill e respectivas amortizações acumuladas são anulados por contrapartida de resultados extraordinários.

Amortização do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em outras empresas é amortizado pelo método das quotas constantes no período de recuperação esperada do investimento, sendo adoptados os seguintes prazos de amortização:

Empresa	Prazo de amortização
Empresas participadas da Brasilcel	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT.COM	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Prime	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Multimedia e empresas participadas	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Páginas Amarelas	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Unitel	Período de concessão (9 anos, à data de aquisição do investimento)
PrimeSys	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
Cabo Verde Telecom	Período de concessão (19 anos, à data de aquisição do investimento)
Outras empresas participadas	Período esperado de recuperação do investimento (no máximo em 20 anos)

Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócio das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2004, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de provisões (Nota 46) e de amortizações acumuladas) não excede o respectivo valor estimado de realização (Fair Value).

14. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o exercício de 2004, verificaram-se alterações na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação, sendo as mais relevantes as descritas no mapa VII em anexo.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do grupo que detêm investimentos financeiros em empresas associadas e em outras empresas participadas adoptam a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, esses investimentos financeiros:

- Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9. Segundo este método, os investimentos financeiros são inicialmente contabilizados pelo seu custo de aquisição, que é posteriormente ajustado pela diferença entre esse custo e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data da aquisição. Por sua vez, essa diferença, quando positiva, é registada em imobilizado incorpóreo, na rubrica "Diferenças de consolidação" (goodwill) (Nota 10).
- De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e em outras variações no capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Outras reservas". Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. No que se refere às empresas associadas com capitais próprios negativos, é registada uma provisão para perdas em investimentos financeiros, que corresponde à proporção do Grupo nos capitais próprios negativos dessas empresas.

- As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições de empresas participadas são amortizadas durante o período médio estimado de recuperação desses investimentos, ou, no caso em que essas empresas detenham licenças ou concessões, tais diferenças são amortizadas durante o respectivo período da licença ou concessão (Nota 10).
- Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

- Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras são registados pelo seu valor nominal nas rubricas "Empréstimos a empresas associadas" e "Empréstimos a outras empresas".

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

- (a) Em Outubro de 2000, a Médi Télécom, S.A. ("Médi Télécom") celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de mil milhões de euros. Os empréstimos, que têm uma duração média de 8 anos, destinaram-se a refinanciar a dívida de curto prazo contraída em Agosto de 1999 para atribuição da licença de operador de telecomunicações móveis em Marrocos e à cobertura do investimento ligado à instalação e desenvolvimento da rede GSM.

Nos termos destes contratos, a Médi Télécom obriga-se a, perante o sindicato bancário, atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis, Telefónica Intercontinental, S.A. e Grupo Banque Marrocaine du Commerce Exterieur), assinaram um Shareholders Support Deed, segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos), se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Em resultado de empréstimos entretanto concedidos pelos accionistas de referência à Medi Telecom, em 31 de Dezembro de 2004, o compromisso da Portugal Telecom

está limitado a um máximo adicional de 84 milhões de euros, e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a três vezes em quatro trimestres consecutivos.

(b) O Grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multi-media, SGPS, S.A. (“Sportinveste”) celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2004, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste no montante de 30 023 168 euros (Nota 27.b)).

(c) Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos, no montante de aproximadamente 79 172 000 euros.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tinha apresentado avales, garantias e cartas conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	valores expressos em euros
Garantias bancárias a favor de tribunais	9 036 548
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela	
PT Comunicações	18 287 518
PT Multimedia	9 332 897
TMN	3 162 539
PT Prime, S.A.	1 436 260
Outras	104 259
	32 323 473
Cartas-conforto e avales a favor de terceiros	
Sport TV	89 518 512
Warner Lusomundo España	13 333 333
TV Cabo Macau	7 341 605
Vasp	5 588 875
Outras	911 378
	116 693 703

As garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela PT Comunicações e pela PT Multimedia são essencialmente a favor da administração fiscal e da Alta Autoridade para a Comunicação Social, sendo as da PT Comunicações referentes a liquidações adicionais de IRC que foram impugnadas (Nota 57.b)) e as da PT Multimedia referentes à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão. As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à Anacom.

As cartas-conforto e os avales a favor de terceiros referem-se a garantias prestadas por empresas do Grupo relativas a financiamentos bancários obtidos pelas empresas associadas indicadas, sendo de realçar que em 1 de Setembro de 2004 a PT Multimedia concedeu à Sport TV um aval solidário com a

PPTV – Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. (o outro accionista da Sport TV em conjunto com a PT Conteúdos), até ao montante de 70 milhões de euros, como forma de garantia de um financiamento concedido por uma instituição financeira àquela empresa, destinado à aquisição de direitos de transmissão dos jogos da Superliga de futebol, para as épocas de 2004-2005 a 2007-2008.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS” ou “NIC”). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), de acordo com a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade das operações, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma e consideraram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticas, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas notas cuja numeração se encontra ausente neste anexo não são aplicáveis ao Grupo, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

É ainda de referir que a Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas em formato internacional, incluídas em anexo, com a finalidade de serem apresentadas junto de investidores internacionais. Aquelas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, capital próprio e resultado líquido que as presentes, mas diferem destas na sua apresentação, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações financeiras

elaboradas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados na versão preparada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“versão POC”) e na versão internacional, apresenta-se de seguida uma reconciliação para os items mais relevantes: proveitos operacionais, resultado operacional e resultado antes de impostos e interesses minoritários:

	valores expressos em euros
Proveitos operacionais (versão POC)	<u>6 195 210 570</u>
Proveitos suplementares ^(a)	(76 295 186)
Trabalhos para a própria empresa ^(a)	(89 511 542)
Variação da produção ^(a)	(306 354)
Subsídios à exploração ^(a)	(2 769 316)
Outros proveitos e ganhos operacionais ^(a)	(2 986 270)
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais ^(b)	(487 931)
Proveitos operacionais (versão internacional)	<u>6 022 853 971</u>
 Resultado operacional (versão POC)	 <u>1 325 475 763</u>
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais ^(c)	43 600 943
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais ^(b)	(487 931)
Resultado operacional (versão internacional)	<u>1 368 588 775</u>
 Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão POC)	 777 759 853
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento, líquido (Nota 45) ^(d)	(681.729)
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos ao imposto sobre o rendimento ^(d)	3.741.656
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão internacional)	<u>780 819 780</u>

- (a) Na versão internacional estes proveitos são deduzidos aos custos operacionais.
 (b) Este montante diz respeito essencialmente a ajustamentos a proveitos registados em exercícios anteriores, que para efeitos da versão internacional são acrescidos aos proveitos operacionais.
 (c) Estes valores dizem respeito a custos e proveitos extraordinários, essencialmente relativos a subsídios ao investimento e formação profissional e à constituição/reversão de provisões extraordinárias, que na versão internacional são acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais.
 (d) Estes valores representam proveitos extraordinários na versão POC, enquanto na versão internacional são incluídos na rubrica “Imposto sobre o rendimento”.

Princípios de consolidação

As empresas referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de consolidação integral, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 55).

As empresas referidas na Nota 5 foram consolidadas pelo método proporcional, pelo que os seus activos e passivos, proveitos e custos e fluxos de caixa foram integrados nas demonstrações financeiras pela percentagem de capital detido nessas empresas pela Portugal Telecom, directa e indirectamente; igual procedimento foi adoptado para o processo de eliminações das transacções e dos saldos e fluxos de caixa intragrupo.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas incluem basicamente as rubricas de “Propriedade industrial e outros direitos”, “Diferenças de consolidação”, “Despesas de investigação e desenvolvimento” e “Despesas de instalação”. As diferenças de consolidação são amortizadas de acordo com os critérios explicados na Nota 10. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês da sua aquisição ou início de utilização, num período que varia entre três e seis anos, com excepção: (i) do valor atribuído às licenças de operador de telefonia móvel detidas pelas participadas da Vivo, que está a ser amortizado no período estimado de vida útil, de acordo com taxas determinadas em função das receitas projectadas (Nota 27); (ii) do valor referente à aquisição da propriedade da Rede Básica que está a ser amortizado pelo método das quotas constantes, no período remanescente até final da concessão (2025); e (iii) do valor da licença UMTS e todos os custos inerentes à entrada em exploração da rede UMTS que estão a ser amortizados pelo método das quotas constantes, no período remanescente até final da licença (2015).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra), ou de produção, reavaliado com base em coeficientes oficiais de correção monetária, de acordo com as disposições legais (Nota 41). A amortização destes activos é realizada de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	5-25
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Cabos submarinos	15-20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Outro equipamento básico	4-20
Equipamento de transporte	4- 8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são provisionadas por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira são registados como leasing financeiro, caso cumpram os critérios para tal. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do fair-value do activo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros reconhecidos no período em que são devidos.

d) Existências

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

A provisão para depreciação de existências inclui o valor das mercadorias sem utilização prevista, por motivo de obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para as mercadorias cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

e) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 53).

g) Subsídios para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e são reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Registo de receitas

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço, sendo os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, registados com base em estimativas. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que por norma não são significativas, são registadas no período subsequente.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam.

As receitas provenientes do serviço ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas e outras, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

Os proveitos decorrentes da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização da rede, ao que acresce a facturação das chamadas telefónicas efectivamente efectuadas, bem como outros serviços complementares de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

As receitas decorrentes do serviço de televisão por cabo e satélite resultam essencialmente de: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo e (iii) aluguer e venda de equipamento. As receitas provenientes da assinatura mensal são reconhecidas no período em que o serviço é prestado ao cliente. As receitas de publicidade são reconhecidas no período em que a mesma é inserida. As receitas de aluguer de equipamento são reconhecidas no período do aluguer e as receitas da venda de equipamentos são reconhecidas no momento da venda.

As receitas relativas à exibição cinematográfica decorrem da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos dos direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As receitas de publicidade relativas à publicação de revistas e jornais são reconhecidas no período da sua inserção.

As receitas relativas à venda de publicações são reconhecidas no momento da venda, à excepção das assinaturas, que são reconhecidas no período de duração das mesmas.

i) Repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador do país de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

j) Pensões de reforma

(i) Nos termos do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 219/00, os regimes jurídicos aplicáveis em virtude das disposições do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio (diploma regulamentador da criação da Portugal Telecom, S.A.) continuarão a produzir efeitos relativamente aos empregados que foram transferidos da Portugal Telecom para a PT Comunicações e aos pensionistas e reformados abrangidos por esses regimes. Assim sendo, a PT Comunicações, tem o compromisso de conceder:

A reformados e empregados oriundos e admitidos pelos CTT até 14 de Maio de 1992	Pensão de reforma
A reformados e empregados oriundos dos TLP e da TDP	Complemento de pensão de reforma ou sobrevivência

Os empregados oriundos da Telecom Portugal, que tenham sido admitidos directamente por esta empresa ou pelos CTT após 14 de Maio de 1992, assim como os empregados admitidos directamente pela Portugal Telecom e pela PT Comunicações, encontram-se excluídos do âmbito dos benefícios acima referidos, estando abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados respeitantes aos empregados no activo, pré-reformados e reformados são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários internacionais. Para a cobertura destas responsabilidades existem três fundos de pensões autónomos, um para cada uma das empresas fundidas na Portugal Telecom, e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

Adicionalmente, para os empregados oriundos da Marconi (empresa fundida com a PT Comunicações no exercício de 2002), a PT Comunicações tem um regime especial de Segurança Social através da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (“Caixa”), entidade independente, tutelada pelo Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, aplicável a todos os empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998. Os empregados admitidos após esta data encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social. Para cobertura das responsabilidades com os empregados abrangidos por este regime especial de Segurança Social, a PT Comunicações tem constituídos três fundos de pensões autónomos e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

(ii) A Lusomundo Media, através da sua empresa participada Global Notícias (anteriormente Diário de Notícias e Jornal de Notícias), está obrigada a complementar as pensões de reforma e sobrevida aos empregados admitidos até 1979, no caso do Diário de Notícias, e até 16 de Novembro de 1994, no caso do Jornal de Notícias, quando estes atingem a idade da reforma.

(iii) A PT SI e a Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (“Naveprinter”) têm também responsabilidades em assegurar as pensões de reforma dos empregados transferidos da PT Comunicações e do Jornal de Notícias, respectivamente.

O Grupo reconhece os custos com a atribuição de benefícios relacionados com os planos de pensões à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. No final de cada exercício, o Grupo obtém estudos actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de apurar o valor das suas responsabilidades a essa data, o custo com pensões a registar nesse exercício e a previsão dos custos a reconhecer no exercício seguinte. As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados e com os valores das eventuais contribuições a efectuar para os fundos, bem como com o valor da provisão a registar no passivo para cobertura das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais, resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e a informação financeira e demográfica apurada no exercício, são registados a deduzir à provisão e são reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente de forma linear e durante o período médio estimado de vida laboral dos participantes que

ainda se encontram no activo, conforme permitido pela NIC n.º 19, em detrimento da Directriz Contabilística n.º 19, por se considerar a aplicação deste normativo internacional mais adequada para a realidade do Grupo Portugal Telecom.

(iv) A Telesp Celular e as empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO, em conjunto com outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS, são patrocinadoras de um plano de pensões administrado pela Fundação Sistel de Segurança Social – SISTEL. Até 28 de Dezembro de 1999, todas as patrocinadoras do plano administrado pela SISTEL eram solidárias. Nessa data, essas patrocinadoras negociaram condições para a criação de planos individuais de pensões por patrocinadora e para manutenção da solidariedade apenas para os reformados que se encontravam em tal condição em 31 de Janeiro de 2000, o que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Estado Brasileiro, em 13 de Janeiro de 2000.

Em resultado deste acordo, em Dezembro de 2000 a Telesp Celular e as empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO implementaram, através da Sistel, planos individuais de contribuição definida (“TCP PREV”, “TCO PREV” e “Plano de Benefícios Visão Celular”), que abrangem a quase totalidade dos respectivos empregados e que são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes e pelas patrocinadoras, as quais são creditadas em contas individuais dos participantes. As empresas são responsáveis por todas as despesas administrativas e de manutenção destes planos e pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Telesp Celular e das empresas controladas pela Tele Leste, Tele Sudeste e TCO para os planos individuais de contribuição definida antes referidos são iguais às dos participantes, variando de 1% a 9% do salário de participação, em função de percentagem escolhida pelo participante. Os custos destes planos são registados pela Telesp Celular, Tele Leste, Tele Sudeste e TCO na data em que se vencem as contribuições a efectuar por cada empresa.

Na sequência da quebra de solidariedade do Fundo SISTEL ocorrida em Dezembro de 1999, as empresas patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos destinado a atribuir um suplemento de pensão a custo partilhado aos empregados beneficiários que não aceitaram a migração para os planos individuais de contribuição definida antes referidos.

A contribuição para os planos de benefícios definidos (“PBS Telesp Celular”, “PBS Tele Leste Celular”, “PBS Tele Sudeste Celular” e “PBS TCO”) é determinada com base num estudo actuarial elaborado por actuários independentes. O regime de determinação do custo é o da capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 12% sobre a remuneração dos empregados participantes do plano.

- (v) A Celular CRT, S.A. (“Celular CRT”) patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos (plano de benefícios fundador e plano de benefícios alternativos), os quais são administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT. As contribuições para os planos são determinadas com base em estudos actuariais preparados por actuários independentes. Em 30 de Dezembro de 2003 foi autorizada a desvinculação da Celular CRT destes planos, tendo sido implementado em 1 de Março de 2004 um plano individual de contribuição definida (Plano de Benefícios Visão Celular CRT), o qual é administrado pelo SISTEL.
(vi) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do Grupo não se encontram abrangidos pelos benefícios sociais acima referidos.

1) Responsabilidades com cuidados de saúde

(i) A PT Comunicações (excluindo os empregados oriundos da Marconi e os empregados contratados a partir de 31 de Julho de 2003) mantém um Plano de Saúde aplicável aos seus empregados activos, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, o qual é gerido pela associação denominada Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), criada para o efeito em 29 de Setembro de 1995. O referido plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, ainda no quadro da Portugal Telecom, S.A.

Para o financiamento do Plano de Saúde contribuem:

- ▶ os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na Empresa), com 1,5% dos ordenados;
- ▶ o Serviço Nacional de Saúde (“SNS”), com 281 euros por beneficiário do Plano;
- ▶ a Portugal Telecom, com o valor restante necessário à cobertura da totalidade dos custos.

Adicionalmente, a PT Comunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos empregados admitidos pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998, bem como aos respectivos familiares elegíveis, sendo a gestão deste plano de saúde efectuada igualmente pela PT ACS.

Os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma foram registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente.

As contribuições entregues à PT ACS correspondentes aos cuidados de saúde prestados ao pessoal no activo são registadas como custos à medida que estes são incorridos.

O subsídio do SNS e as quotizações dos empregados são registados como redução de custos do período a que respeitam.
(ii) A PT SI tem também responsabilidades em assegurar aos empregados transferidos da PT Comunicações os cuidados de saúde previstos no Plano de Saúde daquela empresa.

A PT Comunicações e a PT SI reconhecem os custos com os cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma aos empregados abrangidos pelos benefícios acima referidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações e a PT SI obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, os custos com saúde a registar nesse exercício e, ainda, a previsão dos custos a incorrer no exercício seguinte, determinada a partir dos mesmos pressupostos (Nota 59). As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados, bem como com o valor da provisão a registar no passivo para cobertura das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais, resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e a informação financeira e demográfica apurada no exercício, são registados a deduzir à provisão e são reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente de forma linear e durante o período médio estimado de vida laboral dos participantes que ainda se encontram no activo, conforme permitido pela NIC n.º 19.

(iii) Os empregados da Telesp Celular e das empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO encontram-se abrangidos pelo Plano de Assistência Médica aos Empregados Aposentados (PAMA) gerido pela Fundação Sistel, sendo o financiamento do fundo assegurado pelas empresas resultantes do processo de cisão da Telebrás e pelos seus empregados participantes. As características do plano de benefícios e do fundo são idênticas às referidas para o fundo de pensões SISTEL existente antes da quebra de solidariedade desse fundo. Sendo este um fundo com características de multi-empregador, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma são reconhecidos em resultados à medida que as contribuições vão sendo devidas.

(iv) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do Grupo encontram-se fora do âmbito dos benefícios acima referidos.

m) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é registada como custos extraordinários (Nota 45) a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Notas 58 e 59).

n) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

o) Férias e subsídios de férias

As responsabilidades com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registadas como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídas no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”.

p) Impostos sobre o rendimento

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são empresas residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. No cálculo do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista segurança razoável de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

q) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por depósitos e aplicações a prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado. Adicionalmente, os empréstimos concedidos a empresas participadas titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis no mercado são registados como títulos negociáveis.

r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, as quais são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- ▶ taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- ▶ taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- ▶ taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);
- ▶ taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

s) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos para reduzir o risco de alterações destas taxas, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forwards e opções cambiais (Nota 60).

Os ganhos e perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, são registados ao seu fair-value na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

t) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria empresa” (Nota 56).

**24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO
DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Direito de Saque Especial	DSE	1,14016
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4388
Coroa Norueguesa	NOK	8,2365
Coroa Sueca	SEK	9,0206
Dirham Marroquino	MAD	11,2196
Dobra São-tomense	STD	13.745,43
Dólar Australiano	AUD	1,7459
Dólar Americano	USD	1,3621
Dólar Canadiano	CAD	1,6416
Dólar de Hong Kong	HKD	10,5881
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Forint Húngaro	HUF	245,97
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,5429
Kuanza Angolano	AOA	117,2373
Libra Esterlina	GBP	0,70505
Metical Moçambicano	MZM	25 314,4
Pataca Macaense	MOP	10,9057
Peso Argentino	ARS	4,0506
Pula do Botswana	BWP	5,8135
Rand Sul-Africano	ZAR	7,6897
Real Brasileiro	BRL	3,6147
Xelim Queniano	KES	107,1292
Xelim Ugandês	UGX	2 366,65
Yene Japonês	JPY	139,65

No exercício de 2004, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio médio de tais moedas relativamente ao euro:

Designação	Código	Cotação
Dobra São-tomense	STD	12 366,80
Dólar Americano	USD	1,2433
Dirham Marroquino	MAD	11,0188
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Franco CFA	XOF	655,957
Forint Húngaro	HUF	251,78
Franco Suíço	CHF	1,5441
Kuanza Angolano	AOA	103,8027
Metical Moçambicano	MZM	27 208,6
Pataca Macaense	MOP	9,9762
Peso Argentino	ARS	3,6755
Pula do Botswana	BWP	5,8070
Real Brasileiro	BRL	3,6359
Xelim Queniano	KES	98,6681
Xelim Ugandês	UGX	2 254,29

27. ACTIVO IMOBILIZADO

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o exercício de 2004, os movimentos ocorridos no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram como segue:

	valores expressos em euros				
	Imobilizado bruto				
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	86 048 875	1 654 463	2 252 031	28 708	(59 736 389)
Despesas de investigação e desenvolvimento	66 706 649	4 842 883	6 045 463	7 589	4 858 462
Propriedade industrial e outros direitos	1 910 209 538	1 421 055	140 536 230	20 411 962	(8 437 666)
Outras imobilizações incorpóreas	12 139 734	–	1 088 428	66 957	(1 441 756)
Imobilizações em curso	152 356 963	208 687	40 972 658	193 772	(156 036 845)
Diferenças de consolidação (Nota 10)	1 466 990 764	–	147 078 635	7 748 868	69 149 251
	3 694 452 523	8 127 088	337 973 445	28 457 856	(151 644 943)
					3 917 365 969
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	95 394 159	8 277 978	287 568	120 572	(5 414 427)
Edifícios e outras construções	892 553 549	34 875 751	32 475 654	989 470	49 385 880
Equipamento básico	9 874 609 132	(34 437 998)	381 931 327	19 854 825	19 671 779
Equipamento de transporte	54 479 713	(172 972)	17 189 873	(29 072)	(8 848 347)
Ferramentas e utensílios	18 563 005	19 930	318 558	29 842	15 096
Equipamento administrativo	862 152 069	(3 464 506)	63 055 196	1 840 698	(73 579 861)
Outras imobilizações corpóreas	64 489 260	979 960	3 882 342	(183 849)	(64 600)
Imobilizações em curso	209 991 608	6 778 049	190 612 499	1 677 920	(226 305 834)
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	553 278	–	155 229	539	(448 560)
	12 072 785 773	12 856 192	689 908 246	24 300 945	(245 588 874)
					12 554 262 282
	valores expressos em euros				
	Amortizações acumuladas				
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	76 341 814	1 490 613	5 463 677	25 749	(60 703 102)
Despesas de investigação e desenvolvimento	39 633 780	3 718 302	15 623 391	4 006	(3 620 395)
Propriedade industrial e outros direitos	241 833 618	27 081	121 803 759	2 449 946	(25 634 115)
Outras imobilizações incorpóreas	3 689 400	–	995 961	6 693	779 609
Diferenças de consolidação (Nota 10)	182 831 526	–	97 122 489	628 730	(1 466)
	544 330 138	5 235 996	241 009 277	3 115 124	(89 179 469)
					704 511 066
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	13 203 045	–	–	–	(561 609)
Edifícios e outras construções	484 404 549	8 832 717	50 917 084	151 254	13 679 233
Equipamento básico	6 541 452 098	4 112 927	675 643 737	12 194 797	(122 426 602)
Equipamento de transporte	36 602 246	(207 437)	8 677 256	(42 542)	(7 631 829)
Ferramentas e utensílios	16 390 291	16 314	415 537	11 964	(69 578)
Equipamento administrativo	661 311 307	(1 163 120)	82 376 315	885 163	(41 960 931)
Outras imobilizações corpóreas	51 464 199	510 673	3 676 459	(94 440)	(1 369 071)
	7 804 827 735	12 102 074	821 706 388	13 106 196	(160 340 387)
					8 491 402 006

Os valores apresentados na coluna “Alteração do perímetro de consolidação” respeitam aos saldos das rubricas de imobilizações e amortizações acumuladas das empresas que foram incluídas ou excluídas da consolidação pela primeira vez no exercício de 2004 (Notas 1 e 2).

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

- (a) 339 964 723 euros referentes à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações (Nota Introdutória), que correspondem ao montante pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16 604 413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício, uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de cross border lease (8 430 864 euros), realizada em 2003, sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica, o qual havia sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica. A amortização do imobilizado incorpóreo referente à aquisição da propriedade da Rede Básica é efectuada de forma linear pelo período remanescente da concessão;
- (b) 992 058 080 euros referentes a 50% do valor atribuído às licenças de banda A detidas pelas empresas participadas da Vivo, que fazia parte integrante do goodwill gerado na aquisição dessas empresas. A amortização do imobilizado incorpóreo referente a estas licenças é efectuada no período estimado de recuperação das mesmas, em função das receitas projectadas;
- (c) 126 694 686 euros e 8 375 522 euros referentes a 50% do valor de custo das licenças de banda B adquiridas em exercícios anteriores pela Global Telecom e pela TCO, respectivamente. A amortização do imobilizado incorpóreo referente a estas licenças é efectuada no período estimado de recuperação das mesmas, em função das receitas projectadas;
- (d) 99 759 579 euros referentes ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença de UMTS e 33 333 333 euros relativos ao valor pago pela TMN no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a OniWay e os restantes operadores de telecomunicações móveis com licenças UMTS em Portugal. Em 31 de Dezembro de 2003, estes valores estavam registados na rubrica “Imobilizações em curso”, tendo, com a entrada em operação do sistema UMTS no decorrer do segundo trimestre de 2004, sido transferidos para a rubrica “Propriedade industrial e outros direitos”. A amortização deste imobilizado incorpóreo é efectuada de forma linear pelo período remanescente da licença do UMTS (2015) e

(e) 106 769 032 euros referentes a contratos de aluguer de capacidade, em satélites celebrados pela TV Cabo no segundo semestre de 2004, os quais foram registados como locação financeira. Estes contratos têm uma maturidade de 12 anos. A amortização deste imobilizado incorpóreo é efectuada de forma linear pelo período dos contratos.

O aumento da rubrica de “Diferenças de consolidação” respeita essencialmente ao goodwill resultante das aquisições efectuadas no segundo semestre de 2004, de interesses minoritários de empresas subsidiárias da Vivo (Nota 14.a)).

As transferências e abates ocorridos nas rúbricas de imobilizado incorpóreo no exercício de 2004, dizem respeito essencialmente a:

- a) Uma reestruturação societária efectuada pela TCP no primeiro semestre de 2004, pela qual o goodwill gerado na aquisição da TCO foi transferido para esta última sociedade. Esta operação permitirá que a respectiva amortização seja aproveitada fiscalmente na TCO, revertendo o respectivo benefício fiscal para a TCP. O efeito desta reestruturação consistiu numa redução do goodwill, registado na rubrica “Propriedade industrial e outros direitos”, e num aumento da rubrica “Impostos diferidos activos”, no montante aproximado de 69 milhões de euros (Nota 57).
- b) No exercício 2004, o Grupo efectuou abates de imobilizado incorpóreo totalmente amortizados no montante bruto de 83 179 960 de euros.

Os aumentos de amortizações no exercício de 2004, no montante de 1 062 715 665 euros, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Amortização do exercício do imobilizado incorpóreo	143 886 788
Amortização do exercício do imobilizado corpóreo	821 706 388
	965 593 176
Amortização das diferenças de consolidação (Nota 44)	97 122 489
	1 062 715 665

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe da rubrica de equipamento básico era o seguinte:

	valores expressos em euros
Valor de custo ou reavalido	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	5 740 339 452
Equipamento de comutação	2 301 311 278
Equipamento terminal	668 126 193
Cabos submarinos	261 013 291
Estações, equipamentos e instalações de satélites	61 474 179
Outros equipamentos de telecomunicações	1 039 721 278
Outro equipamento básico	189 643 394
	10 261 629 065
Amortizações acumuladas	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	3 868 504 823
Equipamento de comutação	1 848 025 931
Equipamento terminal	355 603 465
Cabos submarinos	119 655 532
Estações, equipamentos e instalações de satélites	60 681 377
Outros equipamentos de telecomunicações	752 222 391
Outro equipamento básico	106 283 438
	7 110 976 957
Valor líquido	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	1 871 834 629
Equipamento de comutação	453 285 347
Equipamento terminal	312 522 728
Cabos submarinos	141 357 759
Estações, equipamentos e instalações de satélites	792 802
Outros equipamentos de telecomunicações	287 498 887
Outro equipamento básico	83 359 956
	3 150 652 108

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2004:

- (a) A existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de 107 254 523 euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de 170 072 084 euros;
- (b) Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 22 382 765 euros;

(c) Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95 e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, se encontram afectos à Concessão, ascendem a 1 512 332 776 euros;

(d) A PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 27 202 742 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos que não amarram em Portugal. Adicionalmente, a PT Comunicações tem imobilizações corpóreas em poder de terceiros no valor de 862 369 euros e

(e) Em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN celebraram contratos de cross border lease, os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos a investidores estrangeiros no montante global de 771 637 016 euros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de leasing dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da alienação inicialmente referida. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de cross border lease configuraram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas n.º 25 e 26, mantendo-se os mesmos registados no activo de cada uma destas empresas.

b) Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as partes de capital em empresas do Grupo excluídas da consolidação pelo método integral (Nota 2) tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Guiné Telecom, SARL. ^(a)	3 716 555	3 716 555
Marconi France Telecommunications SAS ^(b)	1 644 171	–
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ^(b)	818 953	493 255
Outras	1 574 637	48 896 486
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	7 754 316	53 106 296
	(3 716 555)	(3 716 555)
	4 037 760	49 389 741

(a) Este investimento financeiro encontra-se totalmente provisionado, conforme descrito na Nota 2.

(b) Estes investimentos encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as partes de capital em empresas associadas (Nota 3), com situação líquida positiva, tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Unitel, S.A.R.L.	28 461 383	14 160 640
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.	27 965 749	31 509 064
Warner Lusomundo Sogecable Cines de España, S.A.	7 603 000	8 054 333
Idealyse, S.A. ^(a)	7 417 741	7 417 741
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	7 362 700	10 420 519
Lisboa TV – Informação e Multimedia, S.A.	5 572 558	4 631 845
Páginas Amarelas, S.A.	5 149 371	3 353 544
Vasp – Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda.	2 019 110	1 414 445
Hungaro Digital KFT (HDT)	1 990 635	1 677 245
Octal TV, S.A.	1 299 387	1 067 204
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	1 122 413	–
Weblab (Nota 14.a))	–	8 192 526
Naveprinter, S.A. ^(b)	–	3 111 239
Banco1.net, S.A. ^(c)	–	3 742 997
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ^(b)	–	1 531 864
Outras	4 404 191	4 596 805
	100 368 237	104 882 011
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(7 417 741)	(16 610 268)
	92 950 496	88 271 744

(a) Este investimento financeiro encontra-se totalmente provisionado conforme, descrito na Nota 2.

(b) Em 2004 estes investimentos foram registados pelo método da consolidação integral (Nota 1 e Nota 14.a)).

(c) Este investimento foi alienado em 2004.

Em 31 de Dezembro de 2004, as partes de capital em empresas associadas (Nota 3) com situação líquida negativa e reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se registadas na rubrica “Provisões para perdas em empresas associadas” (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as partes de capital em outras empresas tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Banco Espírito Santo, S.A.	55 300 000	55 300 000
Intelsat	13 127 252	13 127 252
Media Capital, SGPS, S.A. (Nota 14.a))	6 960 000	–
Cypress Entertainment, Ltd. ^(a)	3 016 754	3 016 754
INESC – Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores ^(a)	2 992 787	2 992 787
Telefónica de Espanha, S.A.	2 156 034	2 156 034
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	1 296 875	1 296 875
Seguradora Internacional de Moçambique	704 448	–
Guinetel, S.A.	372 628	–
Tradecom Brasil, S.A.	312 089	–
New Skies Satellites ^(b)	–	4 674 500
HARI – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A. ^(b)	–	498 798
Eutelsat ^(b)	–	3 055 710
Outras empresas	2 865 976	3 032 419
	89 104 842	89 151 129
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(7 377 210)	(4 538 265)
	81 9727 632	84 612 864

(a) As participações nestas empresas encontravam-se totalmente provisionadas em 31 de Dezembro de 2004.

(b) As participações nestas empresas foram alienadas durante o exercício de 2004.

Os empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento dos seus negócios. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os empréstimos de financiamento a empresas participadas e outras eram como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
UOL – Universo On-Line, Inc., S.A. (“UOL”)	77 989 260	84 108 607
Sport Portugal, S.A.	66 213 937	17 475 958
Midi Telecom, S.A.	64 442 408	64 699 898
Sportinveste ^(a)	35 318 668	29 318 668
Idealyse ^(b)	29 420 510	31 728 959
Weblab	6 684 761	4 886 562
Marconi Suisse	5 732 692	2 502 684
INESC ^(b)	3 292 066	3 292 066
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A.	1 610 068	1 610 068
Outras empresas	7 259 500	10 671 787
	297 963 869	250 295 256
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(75 507 191)	(45 208 344)
	222 456 678	205 086 912

(a) Esta rubrica inclui prestações acessórias de 30 023 168 euros (Nota 21) e empréstimos de 5 295 500 euros, concedidos a esta empresa associada.

(b) Empréstimos totalmente provisionados em 31 de Dezembro de 2004.

O empréstimo concedido à UOL foi adquirido à PT Multimédia em 28 de Junho de 2002, estando titulado por 6 017 141 obrigações convertíveis emitidas por aquela empresa, ao respectivo valor nominal, acrescido dos juros acumulados até àquela data. Em 31 de Dezembro de 2004 este empréstimo encontra-se provisionado por um montante de 39 371 875 euros. Adicionalmente está constituída uma provisão de 18 432 125 euros relativa à quota parte Grupo PT nos capitais próprios negativos da UOL em 31 de Dezembro de 2004 (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os títulos e outras aplicações financeiras tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Investimentos em imóveis (Nota 42)	54 248 363	30 194 199
Outros	848 144	1 086 480
	55 096 507	31 280 679
Amortizações acumuladas dos investimentos em imóveis (Nota 42)	(25 835 340)	(12 195 806)
Provisões para títulos e outras aplicações financeiras (Nota 46)	(6 291)	(55 262)
	29 254 876	19 029 611

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos tinham a seguinte composição (Nota 34):

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Dívidas a instituições de crédito	217 079 650	288 728 904
Empréstimos por obrigações	–	1 000 000 000
Locação Financeira (Nota 47)	70 563 489	2 356 832
	287 643 139	1 291 085 736

34. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2004		2003	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (f)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	452 179 951	1 329 321 190	284 700 985	1 356 219 875
Empréstimos internos	7 100 357	7 712 975	6 583 720	7 373 996
Descobertos bancários	14 647 937	–	2 545 597	–
	473 928 245	1 337 034 165	293 830 302	1 363 593 871
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)				
Exchangeable bonds	–	390 335 000	450 485 000	440 335 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c)				
Global Medium Term Notes	584 950 000	1 779 000 000	–	2 600 000 000
Obrigações PT/97 – 2.ª emissão	–	–	124 699 474	–
Debêntures	–	69 162 033	–	69 141 209
	584 950 000	1 848 162 033	124 699 474	2 669 141 209
Outros Empréstimos obtidos				
Papel Comercial (d)	318 808 486	8 950 000	285 487 967	10 900 000
Empréstimos Externos (e)	19 156 806	81 737 245	36 575 981	71 643 923
	337 965 292	90 687 245	322 063 948	82 543 923
	1 396 843 537	3 666 218 443	1 191 078 724	4 555 614 003

(a) Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2004		2003	
	Divisas	Euros	Divisas	Euros
Euros	1 240 722 309	1 240 722 309	1 219 645 650	1 219 645 650
Dólares americanos (USD)	55 817 405	40 978 933	41 858 799	33 142 358
Reais brasileiros (BRL)	1 907 815 568	527 793 612	1 367 019 988	373 033 888
Outras	1 467 556	–	31 602 277	–
	1 810 962 410		1 657 424 173	

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as garantias prestadas por terceiros em relação a determinados empréstimos eram as seguintes:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	257 406 112	301 402 179
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	9 127 071	10 585 276

Em Janeiro de 2003 foi contratada uma Credit Facility no montante de 500 000 000 de euros com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. Em 12 de Julho de 2004, esta Facility foi renegociada, tendo as datas de vencimento sido alteradas para Fevereiro de 2007 e de 2008 (50% do montante em dívida em cada um dos anos).

Em 2004, o Grupo, através da Portugal Telecom e da PT Finance, procedeu à contratação de três outras Multicurrency Revolving Credit Facilities no montante total de 400 000 000 de euros, nas seguintes datas, montantes e maturidades:

- em 24 de Junho de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de quatro anos;
- em 18 de Outubro de 2004, no montante de 100 milhões de euros, com uma maturidade de três anos;
- em 22 de Outubro de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de três anos e meio.

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor utilizado pelo Grupo, no âmbito destas três facilities, era de 75 000 000 de euros.

Em 10 de Dezembro de 2004, o Grupo, através da TMN e da Portugal Telecom, contratou um financiamento junto do BEI, no montante de 150 milhões euros, com vencimento em 15 de Dezembro de 2014. Este contrato prevê ainda a contratação de um financiamento adicional no montante de 100 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2004, ainda não tinha sido utilizado qualquer valor no âmbito deste contrato.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Taxa de juro máxima	4,90%	4,90%
Taxa de juro mínima	2,02%	2,08%

(b) Em 7 de Junho de 1999, a PT Finance emitiu Exchangeable Bonds no valor de 509 435 000 euros, as quais conferiam o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depository Shares) da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 10,515 euros por acção (em consequência do stock split e dos aumentos de capital ocorridos até 31 de Dezembro de 2001). Em Junho de 2003 foram canceladas 11 710 obrigações convertíveis, no montante de 58 550 000 euros. O reembolso das restantes obrigações convertíveis, no montante de 450 485 000 euros, foi efectuado em 7 de Junho de 2004 (Nota 64).

Em 6 de Dezembro de 2001, a PT Finance procedeu a uma emissão de Exchangeable Bonds no valor de 550 000 000 de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção, no termo da emissão. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas, ou se a conversão tiver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros anual. Em Dezembro de 2003 e em Outubro de 2004, foram canceladas, respectivamente, 21 933 obrigações convertíveis, no montante de 109 665 000 euros, e 10 000 obrigações convertíveis, no montante de 50 000 000 de euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação, em 31 de Dezembro de 2004, era de 390 335 000 euros.

(c) Em 7 de Abril de 1999, a PT Finance procedeu à emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em Novembro de 2004, foram canceladas as obrigações não convertíveis desta emissão que o grupo mantinha em carteira, com um valor nominal de 120 500 000 euros, pelo que o montante de obrigações não convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2004 era de 879 500 000 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PT Finance procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes, no valor de mil milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 5,75%. Em Novembro de 2004, foram canceladas as obrigações não convertíveis desta emissão que o Grupo mantinha em carteira, com um valor nominal de 100 500 000 euros, pelo que o montante de obrigações não convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2004 era de 899 500 000 euros.

Em 16 de Novembro de 2001, a PT Finance procedeu à emissão de Floating Rate Notes, no valor de 600 milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, com vencimento a 16 de Fevereiro de 2005 e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75%. Em Novembro de 2004, foram canceladas as obrigações não convertíveis desta emissão, que o Grupo mantinha em carteira, com um valor nominal de 15 050 000 euros, pelo que o montante de obrigações não convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2004 era de 584 950 000 euros.

Em 1 de Agosto de 2003, a Vivo, através da sua participada TCP, contraíu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 500 milhões de reais brasileiros, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 104,4% do CDI.

Em 17 de Novembro de 2004 foi reembolsado o empréstimo por obrigações não convertíveis PT/97 – 2.^a emissão, no montante de 124 699 474 euros.

(d) Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo de papel comercial diz respeito basicamente a programas de papel comercial emitidos pelas seguintes empresas do Grupo:

	valores expressos em euros
Portugal Telecom (i)	312 858 486
Lusomundo	14 900 000
	327 758 486

(i) Programa de papel comercial de curto prazo contratado pelo montante total de 875 000 000 euros, encontrando-se em 31 de Dezembro de 2004 utilizados 312 858 486 euros. Este montante foi subscrito em Dezembro de 2004, com uma taxa de juro anual média de 2,34%, com liquidação em Janeiro de 2005.

(e) Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía 50% dos empréstimos obtidos pelas subsidiárias da Brasilcel junto do BNDES, no montante total de 82 150 010 euros. Estes empréstimos foram contraídos a taxas de juro correntes no mercado Brasileiro e serão reembolsados entre 2005 e 2011.

(f) Em 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	valores expressos em euros
2006	1 524 528 265
2007	458 444 296
2008	507 138 776
2009	959 027 456
2010 e seguintes (Nota 33)	217 079 650
	3 666 218 443

(g) Em 31 de Dezembro de 2004, existiam diversos condicionalismos financeiros (“covenants”) associados aos financiamentos obtidos pelo Grupo, que estavam a ser cumpridos naquela data, sendo de destacar os seguintes:

► Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI. Estão abrangidos por este condicionalismo empréstimos no montante de 300 milhões de euros, obtidos junto desta instituição financeira, dos quais se encontrava utilizado o valor de 150 milhões euros em 31 de Dezembro de 2004.

A Portugal Telecom deverá manter uma notação mínima de rating BBB-/Baa3. Este covenant está presente na Facility de 100 000 000 de euros obtida em 18 de Outubro de 2004.

► Controlo/Alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas Material Subsidiaries (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a Facility de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 762 milhões de euros (dos quais se encontrava utilizado o valor de 612 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004).

► Rácios financeiros

A Facility de 500 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,5 vezes o EBITDA consolidado. As duas Facilities obtidas em Outubro de 2004, no montante total de 250 milhões de euros, prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado, embora numa das Facilities esta obrigação apenas seja válida caso a notação de rating da Portugal Telecom seja reduzida. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à Facility de 500 milhões de euros e à Facility de 150 milhões de euros obtida em Junho de 2004, serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 31 de Dezembro de 2004, este rácio era equivalente a 1,34.

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes, as emissões de obrigações convertíveis, a Facility de 500 milhões de euros e as Facilities de 400 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços consolidadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002 repartem-se da seguinte forma:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Negócios de Rede Fixa (Nota 61.a))	2 124 322 444	2 137 096 556	2 273 636 384
Prestações de serviços	2 087 317 008	2 100 343 626	2 238 851 506
Vendas	37 005 436	36 752 930	34 784 878
Negócios Móveis Portugal • TMN (Nota 61.b))	1 444 293 249	1 335 914 436	1 267 153 326
Prestações de serviços	1 300 371 237	1 202 395 212	1 132 889 769
Vendas	143 922 012	133 519 224	134 263 557
Negócios Móveis Brasil • Vivo (Nota 61.c))	1 502 984 689	1 361 513 763	1 217 622 274
Prestações de serviços	1 183 397 482	1 093 778 637	1 048 632 419
Vendas	319 587 207	267 735 126	168 989 855
PT Multimedia (Nota 61.d))	728 975 631	683 475 831	622 071 932
Prestações de serviços	616 238 852	544 078 099	475 996 704
Vendas	112 736 779	139 397 732	146 075 228
Outros negócios	222 765 890	246 352 484	203 012 156
Prestações de serviços	219 117 572	240 248 382	194 832 139
Vendas	3 648 319	6 104 102	8 180 017
Total das vendas e prestações de serviços	6 023 341 903	5 764 353 070	5 583 496 072

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da PT SGPS nos exercícios de 2004 e 2003, foram as seguintes:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Conselho de Administração ^(a)	5 303 015	4 639 876
Conselho Fiscal	50 029	52 418
Mesa da Assembleia Geral	2 377	2 900
	5 355 421	4 695 194

(a) O incremento desta rubrica está essencialmente associado ao facto de o novo Conselho de Administração, com um número mais alargado de membros, ter iniciado funções apenas a partir de Abril de 2003, bem como ao facto de terem sido efectuadas alterações na orgânica do Conselho a partir de Janeiro de 2004, em linha com as regras de governança estabelecidas pela Lei Sarbanes-Oxley, que implicaram um aumento dos custos, com o funcionamento de certas Comissões na dependência do Conselho.

Para além das remunerações acima indicadas, no exercício de 2004 foram atribuídos prémios de desempenho aos Administradores no montante de 3 849 818 euros, relativamente à performance de 2003, e no exercício de 2003 foram atribuídas acções da Portugal Telecom, a título de prémios de desempenho relativamente à performance de 2002, no montante de 4 438 124 euros.

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

E AJUSTAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores, algumas das empresas incluídas na consolidação procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, basicamente ao abrigo da legislação aplicável em Portugal, nomeadamente:

- ▶ Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril;
- ▶ Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro;
- ▶ Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- ▶ Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- ▶ Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
- ▶ Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- ▶ Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- ▶ Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Conforme referido na Nota 18, as participações financeiras em empresas associadas foram ajustadas nas demonstrações financeiras individuais das detentoras pela aplicação do método da equivalência patrimonial, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 9 e com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

42. REAVALIAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos custos históricos líquidos do activo imobilizado e correspondente reavaliação, é o seguinte:

	valores expressos em euros		
	Custos históricos líquidos	Reavaliações líquidas	Valores contabilísticos líquidos reavaliados
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	47 410 883	38 613 531	86 024 414
Edifícios e outras construções	380 677 757	71 617 710	452 295 467
Equipamento básico	3 096 496 946	54 155 162	3 150 652 108
Equipamento de transporte	25 221 501	–	25 221 501
Ferramentas e utensílios	2 181 903	–	2 181 903
Equipamento administrativo	148 546 018	8 844	148 554 862
Outras imobilizações corpóreas	14 915 293	–	14 915 293
Imobilizado em curso	182 754 242	–	182 754 242
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	260 486	–	260 486
	3 898 465 029	164 395 247	4 062 860 276
Investimentos financeiros (Nota 27)			
Terrenos e recursos naturais	4 252 289	4 223 980	8 476 269
Edifícios e outras construções	13 716 595	6 220 159	19 936 754
	17 968 884	10 444 139	28 413 023

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações (excepto das reavaliações efectuadas nos termos do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril), não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 20 768 987 euros (Nota 57), em 31 de Dezembro de 2004.

44. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados dos exercícios de 2004, 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	2004	2003	2002
Custos e perdas				
Juros suportados (a)	468 681 691	513 618 157	453 227 338	
Amortizações e provisões de investimentos financeiros (b)	106 139 037	111 793 486	143 323 963	
Diferenças de câmbio desfavoráveis (c)	59 686 879	100 510 855	142 899 003	
Perdas relativas a empresas associadas e outras (d)	16 806 618	44 655 064	186 196 155	
Descontos de pronto pagamento concedidos	7 464 517	5 899 777	5 703 317	
Outros custos e perdas financeiros (e)	79 429 948	84 596 477	129 973 379	
	738 208 689	861 073 816	1 061 323 155	
Resultados financeiros	(321 161 360)	(274 198 628)	(524 929 355)	
	417 047 329	586 875 188	536 393 800	
Proveitos e ganhos				
Juros obtidos (a)	265 823 615	311 779 856	256 166 495	
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (d)	44 528 600	25 498 389	25 322 786	
Diferenças de câmbio favoráveis (c)	26 940 290	58 604 890	230 675 349	
Ganhos em participações de capital	1 521 043	1 292 259	1 143 322	
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 760 051	3 435 890	836 881	
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	76 473 731	186 263 904	22 248 967	
	417 047 329	586 875 188	536 393 800	

(a) A rubrica "Juros suportados" inclui encargos financeiros incorridos por empresas instrumentais do Grupo, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 ascenderam a aproximadamente 136 657 000 euros.

A rubrica "Juros obtidos" inclui juros auferidos por empresas instrumentais do Grupo, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 ascenderam a aproximadamente 162 980 000 euros.

(b) Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002, a rubrica “Amortizações e provisões de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Amortização de diferenças de consolidação (Nota 27.a))			
Vivo	38 634 938	53 076 620	48 731 785
Negócio da Rede Fixa			
PT.COM	8 673 281	8 673 281	8 974 176
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	6 875 854	6 875 854	6 875 854
PT Prime	1 690 870	1 690 870	–
Outras empresas	276 863	796 233	803 367
	17 516 867	18 036 238	16 653 397
PT Multimedia			
Negócio de Televisão por Subscrição	10 809 028	9 979 276	8 371 068
Negócio de Audiovisuais			
Lusomundo Audiovisuais	3 859 558	2 894 668	–
Lusomundo Cinemas	2 144 463	1 305 066	–
Negócio de Media			
Lusomundo Serviços	5 248 805	3 936 604	–
Global Notícias	1 629 279	1 625 420	1 625 420
Vasp	490 590	490 590	–
Lusomundo Media	423 252	423 252	–
Rádio Press	200 957	200 957	201 037
Lusomundo SGPS ⁽ⁱ⁾	–	2 668 172	29 394 937
Outras	400 066	500 591	704 661
	25 205 998	24 024 596	40 297 123
Outros negócios			
Páginas Amarelas	4 466 903	4 466 903	413 942
Unitel	4 369 670	4 369 670	4 369 670
PrimeSys	3 363 978	3 509 738	15 661 906
PT SI	1 616 252	1 616 252	1 609 291
Outras empresas	1 947 883	1 512 753	15 172 324
	15 764 687	15 475 316	37 227 133
	97 122 489	110 612 770	142 909 438
Amortização de investimentos em imóveis	1 087 394	442 235	414 525
Provisões para investimentos financeiros (Nota 46)	7 929 153	738 481	–
	106 139 037	111 793 486	143 323 963

(i) Esta rubrica refere-se à amortização do goodwill sobre a Lusomundo SGPS até 31 de Março de 2003, o qual em resultado da reestruturação societária da Lusomundo, ocorrida no segundo trimestre de 2003, foi distribuído pelos diversos negócios desta empresa participada.

(c) No exercício de 2004, a rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” inclui 29 125 728 euros, decorrentes essencialmente da actualização cambial dos empréstimos de financiamento e dos instrumentos financeiros derivados contratados pelas empresas participadas da Brasilcel, e um montante de 12 334 906 euros referentes à actualização cambial de instrumentos financeiros derivados contratados directamente pela Portugal Telecom. O valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira.

A rubrica de “Diferenças de câmbio favoráveis” inclui 14 152 470 euros referentes à actualização cambial de instrumentos financeiros derivados e empréstimos de financiamento obtidos pelas empresas participadas da Brasilcel. O valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira.

(d) Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 a rubrica “Perdas relativas a empresas associadas e outras” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Médi Télécom	5 553 004	24 923 719	55 508 346
Banco BEST	3 094 000	3 502 000	3 630 865
TV Cabo Macau, S.A.	1 538 934	2 168 055	2 691 976
Banco1.net, S.A.	1 528 366	–	1 331 970
Sport TV	834 032	5 053 730	7 165 244
Tradecom International, N.V.	738 913	1 554 947	4 295 880
Global Telecom, S.A.	–	–	88 641 563
Outras	3 519 369	7 452 613	22 930 311
	16 806 618	44 655 064	186 196 155

Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002, a rubrica “Ganhos relativos a empresas associadas e outras” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Unitel	16 820 236	6 457 074	3 597 925
CTM	11 379 327	13 080 811	14 468 022
Mascom Wireless, Limited ⁽ⁱ⁾	7 561 155	–	–
Páginas Amarelas	3 526 629	3 037 003	4 165 056
UOL ⁽ⁱⁱ⁾	1 735 353	–	–
Outras	3 505 899	2 923 501	3 091 783
	44 528 600	25 498 389	25 322 786

(i) O processo de alienação desta empresa participada foi concluído no decorrer do segundo semestre de 2004, tendo sido aplicado o método de equivalência patrimonial a este investimento que anteriormente era consolidado integralmente.

(ii) Em resultado do aumento de participação no capital da UOL ocorrido no final de 2003, a Portugal Telecom passou a aplicar o método da equivalência patrimonial a este investimento financeiro.

(e) No exercício de 2004, a rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui essencialmente (i) 19 328 565 euros relativos a encargos bancários; (ii) 13 264 646 euros, referentes a 50% dos encargos financeiros com impostos sobre a receita financeira suportados pelas empresas participadas da Brasilcel; e (iii) 4 888 800 euros, referentes a ganhos decorrentes da variação ocorrida no valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados, que não estão relacionados com nenhum risco específico (Nota 23.s)).

(f) No exercício de 2004, a rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui essencialmente (i) 33 416 640 euros relativos ao cancelamento de um equity swap sobre acções da PT Multimidia; e (ii) 11 305 603 euros referentes à reversão de uma provisão para equity swaps sobre acções próprias decorrentes do cancelamento dos mesmos (Nota 46).

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Custos e perdas			
Aumentos de provisões (Nota 46)	255 314 472	327 460 111	122 379 249
Dívidas incobráveis	46 273 015	28 782 283	15 775 132
Perdas em imobilizações	19 607 587	18 037 852	36 630 785
Donativos	9 766 444	15 613 110	2 518 643
Perdas em existências	8 322 356	5 471 632	4 860 650
Correcções relativas a exercícios anteriores	21 910 519	15 749 974	13 056 568
Multas e penalidades	3 721 143	1 409 176	639 125
Outros custos e perdas extarordinários (a)	25 996 342	86 250 567	50 503 183
	390 911 878	498 774 705	246 363 335
	(226 554 550)	(307 191 402)	(44 221 154)
	164 357 328	191 583 303	202 142 181
Resultados extraordinários			
Proveitos e ganhos			
Redução de provisões (Nota 46)	54 378 121	84 902 758	52 897 428
Correcções relativas a exercícios anteriores	47 321 828	25 663 589	19 836 072
Ganhos em imobilizações	32 332 692	47 427 166	55 758 669
Recuperação de dívidas	3 436 285	2 375 037	2 471 627
Benefícios de penalidades contratuais	176 341	340 294	12 145 960
Outros proveitos e ganhos extraordianários (b)	26 712 061	30 874 459	59 032 425
	164 357 328	191 583 303	202 142 181

(a) A rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” é composta como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Custos com estimativa de reformas:			
Pensões ⁽ⁱ⁾	–	58 935 000	18 572 000
Cuidados de saúde ⁽ⁱⁱ⁾	–	–	974 206
Insuficiência de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 23)	6 758 506	2 159 291	1 005 864
Compensações por rescisões de contratos de mútuo acordo (Nota 58)	2 999 220	13 678 484	7 721 713
Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	16 238 616	11 477 792	22 229 400
	25 996 342	86 250 567	50 503 183

(i) No exercício de 2004, os custos relativos ao programa de redução de efectivos foram registados como um reforço da provisão para benefícios de reforma.

(ii) Esta rubrica inclui um montante de aproximadamente 10 milhões de euros relativo à estimativa dos custos a suportar pela PT Comunicações no âmbito do acordo celebrado com a Deco, referente ao processo judicial sobre as taxas de activação (Nota 62).

(b) A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Subsídios para investimentos e formação profissional	9 442 490	17 926 068	28 430 447
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 23)	7 440 235	1 541 440	7 783 079
Outros	9 829 336	11 406 951	22 818 899
	26 712 061	30 874 459	59 032 425

46. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2004 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldos iniciais	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Utilizações/Transferências//Regularizações	Ajustamentos cambiais	Saldos finais
Provisões para riscos e encargos							
Benefícios de reforma:							
Pensões (Nota 58)	730 872 244	288 000	245 900 495	–	(263 265 241)	130	713 795 628
Cuidados de saúde (Nota 59)	525 166 751	–	60 451 100	–	(29 545 480)	245	556 072 616
Impostos	43 451 561	–	7 600 865	(3 339 521)	3 057 921	367 360	51 138 186
Processos judiciais em curso	14 927 504	–	47 097 555	(552 668)	6 280 920	71 833	67 825 144
Imobilizado	43 278 576	–	16 481 519	(8 349 130)	(1 080 727)	72 990	50 403 228
Outras provisões para riscos e encargos	259 722 025	139 618	107 832 021	(37 696 823)	(39 078 024)	590 934	291 509 751
Subtotal	1 617 418 661	427 618	485 363 555	(49 938 142)	(323 630 631)	1 103 492	1 730 744 553
Provisões para cobranças duvidosas	409 729 904	(709 098)	71 374 970	(13 980 389)	(82 100 275)	(40 455)	384 274 657
Provisões para depreciação de existências	27 444 050	69 276	7 976 558	(2 481 476)	(1 335 732)	117 129	31 789 805
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27b))	70 128 694	–	7 929 153	(1 700 005)	21 398 838	(3 731 692)	94 024 988
Provisões para títulos negociáveis (Nota 52)	19 066	–	–	(19 066)	–	–	–
Subtotal	507 321 714	(639 822)	87 280 681	(18 180 936)	(62 037 169)	(3 655 018)	510 089 450
Total	2 124 740 375	(212 204)	572 644 236	(68 119 078)	(385 667 800)	(2 551 526)	2 240 834 003

As “Provisões para impostos” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações de advogados e outros consultores, decorrentes de riscos de natureza fiscal que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2004, respeitantes às seguintes empresas:

	valores expressos em euros
Vivo ⁽ⁱ⁾	27 982 100
PT Comunicações (Nota 57 b))	1 963 893
PT SGPS	13 975 284
Outras empresas	7 216 909
Subtotal	51 138 186

⁽ⁱ⁾ A provisão destina-se, essencialmente, a fazer face a responsabilidades relativas ao Imposto Sobre Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações das empresas integradas na Brasilcel.

As “Provisões para processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos intentados contra as empresas incluídas na consolidação. No exercício de 2004, esta provisão foi aumentada em aproximadamente 47 milhões de euros, em resultado de novos riscos decorrentes de processos judiciais e arbitrais intentados contra diversas empresas do Grupo.

As “Provisões para imobilizado” destinam-se essencialmente a cobrir perdas emergentes da substituição de equipamento de telecomunicações, antes do termo da sua vida útil, resultantes da evolução tecnológica.

As “Outras provisões para riscos e encargos”, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Provisões para perdas em empresas associadas ⁽ⁱⁱ⁾	129 315 472
Provisões para desvalorização de activos	
e registo de responsabilidades na TV Cabo Portugal ⁽ⁱⁱⁱ⁾	68 350 766
Outras provisões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	93 843 513
Subtotal	291 509 751

⁽ⁱⁱ⁾ As “Provisões para perdas em empresas associadas” resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades em empresas associadas com capitais próprios negativos. Em 31 de Dezembro de 2004, esta provisão tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Provisões para desvalorização de activos	
Sport TV	43 945 196
Médi Télecom	38 225 006
UOL	18 432 125
Weblab	14 864 355
Marconi Suisse	4 763 659
TV Cabo Macau, S.A.	2 551 594
Tradecom Internacional, N.V.	1 968 387
Sportstat	1 439 496
Outras	3 125 654
Subtotal	129 315 472

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Esta provisão destina-se essencialmente a fazer face a perdas decorrentes da reestruturação de certas actividades na TV Cabo. Em 2004, a provisão foi reforçada em 26 250 000 euros para fazer face aos custos inerentes à descontinuação dos serviços analógicos e implementação de serviços digitais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Esta rubrica inclui 40 milhões de euros relativos a uma provisão para fazer face a perdas potenciais identificadas na análise da recuperabilidade dos investimentos do Grupo no negócio dos audiovisuais (Nota 10), tendo sido registada em resultados extraordinários.

O reforço de provisões foi registado nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Provisões	
Provisões para cobranças duvidosas	70 253 940
Provisões para processos judiciais em curso	46 998 368
Provisões para outros riscos e encargos	18 007 191
Provisões para imobilizado	14 573 964
Provisões para depreciação de existências	6 797 652
Provisões para impostos	1 582 408
	158 213 523
Custos com o pessoal	
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões (Nota 58)	89 180 969
Provisão para cuidados de saúde (Nota 59)	49 331 000
	138 511 969
Custos e perdas financeiros	
Provisões para outros riscos e encargos relativos a perdas em empresas associadas ⁽ⁱ⁾	12 675 119
Provisões para investimentos financeiros (Nota 44)	7 929 153
	20 604 272
Custos e perdas extraordinários (Nota 45)	
Provisões para outros riscos e encargos	77 149 711
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões (Nota 58)	156 719 526
Provisão para cuidados de saúde (Nota 59)	11 120 100
Provisões para impostos	6 018 457
Provisões para imobilizado	1 907 555
Provisões para depreciação de existências	1 178 906
Provisões para cobranças duvidosas	1 121 030
Provisões para processos judiciais em curso	99 187
	255 314 472
	572 644 236

⁽ⁱ⁾ Este montante respeita essencialmente à aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados do exercício das empresas associadas com capitais próprios negativos (Nota 44).

As reduções de provisões foram registadas nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45) ⁽ⁱ⁾	54 378 121
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 44) ⁽ⁱⁱ⁾	13 740 957
	68 119 078

⁽ⁱ⁾ Esta rubrica diz respeito essencialmente a reduções nas provisões para outros riscos e encargos de 26 391 220 euros, dívidas de cobrança duvidosa de 13 980 389 euros e imobilizado de 8 349 130 euros.

Estas reduções dizem respeito a utilizações indirectas de provisões constituídas em anos anteriores.

⁽ⁱⁱ⁾ Esta rubrica inclui essencialmente 11 305 603 euros referentes à redução da provisão para instrumentos financeiros derivados sobre acções próprias (Nota 44).

49. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito das candidaturas aos fundos comunitários, foram recebidos subsídios no exercício de 2004 no valor de 5 225 035 euros.

50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2004	2003
	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	2 671 827	–
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (b)	47 597 244	–
Imposto sobre o Valor Acrescentado	21 827 386	60 996 378
Segurança Social	–	10 863 432
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	–	10 594 555
Tributação das Autarquias Locais	–	62 909
Processo de Electrotécnicos e Equiparados	111 576	–
Outros	2 501 687	295 168
	74 709 722	82 812 442
	3 232 311	1 621 852
	49 657 701	–
	17 427 292	78 545 853
	–	11 830 966
	–	9 590 122
	–	1 069 902
	111 576	–
	2 070 467	266 906
	72 499 347	102 925 601

A “Utilização da provisão para pensões” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Pagamento de prestações de pré-reformas, de suspensões de contratos e afins de pensões (Nota 58)	143 056 984
Contribuições para os fundos de pensões (Nota 58)	121 242 343
Regularizações e transferências	(1 034 086)
	263 265 241

A “Utilização da provisão para cuidados de saúde” respeita (i) aos pagamentos de serviços com cuidados de saúde a reformados efectuados em 2004, líquidos da participação do Serviço Nacional de Saúde e das quotizações dos reformados, no montante de 29 777 489 euros (Nota 59) e (ii) determinadas regularizações efectuadas nesta provisão no montante de 232 009 euros.

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004, existia diverso equipamento administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as responsabilidades relativas a rendas vincendas como segue:

	Capital	Juros	Total
2005	21 789 113	4 480 887	26 270 000
2006	15 128 961	3 755 792	18 884 753
2007	13 803 490	3 334 875	17 138 365
2008	13 218 294	2 943 303	16 161 597
2009	8 393 978	2 690 498	11 084 476
2010 e seguintes (Nota 33)	70 563 489	9 258 358	79 821 847
	142 897 325	26 463 713	169 361 038

(a) Em 31 de Dezembro de 2004, o montante a receber do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	(8 882 069)	(4 853 827)
Pagamentos por conta	5 086 990	2 966 267
Retenções efectuadas por terceiros	4 106 310	533 438
Outros	2 360 596	2 964 581
Imposto a receber, líquido	2 671 827	1 610 459

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento dos exercícios de 2004 e 2003 e as respectivas despesas em imposto corrente sobre o rendimento do exercício é como se segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	8 882 069	4 853 827
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 57.c)	237 860 507	250 134 623
Outros credores (imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sediadas no estrangeiro) ⁽ⁱ⁾	38 305 380	39 551 056
Outros	2 513 898	(344 004)
Total de imposto corrente sobre o rendimento	287 561 854	294 195 502

O imposto corrente sobre o rendimento do exercício foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Imposto sobre o rendimento (Nota 57.c.)	286 240 538	286 504 687
Ajustamento de Conversão Cambial (Nota 23.p) e 54)	1 812 409	6 108 630
Outras reservas	(491 093)	1 582 185
	287 561 854	294 195 502

(i) Este montante diz respeito à estimativa de imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo PT sediadas no estrangeiro, cujo correspondente passivo é registado na rubrica "Outros credores".

(b) Esta rubrica correspondente a descontos concedidos por conta do Estado Português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex, a totalidade do valor em dívida, reportado a 31 de Dezembro de 2001, foi regularizada. Adicionalmente, o Estado Português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado dos anos seguintes a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro, posição esta que foi confirmada pelo Decreto-Lei n.º 18/2003, de 3 de Fevereiro, o qual alterou

a redacção do Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 20-C/86 de 13 de Fevereiro. Em 31 de Dezembro de 2004, este valor tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
Descontos concedidos em 2003	26 392 172	
Descontos concedidos em 2004	21 205 072	
	47 597 244	

Em 31 de Dezembro de 2004, a PT Comunicações tem contratos de cessão de créditos celebrados com uma instituição financeira, no montante total de 26 392 172 euros, relativamente ao crédito dos descontos concedidos a reformados em 2003 por conta do Estado Português. O valor nominal destes créditos foi registado por contrapartida de "Outros credores", como um adiantamento recebido (Nota 51), sendo a venda do crédito reconhecida quando ocorrer o pagamento deste valor. O custo inerente a estas operações, que corresponde à diferença entre os adiantamentos recebidos e o valor nominal dos créditos, foi integralmente reconhecido em resultados no momento da celebração dos contratos.

51. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Outros devedores – médio e longo prazo		
Estados de países estrangeiros (a)	62 623 744	22 922 839
Outros	20 385 422	23 947 493
	83 009 166	46 870 332
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(3 598 842)	(2 000 060)
	79 410 324	44 870 272
Outros devedores – curto prazo		
Estados de países estrangeiros (a)	153 671 149	98 392 064
Pessoal	7 342 070	4 651 516
Facturação diversa	6 760 692	8 696 276
Subsídios Comunitários	3 923 129	10 360 925
Outros	94 211 269	92 972 493
	265 908 310	215 073 274
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(15 873 011)	(18 448 447)
	250 035 299	196 624 827
Outros credores – médio e longo prazo		
Estados de países estrangeiros (b)	25 634 200	24 943 234
Outros	13 762 310	18 989 347
	39 396 509	43 932 581
Outros credores – Curto Prazo		
Estados de países estrangeiros (b)	93 907 101	75 635 262
PT – ACS	3 444 945	12 270 401
Pessoal	16 477 092	15 226 926
Outros (c)	110 112 411	190 069 287
	223 941 549	293 201 876

(a) Em 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas incluem 210 619 273 euros referentes a 50% dos impostos a recuperar pelas empresas participadas pela Vivo, dos quais 62 623 744 euros se encontram classificados no médio e longo prazo.

(b) Em 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas incluem 50% do valor a pagar ao Estado Brasileiro pelas empresas participadas pela Vivo, no montante de 104 417 393 euros, dos quais 25 634 200 euros correspondem à parcela de médio e longo prazo.

(c) Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui: (i) 8 391 439 euros relativos a comissões a pagar a agentes da TMN; (ii) 26 392 172 euros referentes a adiantamentos recebidos de uma instituição financeira em resultado de contratos de cessão de créditos efectuados pela PT Comunicações sobre os créditos relativos aos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português (Nota 50); (iii) 13 390 533 euros referentes a 50% dos honorários de gestão debitados pela Telefónica a empresas participadas da Vivo, que se encontravam em dívida naquela data; e (iv) 7 547 000 euros referentes a 50% do valor em dívida relativo à aquisição pela TCP da participação na TCO.

52. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Títulos negociáveis e outras aplicações	551 625 261	734 545 904
Aplicações de tesouraria expressas em moeda local ⁽ⁱ⁾	841 474 700	1 354 850 679
Aplicações de tesouraria expressas em moedas estrangeiras ⁽ⁱⁱ⁾	105 812 964	182 810 543
	1 498 912 925	2 272 207 126
Menos: Provisões para títulos negociáveis (Nota 46)	—	(19 066)
	1 498 912 925	2 272 188 060

(i) Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica incluía 208 025 245 euros relativos a empréstimos concedidos à TCP e titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado, os quais foram reembolsados em Novembro de 2004.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica incluía 83 135 392 euros referentes a empréstimos denominados em dólares americanos concedidos à TCP, os quais se encontram titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado, tendo sido reembolsados 33 559 504 euros durante o exercício de 2004. Em 31 de Dezembro de 2004, o montante em dívida incluído nesta rubrica ascende a 44 049 629 euros.

Adicionalmente em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica incluía 39 828 143 euros referentes a instrumentos financeiros contratados por empresas participadas da Vivo que, de momento, não estão relacionados com nenhum risco específico e, por isso, estão registados ao seu valor de mercado (Nota 23.s)). Em 31 de Dezembro de 2003 o valor destes instrumentos financeiros ascendia a 72 986 139 euros, tendo sido cancelados durante o exercício de 2004 instrumentos financeiros no montante de, aproximadamente, 33 milhões de euros.

53. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Acréscimos de proveitos		
Valores a facturar a clientes	195 681 748	165 160 571
Juros a receber	38 010 025	40 273 623
Comparticipação do SNS (a)	20 786 447	19 051 992
Outros	13 591 462	10 709 823
	268 069 682	235 196 009
Custos diferidos		
Publicação de listas	47 208 585	50 674 110
Despesas com contratos plurianuais	25 367 820	33 345 459
Encargos financeiros (b)	10 163 400	14 930 949
Adiantamentos para a aquisição de direitos de exibição e distribuição de filmes em Portugal	14 435 959	12 756 002
Fornecimentos e serviços externos	16 119 569	7 699 759
Rendas e alugueres	6 544 606	6 071 809
Conservação plurianual	1 521 993	2 433 275
Subsídios de refeição	2 115 930	2 095 310
Outros	45 850 141	32 953 565
	169 328 003	162 960 238
Acréscimos de custos		
Fornecimentos e serviços externos	233 682 857	163 585 775
Encargos financeiros	155 511 043	176 139 490
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com o pessoal	120 849 761	109 396 438
Descontos a conceder	36 987 839	58 818 100
Comissões a pagar a agentes	18 609 545	18 770 926
Direitos de distribuição a pagar	10 413 792	11 753 422
Rappel de vendas	9 270 868	7 741 232
Encargos com PT ACS	4 908 757	6 841 810
Juros compensatórios (Nota 57.b))	1 116 083	1 157 276
Outros (c)	47 186 412	44 275 278
	638 536 957	598 479 747
Proveitos diferidos		
Facturação antecipada (d)	141 944 699	113 190 687
Subsídios para investimento em Imobilizado	41 161 479	53 281 525
Instrumentos financeiros (e)	8 328 285	22 006 110
Publicação de listas	2 151 118	2 118 787
Obrigações próprias	—	5 996 037
Diferenças de câmbio	—	2 765 779
Outros (f)	90 084 740	83 989 286
	283 670 321	283 348 211

(a) Em 2004, esta rubrica inclui 15 490 332 euros e 12 878 862 euros referentes a juros vencidos de empréstimos concedidos à Idealyse e UOL, respectivamente (Nota 27.b)), os quais serão reconhecidos em resultados no momento da sua cobrança (Nota 53.g)).

(b) Os acréscimos de proveitos relacionados com a participação do SNS correspondem ao montante a receber, relativo à participação nos cuidados de saúde de empregados no activo, reformados e pré-reformados.

(c) Esta rubrica engloba essencialmente encargos suportados com a obtenção de determinados financiamentos externos, os quais serão reconhecidos durante o respectivo período.

(d) Em 2004, esta rubrica inclui uma especialização de custos financeiros relacionados com instrumentos financeiros no montante aproximado de 41 milhões de euros.

(e) Em 2004, esta rubrica inclui essencialmente 110 390 994 euros de proveitos diferidos, referentes essencialmente a minutos de tráfego pré-pago, não consumidos pelos clientes destes serviços móveis na TMN e na Vivo.

(f) Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica diz respeito a 50% do prémio líquido obtido na contratação de call options sobre acções da PT Multimedia (Nota 6o). Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica incluía um montante de 18 781 519 euros, correspondente a prémios recebidos por renegociação de contratos de swaps efectuados em 2002, os quais foram reconhecidos em resultados durante o exercício de 2004, correspondente ao período remanescente dos contratos.

(g) Em 2004, nesta rúbrica estão incluídos: (i) 20 968 721 euros relativos ao diferimento de parte da mais-valia associada à venda do Edifício Picoas, (ii) 15 490 332 euros e 12 878 862 euros referentes a juros devidos pela Idealyse e pela UOL, respectivamente (Nota 53.a)).

54. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2004, o movimento verificado nas rubricas de capital próprio foi como segue:

	valores expressos em euros			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital				
Acções próprias – valor nominal	1 254 285 000	–	(87 799 950)	1 166 485 050
Acções próprias – descontos e prémios	(28 644 509)	(59 155 441)	87 799 950	–
Prémios de emissão de acções	(181 395 553)	(421 757 514)	603 153 067	–
Reserva legal	91 704 891	–	–	91 704 891
Outras reservas	144 184 287	10 040 788	–	154 225 075
Ajustamentos de conversão cambial	1 853 869 232	36 159 970	(1 410 261 828)	479 767 374
Resultados transitados	(2 261 577 622)	32 147 654	(10 991 029)	(2 240 420 996)
Resultado consolidado líquido	1 828 165 898	759 419 534	(34 695 049)	2 552 890 383
	240 235 301	500 125 395	(240 235 301)	500 125 395
	2 940 826 925	856 980 386	(1 093 030 140)	2 704 777 172

Capital

Em 28 de Dezembro de 2004, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004 e no âmbito do programa de Share Buyback, a Portugal Telecom procedeu ao cancelamento de 87 799 950 acções ordinárias que se encontravam em carteira nessa data. Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Portugal Telecom ascendia a 1 166 485 050 euros e estava representado por 1 166 485 050 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- ▶ um milhar de milhão, cento e sessenta e seis milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil quinhentas e cinquenta acções ordinárias;
- ▶ quinhentas acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos Estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais (Nota Introdutória), como segue:

- ▶ eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração;
- ▶ autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis;
- ▶ aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos;
- ▶ emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- ▶ autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom;
- ▶ alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativos à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço; e
- ▶ definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

Acções próprias

No exercício de 2004, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Variações valores expressos em euros
Saldo inicial	28 644 509	28 644 509	181 395 553	210 040 062
Compras	59 155 441	59 155 441	421 757 514	480 912 955
Cancelamento de acções próprias	(87 799 950)	(87 799 950)	(603 153 067)	(690 953 017)
Saldo final	–	–	–	–

Em 28 de Dezembro de 2004, a Portugal Telecom, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004 e no âmbito do programa de Share Buyback, procedeu ao cancelamento de 87 799 950 acções ordinárias que se encontravam em carteira nessa data.

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

As variações verificadas nesta rubrica no exercício de 2004, resultam dos seguintes movimentos:

	Positivas	Negativas	Variações valores expressos em euros
Resultados e reservas atribuídos/distribuídos por subsidiárias (a)	34 695 049	(720 000 000)	(685 304 951)
Distribuição de dividendos (b)	–	(76 724 707)	(76 724 707)
Distribuição de acções a empregados	–	(6 220 610)	(6 220 610)
Cancelamento de acções próprias	–	(603 153 067)	(603 153 067)
Outras variações	1 464 921	(4 163 445)	(2 698 524)
	36 159 970	(1 410 261 828)	(1 374 101 858)

(a) As variações ocorridas dizem respeito a transferências efectuadas de/para resultados transitados. As variações positivas referem-se à diferença entre os lucros de 2003 das empresas do grupo e associadas que foram considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial e os resultados que vieram a ser distribuídos por essas empresas em 2004. As variações negativas referem-se à transferência para resultados transitados, decorrente da distribuição de reservas pela PT Comunicações e pela TMN à Portugal Telecom, relativas a resultados gerados em anos anteriores e que não tinham sido objecto de distribuição por parte das mesmas.

(b) Este valor corresponde à distribuição de reservas livres aos accionistas aprovada em Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004, no montante de 85 167 721 euros, deduzida da parcela relativa às acções abrangidas por equity swaps contratados pela Portugal Telecom, no montante de 8 443 014 euros.

Ajustamentos de conversão cambial

Esta rubrica inclui o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro que, no exercício de 2004, foi positivo e ascendeu a 22 089 303 euros. Adicionalmente, inclui diferenças cambiais resultantes da conversão cambial de empréstimos intragrupo de médio e longo prazo, líquido de provisões em moeda estrangeira, que na prática se constituem numa extensão dos investimentos financeiros (Nota 23.r)), que no exercício de 2004 foram negativas e ascenderam a 2 745 087 euros. Esta rubrica inclui ainda o imposto corrente sobre as diferenças cambiais acima mencionadas (Nota 23.p)) que, no exercício de 2004, é de 1 812 409 euros (Nota 50.a)).

Resultados transitados

As variações verificadas no exercício de 2004 na rubrica de resultados transitados, resultam dos seguintes movimentos:

	valores expressos em euros		
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Aplicação dos resultados de 2003	39 419 534	–	39 419 534
Resultados e reservas atribuídos/ distribuídos por subsidiárias	720 000 000	(34 695 049)	685 304 951
	759 419 534	(34 695 049)	724 724 485

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício de 2003 no montante de 240 235 301 euros, foi aplicado da seguinte forma, conforme deliberado na Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004:

	valores expressos em euros
Reserva legal	10 040 788
Resultados transitados	39 403 169
Distribuição de dividendos	190 774 979
	240 218 936

55. INTERESSES MINORITÁRIOS

No exercício de 2004 realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

	Saldo inicial	Aquisições e alienações	Resultados atribuíveis no exercício	Alteração ao perímetro de consolidação	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações nos capitais próprios	Saldo final
Brasilcel	419 201 233	(115 229 615)	43 014 109	–	(30 156 059)	7 260 395	408 831	324 498 894
PT Multimedia	166 169 910	–	46 723 131	–	(5 327 366)	(72 523)	(53 251)	207 439 901
Cabo Verde Telecom	28 772 842	–	7 165 483	–	(5 273 610)	–	167 335	30 832 050
Mascom Wireless, Limited	16 682 849	(16 682 849)	–	–	–	–	–	–
Cabo TV Madeirense	5 155 415	–	1 445 421	–	(539 400)	–	–	6 061 436
Timor Telecom	–	–	828 850	1 716 566	–	(262 851)	–	2 282 565
Cabo TV Açoreana	1 872 300	–	502 535	–	(349 197)	–	–	2 025 638
CST – Comp. Santomense Tel., SARL	1 438 850	–	355 784	–	(33 385)	(232 066)	(57 366)	1 471 817
Kénya Postel Directories	1 127 747	–	234 808	–	(369 088)	(96 281)	(11 182)	886 003
LTM – Listas Tel. Moçambique, Lda.	1 299 359	–	544 595	–	(527 288)	161 588	19 314	1 497 568
Gráfica Funchalense	1 080 177	–	–	(1 080 177)	–	–	–	–
Previsão	–	–	27 821	1 029 851	–	–	–	1 057 672
Lusomundo Media	494 440	–	114 872	–	–	–	296 207	905 519
Naveprinter	–	713 787	3 842	–	–	–	–	717 629
Grafilme	577 237	–	173 987	–	(88 880)	–	–	662 344
TPT	–	–	193 450	424 942	–	(62 970)	–	555 422
Outros	95 609	–	240 376	41 440	(225 368)	(22 225)	341	130 173
	643 967 968	(131 198 677)	101 569 064	2 132 622	(42 889 641)	6 673 066	770 228	581 024 631

Os lucros / (perdas) atribuíveis a interesses minoritários nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 são como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Brasilcel ^(a)	43 014 109	51 527 882	–
PT Multimedia ^(b)	46 723 131	13 036 880	(61 406 838)
Cabo Verde Telecom	7 165 483	7 405 816	7 055 199
Cabo TV Madeirense, S.A.	1 445 421	1 072 541	890 458
Timor Telecom	828 850	–	–
Cabo TV Açoreana	502 535	368 628	–
CST	355 784	220 545	–
Kénya Postel Directories	234 808	465 385	–
LTM – Listas Tel. Moçambique, Lda.	544 595	629 957	–
Previsão	27 821	–	–
Lusomundo Media	114 872	(2 978 429)	–
Grafilme	173 987	185 259	–
TPT	193 450	–	–
Naveprinter	3 842	–	–
Outros	240 376	7 290 466	(21 159 483)
	101 569 064	79 224 930	(74 620 664)

(a) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel nos respectivos resultados.

(b) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimedia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos seus investimentos financeiros em empresas participadas.

56. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002, a rubrica "Trabalhos para a própria empresa" tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Mão-de-obra interna			
Equipamento báscio	24 446 456	20 375 101	25 942 949
Outras imobilizações	4 840 627	2 403 129	8 324 727
	29 287 083	22 778 230	34 267 676
Consumo de materiais			
Equipamento báscio	59 416 317	50 171 181	78 150 605
Outras imobilizações	91 139	986 711	701 492
	59 507 456	51 157 892	78 852 097
Transportes internos			
Equipamento báscio	717 003	558 103	908 095
Outras imobilizações	–	5 540	5 915
	717 003	563 643	914 010
	89 511 542	74 499 765	114 033 783

57. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de, aproximadamente, 10% de Derrama. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detêm, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC.

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as cotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes à presente data quanto à resolução das situações abaixo descritas.

As situações objecto de provisão foram as seguintes:

- Imposto relacionado com liquidações adicionais e referentes aos exercícios de 1999 e 2000 e com o benefício do Crédito Fiscal ao Investimento (CFI) relativamente ao exercício de 1991 (Nota 46), na PT Comunicações 1 963 893 euros
- Imposto relacionado com liquidações adicionais referentes aos exercícios de 1999 e 2000 (Nota 46) 13 975 284 euros
- Juros compensatórios relativos a regularizações de imposto dos exercícios de 1997 a 1999 (Nota 53) 1 116 083 euros

Outras situações que merecem destaque:

- Existem processos de reclamação e impugnação judicial em curso relativamente às liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal ao IRC de 1990 a 1993 dos ex-TLP, de 1993 da ex-Telecom Portugal, e de 1997 a 1999 da Portugal Telecom, S.A., no montante global de 28 008 616 euros. A Portugal Telecom, baseada na opinião dos seus consultores legais e fiscais, entende que existe uma expectativa razoável de que a decisão lhe seja favorável.
- Estão em curso processos de impugnação/reclamação relativamente à liquidação de taxas de licença de ocupação da via pública, efectuada pelas Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa, nos montantes de 1 235 533 euros e 102 553 euros, respectivamente. A Lei de Bases publicada em 1997 veio confirmar a isenção da Portugal Telecom, S.A. e, em virtude do Decreto-Lei n.º 219/00, isenção da PT Comunicações relativamente a taxas e outros encargos municipais a incidir sobre a ocupação e utilização de vias públicas por infra-estruturas de telecomunicações, já consagrada no artigo 29º do Contrato de Concessão, pelo que a Portugal Telecom considera que aquelas acções são infundadas.
- Dada a frequente necessidade de proceder ao abate de equipamento por inutilização, antes do término da respectiva vida útil, a Administração Fiscal concordou com a assunção como custo fiscal do valor dos abates de 1992 a 2001, líquido de amortizações e reavaliações. Relativamente aos abates efectuados nos exercícios de 2002 a 2004, foram igualmente efectuados requerimentos à Administração Fiscal, para os quais a PT Comunicações aguarda deferimento e cujo valor global ascende a 5 898 736 euros.

(c) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, estão reconhecidos em 31 de Dezembro de 2004 activos e passivos por impostos diferidos de, respectivamente, 1 265 789 599 euros e 316 670 386 euros, sendo o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no exercício conforme segue:

	valores expressos em euros					
	Aumento/(redução)			Variação cambial	Regularizações	Saldo final
	Saldo inicial	Resultado líquido	Estado e outros entes públicos (Nota 50.a))			
Impostos diferidos activos						
Provisões	415 955 871	24 892 065	–	–	(17 883)	440 830 053
Prejuízos fiscais reportáveis ⁽ⁱ⁾	651 863 830	116 577 636	(237 860 507)	–	5 254 844	535 835 803
Instrumentos Financeiros	10 815 788	4 570 582	–	–	–	15 386 370
Contribuição adicional para os Fundos de Pensões	36 436 390	(700 972)	–	–	–	35 735 418
Outras diferenças temporárias ⁽ⁱⁱ⁾	216 540 935	(52 085 288)	–	3 463 152	70 083 157	238 001 956
	1 331 612 814	93 254 022	(237 860 507)	3 463 152	75 320 118	1 265 789 599
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de imobilizações corpóreas (Nota 42)	24 567 396	(3 864 335)	–	–	65 926	20 768 988
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	286 457 914	(13 597 146)	–	–	–	272 860 768
Lucros não atribuídos	13 353 094	540 360	–	–	–	13 893 454
Outras diferenças temporárias	9 147 176	–	–	–	–	9 147 176
	333 525 580	(16 921 121)	–	–	65 926	316 670 386
	110 175 143	(237 860 507)	3 463 152	75 254 192		

(i) As regularizações efectuadas nesta rubrica dizem respeito essencialmente a deduções na colecta de empresas incluídas no consolidado fiscal da Portugal Telecom, as quais só poderão ser efectivamente recuperadas quando a Portugal Telecom apresentar colecta, ou seja, após a utilização integral dos prejuízos fiscais reportáveis.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui 197 809 182 euros relativos aos benefícios fiscais decorrentes das reestruturações societárias efectuadas nas empresas subsidiárias da Brasilcel.

No exercício de 2004 foi realizada uma reestruturação societária com vista ao aproveitamento fiscal da amortização do goodwill gerado pela TCP na aquisição da TCO.

Esta reestruturação originou um aumento na rubrica "Impostos diferidos activos" em cerca de 69 milhões de euros, por redução do montante de goodwill registado na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" (Nota 27.a)).

No exercício de 2004, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto, é como segue:

	valores expressos em euros
Resultado consolidado antes de impostos	777 759 853
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	213 883 960
 Diferenças permanentes (a)	 48 454 513
Taxas de imposto diferenciadas (b)	2 944 924
Ajustamentos à colecta	983 494
Reposição do imposto relativo a mais valias diferidas da Portugal Telecom (c)	(12 610 960)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	34 957 107
Prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores (d)	(109 270 397)
Outros	(3 277 247)
 Taxa efectiva de imposto	 22,6%
O imposto sobre o rendimento do exercício tem a seguinte composição:	
Imposto corrente (Nota 50.a))	286 240 538
Imposto diferido	(110 175 144)
	176 065 394

(a) Este valor respeita essencialmente a:

	valores expressos em euros
Ganhos e perdas em empresas associadas (equivalência patrimonial)	(27 721 982)
Amortização de Goodwill	97 122 489
Amortização do valor atribuído às licenças da Banda A ⁽ⁱ⁾	33 309 382
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	9 016 547
Excesso de estimativa de impostos sobre o rendimento	(681 729)
Provisões não consideradas para impostos diferidos ⁽ⁱⁱ⁾	45 813 921
Outros	2 001 674
	158 860 303
	27,5%
Impacto fiscal	43 686 583

(i) O valor atribuído às licenças de Banda A das empresas subsidiárias da Brasilcel faz parte do goodwill gerado na aquisição dessas empresas, pelo que a sua amortização não é dedutível para efeitos fiscais.

(ii) Este montante diz respeito essencialmente ao registo de uma provisão para fazer face a perdas potenciais identificadas na análise da recuperabilidade dos investimentos do Grupo no negócio dos audiovisuais (Nota 16), a qual não é aceite fiscalmente.

(b) Este montante refere-se ao impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto e derrama diferenciadas.

(c) Este montante refere-se à tributação voluntária de mais-valias geradas em anos anteriores cuja tributação se encontrava suspensa, sujeita ao regime de reinvestimento.

(d) Este montante refere-se essencialmente a prejuízos fiscais gerados em anos anteriores na PT Multimedia, tendo em 2004 sido obtida evidência da sua efectiva recuperabilidade, pelo que foi decidido proceder ao reconhecimento contabilístico dos mesmos.

58. BENEFÍCIOS DE REFORMA – PENSÕES

(a) Conforme referido na Nota 23.j), a PT Comunicações, a PT SI e a Lusomundo Media (através da Global Notícias e da Naveprinter) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais reportado a 31 de Dezembro de 2004. Os estudos actuariais de 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foram realizados com base nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo	6,0%	6,0%
Taxa anual de actualização das responsabilidades com pensões	5,75%	6,0%
Taxa anual de actualização das responsabilidades com salários de pré-reformados	4,0%	4,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa de crescimento de pensões ^(*)	2,0%	2,0%
Taxa de inflação	2,0%	2,0%
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit

(*) Excepto para o Diário de Notícias e para o Fundo Melhoria da Marconi, onde não se prevê crescimento de pensões.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados nesses estudos actuariais foram os seguintes:

	2004	2003
Tábuas de mortalidade		
Activos e pré-reformados		
Homens	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)
Pensionistas		
Homens	PA (90)m – deduzido de 3 anos	PA (90)m – deduzido de 2 anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de 3 anos	PA (90)f – deduzido de 2 anos
Tábuas de invalidez		
Rotação de empregados		
Swiss Reinsurance Company		
Nula		

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos de pensões em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, eram como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Valor actual das responsabilidades projectadas:		
Pensionistas, sobreviventes e pensões		
a pré-reformados e suspensos	1 905 319 000	1 846 468 000
Salários e prémios a pré-reformados e suspensos	986 385 800	841 232 000
Activos	700 674 000	670 020 000
	3 592 378 800	3 357 720 000
Valor de mercado dos fundos	(1 972 620 000)	(1 828 066 000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 619 758 800	1 529 654 000

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Acções	681 516 951	615 829 914	361 366 000
Obrigações	671 112 135	649 868 442	740 892 000
Fundos de investimento imobiliário	54 654 566	75 160 719	190 266 000
Imobiliário	259 565 035	259 371 373	159 307 000
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	305 771 313	227 835 552	212 418 000
	1 972 620 000	1 828 066 000	1 664 249 000

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com pensões não financiadas e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, era como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 619 758 800	1 529 654 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência ⁽ⁱ⁾	(884 263 944)	(769 090 982)
Responsabilidades na data da transição ⁽ⁱⁱ⁾	(24 737 000)	(26 519 596)
Responsabilidades com serviços passados	1 772 000	1 466 730
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	712 529 856	735 510 152

(i) Os "Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência" decorrem, essencialmente, do facto da taxa de rendibilidade dos fundos ter sido inferior à estimada em anos anteriores, de determinados pressupostos actuariais de longo prazo terem sido alterados, bem como do crescimento da massa salarial e das pensões superior ao previsto. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (14 anos). Nos exercícios de 2004 e 2003, o movimento ocorrido nos "Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência", foi como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Saldo inicial		(769 090 982)
Ganhos e (perdas) actuariais gerados no exercício		(726 002 450)
Relativos às responsabilidades	(222 949 962)	(144 596 532)
Relativos aos fundos	36 355 000	38 635 000
Amortizações do exercício		
Correntes	68 587 000	58 114 000
Relativas ao programa de redução de efectivos	2 835 000	4 759 000
Saldo final	(884 263 944)	(769 090 982)

As perdas actuariais geradas em 2004 diz respeito essencialmente à alteração da taxa de desconto das responsabilidades com pensões de 6% para 5,75% e à alteração das tábuas de mortalidade usadas no estudo actuarial.

(ii) As "Responsabilidades na data da transição" decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com pensões em 1 de Janeiro de 1993. Este valor está a ser reconhecido em resultados desde essa data, ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (18 anos). No exercício de 2004, a amortização das "Responsabilidades na data da transição" ascendeu a 1 785 000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 as responsabilidades líquidas com pensões reconhecidas no balanço encontram-se registadas nas seguintes rubricas:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Provisões (Nota 46)	712 529 856	730 837 776
Outros credores	–	4 672 376
	712 529 856	735 510 152

Os custos estimados com pensões de reforma, pré-reformas, reformas antecipadas e suspensão de contratos, constantes dos relatórios do actuário independente, registados nos exercícios de 2004 e 2003, são como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos com pensões de reforma:		
Custo com os serviços do exercício	18 617 000	20 618 000
Custo financeiro do exercício	176 485 000	182 188 000
Rendimento estimado dos fundos	(111 127 000)	(98 369 000)
Amortizações das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actariais e de experiência	5 205 969 89 180 969	60 516 000 164 953 000
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	153 315 800 242 496 769	268 032 000 432 985 000

Em 2004, a rubrica “Amortizações das responsabilidades à data da transição e dos ganhos e perdas actariais e de experiência” inclui um ganho de 66 787 000 euros relativo, ao reconhecimento de uma redução das responsabilidades passadas em resultado da alteração da fórmula de cálculo dos benefícios com pensões.

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados dos exercícios de 2004 e 2003, como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos com o pessoal (Nota 46)	89 180 969	166 094 118
Custos extraordinários	153 315 800 242 496 769	266 890 882 432 985 000

O custo total do programa de redução de efectivos no exercício de 2004 foi registado em resultados extraordinários com a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos com reformas antecipadas	23 918 000	
Custos com pré-reformas	10 958 000	
Custos com suspensão de contratos e outros	118 439 800	
Custo total estimado pelo actuário independente (Nota 46)	153 315 800	
Custos adicionais com saídas de 2004 (Nota 46)	3 403 726	
Custos com rescisões de contratos de trabalho (Nota 45.a))	2 999 220 159 718 746	

As contribuições para os fundos de pensões e as prestações pagas a pré-reformados nos exercícios de 2004 e 2003, foram como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Contribuições para os fundos de pensões:		
Contribuições do Grupo	125 737 000	153 461 330
Contribuições dos empregados	10 991 000 136 728 000	11 032 603 164 493 933
Prestações pagas a pré-reformados e empregados na situação de suspensão de contrato e prémios de aposentação (Nota 46)	143 056 984	146 747 706

No exercício de 2004, as contribuições da PT Comunicações para os fundos de pensões incluem contribuições no montante de cerca de 121,2 milhões de euros (Nota 46), as quais foram registadas por utilização de provisões constituídas em exercícios anteriores, e pagamentos de cerca de 4,5 milhões de euros relativos a uma conta a pagar aos Fundos de Pensões existente no final de 2003.

As prestações pagas a pré-reformados e a empregados na situação de suspensão de contrato são registadas como utilização directa da provisão para pensões (Nota 46).

(b) De acordo com a Deliberação CVM n.º 371 de 13 de Dezembro de 2000, as subsidiárias da Brasilcel constituem provisões para reflectir os passivos actariais dos seus planos de pensões. Em 31 de Dezembro de 2004, a quota parte do Grupo correspondente a 50% do valor dessas provisões ascende a 1 265 772 euros (Nota 46).

59. BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE

(a) Conforme referido na Nota 23.l), a PT Comunicações e a PT SI são responsáveis pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

As responsabilidades das empresas são estimadas com base em estudos actariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais se reporta a 31 de Dezembro de 2004. Os estudos actariais foram realizados com base nos seguintes pressupostos principais e bases técnicas actariais:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Taxa anual de crescimento dos custos com a saúde:		
Próximos 5 anos	3,5%	3,5%
Anos seguintes	3,0%	3,0%
Taxa anual de actualização	5,75%	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa de inflação	2,0%	2,0%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

	2004	2003
Tábuas de mortalidade		
Activos e pré-reformados		
Homens	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)
Pensionistas		
Homens	PA (90)m – deduzido de 3 anos	PA (90)m – deduzido de 2 anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de 3 anos	PA (90)f – deduzido de 2 anos
Tábuas de invalidez		
Swiss Reinsurance Company		
Rotação de empregados		
	Nula	

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades reportadas a 31 de Dezembro de 2004 e 2003 eram de 701 797 100 euros e 688 763 000 euros, respectivamente. Nessas datas, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com cuidados de saúde e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, é como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Valor actual das responsabilidades projectadas	701 797 100	688 763 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência ⁽ⁱ⁾	(108 483 572)	(120 927 369)
Responsabilidades à data da transição ⁽ⁱⁱ⁾	(40 669 000)	(46 273 802)
Responsabilidades com serviços passados	3 333 000	3 540 000
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	555 977 528	525 101 829

(i) Os "Ganhos e perdas actuariais e de experiência" decorrem essencialmente do crescimento superior ao previsto dos custos com a saúde, bem como do facto da taxa de inflação ter sido superior à estimada. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (14 anos).

Nos exercícios de 2004 e 2003, os movimentos ocorridos nos "Ganhos e perdas actuariais e de experiência", foram como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Saldo inicial	(120 927 369)	(112 772 283)
Ganhos e (perdas) actuariais gerados no exercício:		
Relativo às responsabilidades	8 772 797	(14 707 086)
Amortizações do exercício		
Correntes	3 302 000	6 036 000
Relativas ao programa de redução de efectivos	369 000	516 000
Saldo final	(108 483 572)	(120 927 369)

(ii) As "Responsabilidades na data da transição" decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com benefícios de saúde em 1 de Janeiro de 1997. Este valor está a ser reconhecido em resultados desde essa data, ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (18 anos). Os custos relativos à amortização das "Responsabilidades à data da transição" foram reconhecidos na rubrica "Custos com pessoal" no valor de (4 207 000 euros) e na rubrica "Custos extraordinários", na medida em que estes disseram respeito aos empregados abrangidos pelo programa de redução de efectivos 1 399 000 euros.

Para fazer face às responsabilidades líquidas com cuidados de saúde, o Grupo tem registada uma provisão que em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 ascendia a 555 977 528 euros e 525 101 829 euros, respectivamente (Nota 46).

Nos exercícios de 2004 e 2003, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma tiveram por base os valores estimados pelo actuário independente e são como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custo com os serviços do exercício	5 061 000	5 628 000
Custo financeiro do exercício	36 935 000	38 131 000
Amortização das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	7 335 000	10 649 000
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	49 331 000	54 408 000
	11 120 100	27 363 000
	60 451 100	81 771 000

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados dos exercícios de 2004 e 2003, como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos com o pessoal (Nota 46)	49 331 000	54 408 000
Custos extraordinários (Nota 46)	11 120 100	27 363 000
	60 451 100	81 771 000

No exercício de 2004, as despesas correntes com reformados, registadas como utilização directa da provisão para cuidados de saúde, ascenderam a 29 772 489 euros (Nota 46).

(b) Conforme Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as empresas integradas na Brasilcel constituíram provisões para reflectir os passivos actuariais dos seus cuidados de saúde. Em 31 de Dezembro de 2004, a quota parte do Grupo correspondente a 50% do valor destas provisões ascendeu a 95 088 euros (Nota 46).

60. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2004, encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (Fair Value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Derivativos de cobertura de risco de taxa de juro

Durante o exercício de 2004, venceram-se diversos instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, o que, juntamente com o cancelamento antecipado de alguns outros instrumentos, levou à redução significativa no notional dos instrumentos financeiros derivados de taxa de juro associados à dívida. Em 31 de Dezembro de 2004, o notional destes instrumentos era de 472 milhões de euros, com uma maturidade média de 6,8 anos.

Durante o exercício de 2004, as empresas integradas na Vivo contrataram swaps de taxa de juro em reais brasileiros, os quais em 31 de Dezembro de 2004 ascendiam a BRL 1 601 milhões, com uma maturidade média de 3 dias.

Derivativos de cobertura de risco de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 31 de Dezembro de 2004 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total da dívida sujeita a contratos desta natureza era de 74 milhões de euros de swaps de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 6,8 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de cross currency swaps, a Portugal Telecom mantém contratadas opções cambiais e contratos forward de euros para dólares americanos. Em 31 de Dezembro de 2004, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 4,3 anos.

Foram ainda contratados forwards de euros para dólares americanos, associados a pagamentos futuros a efectuar nesta divisa. Em 31 de Dezembro de 2004, o notional destes contratos era de 12 milhões de euros, com uma maturidade média de 6 meses.

As empresas integradas na Vivo dispõem de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente a dívida em dólares americanos e ienes. Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2004, estas empresas possuíam: cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 878 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1,2 anos; e cross currency swaps de ienes para reais brasileiros no montante de 6 827 milhões de ienes, com uma maturidade média de 8 meses. Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas que compõem a Vivo possuíam ainda outros cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros, no montante de 418 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1,4 anos, e cross currency swaps de euros para reais brasileiros, no montante de 25 milhões de euros, com uma maturidade de 2 meses.

Derivativos com acções

Em 31 de Dezembro de 2004, a Portugal Telecom tinha contratado os seguintes derivativos com acções:

a. Acções Próprias

Para fazer face ao programa de share buyback, a Portugal Telecom tinha contratado equity swaps junto do ABN Amro e do Citibank sobre 21 551 006 acções próprias representativas de, 1,72% do valor do capital social antes do cancelamento de acções próprias ocorrido em Dezembro de 2004. Atendendo à cotação das acções da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2004 e aos preços de exercício destes derivados (que variam entre 7,14 e 8,99 euros por acção), não foi constituída qualquer provisão para perdas. Estes contratos têm maturidades entre 2 e 12 meses.

b. Acções PT Multimedia

Para incrementar a sua exposição à PT Multimedia, a Portugal Telecom tinha contratado junto do Grupo Santander equity swaps sobre 15 287 545 acções PT Multimedia, representativas de 9,7% do seu capital, conforme segue:

- (i) 9 187 545 acções, com um preço de exercício de 17,74 euros e maturidade de 17 meses e
- (ii) 6 100 000 acções, com um preço de exercício de 14,10 euros e maturidade de 5 meses.

Adicionalmente, em 2004 a Portugal Telecom celebrou com o Grupo BES contratos de derivativos com acções que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,657 milhões de euros, bem como a possibilidade de adquirir acções da PT Multimedia representativas de cerca de 5% do seu capital. As opções incorporadas nesta operação são as seguintes:

- (i) A Portugal Telecom comprou ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("BESI") uma opção de compra sobre 6,063 milhões de acções da PT Multimedia a um strike de 26,513 euros na data de maturidade (31 de Dezembro de 2005), com liquidação física ou financeira à escolha do BESI (a liquidação financeira tem um desconto de 15% no strike), e possibilidade de exercício a qualquer momento pela Portugal Telecom. Em simultâneo, o BESI comprou à Portugal Telecom uma opção de compra sobre o mesmo número de acções da PT Multimedia, a um strike de 16 euros, apenas com liquidação financeira. Esta opção apenas pode ser exercida no caso da cotação das acções da PT Multimedia se encontrar acima do strike da opção de compra adquirida pela Portugal Telecom acima referida, sendo no entanto o respectivo exercício automático, caso a Portugal Telecom exerça a sua opção de compra.

(ii) A Portugal Telecom contratou junto do Banco Espírito Santo uma opção de compra sobre 1,5 milhões de acções da PT Multimédia a um strike de 23 euros por acção, com maturidade em 31 de Dezembro de 2005. A Portugal Telecom pode exercer esta opção a qualquer momento, que tem liquidação física ou financeira à escolha do Banco Espírito Santo (a liquidação financeira tem desconto de 20% no strike).

O Grupo BES irá pagar à Portugal Telecom um montante de 16,657 milhões de euros, correspondente à diferença entre o preço de aquisição das opções acima referidas, que deverá ser liquidado em duas tranches de igual montante, a primeira em 30 de Dezembro de 2004 e a segunda na data de exercício da opção adquirida pelo BESI ou, não sendo esta exercida, em 31 de Dezembro de 2005. O valor correspondente à primeira tranche de 8 328 285 euros foi registado como um proveito diferido no balanço consolidado da Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2004 (Nota 53.f)).

Fair Value dos derivativos

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o Fair Value dos derivativos e o correspondente valor contabilístico são os seguintes:

valores expressos em milhões de euros	2004		2003		2002	
	Valor contabilístico	Fair value	Valor contabilístico	Fair value	Valor contabilístico	Fair value
Derivativos de cobertura de risco de						
Taxa de juro	1,3	(22,0)	(8,5)	(61,9)	1,1	(66,2)
Taxa de juro e taxa de câmbio	(67,7)	(63,5)	80,5	99,5	162,0	75,5
Total	(66,4)	(85,5)	72,0	37,6	163,1	9,3
Derivativos com acções						
Acções próprias	(0,6)	6,0	(24,4)	3,4	(42,6)	(40,2)
PT Multimédia	(1,4)	43,8	(3,9)	15,5	(68,5)	(69,1)
Total	(2,0)	49,8	(28,3)	18,9	(111,1)	(109,3)

61. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E POR ÁREA GEOGRÁFICA

No exercício de 2004, os segmentos de negócio do Grupo têm a seguinte composição:

Segmentos de negócio	
Rede Fixa⁽¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> ► Retalho ► Serviços a operadores ► Dados e soluções empresariais ► Outras operações de rede fixa
Móveis • Portugal	<ul style="list-style-type: none"> ► TMN
Móveis • Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ► Vivo
Multimédia	<ul style="list-style-type: none"> ► Televisão por subscrição e Internet por cabo [TV Cabo Portugal e PT Conteúdos] ► Distribuição e exibição cinematográfica [Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas] ► Media [Lusomundo Serviços e Lusomundo Media] ► Outras operações multimédia [PT Multimédia e outras]

(1) Os serviços deste negócio são prestados essencialmente pela PT Comunicações, PT Prime e PT.COM.

As demonstrações de resultados dos principais segmentos de negócio do Grupo apresentam a seguinte composição nos exercícios de 2004 e 2003:

a) Negócios da Rede Fixa

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	2 087 317 008	2 100 343 626	2 238 851 506
Prestações de serviços – intragrupo	141 873 589	149 583 768	167 112 101
Vendas – clientes externos (Nota 36)	37 005 436	36 752 930	34 784 878
Vendas – intragrupo	605 158	225 361	329 109
Proveitos suplementares – clientes externos	46 804 925	31 475 772	21 717 328
Proveitos suplementares – intragrupo	18 446 073	18 635 609	23 991 662
Outros proveitos operacionais	28 070 856	37 018 310	65 034 938
Total de proveitos operacionais	2 360 123 045	2 374 035 376	2 551 821 522
 Custo das existências vendidas e consumidas	(96 808 531)	(90 044 220)	(95 543 707)
Custos de telecomunicações	(383 783 838)	(428 914 406)	(496 813 900)
Outros subcontratos	(186 083 413)	(173 185 661)	(172 948 951)
Conservação e reparação	(71 419 458)	(68 946 592)	(77 687 173)
Publicidade e propaganda	(44 554 891)	(26 598 019)	(29 238 089)
Trabalhos especializados	(58 570 199)	(39 714 788)	(59 454 976)
Outros fornecimentos e serviços	(112 236 577)	(89 268 580)	(86 295 043)
Custos com pessoal	(435 873 436)	(534 580 080)	(531 792 491)
Amortizações	(382 474 927)	(408 191 079)	(440 373 232)
Provisões	(70 044 345)	(23 177 930)	(24 836 989)
Impostos	(7 385 266)	(7 420 457)	(9 040 063)
Outros custos e perdas operacionais	(3 853 498)	(4 354 210)	(20 249 454)
Total de custos operacionais	(1 853 088 379)	(1 894 396 022)	(2 044 274 068)
 Resultado operacional	507 034 666	479 639 354	507 547 454
Custos financeiros	(42 378 624)	(67 324 979)	(52 713 208)
Proveitos financeiros	16 094 994	11 890 237	21 969 307
 Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	480 751 036	424 204 612	476 803 553
Resultados extraordinários	(155 928 424)	(256 868 403)	10 825 103
 Resultado antes de impostos e interesses minoritários	324 822 612	167 336 209	487 628 656
Imposto sobre o rendimento	(92 821 944)	(138 077 093)	(165 787 790)
Interesses minoritários	–	(63 774)	(23 055)
 Resultado líquido do exercício	232 000 668	29 195 342	321 817 811

Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 os resultados deste segmento de negócio incorporam encargos com o programa de redução de efectivos de 169 558 740 euros, 311 263 761 euros e 49 313 318 euros, respectivamente, incluídos em resultados extraordinários.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração pela parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos exercícios de 2003 e 2002 ascende, respectivamente, a 187 013 euros e a valores negativos de 11 919 979 euros. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam

a parte do resultado líquido do segmento que diz respeito aos accionistas minoritários em empresas participadas.

Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 o capex deste segmento de negócio ascendeu a aproximadamente 206,4 milhões de euros 165,3 milhões de euros e 604,6 milhões de euros incluindo 348,4 milhões euros relativos à aquisição da propriedade da rede básica respectivamente. O activo líquido deste segmento de negócio ascendeu a aproximadamente 3 976,8 milhões de euros, 3 969,0 milhões de euros e a 4 165,5 milhões de euros respectivamente, em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002.

b) Negócios Móveis • Portugal

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	1 300 371 237	1 202 395 212	1 132 889 769
Prestações de serviços – intragrupo	139 782 376	170 853 927	199 947 958
Vendas – clientes externos (Nota 36)	143 922 012	133 519 224	134 263 557
Vendas – intragrupo	4 190 499	5 001 030	8 155 430
Proveitos suplementares – clientes externos	6 254 844	11 294 915	15 166 507
Proveitos suplementares – intragrupo	473 781	205 775	536 133
Outros proveitos operacionais	1 583 645	4 448 129	5 244 247
Total de proveitos operacionais	1 596 578 394	1 527 718 212	1 496 203 601
 Custo das existências vendidas e consumidas	(170 866 600)	(154 750 584)	(167 988 386)
Custos de telecomunicações	(296 614 686)	(295 485 140)	(325 280 447)
Outros subcontratos	(1 138 807)	(2 577 400)	(3 226 971)
Conservação e reparação	(35 166 174)	(35 601 169)	(37 561 886)
Publicidade e propaganda	(28 492 459)	(26 260 516)	(20 058 815)
Trabalhos especializados	(64 892 713)	(60 814 055)	(50 626 781)
Outros fornecimentos e serviços	(131 132 389)	(147 382 755)	(140 558 608)
Custos com pessoal	(56 269 494)	(59 188 048)	(48 655 295)
Amortizações	(200 836 664)	(182 723 230)	(175 923 133)
Provisões	(42 279 769)	(38 612 267)	(46 980 802)
Impostos	(29 626 965)	(30 612 242)	(29 765 093)
Outros custos e perdas operacionais	(1 497 868)	(2 873 076)	(3 027 742)
Total de custos operacionais	(1 058 814 588)	(1 036 880 482)	(1 049 653 959)
 Resultado operacional	537 763 806	490 837 730	446 549 642
Custos financeiros	(9 855 664)	(19 938 321)	(13 672 072)
Proveitos financeiros	2 728 858	4 377 768	4 102 883
 Resultado antes de itens extraordinários e impostos	530 637 000	475 277 177	436 980 453
Resultados extraordinários	(225 891)	2 775 756	(49 461 999)
 Resultado antes de impostos	530 411 109	478 052 933	387 518 454
Imposto sobre o rendimento	(144 263 586)	(159 786 969)	(127 753 625)
 Resultado líquido do exercício	386 147 523	318 265 964	259 764 829

Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 o capex deste segmento de negócio ascendeu a aproximadamente 158,8 milhões de euros, 165,5 milhões de euros e 282,7 milhões de euros respectivamente. O activo líquido deste segmento de negócio ascendeu a aproximadamente 1 464,2 milhões de euros, 1 335,6 milhões de euros e 1 488,4 milhões de euros respectivamente, em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002.

C) Negócios Móveis • Brasil

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	1 183 397 482	1 093 778 637	1 048 632 419
Prestações de serviços – intragrupo	(7 750)	24 134	438 283
Vendas – clientes externos (Nota 36)	319 587 207	267 735 126	168 989 855
Proveitos suplementares – clientes externos	8 759 730	42 862 197	–
Outros proveitos operacionais	7 750	–	–
Total de proveitos operacionais	1 511 744 419	1 404 400 094	1 218 060 557
 Custo das existências vendidas e consumidas	(371 185 077)	(293 220 874)	(197 576 814)
Custos de telecomunicações	(87 746 166)	(114 184 193)	(109 159 918)
Outros subcontratos	(59 735 243)	(56 426 429)	(23 382 966)
Conservação e reparação	(1 103 325)	(891 058)	(1 890 071)
Publicidade e propaganda	(68 269 102)	(50 479 600)	(28 810 396)
Trabalhos especializados	(34 246 527)	(30 670 232)	(91 561 626)
Outros fornecimentos e serviços	(198 424 527)	(165 055 985)	(110 733 777)
Custos com pessoal	(93 145 896)	(76 393 687)	(61 238 837)
Amortizações	(262 111 567)	(254 003 543)	(236 719 658)
Provisões	(24 571 088)	(33 374 798)	(35 616 626)
Impostos	(77 348 499)	(63 994 642)	(36 132 042)
Outros custos e perdas operacionais	(9 262 224)	(1 379 353)	(391 165)
Total de custos operacionais	(1 287 149 241)	(1 140 074 394)	(933 213 896)
 Resultado operacional	224 595 178	264 325 700	284 846 661
Custos financeiros	(252 817 923)	(272 304 012)	(310 497 086)
Proveitos financeiros	79 941 276	152 176 165	45 334 793
 Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	51 718 531	144 197 853	19 684 368
Resultados extraordinários	(2 542 472)	(17 178 072)	(5 095 657)
 Resultado antes de impostos e interesses minoritários	49 176 059	127 019 781	14 588 711
Imposto sobre o rendimento	(65 352 452)	(85 374 043)	(48 856 903)
Interesses minoritários	(43 014 109)	(51 527 882)	–
 Resultado líquido do exercício	(59 190 502)	(9 882 144)	(34 268 192)

Nos exercícios de 2004 e 2003 os dados apresentados para este segmento referem-se a 50% dos resultados consolidados da Vivo. No exercício de 2002, os dados apresentados referem-se a 100% dos resultados consolidados da TCP, que na altura apenas incluía a Telesp Celular, S.A. No exercício de 2002, o resultado líquido corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende a um valor negativo de 23 313 374 euros.

Nos exercícios de 2004 e 2003, o capex correspondente a 50% da Vivo ascendeu a aproximadamente 264,5 milhões de euros e a 164,6 milhões de euros respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o activo líquido correspondente a 50% da Vivo ascendeu a 4 044,6 milhões de euros e 3742,4 milhões de euros respectivamente. No exercício de 2002, o capex da TCP ascendeu a 88,2 milhões de euros.

d) PT Multimedia

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	616 238 852	544 078 099	475 996 704
Prestações de serviços – intragrupo	817 860	786 529	856 400
Vendas – clientes externos (Nota 36)	112 736 779	139 397 732	146 075 228
Vendas – intragrupo	2 524	57 584	–
Proveitos suplementares – clientes externos	12 025 059	11 920 163	12 258 839
Proveitos suplementares – intragrupo	515 064	49 362	221 499
Outros proveitos operacionais	2 693 167	1 312 591	3 402 929
Total de proveitos operacionais	745 029 305	697 602 060	638 811 599
 Custo das existências vendidas e consumidas	(48 951 790)	(78 732 934)	(89 650 807)
Custos de telecomunicações	(20 377 195)	(18 703 916)	(18 331 949)
Outros subcontratos	(238 340 379)	(229 513 925)	(209 780 219)
Conservação e reparação	(6 248 042)	(4 532 791)	(5 220 757)
Publicidade e propaganda	(39 567 851)	(30 217 909)	(27 764 974)
Trabalhos especializados	(37 863 537)	(35 978 472)	(32 190 738)
Outros fornecimentos e serviços	(52 890 578)	(58 643 495)	(70 258 260)
Custos com pessoal	(89 227 013)	(86 134 295)	(87 452 098)
Amortizações	(70 933 977)	(70 411 763)	(72 879 187)
Provisões	(16 743 374)	(20 575 122)	(11 670 178)
Impostos	(4 226 993)	(2 736 534)	(2 993 622)
Outros custos e perdas operacionais	(4 760 367)	(2 289 560)	(1 273 740)
Total de custos operacionais	(630 131 096)	(638 470 716)	(629 466 529)
 Resultado operacional	114 898 209	59 131 344	9 345 070
Custos financeiros	(27 182 025)	(32 944 310)	(55 737 200)
Proveitos financeiros	3 599 481	8 121 311	3 924 680
 Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	91 315 665	34 308 345	(42 467 450)
Resultados extraordinários	(59 806 545)	(59 986 563)	(15 930 295)
 Resultado antes de impostos e interesses minoritários	31 509 120	(25 678 218)	(58 397 745)
Imposto sobre o rendimento	81 165 413	55 833 269	3 941 209
Interesses minoritários	(2 304 550)	948 063	2 388 427
 Resultado líquido do exercício	110 369 983	31 103 114	(52 068 109)

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 ascende a 46 844 544 euros, 13 201 157 euros e a 22 659 354 euros, respectivamente. Os interesses minoritários constantes da demonstração de resultados deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que diz respeito aos accionistas minoritários em empresas participadas pela PT Multimedia.

No exercício de 2004 o resultado líquido deste segmento de negócio foi afectado pelo: (i) registo de custos extraordinários relativos à constituição de uma provisão para fazer face à descontinuação da rede analógica (26 250 000 euros); (ii) registo de uma provisão para fazer face a perdas potenciais

identificadas na análise da recuperabilidade dos investimentos do Grupo no negócio dos Audiovisuais (40 milhões de euros) (Nota 46) e (iii) registo de um imposto diferido activo sobre os prejuízos fiscais gerados em anos anteriores no montante de 102 863 839 euros, cuja recuperabilidade foi assegurada durante o exercício de 2004.

Nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 o capex deste segmento de negócio ascendeu a aproximadamente 80,5 milhões de euros, 57,4 milhões de euros e 78,9 milhões de euros respectivamente. O activo líquido deste segmento de negócio ascendeu a aproximadamente 1 145,7 milhões de euros, 900,7 milhões de euros e 867,7 milhões de euros respectivamente, em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002.

e) Reconciliação dos segmentos reportáveis

Em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002, a reconciliação do total dos proveitos operacionais por segmento com o total dos proveitos operacionais consolidados era como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Proveitos operacionais			
Relativos aos segmentos reportados	6 213 437 511	6 003 755 742	5 904 897 279
Relativos a outros segmentos	564 280 179	446 368 559	401 619 544
Eliminação das operações intragrupo	(582 507 119)	(507 870 203)	(552 422 662)
	6 195 210 570	5 942 254 098	5 754 094 161

Em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002, a reconciliação do resultado líquido do exercício por segmento com o resultado consolidado líquido do exercício era como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Resultado líquido relativo aos segmentos reportados	669 327 672	368 682 276	495 246 339
Resultado líquido relativo aos outros segmentos	16 677 009	29 476 441	33 530 965
Outros itens não reportados nos segmentos			
Despesas suportadas com empréstimos a nível corporativo	(178 784 093)	(165 325 475)	(178 756 678)
Amortização de Goodwill	(36 531 365)	(36 761 366)	(94 651 546)
Redução/(aumento) de provisões para equity swaps	11 305 603	82 498 690	(26 830 171)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas	27 704 179	(11 792 027)	(57 690 389)
Ganho/(perdas) cambiais com instrumentos derivados	(12 334 906)	(17 303 832)	147 846 301
Efeito da alteração de taxa de imposto	-	(56 118 907)	-
Impacto da consolidação fiscal	49 448 683	60 267 671	14 467 910
Interesses minoritários sobre segmentos reportados	(46 687 388)	(13 388 170)	57 893 067
	500 125 395	240 235 301	391 055 798

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a reconciliação do total do activo por segmento com o total do activo consolidado é como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Activos líquidos relativos aos segmentos reportados	10 631 070 000	9 947 546 169
Activos líquidos relativos aos outros segmentos	1 522 226 513	2 694 094 182
Goodwill	501 764 481	529 986 996
Investimentos financeiros	308 348 166	386 187 913
	12 963 409 160	13 557 815 260

62. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

62.1 Processo Deco

A introdução pela Portugal Telecom, S.A. a partir de Fevereiro de 1998 dos novos preços para o serviço fixo de telefone, aprovados pela entidade reguladora de telecomunicações de Portugal (na altura, o Instituto das Comunicações de Portugal – ICP), suscitou por parte da Deco a apresentação de diversas acções judiciais, das quais a mais relevante do ponto de vista financeiro consiste na acção inibitória apresentada em Setembro de 1999, na qual se pediu que o ICP se abstivesse de aprovar a proposta de preços para 1999 e que a Portugal Telecom, S.A. fosse impedida de a aplicar.

Em primeira instância, o Tribunal concluiu pela ilegalidade do novo tarifário e condenou a PT Comunicações (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de taxa de activação e a publicitar essa decisão. A PT Comunicações recorreu por diversas vezes para os Tribunais superiores, que foram mantendo a decisão do Tribunal de primeira instância, tendo em Outubro de 2003 sido notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça negando provimento ao recurso apresentado.

Em Março de 2004, a PT Comunicações e a Deco assinaram um acordo que irá permitir uma solução alternativa ao reembolso dos valores cobrados aos assinantes a título de taxa de activação, sendo assegurados aos mesmos determinados benefícios a atribuir em 2004. Estes benefícios compreenderam um conjunto de iniciativas implementadas pela PT Comunicações em 2004, cujo custo ascendeu a aproximadamente 10 milhões de euros (Nota 45). Na sequência deste acordo a Deco retirou todas as acções judiciais apresentadas contra a PT Comunicações sobre o assunto em referência.

62.2 Outros processos

As operações correntes da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela Anacom, a Comissão Europeia e a Autoridade da Concorrência no âmbito da verificação das normas e regulamentos aplicáveis ao Grupo PT. Actualmente está em curso uma investigação conduzida pela Autoridade da Concorrência relativamente a alegadas práticas abusivas entre a PT Comunicações e a PT Prime, incluindo predatory prices, discriminação de preços do serviço fixo ao nível do wholesale e retalho e redução de

margens. Caso a Portugal Telecom venha a ser indiciada pelo incumprimento das leis e regulamentos aplicados, podem ser aplicadas multas e penalidades ao abrigo da legislação vigente. A Portugal Telecom entende, baseada em informações dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes para as suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2004 existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra o Grupo, os quais são acompanhados pelos seus serviços internos das diversas empresas do Grupo e por advogados contratados para o efeito, tendo sido registada uma provisão de 67 825 144 euros (Nota 46) para fazer face às responsabilidades estimadas com esses processos.

63. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração de resultados por funções foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica “Vendas e prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Funções (“DRF”) não coincide com o somatório das rubricas “Vendas” e “Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Natureza (“DRN”), dado terem sido incluídas naquela rubrica as Correcções Favoráveis de Exercícios Anteriores relativas a vendas e prestações de serviços, classificadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- b) Na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF encontram-se considerados, para além dos montantes provenientes da rubrica com a mesma natureza da DRN, valores classificados na rubrica “Proveitos suplementares” na DRN e, ainda, valores registados em Outros Ganhos Não Especificados e Outras Correcções de Exercícios Anteriores, classificados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- c) Na rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF foram englobados valores contabilizados em diversas contas de custos da DRN, inclusive algumas contas de custos extraordinários; deduzem-se a estes custos os proveitos registados na rubrica “Subsídios de exploração” e em “Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” na DRN.

d) Determinadas naturezas de custos, nomeadamente, electricidade, água, rendas e alugueres, seguros, conservação e reparação, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, combustíveis, aluguer de viaturas, publicidade, pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pelo Grupo.

e) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os Ganhos e Perdas em Empresas Associadas e Outras não consolidadas, e os Rendimentos de Participações de Capital.

f) A rubrica “Ganhos e perdas em filiais e empresas associadas” da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

	valores expressos em euros
Ganhos em filiais e associadas	
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (Nota 44d))	44 528 600
Ganhos decorrentes da alienação de participações de capital	25 261 968
Ganhos em participações de capital (Nota 44)	<u>1 521 043</u>
	71 311 611
Perdas em filiais e associadas	
Amortização de goodwill (Nota 44b))	(97 122 489)
Perdas relativos a empresas associadas e outras (Nota 44d))	(16 806 618)
Provisões para partes de Capital (Nota 44c))	(3 076 926)
	(122 355 558)
Ganhos e perdas em filiais e empresas associadas não consolidadas, líquidos	(51 043 947)

g) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui essencialmente custos com pensões e cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, relacionados com as pré-reformas e as reformas antecipadas, bem como outros encargos com a reestruturação de empresas do Grupo.

h) A rubrica “Impostos sobre os resultados correntes” da DRF para o exercício de 2004, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Estimativa de imposto sobre o rendimento da DRN	176 065 394
Excesso de estimativa de IRC	(9 517 397)
Insuficiência de estimativa de IRC	<u>7 859 783</u>
	174 407 781

64. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística N.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

(a) A rubrica “Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias” refere-se essencialmente ao pagamento efectuado pela PT Comunicações de um montante de 101 835 997 euros de contribuição extraordinária para os fundos de pensões PT/CGA, TLP, e a contribuição adicional de suspensão dos anos anteriores.

(b) A rubrica recebimentos provenientes de investimentos financeiros, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Alienação / Redução de partes de capital:	
Mascom	5 238 000
Eutelsat	4 736 349
New Skies Satellites	4 674 500
Banco1.net	3 870 232
Marconi Luxemburgo	854 089
Outros	<u>797 632</u>
	20 170 802
Reembolso de empréstimos concedidos:	
Lusocine	880 874
Cinerg	140 000
Vortal	<u>51 563</u>
	1 072 437
	21 243 239

(c) A rubrica “Recebimentos respeitantes a dividendos”, refere-se a:

	valores expressos em euros
CTM	
Páginas Amarelas	12 654 124
BES	1 802 000
Outros	<u>1 386 000</u>
	769 132
	16 611 256

(d) A rubrica pagamentos respeitantes a investimentos financeiros, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Aquisição / Constituição de partes de capital:	
Grupo Vivo	231 413 433
Sport TV	16 300 000
Media Capital	6 960 000
Naveprinter	5 275 477
Ocasião	4 756 279
Previsão	1 906 641
Outras	<u>883 216</u>
	267 495 046
Pagamentos respeitantes a aumentos capital de prestações suplementares:	
Tradecom Brasil	312 089
Superemprego	<u>249 034</u>
	561 123
Pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos:	
Sport TV	40 000 000
Sportinveste	6 000 000
Marconi Suisse	3 230 008
Marconi France	1 969 196
Web Lab	1 798 199
Outros	<u>1 849 212</u>
	54 846 615
	322 902 785

(e) No exercício de 2004, a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos”, no montante de 17 123 102 585 euros, refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

(f) No exercício de 2004, a rubrica “Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Papel comercial e outros empréstimos bancários	17 015 212 780
Obrigações convertíveis	500 485 000
Obrigações não convertíveis	<u>360 749 474</u>
	17 876 447 254

(g) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004, 2003 e 2002 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	valores expressos em euros		
	2004	2003	2002
Numerário	12 651 660	28 049 854	7 540 373
Depósitos bancários	428 537 298	230 853 653	345 862 930
Outros Títulos Negociáveis	551 625 261	734 526 838	683 462 041
Outras aplicações de Tesouraria	947 287 664	1 537 661 222	1 239 642 551
Disponibilidades constantes do Balanço	1 940 101 883	2 531 091 567	2 276 507 895
Descobertos bancários (Nota 34)	(14 647 937)	(2 545 597)	(8 465 072)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 925 453 946	2 528 545 970	2 268 042 823

O saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 difere do saldo inicial que consta da demonstração de fluxos de caixa de 31 de Dezembro de 2004, em virtude do perímetro de consolidação ter sido alterado, como segue:

	valores expressos em euros
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	2 528 545 970
Alteração no perímetro de Consolidação	(12 490 645)
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2004	2 516 055 325

65. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 de Janeiro de 2005, a TCP completou com sucesso o aumento de capital de 2 054 milhões de reais, que incluía a subscrição em dinheiro de direitos no montante de 2 000 milhões de reais e o pagamento em espécie equivalente a créditos fiscais relativos a 2003, no montante de 53,89 milhões de reais. O encaixe do aumento de capital foi utilizado para pagar um bridge loan relacionado com a oferta pública de aquisição de parte das acções da TCO e pagar outras dívidas de

curto prazo. Com este aumento de capital, o grupo controlador aumentará o seu interesse económico na TCP de 65,12% para 65,70%, através da detenção de 524 712 milhões de acções ordinárias (94,90% do total de acções ordinárias da TCP) e 515 084 milhões de acções preferenciais (50,02% do total de acções preferenciais da TCP).

Em 28 de Fevereiro de 2005, a PT Multimedia celebrou um contrato de promessa de compra e venda com a Controlinveste, relativamente à alienação do seu investimento financeiro na Lusomundo Serviços por um montante global de 173,8 milhões de euros. Esta alienação encontra-se condicionada pela não oposição da Autoridade da Concorrência e pelo parecer vinculativo da Alta Autoridade para a Comunicação Social. A alienação acima referida contempla igualmente a aquisição pela Lusomundo Serviços do investimento financeiro de 5,94% na Lusomundo Media, detido pela Portugal Telecom, por um montante de 10,1 milhões de euros.

I. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			2004	2003	Efectiva
Portugal Telecom (empresa-mãe) (Nota Introdutória)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Directamente	Efectiva	Efectiva
Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, S.A. (Açormedia")	Ponta Delgada	Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros.	Lusomundo Media (90%)	44,18%	44,23%
Cabo TV Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,24%	48,24%
Cabo TV Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (69%)	39,71%	39,71%
Cabo Verde Telecom, S.A.	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A. ^(a)	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços comércio electrónico.	–	–	49,15%
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ^(b)	Praia	Gestão de call e de contact center.	PT Contact (100%)	100,00%	–
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ^(b)	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	57,48%	–
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset.	Lusomundo Serviços (50%)	–	28,78%
Global Notícias – Publicações, S.A.	Porto	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (99,72%)	48,95%	49,01%
Grafilm – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (55,56%)	31,98%	31,98%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Edição de publicações jornalísticas. Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Lusomundo Media (51,34%)	25,20%	25,24%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Editores, Lda.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo España, S.L. ("Lusomundo España")	Madrid	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII") ^(b)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimedia (99,87%)	57,48%	–
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. ^(b)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	57,37%	–

percentagem de capital detido
2004 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Lusomundo Media	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo Serviços (74,97%) Portugal Telecom (5,94%)	49,09%	49,09%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (100,00%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Serviços	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo.net – Comércio Electrónico e Informática, Lda. ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e multimédia.	–	–	57,56%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary Limited ("Mascom")) ^(c)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	–	–	50,01%
Mobitel, S.A.	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (56,96%)	56,96%	56,96%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (Nota 14.a))	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações.	Global Notícias (90,97%)	44,53%	–
Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.	Lisboa	Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	57,56%
Ocasião – Edições Periódicas, Lda. ("Ocasião") ^(d)	Almada	Edição de publicações jornalísticas.	Global Notícias (99,98%) Lusomundo Media (0,0167%)	48,95%	–
Plataforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. ("Plataforma") ^(e)	Lisboa	Cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros e selecção, orientação e formação profissional.	–	–	100,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, S.A. ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação.	Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação, S.A. ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação(100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Premium TV Portugal, S.A.	Lisboa	Lançamento, promoção e desenvolvimento de televisão por assinatura, multimédia e licenciamento de programação para televisão.	PT Conteúdos (100%)	57,56%	57,56%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão") ^(f)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (78,12%)	78,12%	–
PrimeSys, Soluções Empresariais, S.A.	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações")	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações, prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. (ex. TV Cabo Audiovisuais)	Lisboa	Actividade de televisão; designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Televisão por Cabo (100%)	57,56%	57,56%

percentagem de capital detido
2004 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
PT Corporate	Lisboa	Prestação integrada de todos os serviços disponibilizados pelo Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, S.A. ("PT II") ^(g)	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, consultoria, administração e gestão empresarial. Elaboração de projectos e estudos económicos internacionais e gestão de participações.	Portugal Telecom (100%)	100%	-
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A.	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100%	100%
PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimedia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (57,56%)	57,56%	57,56%
PT Multimedia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações; estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	Portugal Telecom (100%)	100%	100%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. ("Tradecom") ^(h)	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Prime SGPS (66%)	66,00%	66,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%) PTComunicações (0,1%) TMN (0,1%)	100,00%	100,00%
PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A. ⁽ⁱ⁾	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de televisão por cabo.	PT Multimedia (100%)	57,56%	-
PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos Internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT.COM – Comunicações Interactivas, S.A. ^(j)	Lisboa	Prestação de serviços e desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Rádio Notícias – Produções e Publicidade, S.A. ("Rádio Notícias")	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Lusomundo Media (67,71%) Global Notícias (15%)	40,58%	40,63%
Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, Lda.	Porto	Radiodifusão, edições e comercialização discográfica e quaisquer outros suportes audiovisuais.	Rádio Notícias (100%)	40,58%	40,63%
RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda.	Porto	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	40,58%	40,63%
Saber e Lazer – Informática e Comunicação, S.A. ("Saber e Lazer") ^(k)	Lisboa	Gestão de informação e elaboração de produtos informáticos.	-	-	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ^(b)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	-
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A. ^(k)	Lisboa	Prestação de serviços, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	-	-	100,00%

percentagem de capital detido
2004 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Timor Telecom, S.A. ^(b)	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (50,10%)	38,15%	—
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Tradecom, SGPS, S.A. ("Tradecom SGPS") ^(h)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	—	—	100,00%
TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda.	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	40,58%	40,63%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT") ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) PT Ásia (0,98%)	76,14%	—
TV Cabo Portugal, S.A.	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de Telecomunicações.	PT Televisão por Cabo (100%)	57,56%	57,56%
Warner Lusomundo Sociedade Ibérica de Cinemas, Lda. ^(l)	Lisboa	Exploração de espectáculos e divertimentos públicos.	—	—	57,56%

(a) Empresa liquidada no decorrer do exercício de 2004.

(b) Estas empresas foram consolidadas pelo método integral pela primeira vez por se considerar que as mesmas são materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

(c) Empresa alienada no decorrer do exercício de 2004.

(d) Empresa adquirida em Maio de 2004.

(e) Em 4 de Maio de 2004, a PT Contact alienou a totalidade da sua participação na Platoforma.

(f) Durante o primeiro semestre de 2004, a Portugal Telecom reforçou a sua participação na Previsão para 78,12%, pelo que esta empresa passou a ser consolidada pelo método integral no exercício de 2004.

(g) Empresa constituída em 31 de Março de 2004, na sequência da reorganização dos negócios internacionais.

(h) Em 2004 a Tradecom SGPS fundiu-se na Prime SGPS, consequentemente esta última incorporou todas as participações da Tradecom SGPS.

(i) No decorrer do segundo semestre de 2004 a GSF – Gestão de Serviços Financeiros, Lda foi objecto de uma alteração societária (redenominação e mudança do objecto social), passando a denominar-se PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A..

(j) Em 7 de Maio de 2004, foi alterada a denominação de "PT Multimedia.com, SGPS, S.A." para a actual.

(k) Em Dezembro 2004 esta empresa foi fundida na PT.COM.

(l) No decorrer do segundo semestre esta empresa foi fundida na Lusomundo Cinemas com transferência global do património e consequente extinção.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91 (maioria de direitos de voto), com excepção da Cabo Verde Telecom, a qual foi consolidada com base na alínea c) do n.º 1 do Artigo 1.º daquele diploma (influência dominante com base em acordos parassociais ou em outros contratos).

II. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			2004	2003	Efectiva
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (81,77%)	–	47,00%
Academia Global, Ltda. ^(b)	São Paulo	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas da educação e formação profissional.	PTM.com Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Canal 20 TV, S.A. ^(b)	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	PT Multimedia (50%)	28,78%	28,78%
Cine Esplanada Ideal Olhanense, Lda. ^(a)	Olhão	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	–	57,56%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda. ^(a)	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (100%)	–	57,48%
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ^(c)	Praia	Gestão de call e de contact center.	PT Contact (100%)	–	100,00%
DirectMedia Ásia, Lda. ^(b)	Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (99%) PT Ásia (1%)	100,00%	100,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(d)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (90%)	90,00%	90,00%
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ^(e)	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	PT.COM (100%)	–	100%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ^(c)	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	–	57,48%
Empresa Cine Mourense, Lda. ^(f)	Moura	Exibição cinematográfica.	PT Multimedia (99,46%)	57,25%	57,25%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("ERA") ^(b)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) PT Multimedia (4,03%)	52,85%	52,85%
Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda. ^(a)	Santarém	Exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (60%)	–	34,53%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A. ^(e)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho.	PT.COM (99,99%)	–	74,88%
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. ^(b)	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas.	Lusomundo Media (100%)	49,09%	49,15%
Guinetel, S.A. ^(b)	Bissau	Estabelecimento, gestão, exploração, utilização de redes de Telecomunicações e prestação de quaisquer serviços de Telecomunicações ou conexos com o seu objecto principal.	PT II (55%)	55,00%	–
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L. ^(g)	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (51,14%)	51,14%	51,14%
GSF – Gestão e Serviços Financeiros, Lda. ^(h)	Lisboa	Prestação de serviços financeiros, gestão de investimentos e a realização de estudos económico-financeiros.	Lusomundo SII (100%)	–	57,48%
Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda. ^(b)	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares.	PT Multimedia (60%)	34,53%	34,53%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital") ^(b)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ^(a)	V.R.S. António	Exibição cinematográfica.	PT Multimedia (82,75%)	–	57,56%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII") ^(c)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimedia (99,87%)	–	57,48%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. ^(c)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	–	57,37%
Marconi France Telecommunications SAS ^(b)	Paris	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Luxembourg Telecommunications, S.A.R.L. ^(a)	Luxembourg	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	–	100,00%
Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. ^(d)	Lisboa	Comercialização de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e voz.	PT Ventures (51%)	51,00%	51,00%
Marconi Suisse Telecommunications, S.A.R.L. ^(b)	Lausanne	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%

percentagem de capital detido
2004 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ^(b)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT.COM (100%)	100%	74,90%
Portugal Telecom Argentina, S.A. ^(b)	Buenos Aires	Prestação de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (10,01%) PT Ventures (40%)	50,01%	50,01%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa") ^(b)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom North América, Inc. ^(f)	Washington	Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ^(c)	Lisboa	Prestação de serviço de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	–	100%
PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações") ⁽ⁱ⁾	Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	–
PT Multimedia.com Participações, S.A.	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Rádio Canal Aberto, Lda. ^(b)	Ponta Delgada	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Açormedia (76%) Rádio Comercial Açores (4%)	35,34%	35,39%
Radio Comercial dos Açores, Lda. ^(b)	Ponta Delgada	Radiodifusão e comunicação.	Açormedia (100%)	44,18%	44,23%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ⁽ⁱ⁾	Lisboa	Exploração do espaço Fórum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ^(c)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	–	100%
Sociedade Teatral Bejense, S.A. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (84,8%)	–	48,74%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. ^(b)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT.COM (99,98%)	99,98%	99,98%
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda. ^(a)	Porto	Organização de provas desportivas.	Global Notícias (100%)	–	49,01%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ^(b)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT.COM (63,75%)	63,75%	63,75%
Teat Flower Trading Ltd. ^(f)	British Virgin Island	International Business Trading Company.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(f)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, S.A. ^(c)	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (50,10%)	–	39,16%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ^(c)	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) PT Ásia (0,98%)	–	78,15%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ^(d)	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interativo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	PT.COM (99,99%)	–	74,9%

(a) Empresas liquidadas no decorrer do decorrer do 2004.

(b) Empresas excluídas da consolidação dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação económica e financeira e resultados consolidados (n.º 1 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho).

(c) Em 31 de Dezembro de 2004, estas empresas passaram a ser consolidadas pelo método integral.

(d) Em 31 de Dezembro de 2004, estas empresas foram excluídas da consolidação por se encontrarem em fase de liquidação.

(e) Em Dezembro 2004 esta empresa foi fundida na PT.COM.

(f) Estas empresas encontram-se sem actividade.

(g) Esta empresa foi excluída da consolidação a partir de 1998, dadas as alterações ocorridas na Guiné Bissau, tendo sido constituída uma provisão, correspondente à totalidade do valor do investimento financeiro.

(h) No decorrer do segundo semestre de 2004 a GSF – Gestão de Serviços Financeiros, Lda foi objecto de uma alteração societária (renomeação e mudança do objectivo social), passando a denominar-se PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A..

(i) Empresa constituída no exercício de 2004.

(j) Esta empresa não foi consolidada pelo método integral, mas antes pelo método da equivalência patrimonial, já que a sua actividade é distinta daquela prosseguida pelo Grupo (n.º 4 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

III. EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			2004	2003	Efectiva
24 Horas Inc.	Newark	Edição de publicações.	Global Notícias (51%)	24,96%	24,99%
Banco 1.net, S.A. ^(a)	São Paulo	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT Brasil (20,48%)	—	31,50%
BEST – Banco Electrónico de Serviços Total, S.A. ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT.COM (34%)	34,00%	34,00%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L.	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	28,78%
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun")	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	PT Multimedia (100%)	57,56%	28,78%
Empresa do Diário de Notícias, Lda.	Funchal	Produção e comercialização de publicações.	Lusomundo Media (40%)	19,64%	19,66%
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	28,78%
Hungaro Digitel KFT	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Idealyze, S.A.	São Paulo	Produção e comercialização de conteúdos para internet.	PT.COM (33,33%)	33,33%	33,33%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A. ^(b)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação.	Sportinveste Multimédia (100%)	—	50,00%
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A.	Lisboa	Actividade de televisão; designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,02%	23,02%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	Lisboa	Agência noticiosa.	Lusomundo Serviços (23,35%)	13,44%	13,44%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ^(a)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	PT Móveis (50,01%)	—	—
Médi Télecom	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (32,18%)	32,18%	32,18%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda.	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (35%)	35,00%	35,00%
Mundifun – Centros de Recreio, Lda.	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Diverfun (66,66%)	37,70%	19,19%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. ^(c)	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações.	Global Notícias (90,97%)	—	18,85%
Octal TV, SA.	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimedia(20%)	11,51%	11,51%
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	25,00%	25,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão") ^(d)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (31,56%)	—	31,56%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, S.A.	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Comunicações (11,11%) PT Multimedia (11,11%) Prime SGPS (11,11%)	28,61%	28,61%
Sport TV Portugal, S.A.	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (50,00%)	28,78%	19,18%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A.	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
Teledata de Moçambique, Lda.	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%

percentagem de capital detido
2004 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Telesat – Satellite Communications, Limited	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, e comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%)	22,22%	24,44%
Tradecom Brasil S.A. ^(e)	São Paulo	Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina.	Prime SGPS (20%)	20,00%	–
Tradecom International N.V.	Roterdão	Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina.	Prime SGPS (20%)	20,00%	20,00%
TV Cabo Macau, S.A.	Macau	Distribuição de sinais de televisão e audio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PT Ventures (35%) PT Ásia (40%)	74,98%	74,98%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
UOL, Inc.	São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT Brasil (28,11%) PTM.com Participações (0,30%)	28,41%	17,94%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp")	Sintra	Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza.	Lusomundo Serviços (33,33%) PT Multimedia (0,01%)	19,19%	19,19%
Warner Cines de España, S.A.	Madrid	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo España (33,33%)	19,19%	19,19%
Web-Lab, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (90%)	90%	36,26%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda.	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%

(a) Empresa alienada no decorrer do exercício de 2004.

(b) Empresa liquidada no decorrer do exercício de 2004.

(c) A Global Notícias aumentou a sua participação nesta empresa para 90,97 % durante o segundo semestre de 2004, pelo que a mesma passa a ser consolidada pelo método integral.

(d) A Portugal Telecom aumentou a sua participação nesta empresa para 78,12% durante o primeiro semestre de 2004, pelo que a mesma passou a ser consolidada pelo método integral.

(e) Participação adquirida no segundo semestre 2004.

As empresas associadas acima referidas estão registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

IV. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

percentagem de capital detido
2004 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Centro Publicitário, Lda. ^(a)	Lisboa	Exploração de espaços publicitários.	PT Multimedia (30%)	–	17,26%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola, S.A.R.L.	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (15,78%)	9,08%	9,08%
Filmes Mundáfrica, S.A.R.L.	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (23,91%)	13,76%	13,76%
Gesgráfica – Projectos Gráficos, Lda.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica.	ERA (20%)	10,57%	10,57%
Hipormédica – Material de Cirurgia e Medicina, Lda.	Lisboa	Distribuição de material hospitalar, ortopédico, farmacêutico e óptico.	PT Multimedia (40%)	23,02%	23,02%
NP – Notícias de Portugal, C.R.L.	Lisboa	Prestação de serviços de informação noticiosa.	Global Notícias (13,8%); Açormedia (3,45%); TSF (3,45%); Portugal Telecom (3,33%); PT Comunicações (3,33%)	16,34%	16,35%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos, e organização e exploração de espectáculos.	PT Multimedia (45%)	25,90%	25,90%
Turismo da Samba (Tusal), S.A.R.L.	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (30%)	17,27%	17,27%

(a) Empresa liquidada durante o primeiro semestre de 2004.

V. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			2004	2003	Efectiva
Avista ^(a)	São Paulo	Gestão de participações.	Brasilcel (100%)	50,00%	—
Brasilcel, N.V.	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50,00%)	50,00%	50,00%
Celular CRT Participações, S.A. ("Celular CRT Participações")	Porto Alegre	Exploração do serviço móvel celular.	TBS (28,04%) Brasilcel (24,45%) Avista (15,84%)	34,16%	25,30%
Global Telecom, S.A.	Curitiba	Exploração do serviço móvel celular.	TCP (100%)	32,56%	32,56%
Iberoleste Participações, S.A. ("Iberoleste") ^(b)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	—	50,00%	
Intertelecom, Ltda. ("Intertelecom") ^(c)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	—	50,00%	
Portelcom Fixa, S.A. ("Portelcom Fixa") ^(b)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	—	50,00%	
Portelcom Participações, S.A. ("Portelcom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (39,85%)	50,00%	50,00%
Ptelecom Brasil, S.A. ("Ptelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Sudeste Celular Participações, S.A. ("Sudeste Celular")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	44,75%
Tagilo Participações, Lda. ("Tagilo")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
TBS Celular Participações, S.A. ("TBS")	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	Brasilcel (73,27%); Sudeste Celular (22,99%)	48,13%	48,13%
Tele Sudeste Celular Participações, S.A. ("Tele Sudeste")	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel celular.	Brasilcel (51,61%) Sudeste (24,27%) Tagilo (10,80%) Avista (4,207%)	45,44%	41,94%
Tele Leste Celular Participações, S.A. ("Tele Leste")	Bahia	Exploração do serviço móvel celular.	Avista (22,73%) Sudestecel (22,08%) Brasilcel (3,37%) Tagilo (2,41%)	25,29%	13,85%
Telesp Celular Participações, S.A. ("TCP")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (57,26%) Portelcom (7,86%)	32,56%	32,56%
Telesp Celular, S.A. ("Telesp Celular")	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	TCP (100%)	32,56%	32,56%
Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. ("TCO")	Brasília	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	TCP (51,42%)	16,74%	9,40%

(a) Em Outubro de 2004 foi constituída a Avista com um capital social de 616 milhões de reais integralmente subscrito pela Brasilcel.

(b) Empresa incorporada pela Sudeste Celular Participações no decorrer de 2004.

(c) Empresa incorporada pela Ptelecom Brasil no decorrer de 2004.

VI. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			2004	2003	Efectiva
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	Concepção, implementação e exploração de soluções nos domínios das tecnologias de informação aplicadas a canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros.	PT Prime (10%) PT Multimedia (5%) PT SI (5%)	17,87%	17,87%
Harii – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A. ("Harii") ^(a)	Timor	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (11,26%)	—	11,26%

(a) Empresa alienada no exercício de 2004.

VII. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o exercício de 2004 verificaram-se as seguintes alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

a) Aquisições

No decorrer do primeiro semestre de 2004, foram adquiridas em bolsa 1,6 milhões de acções da Media Capital, SGPS, S.A., pelo valor de 6 960 000 euros, ao preço por acção de 4,35 euros representativas de 1,93% do capital daquela empresa (Nota 27.b)).

No primeiro semestre de 2004, a PT Conteúdos adquiriu, à RTP, 250 mil acções representativas de 16,67% do capital da Sport TV pelo valor de 22 126 657 euros. Em 31 de Dezembro de 2004, a PT Conteúdos detém 750 mil acções daquela empresa, correspondentes a 50% do respectivo capital (Nota 10).

No decurso do primeiro semestre de 2004, a Portugal Telecom reforçou a sua participação na Previsão para 78,12% através da aquisição de acções a diversas entidades. O custo total desta operação, que se traduziu na aquisição de 325 920 acções, ascendeu a 2 147 561 euros.

Em Maio de 2004, a Brasilcel adquiriu 10,5% do capital da Sudeste Celular pelo montante de 20 654 210 euros, pelo que passou a deter 100% desta empresa.

Em Maio de 2004, a Global Notícias adquiriu duas quotas da empresa Ocasião, cujo custo ascendeu a 4 756 279 euros, tendo gerado um goodwill de 4 763 278 euros nesta aquisição (Nota 10). Em 31 de Dezembro de 2004 a Global Notícias detém 99,98% do capital desta empresa.

No decurso do segundo semestre de 2004, a Global Notícias reforçou a sua participação na Naveprinter de 38,47% para 90,98%, através da aquisição de 393 846 acções pelo valor de 5 milhões de euros.

No decorrer do segundo semestre de 2004 a PT Multimedia adquiriu os restantes 50% da Diverfun, passando a deter 100% do seu capital.

Em Outubro de 2004, a TCP adquiriu por \$R 902 milhões 22,1% do capital da TCO tendo aumentado a sua participação para 51,4%, excluindo as obrigações de tesouro.

Em 8 de Outubro de 2004, a Avista (Nota 14.b)) concluiu a oferta pública de aquisição sobre o capital da Tele Sudeste, Tele Leste e CRT. A Brasilcel pagou um montante global de aproximadamente \$R 607 milhões pela operação, tendo adquirido uma participação naquelas empresas de 4,2%, 22,7% e 15,8%, respectivamente.

No decurso do exercício de 2004, a Portugal Telecom reforçou a sua participação Web-Lab, SGPS, S.A. para 90% através da aquisição de acções a diversas entidades.

b) Constituições

Em Março de 2004 foi constituída a PT Prestações com um capital social de 50 000 euros, integralmente subscrito pela PT Comunicações. Esta empresa tem como funções a aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.

Em Março de 2004 foi constituída a PT II, com um capital social de 1 000 000 euros, integralmente subscrito pela Portugal Telecom. Esta empresa tem como funções prestar serviços de assessoria empresarial, consultoria, administração e gestão empresarial, no que se refere aos negócios internacionais do Grupo PT.

Em Outubro de 2004 foi criada uma nova holding, Avista, com o intuito de adquirir novas participações nas subsidiárias da Brasilcel. Esta companhia tem um capital social de BRL 616 milhões e foi totalmente subscrito pela Brasilcel (Nota 14.a)).

c) Alienações

Em 28 de Agosto de 2004 o Banco1.net foi alienado ao Unibanco e Estrel pelo valor de BRL 14 071 780, tendo obtido uma mais-valia de aproximadamente BRL 4 milhões.

No decorrer do segundo semestre de 2004 foi concluída com sucesso a venda da Mascom Wireless, pelo montante de 45 672 309 euros, tendo obtido uma mais-valia de aproximadamente 22 milhões de euros.

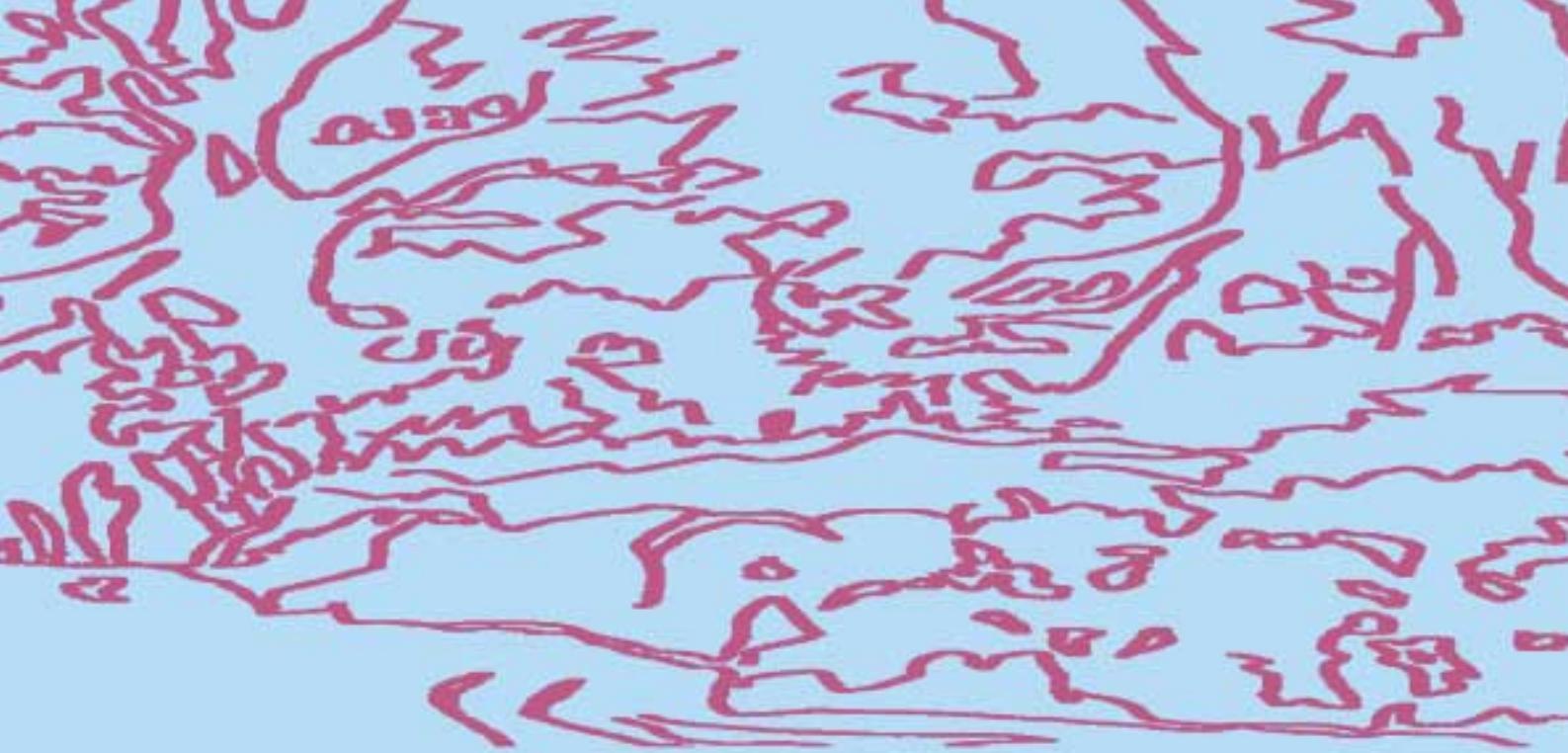
d) Outras situações

Na sequência de escritura realizada a 29 de Dezembro de 2004, a PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A., aumentou o seu capital social de 50 000 euros para 204 479 365 euros, por incorporação da TV Cabo Portugal e da PT Conteúdos.

Em Outubro de 2004 ocorreu a fusão da Warner Lusomundo na Lusomundo Cinemas, com transferência global do seu património e consequente extinção da Warner Lusomundo.

Em Dezembro de 2004 ocorreu a fusão da empresa Iberoleste e Portelcom Fixa na Sudeste Celular. Na mesma data a empresa Intertelcom foi fundida na Ptelecom Brasil.

No segundo semestre de 2004 ocorreu a fusão por incorporação da Telepac, Saber & Lazer, EJV, Vox Pop e Foliver na PT.COM.



Documentos de Certificação de Contas

- 154 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
155 Certificação Legal das Contas Consolidadas
156 Relatório de Auditoria

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração e aos senhores Accionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

O Conselho Fiscal da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), de acordo com as disposições legais e estatutárias, apresenta o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004. No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu-se mensalmente e acompanhou a evolução da actividade do Grupo Portugal Telecom ("Grupo PT"), nomeadamente, participando nas reuniões do Conselho de Administração. Verificámos o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido tanto do Conselho de Administração como da Comissão Executiva, assim como dos responsáveis por diversas áreas corporativas da Empresa, todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar.

Procedemos, também, ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das conclusões dos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa e dos Auditores Externos do Grupo PT, tendo ainda realizado diversas reuniões com a Comissão de Auditoria que integra o Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou atentamente as deliberações do Conselho de Administração, nomeadamente quanto à redefinição das funções da Comissão de Auditoria, face ao estabelecido no Sarbanes-Oxley Act, e à definição das medidas a tomar pelo Grupo PT ao nível do desenvolvimento de um projecto de controlo interno que visam sobretudo garantir a conformidade com as políticas definidas, assegurar a fiabilidade da informação financeira e minimizar a ocorrência de fraudes. Sublinhamos com agrado que, durante o ano de 2004, prosseguiu com determinação o grande esforço de preparação da Empresa para satisfazer, a partir de 2005, as exigências regulatórias, nomeadamente de "full compliance" com a lei Sarbanes-Oxley (requisitos da Secção 404).

No exercício das nossas funções, examinámos o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, bem como o Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada, para o exercício findo naquela data.

Como evidenciado no Relatório de Gestão, correspondente à actividade consolidada, o ano de 2004 foi caracterizado por uma política orientada

para a retenção de clientes e a criação de novas oportunidades de receitas, fruto da capacidade de inovação do Grupo PT, nomeadamente nos negócios da telefonia fixa, da multimédia e da telefonia móvel. Em 2004 manteve-se uma política de racionalização de custos e controlo dos investimentos, num mercado concorrencial e num quadro macroeconómico que, não obstante ter sido favorável, se revelou de elevada incerteza. O Grupo PT continuou a revelar um grande dinamismo e a manter uma posição de liderança na generalidade dos sectores de actividade e dos mercados em que opera, consolidando efectivamente algumas dessas posições, como seja o caso do Negócio Móvel e da Banda Larga em Portugal.

Neste quadro, entendemos ser de salientar a performance do Grupo PT no ano em apreço, nomeadamente o crescimento verificado tanto nos proveitos como nos resultados operacionais do Grupo, de 4,3% e 4,2%, respectivamente, e o crescimento do EBITDA de 2,6%. Para esta evolução contribuiu, nomeadamente, o efeito combinado do desempenho da TMN e da PTM, assim como a estabilização do negócio da rede fixa.

O resultado consolidado líquido do exercício fixou-se em cerca de 500,1 milhões de euros, o que face ao ano anterior representa um crescimento de 108,2%, para o que contribuíram, nomeadamente, o decréscimo dos custos extraordinários com o plano de redução de efectivos, que passaram de 314 milhões de euros em 2003 para 171 milhões de euros em 2004, bem como do custo relativo ao imposto sobre o rendimento, que passou de 377 milhões de euros em 2003 para 176 milhões de euros em 2004, conforme explicado em detalhe no Relatório de Gestão.

Sublinhamos que a remuneração proporcionada aos accionistas em 2004 se concretizou por um aumento do dividendo por acção em 38%, para 22 céntimos, bem como pelo programa de share buyback.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. como empresa consolidante, nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, e que nos aspectos essenciais foram seguidas as normas de consolidação de contas constantes do Anexo I deste Decreto-Lei.

As Notas 1, 5 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 explicitam em mapas de suporte, respectivamente, as empresas do Grupo que foram incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método porporcional

e as empresas associadas que foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9.

A Nota 2 do mencionado Anexo às demonstrações financeiras consolidadas explicita, em mapa detalhado, as empresas excluídas da consolidação, bem como os motivos da sua exclusão.

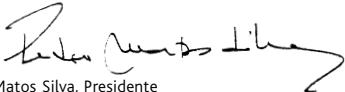
As análises que levámos a cabo foram suportadas do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas Consolidadas anexa ao presente, bem como pelo Relatório dos Auditores Externos do Grupo PT, documentos que foram emitidos sem quaisquer reservas.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas acima referidas e o Relatório de Gestão Consolidado do Conselho de Administração satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

Deseja-se ainda expressar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e aos Serviços o apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções de fiscalização e pela forma como foi conduzida a gestão dos negócios.

Lisboa, 10 de Março de 2005.

O Conselho Fiscal



Pedro Matos Silva, Presidente



Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, Vogal



Ascenção, Gomes, Cruz & Associado – SROC, Vogal representada por Mário João de Matos Gomes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2004 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. E Subsidiárias ("Grupo Portugal Telecom" ou "Grupo PT"), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de balanço de 12 963 409 160 euros e um total de capital próprio de 2 704 777 172 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício de 500 125 395 euros), as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno adequados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2004, e o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade tal com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

7. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente objecto do nosso exame e a nossa correspondente Certificação Legal das Contas, datada de 5 de Março de 2004, foi emitida sem reservas.

Lisboa, 3 de Março de 2005

Ascenção, Gomes, Cruz & Associado – S.R.O.C., representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

DELOITTE

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 12 963 409 160 euros e capitais próprios de 2 704 777 172 euros, incluindo um resultado líquido de 500 125 395 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidade

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto

das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre

se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo I acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 3 de Março de 2005.


Deloitte & Associados, SROC, S.A.
representada por Manuel Maria Reis Boto



**Relatório
de Governo
da Sociedade**

0.	ESTRUTURA E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	158	4.	ACCIONISTAS E PERFORMANCE	172
0.1.	Estrutura	158	4.1	Estrutura e influência accionista	172
0.2.	Declaração de Conformidade	160	4.2	Relacionamento com accionistas	173
1.	EVOLUÇÃO RECENTE	162	4.3	Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição	173
2.	ESTRUTURA ORGANIZATIVA	163	4.4	Evolução da cotação das acções	174
3.	ÓRGÃOS SOCIAIS	165	4.5	Política de distribuição de dividendos e programa de share buyback	175
3.1	Assembleia Geral de Accionistas	165	4.5.1	Distribuição de dividendos	175
3.1.1	Composição e modo de funcionamento	165	4.5.2	Programa de share buyback	175
3.1.2	Participação e exercício do direito de voto	165	5.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	176
3.1.3	Principais competências da Assembleia Geral	166	5.1	Política de remuneração do órgão de Administração	176
3.1.4	Comissão de vencimentos	166	5.2	Atribuição de acções	176
3.1.5	Deliberações da Assembleia Geral anual de 2004	166	6.	GESTÃO DE RISCO	177
3.2	Conselho de Administração	167	6.1	Principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo PT	177
3.2.1	Competências e Responsabilidades	167	6.2	Controlo interno	178
3.2.2	Composição e modo de funcionamento	167	7.	TRANSPARÊNCIA	179
3.2.3	Delimitação de competências entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva	168	7.1	Ética	179
3.2.4	Comissões internas	168	7.2	Independência	179
3.2.5	Lista de funções desempenhadas por membros do Conselho de Administração noutras empresas	169	7.3	Conflitos de interesse	181
3.3	Comissão Executiva	169	7.4	Auditores externos	181
3.3.1	Responsabilidades	170	8.	RELAÇÃO COM INVESTIDORES	182
3.3.2	Composição e modo de funcionamento	170	9.	ANEXO	183
3.4	Conselho Fiscal	171			

0. ESTRUTURA E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

0.1 Estrutura

O conteúdo do presente relatório obedece ao estabelecido no Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, com as alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, embora, por razões de clareza expositiva, com sequência e numeração parcialmente diferentes. A correspondência entre os pontos do referido Anexo e os do presente relatório é dada pelo quadro abaixo.

Correspondência entre o regulamento CMVM	Capítulo
0. Declaração de Cumprimento	0
CAPÍTULO I. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
1. Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial.	2
2. Lista das comissões específicas criadas na sociedade (por exemplo, comissão de ética e comissão de avaliação de estrutura e governo societários) com indicação da sua composição, incluindo indicação dos administradores considerados, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, como independentes que as integram, e das suas atribuições.	3.4
3. Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade.	6
4. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente: a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) o anúncio de resultados; c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.	4.4
5. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.	4.5
6. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente na justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e ao preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, as características das acções atribuídas, existência de incentivos para a aquisição de acções e/ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e/ou modificação do plano.	5.1
7. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro lado, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.	7.3
8. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar com alusão a: a) funções do gabinete; b) tipo de informação disponibilizada pelo gabinete; c) vias de acesso ao gabinete; d) sítio da sociedade na internet; e) identificação do representante para as relações com o mercado.	8
9. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao terceiro grau, inclusive.	3.4.4 e 5.1
10. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) serviços de revisão legal de contas; b) outros serviços de garantia de fiabilidade; c) serviços de consultoria fiscal; d) outros serviços que não de revisão legal de contas. Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor. Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio de 2002.	7.4

Correspondência entre o regulamento CMVM	Capítulo
CAPÍTULO II. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS	
1. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, nomeadamente aquelas que afastem o exercício do direito de voto por correspondência.	3.1
2. Existência de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.	3.1
3. Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.	3.1
4. Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.	3.1
5. Exigência de prazo que medeie a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.	3.1
6. Número de acções a que corresponde um voto.	3.1
CAPÍTULO III. REGRAS SOCIETÁRIAS	
1. Referência sobre a existência dos códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos, assim como descrição sumária ou indicação sobre a forma de acesso, pelos investidores, aos referidos códigos de conduta ou regulamentos internos.	7.1
2. Descrição dos procedimentos internos adoptados, se for o caso, para o controlo do risco na actividade da sociedade, designadamente a existência de unidades orgânicas dedicadas à auditoria interna e/ou à gestão de riscos.	6
3. Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição, devendo descrever-se sumariamente pelo menos as seguintes: limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de algum accionista e acordos parassociais, se conhecidos pela sociedade.	4.3
CAPÍTULO IV. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
1. A caracterização do órgão de administração, designadamente no que respeita a: a) identidade de membros que compõem o órgão de administração, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos, e os membros independentes dos não independentes; b) funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.	3.2 e 7.2
2. Referência à eventual existência de uma comissão executiva ou de outras comissões com competência em matéria de gestão, identificando, designadamente, os poderes e competências atribuídos a essas comissões e a sua composição, incluindo indicação dos administradores considerados, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, como independentes que integram essas comissões.	3.3
3. Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração, indicando-se nomeadamente: a) delimitação de competências entre o Presidente do órgão de administração e o Presidente da comissão executiva, caso exista; b) lista de matérias vedadas à comissão executiva, se existente; c) informação aos membros do órgão de administração relativamente às matérias tratadas e decisões tomadas pela comissão executiva, caso exista; d) lista de incompatibilidades definida internamente pelo órgão de administração e número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, caso existam; e) número de reuniões do órgão de administração durante o exercício em causa.	3.2 e 3.3
4. Descrição da política de remuneração, incluindo designadamente os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade.	5.1
5. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração, distinguindo os administradores executivos dos não executivos e distinguindo a parte fixa e a parte variável da remuneração. No cálculo da remuneração auferida pelos administradores da sociedade devem ser incluídos os montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	5.1

0.2 Declaração de conformidade

Em consonância com o estabelecido no Regulamento n.º 7/2001 da CMVM, regista-se que a PT, com a única excepção adiante referida (e considerando as propostas de alteração estatutária submetidas pelo Conselho de Administração a aprovação pela Assembleia Geral Anual de 2005), adopta na íntegra as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, designadamente:

- ▶ Recomendação 1 (Contacto com os investidores)
- ▶ Recomendação 2 (Exercício do direito de voto)
- ▶ Recomendação 3 (Sistema de controlo interno)
- ▶ Recomendação 4 (Medidas defensivas contra ofertas públicas de aquisição)
- ▶ Recomendação 5 (Composição do órgão de administração)
- ▶ Recomendação 6 (Independência do órgão de administração)
- ▶ Recomendação 7 (Comissões de controlo internas)
- ▶ Recomendação 8 – 1.^a parte (Remuneração do órgão de administração)
- ▶ Recomendação 9 (Independência da comissão de remuneração)
- ▶ Recomendação 10 (Planos de atribuição de acções).

Relativamente àquelas recomendações da CMVM, com efeito, a PT apenas entende não ser de seguir a parte final da Recomendação 8, no que respeita à discriminação individualizada da remuneração dos administradores, por considerar que tal opção não consubstancia a mais correcta visão e enquadramento desta matéria.

A PT considera, na verdade, que é importante a divulgação aos accionistas de informação sobre o valor global das remunerações pagas aos membros do órgão de administração, e, em especial, à equipa de gestão da empresa corporizada na sua Comissão Executiva, pelo que divulga esta informação no ponto 5.1 deste relatório.

Uma vez, porém, que os órgãos de administração das sociedades comerciais em Portugal se regem pelos princípios de colegialidade e de solidariedade (que se traduz, entre outros aspectos, na imposição legal de responsabilidade solidária) crê-se não fazer sentido discriminhar as remunerações pagas individualmente a cada um dos membros dos órgãos de administração.

Conforme, aliás, estudos internacionais têm reconhecido, as vantagens apontadas ao acréscimo de disclosure têm contrapartida na susceptibilidade de custos também acrescidos, sendo salientado que, além dos riscos de vulnerabilidade e permeabilidade do debate sobre remunerações à influência de considerações de outra índole (vg, políticas, sociais e de exposição mediática) que os desvirtuam, a divulgação pública das remunerações individualizadas dos membros dos órgãos sociais, comporta o risco, à luz dos interesses dos accionistas, de retirar flexibilidade e eficácia quer ao Presidente da Comissão Executiva na distribuição da remuneração pela sua equipa de gestão, quer à linearidade e conformidade ao interesse social do próprio processo de fixação das remunerações, podendo, entre outros aspectos, enviesar a apreciação de certas formas de remuneração em confronto com outras.

Deste modo, a PT, discordando e não adoptando a divulgação individualizada das remunerações dos membros dos órgãos sociais, mantém a posição de considerar que a análise, por parte dos accionistas, do desempenho da administração da empresa deve ser feita colegialmente, competindo ao Presidente do Conselho de Administração, em primeiro lugar, bem como ao Presidente da Comissão Executiva, analisar os desempenhos individuais de cada administrador, cabendo à Comissão de Vencimentos a análise da adequação da sua remuneração individual.

Relativamente às recomendações da CMVM adoptadas, o quadro seguinte ilustra resumidamente os principais aspectos relevantes:

SÍNTESSE DE ASPECTOS DE ADOPÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

Recomendação CMVM	Medidas de adopção
I – Divulgação de Informação 1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.	Existência e desenvolvimento dos seguintes canais de comunicação com os investidores: ► Direcção de Relação com os Investidores (cfr. ponto 8 deste relatório); ► Website de acesso irrestrito.
II – Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas 2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) A imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral superior a 5 dias úteis; b) Qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) A imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) A não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.	► Não imposição de restrições estatutárias ao voto por correspondência; ► Não imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; ► Disponibilização de boletins para exercício do direito de voto por correspondência (no website, por entrega física ou envio postal, pela DRI, à solicitação do accionista); ► Prazo de bloqueio das acções para participação em Assembleia Geral não exceder os cinco dias úteis; ► Possibilidade de uso de meios electrónicos para exercício do direito de voto; ► Voto por representação admitido sem quaisquer restrições, sendo o seu exercício facilitado pela colaboração que a DRI presta a todos os accionistas interessados.
III – Regras Societárias 3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparéncia do seu governo societário. 4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	► Adopção de um sistema desenvolvido, articulado e eficiente de controlo interno, com o objectivo de detectar e mitigar os riscos inerentes à actividade da sociedade (cfr. ponto 6.2 deste relatório). ► Inexistência nos estatutos da sociedade de medidas que impeçam o êxito de ofertas públicas de aquisição; ► Inexistência de cláusulas defensivas cujo efeito provoque uma erosão automática no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração (sem prejuízo de cláusulas usuais de alteração de controlo sem carácter defensivo, destinadas à protecção de contrapartes em termos conformes às práticas internacionais).
IV – Órgão de administração 5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exercam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis. 6. O órgão de administração deve incluir pelo menos um membro que não esteja associado a grupos de interesses específicos, por forma a maximizar a prossecução dos interesses da sociedade.	► Orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis pelo órgão de administração (cfr. ponto 3.2 deste relatório); ► Distinção dos cargos de Presidente do órgão de administração e Presidente da Comissão Executiva; ► Separação e articulação das funções de controlo e supervisão relativamente à função de administração e gestão, através da existência de administradores com funções executivas e não executivas. ► Composição do órgão de administração fundamentalmente por membros não associados a grupos de interesses específicos, (cfr. pontos 3.2 e 7.2 deste relatório); ► Avaliação permanente pelo Conselho de Administração da independência dos administradores.
7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.	Existência de Comissão de Governança nomeadamente com funções de: ► Avaliação da estrutura do governo societário do Grupo PT; ► Revisão e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário; ► Prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.
8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.	► Divulgação anual dos valores globais da remuneração atribuída aos membros do órgão de administração, discriminando quer a componente fixa e outra variável, quer as remunerações dos administradores executivos e não executivos (cfr. ponto 5.1 deste relatório).
9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	► Fixação das remunerações dos órgãos sociais por Comissão de Vencimentos eleita pelos accionistas, composta maioritariamente por membros independentes do órgão de administração e sem qualquer administrador executivo.
10. A proposta submetida à Assembleia Geral relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou a trabalhadores deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. O regulamento do plano, se já estiver disponível, deve acompanhar a proposta.	► Submissão dos elementos necessários para uma avaliação correcta do plano relativamente a todas as propostas de aprovação de planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções submetidas à Assembleia Geral.

1. EVOLUÇÃO RECENTE

O Grupo PT tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assumir como uma das suas principais preocupações a criação de uma estrutura de Governo Societário alinhada com as melhores práticas internacionais e nacionais, dando resposta às necessidades de transparência e qualidade das suas práticas internas e da informação que é divulgada aos investidores, aos mercados financeiros e às autoridades de supervisão.

Durante o ano 2004 foram consolidadas e desenvolvidas as medidas que nos dois anos anteriores haviam sido deliberadas pelo Conselho de Administração do Grupo PT para este efeito.

Na verdade, em 2002 foram adoptadas as linhas gerais deste modelo, integrando medidas de fundo, como a separação das funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva. Visou-se, por essa via, assegurar uma maior separação entre as funções de supervisão e controlo e a função de gestão executiva corrente, bem como tornar a Comissão Executiva da PT mais operacional, reforçando a sua intervenção nas decisões-chave, e integrando os quadros das segundas linhas no debate das questões críticas. Concomitantemente, visava-se garantir o melhor envolvimento do Conselho de Administração no acompanhamento e supervisão orientadora das questões estratégicas. Ainda em 2002, em conformidade com a adopção nos Estados Unidos da América do Sarbanes-Oxley Act, a que o Grupo PT se encontra parcialmente sujeito, por ter valores admitidos à negociação na bolsa de valores de Nova Iorque (nyse), foi iniciado um processo de adopção de medidas de fundo ao nível do governo societário, através da criação de uma Comissão de Auditoria, esforço prosseguido em 2004 com as seguintes acções:

- ▶ Redefinição das funções da Comissão de Auditoria;
- ▶ Identificação do perfil adequado para os membros da Comissão de Auditoria, face ao estabelecido no Sarbanes-Oxley Act;
- ▶ Definição do relacionamento entre a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, face ao estabelecido na legislação portuguesa e no Sarbanes-Oxley Act;
- ▶ Definição das medidas a tomar pelo Grupo PT ao nível do sistema de controlo interno.

Adicionalmente, foram criadas em 2002 a Comissão de Governo Societário e a Comissão de Estratégia, e foi deliberada a adopção e divulgação do Código de Ética do Grupo PT, que veio codificar e explicitar as normas de conduta e os valores que deverão servir de orientação a todos os colaboradores do Grupo PT.

Ainda no âmbito do novo modelo de governo societário, foram aprovados em 2003 os novos estatutos e regras de funcionamento da Comissão de Auditoria, em conformidade com as regras da nyse, aplicáveis ao Grupo PT a partir de 2005. Adicionalmente, foram estabelecidas regras de pré-aprovação de serviços vedados aos auditores externos, de acordo com regras emitidas pela Securities and Exchange Commission (SEC), de modo a garantir a necessária independência de todas as presilações de serviços a realizar por aquela entidade ou entidades relacionadas.

Já em 2004 a Comissão de Auditoria procedeu à consulta e contratação de auditores externos para o biénio 2004-2005, e acompanhou o desenvolvimento e execução do Programa de Controlo Interno em curso, para além das suas normais actividades de supervisão das funções de Auditoria.

O ano de 2004 ficou, também, marcado pela reestruturação da Comissão de Governo Societário, agora denominada Comissão de Governança, bem como pela definição e estabelecimento por esta entidade do Código de Ética para Financial Officers, reforçando o Código de Ética, existente desde 2002, no que respeita às particularidades inerentes às funções de preparação e reporte de informação para o mercado.

Ainda no início de 2004, o Grupo PT sofreu uma reorganização geral da estrutura e organograma funcional de gestão, a qual se traduziu na criação do núcleo de Negócios Internacionais, abrangendo actividades no exterior que anteriormente estavam alocadas aos núcleos Negócio Fixo e Negócio Móvel, conforme melhor descrito no ponto 2 do presente relatório. Esta alteração visou, sobretudo, enfocar as actividades das empresas do Grupo PT no serviço ao cliente e, simultaneamente, reforçar a supervisão e coordenação dos negócios fora do território nacional.

No presente relatório, o Conselho de Administração da PT procura evidenciar os aspectos mais significativos do governo societário do Grupo PT, em consonância com o previsto no Regulamento CMVM n.º 7/2001.

Está em estudo a criação de uma Comissão de Sustentabilidade que visa garantir que a sustentabilidade empresarial é integrante e coerente com a estratégia do Grupo.

Por último, está igualmente em análise a criação de um Conselho de Stakeholders através de uma redefinição do âmbito e responsabilidades do Conselho Consultivo.

2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A Portugal Telecom encontra-se estruturada por linhas de negócio, correspondentes a 5 grandes núcleos: Negócio Fixo em Portugal, Negócio Móvel em Portugal (TMN), Negócios Multimédia (PT Multimedia), Negócios Internacionais que incluem a Vivo (a joint-venture com a Telefónica Móviles para negócios móveis no Brasil) e, finalmente, as Empresas Instrumentais. As Unidades de Negócio são coordenadas pela Holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do Centro Corporativo. O reporte das empresas participadas é funcional e não hierárquico, sendo possível desta forma uma articulação efectiva.



A nível nacional, a orientação estratégica consuma-se em quatro vectores:

- ▶ Na gestão de redes, o Grupo tem por objectivo avançar de forma decisiva na captura de sinergias operacionais entre empresas;
- ▶ No segmento “Pessoal”, continuação de uma aposta inequívoca no negócio móvel que se assumirá cada vez mais como o meio principal de oferta de serviços de voz e dados personalizados para o indivíduo;
- ▶ No segmento “Residencial e SoHo” (Small offices, Home Offices), avançar no sentido de um maior enfoque no desenvolvimento da oferta de voz, banda larga e vídeo;
- ▶ No segmento “Empresarial”, apostar cada vez mais na emergência de ofertas de soluções integradas empresariais (voz e dados; fixo, móvel e sistemas).

A nível internacional, a orientação estratégica consubstancia-se num papel ainda mais activo do Grupo no desenvolvimento da posição dos mercados móveis de eleição, nomeadamente no Brasil, onde os principais desafios da Vivo consistem na manutenção de uma liderança de mercado rentável e na concretização do potencial de melhorias resultante da integração operacional, e na continuação de exploração de oportunidades de crescimento no Norte de África, África Lusófona e outras geografias.

As designadas empresas instrumentais continuam orientadas para processos transversais ao Grupo PT: empresas do Grupo e para o Grupo.

A PT, enquanto holding do Grupo PT, é responsável pela definição de políticas e pela normalização e harmonização de processos, que permitam garantir a execução das orientações estratégicas definidas pelos órgãos de gestão.

Assim, cada linha de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, orientados por uma política comum, sob a coordenação de um Sistema de Planeamento e Controlo Corporativo.

O Centro Corporativo está orientado para a coordenação dos diversos negócios, reportando à Comissão Executiva da PT e sendo composto pelas seguintes Direcções:

Conselho de Administração

Comissão Executiva > Secretaria-Geral

CENTRO CORPORATIVO

Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva

- ▶ Regulação
- ▶ Concorrência
- ▶ Comunicação
- ▶ Auditoria Interna
- ▶ Relações Institucionais
- ▶ Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente
- ▶ Segurança

Zeinal Bava
Administrador Executivo

- ▶ Reporte e Consolidação
- ▶ Finanças
- ▶ Relação com Investidores

Carlos Vasconcellos Cruz
Administrador Executivo

- ▶ Activos Humanos
- ▶ Gestão de Formação e do Conhecimento

Paulo Fernandes
Administrador Executivo

- ▶ Planeamento
- ▶ Controlo de Gestão
- ▶ Desenvolvimento de Negócios

Luis Sousa de Macedo
Secretário-Geral

- ▶ Jurídica

As competências presentes no Centro Corporativo pretendem representar as necessidades funcionais do Grupo PT e das suas empresas participadas, sendo o reporte das empresas participadas funcional e não hierárquico, estabelecendo-se assim uma articulação efectiva. Sumariam-se seguidamente as unidades e respectivas competências do Centro Corporativo:

Secretaria-Geral > assegurar o apoio administrativo ao Conselho de Administração da PT e restantes órgãos sociais e garantir a sua comunicação com os diversos órgãos da empresa e instituições exteriores;

Regulação > acompanhar e influenciar o ambiente regulatório de forma a maximizar os negócios da PT e a explorar novas oportunidades, num contexto competitivo;

Concorrência > assegurar o apoio relativamente às questões de política e das regras de defesa de concorrência, com vista ao desenvolvimento de uma cultura de concorrência nas empresas do Grupo PT;

Comunicação > articular e coordenar a comunicação dentro do Grupo PT, no sentido da criação de um espírito de pertença motivador que se assuma como alavanca de criação de valor, bem como coordenar a comunicação institucional com os media;

Auditoria Interna > assegurar a avaliação da eficiência e eficácia dos sistemas de controlo interno das empresas da PT;

Relações Institucionais > assegurar a responsabilidade corporativa das relações com todos os organismos, com vista à melhoria da relação comercial e imagem do Grupo PT junto de clientes institucionais, através da avaliação das solicitações recebidas e sensibilidade local relativamente à concorrência.

Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente > desenvolver e executar um sistema de gestão que permita analisar de uma forma contínua os níveis de satisfação dos clientes do Grupo PT, bem como a qualidade dos serviços prestados;

Segurança > planear, organizar, dirigir, controlar e inspecionar as actividades de segurança no Grupo PT.

Reporte e Consolidação > assegurar um eficaz e eficiente processo de reporting financeiro do Grupo PT, bem como garantir o controlo interno para reporting financeiro adequado, operacional e mais eficiente;

Finanças > organizar e acompanhar as operações de mercado de capitais de dívida, gerir a exposição cambial e optimizar a utilização dos recursos financeiros do Grupo PT;

Relação com Investidores > assegurar o adequado relacionamento com a comunidade financeira (investidores, accionistas, analistas e entidades reguladoras do mercado), nomeadamente através da prestação de informação financeira e empresarial da PT e da organização de conferências e reuniões individuais com investidores financeiros, de forma a maximizar o valor accionista;

Activos Humanos > atrair, motivar, desenvolver e reter os melhores profissionais e garantir a existência de capacidades para desempenhar os postos críticos;

Gestão de Formação e do Conhecimento > garantir a optimização do conhecimento, das competências e do saber dentro do Grupo PT, através de uma gestão adequada da formação dos seus colaboradores;

Planeamento e Controlo de Gestão > assessorar a Comissão Executiva no estabelecimento dos objectivos estratégicos para as unidades de negócio do Grupo PT, conduzindo o processo de planeamento e orçamentação controlando o desempenho dos negócios e do plano, de modo a contribuir para o desenvolvimento e adequação do sistema de objectivos e incentivos do Grupo PT e assegurando o correcto desenvolvimento das iniciativas estratégicas e/ou estruturantes e reportando a situação dos negócios ao Conselho de Administração do Grupo PT;

Desenvolvimento de Negócios > apoiar a Comissão Executiva na tomada de decisões estratégicas de elevado impacto na performance e na configuração do Grupo, nomeadamente através da execução de projectos transversais e estruturantes, bem como direcionar, apoiar e promover o desenvolvimento dos negócios do Grupo PT;

Serviços Jurídicos > assegurar o apoio jurídico às operações da PT.

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

3.1 Assembleia Geral de accionistas

3.1.1 Composição e modo de funcionamento

A Assembleia Geral, órgão social do Grupo PT constituído pelos accionistas com direito de voto, reúne ordinariamente seja uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal, ou por Accionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

Actualmente a mesa da Assembleia Geral da PT, eleita em 4 de Abril de 2003, por um período de 3 anos, tem a seguinte composição:

PRESIDENTE: Armando Marques Guedes

VICE-PRESIDENTE: Miguel Galvão Teles

SECRETÁRIO: Luís Sousa de Macedo

3.1.2 Participação e exercício do direito de voto

Podem participar na Assembleia Geral da PT todos os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada 500 euros de capital (isto é, actualmente a cada 500 acções). Aos detentores de American Depository Receipts (ADR), representando cada ADR uma acção ordinária, são conferidos os mesmos direitos que aos detentores de acções ordinárias, a exercer por intermédio do respectivo representante.

Os accionistas detentores de uma participação no capital que não atinja o mínimo fixado poderão agrupar-se de forma a reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto, fazendo-se representar por um dos agrupados.

Para confirmação da titularidade dos direitos de voto, os estatutos exigem a comprovação (até cinco dias úteis antes da respectiva reunião, após aprovação da disposição estatutária proposta pelo Conselho de Administração) da inscrição das acções em conta de valores mobiliários escriturais.

Os accionistas podem participar directamente na Assembleia Geral ou nela fazer-se representar, nos mais amplos termos previstos pelo Código das Sociedades Comerciais, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta assinada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente

as devam acompanhar e os demais elementos de informação preparatória, são postos à disposição dos accionistas na sede social e em prazo não inferior aos 15 dias antecedentes à reunião. O conteúdo desses documentos é igualmente divulgado no website da sociedade.

Com vista a facilitar o acesso a estes documentos, especialmente aos accionistas estrangeiros, a Direcção de Relação com Investidores procede, mediante solicitação, ao envio dos mesmos por correio, fax ou correio electrónico.

Adicionalmente, o texto da convocatória da Assembleia Geral e o das propostas recebidas pela Mesa da Assembleia Geral com suficiente antecedência são disponibilizados no website da sociedade.

Não existem restrições relativas ao voto por correspondência, que pode incidir sobre todas as matérias legalmente admitidas. Os accionistas com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, através de declaração onde manifestem, de forma inequívoca, o sentido do seu voto em relação a cada um dos pontos da ordem do dia da Assembleia Geral. Para o efeito, existem boletins de voto à disposição dos accionistas na sede da sociedade, podendo também estes serem-lhes facultados por entrega em mão, por via postal ou por correio electrónico, ou ainda ser por eles obtidos através do website da sociedade.

As declarações de voto, acompanhadas dos elementos requeridos deverão ser inseridas em envelope fechado dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, apresentadas em mão na sede da sociedade, ou aí recebidas, através de correio registado, até 5 dias úteis antes da data da Assembleia Geral. Este prazo corresponde à recomendação da CMVM nesta matéria.

No que respeita ao exercício do voto por meios electrónicos, a PT foi pioneira na adopção destes meios para escrutínio e apuramento de resultados nas assembleias gerais, tendo já submetido à aprovação da Assembleia Geral anual de accionistas a proposta de alteração estatutária do Conselho de Administração, que permite sujeitar qualquer matéria constante da convocatória a votação por meios electrónicos.

O resultado das deliberações da Assembleia Geral é divulgado pela sociedade no seu website, bem como através da Direcção de Relação com os Investidores.

3.1.3 Principais competências da Assembleia Geral

-
- > Eleger o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia Geral
 - > Apreciar o relatório de gestão e as contas do exercício
 - > Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício, aumentos de capital, emissões de obrigações ou outros valores mobiliários, bem como autorizar parâmetros para deliberações sobre estas matérias ao Conselho de Administração
 - > Designar a Comissão de vencimentos
 - > Aprovar os objectivos gerais e os princípios fundamentais das políticas do Grupo PT sob proposta do Conselho de Administração
 - > Deliberar sobre os princípios gerais de participações em sociedades

3.1.4 Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos, eleita directamente pelos accionistas, tem por função fixar as remunerações dos titulares dos órgãos sociais da PT, sendo (em conformidade com as acima citadas Recomendações da Comissão Europeia, de 6 de Outubro de 2004) maioritariamente composta por membros independentes do órgão de administração e sem a presença de qualquer administrador executivo.

Com vista à consecução dessa tarefa, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia o desempenho dos administradores, numa base constante, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, reunindo sempre que necessário.

3.1.5 Deliberações da Assembleia Geral anual de 2004

A última Assembleia Geral anual de accionistas ocorreu no dia 2 de Abril de 2004, tendo sido deliberado o seguinte:

- Aprovação dos Relatórios de gestão, balanços e contas individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2003.
- Aprovação da aplicação do resultado líquido do exercício no montante de 240 218 936 euros nos seguintes termos:
 - 39 403 169 euros para a cobertura de resultados transitados negativos;
 - 10 040 788 euros para reserva legal;
 - 190 774 979 euros para distribuição de dividendos.
- Pagamento de dividendos no montante de 275 942 700 euros (190 774 979 euros provenientes do resultado líquido e 85 167 721 euros por utilização de reservas livres), correspondendo a um dividendo bruto de 0,22 euros por acção (ou ADR). O pagamento de dividendos ocorreu no dia 30 de Abril de 2004 (ex-date: 27 de Abril de 2004).
- Ratificação da cooptação dos administradores Pedro Sampaio Malan e Luís de Mello Champalimaud para completar o mandato 2003/2005, na sequência das renúncias de Israel Vainboim e de Luís Augusto da Silva.
- Autorização para aquisição e alienação de acções próprias (até 10% do capital social), bem como de obrigações e outros valores mobiliários próprios.
- Redução do capital social da PT no montante nominal até 125 428 500 euros, inserida no âmbito do programa de share buyback, através da extinção até de 125 428 500 acções próprias, representativas de 10% do capital social, e respectiva alteração dos estatutos da PT.
- Autorização para o Conselho de Administração emitir obrigações convertíveis, até ao limite de 600 milhões de euros. Neste domínio foi também aprovada a supressão de direito de preferência dos accionistas na subscrição das referidas obrigações.
- Autorização para o Conselho de Administração emitir obrigações e outros valores mobiliários até ao limite de 1,5 mil milhões de euros.

Os accionistas procederam ainda, nos termos da lei, à aprovação da actividade da administração e fiscalização da sociedade, tendo aprovado um voto de confiança ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, extensivo a todos os seus membros.

3.2 Conselho de Administração

3.2.1 Competências e responsabilidades

Compete ao Conselho de Administração a responsabilidade pela liderança global do Grupo PT e pela sua orientação estratégica geral, bem como pela execução das funções de gestão (através da Comissão Executiva) e de supervisão, competindo-lhe assegurar o equilíbrio entre os objectivos de médio e longo prazo e os de curto prazo, na prossecução dos interesses da sociedade e dos seus Accionistas.

As principais responsabilidades do Conselho de Administração incluem:

-
- > Gerir os negócios da sociedade e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência dos demais Orgãos Sociais.
 - > Nomear e fixar as atribuições da Comissão Executiva na gestão corrente da sociedade.
 - > Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as suas normas de funcionamento interno, nomeadamente através de Comissões específicas.
 - > Aprovar o plano estratégico e acompanhar a implementação do mesmo.
 - > Adquirir, vender, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre participações sociais, bens móveis e imóveis, de acordo com o deliberado em Assembleia Geral.
 - > Proceder por cooptação à substituição de Administradores que faltam definitivamente.
-

3.2.2 Composição e modo de funcionamento

O Conselho de Administração da PT é composto por um número ímpar de membros, entre 15 a 23, que são eleitos pelos accionistas em Assembleia Geral por maioria dos votos expressos.

Qualquer accionista, independentemente do capital detido, pode individualmente apresentar propostas para eleição do Conselho de Administração.

Por outro lado, e de acordo com a lei societária, um mínimo de accionistas representando pelo menos 10% do capital social que tenha votado vencido na eleição do Conselho de Administração pode designar um membro do órgão de administração.

O mandato dos administradores é de três anos, sendo o ano de eleição considerado um ano civil completo, e não existindo restrições quanto à reeleição de administradores.

Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos em nome individual por proposta conjunta apresentada por accionistas privados e pelo Estado na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, sem indicação de qualquer tipo de representação. O Conselho é constituído por profissionais com larga experiência, nomeadamente nas telecomunicações e no sector financeiro.

Durante o ano de 2004, tiveram lugar 14 reuniões do Conselho de Administração. Por regra, o Conselho de Administração reúne mensalmente, podendo, no entanto, reunir extraordinariamente nos termos previstos nos estatutos.

As reuniões do Conselho de Administração são convocadas pelo seu Presidente, ou em casos extraordinários, por dois Administradores ou pelo Conselho Fiscal. O quorum para a reunião do Conselho de Administração consiste numa maioria simples de administradores, podendo o seu Presidente, em casos de urgência, dispensar a presença dessa maioria, se esta estiver garantida através do voto por correspondência ou por procuração.

Os membros do Conselho de Administração possuem iguais direitos de voto e todas as suas deliberações são tomadas por maioria de votos, gozando o Presidente de voto de qualidade em caso de empate.

Actualmente o Conselho de Administração da PT é composto pelos seguintes administradores:

PRESIDENTE: Ernâni Rodrigues Lopes

VICE-PRESIDENTE: Miguel Horta e Costa

VOGAIS: Zeinal Bava | Carlos Vasconcellos Cruz | Iriarte Esteves | Paulo Fernandes | Joaquim Goes | Henrique Granadeiro | Jorge Tomé | Fernando Ulrich | Fernando Abril | António Viana Baptista | Luís de Mello Champalimaud | Patrick Monteiro de Barros | Jorge Bleck | Carlos Blanco de Morais | João Mello Franco | Gerald McGowan | Peter Golob | Nuno Silvério Marques | Thomaz Paes de Vasconcellos | Carlos Oliveira Cruz.

Os currículos dos Administradores em epígrafe encontram-se em anexo a este relatório.

3.2.3 Delimitação de competências entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva

Nos sistemas de administração unitários, predominantes em Portugal como em vários países da Europa, o Conselho de Administração é um órgão único, que aglutina no seu seio as funções de gestão dos negócios sociais e as funções de supervisão e vigilância, as quais, nos chamados sistemas dualistas, estão confiadas a órgãos distintos.

Para melhor assegurar o desempenho das suas funções, o Conselho de Administração da PT criou uma Comissão Executiva, delegando nela funções de gestão corrente e retendo as funções de supervisão e controlo.

No que concerne o papel presidencial, as responsabilidades de dirigir o Conselho de Administração e assumir a gestão executiva do Grupo são distintas. Nos termos dos estatutos e das normas de funcionamento do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva é o líder da equipa de gestão do Grupo PT, e como tal é responsável pela sua gestão operacional. Por seu lado, ao Presidente do Conselho de Administração estão confiadas importantes funções, nos termos da lei e dos estatutos, designadamente:

- ▶ Coordenar a actividade do Conselho de Administração e proceder à distribuição de matérias pelos Administradores, quando a isso aconselhem as conveniências da gestão;
- ▶ Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração;
- ▶ Zelar pelo correcto exercício de funções de vigilância e de controlo da actuação da Comissão Executiva, que cabem ao Conselho de Administração.

A Comissão Executiva presta, em cada reunião do Conselho de Administração ou sempre que se mostre necessário, informação aos restantes administradores dos factos mais relevantes relacionados com a execução dos poderes que lhe foram delegados, nomeadamente sobre a execução das políticas e opções estratégicas cujos objectivos gerais tenham sido definidos pelo Conselho de Administração, bem como sobre a execução dos planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais aprovados pelo mesmo órgão. A Comissão Executiva presta igualmente as informações adicionais relativas ao estado da gestão que o Conselho de Administração entenda solicitar, devendo proceder com diligência aos actos de execução relacionados com quaisquer indicações que o Conselho de Administração lhe transmita, em resultado das informações prestadas.

3.2.4 Comissões internas

Comissão de Governança

Por deliberação do Conselho de Administração de Julho de 2004 foi reestruturada a “Comissão de Governo”, redenominada “Comissão de Governança”. Incumbe a esta comissão prestar os contributos que lhe sejam solicitados pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva, designadamente no que diz respeito ao estudo, à preparação e ao aconselhamento do Conselho de Administração na adopção e revisão de normas e procedimentos internos relativos ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário, incluindo, no que diz respeito ao funcionamento e relacionamento interno do próprio Conselho, a sua articulação e relacionamento com a estrutura de gestão, os acionistas, outros stakeholders e o mercado, e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

A Comissão de Governança é integrada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e por um a três administradores designados pelo Conselho, que deverão ser maioritariamente administradores não executivos, podendo ainda dela fazer parte, ou a ela ser agregados, por deliberação do Conselho ou do seu Presidente, o Secretário Geral e outros quadros superiores da sociedade, bem como consultores externos. A Comissão reúne sempre que convocada pelo seu Presidente, e, em princípio, pelo menos uma vez em cada trimestre.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria, constituída no seio do Conselho de Administração, em linha com as exigências da legislação dos mercados dos Estados Unidos da América, em que os títulos da PT se encontram admitidos à negociação, tem como principais funções assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva (1) na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da sociedade, (2) na análise da habilitação e independência dos Auditores Externos, (3) na avaliação da qualidade, integridade, e eficácia do sistema de controlo interno, e (4) na supervisão dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos e pela Auditoria Interna Corporativa.

Adicionalmente – e na linha do acima mencionado princípio de concentração de estruturas – a Comissão de Auditoria agrupa funções de compliance, cabendo-lhe assegurar o cumprimento pela sociedade das disposições legais e regulamentares e das recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes, assegurando a definição e/ou execução de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a sociedade se encontra obrigada. Esta comissão reúne pelo menos uma vez em cada dois meses.

A criação da Comissão de Auditoria constituiu um passo importante para o reforço dos valores, atitudes e padrões de comportamento assentes no cumprimento de critérios éticos exigentes, criando uma base sólida de seriedade e confiança na relação com o exterior, os quais foram também consignados e dados a conhecer a toda a organização através do Código de Ética do Grupo PT.

Nos termos do art. 6.º, alínea f) dos Estatutos da Comissão de Auditoria, esta Comissão levou a cabo uma avaliação do desempenho da sua actividade no decurso do ano de 2004.

Comissão de Estratégia

A Comissão de Estratégia tem como principais funções: (i) debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo; (ii) pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes; (iii) estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo Presidente do Conselho de Administração e/ou Presidente da Comissão Executiva, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo de cada exercício. Esta comissão reúne trimestralmente.

3.2.5 Lista de funções desempenhadas por membros do conselho de administração noutras empresas

A lista dos cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração noutras sociedades consta do Anexo ao presente relatório.

3.3 Comissão Executiva

3.3.1 Responsabilidades

Nos termos dos estatutos e de acordo com o previsto na lei societária, a gestão corrente da PT cabe a uma Comissão Executiva, composta por 5 ou 7 Administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros igual direito de voto, e cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente.

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da empresa, atribuindo-lhe, sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas, todos os poderes necessários para o efeito, com excepção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- ▶ Cooptação de administradores;
- ▶ Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- ▶ Relatórios e contas anuais, a submeter à aprovação da Assembleia Geral;
- ▶ Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15.º dos estatutos da PT;
- ▶ Mudança de sede da sociedade;
- ▶ Projectos de cisão, fusão e transformação da sociedade, a propor à Assembleia Geral, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões, bem como os principais acordos de parceria estratégica que envolvam sociedades do Grupo PT;
- ▶ Projectos de aumentos de capital a propor à Assembleia Geral;
- ▶ Alterações estatutárias a propor à Assembleia Geral;
- ▶ Definição dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia Geral, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviços;
- ▶ Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade e modificações importantes na organização da empresa;
- ▶ Planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais;
- ▶ Definição do montante a propor anualmente à Assembleia Geral para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva.

3.3.2 Composição e modo de funcionamento

A Comissão Executiva fixa as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reúne extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente, por dois dos seus vogais ou pelo Conselho Fiscal. Para que funcione, é necessária a presença da maioria dos seus membros em exercício, que pode ser assegurada através do voto por correspondência ou por procuração.

Ao Presidente da Comissão Executiva compete coordenar a actividade da Comissão e proceder à distribuição de matérias pelos restantes membros, convocar e dirigir as reuniões da Comissão e zelar pela correcta execução das deliberações tomadas.

A Comissão Executiva é composta pelos seguintes administradores:

PRESIDENTE: **Miguel Horta e Costa**

VOGAIS: **Zeinal Bava | Carlos Vasconcellos Cruz | Iriarte Esteves | Paulo Fernandes**

No organograma seguinte apresenta-se a atribuição de responsabilidades aos membros da Comissão Executiva:

Comissão Executiva	Funções Corporativas	Funções Executivas
Miguel Horta e Costa Presidente	<ul style="list-style-type: none">► Secretaria-Geral► Estratégia► Auditoria Interna► Regulação► Concorrência► Relações Internacionais► Comunicação, Imagem, Patrocínios e Marca do Grupo PT► Responsabilidade Social► Segurança► Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente	PT Comunicações Lusomundo Media Fundação Portugal Telecom
Zeinal Bava Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none">► Relação com o Mercado Financeiro e de Capitais► Contabilidade, Consolidação e Reporting Financeiro► Tesouraria► Corporate Finance	PT Comunicações PT Multimédia TV Cabo PT PRO Previsão
Carlos Vasconcellos Cruz Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none">► Activos Humanos	PT Investimentos Internacionais Vivo PT Móveis Unitel CTM Médi Télecom PrimeSys CST Cabo Verde Telecom Directel Guiné Telecom Timor Telecom PT Ásia Outros negócios internacionais
Iriarte Esteves Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none">► Desenvolvimento de Tecnologia e Redes► Inovação	TMN PT Wi-Fi PT Comunicações PT Corporate PT Inovação
Paulo Fernandes Administrador Executivo	<ul style="list-style-type: none">► Planeamento e Controlo de Gestão► Sistemas de Informação► Desenvolvimento de Negócios► Imobiliário► Compras	PT Sistemas de Informação PT Compras PT ACS Simarc

3.3.3 Órgãos de apoio à Comissão Executiva

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a PT, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações. O Conselho Consultivo é presidido pelo Inspector-Geral Estanislau Mata Costa e inclui ainda as seguintes personalidades: Manuel Pinto Barbosa, Diogo Lucena, Aníbal Santos, José Manuel Neves Adelino, José Manuel Tribolet, João Confraria, Luís Todo Bom e Luís Nazaré.

Disclosure Committee

De modo a dar apoio à Comissão Executiva no processo de divulgação de informação aos mercados foi constituído o Disclosure Committee. Este órgão tem como objectivo assegurar a qualidade e fiabilidade da informação divulgada aos mercados financeiros e garantir o cumprimento de todos os requisitos regulamentares nacionais e internacionais respeitantes a esta matéria.

Assim, compete a esta comissão aprovar e executar os procedimentos e controlos necessários para assegurar que a divulgação de informação pela Portugal Telecom aos accionistas e investidores: (i) cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis, (ii) é exacta, completa e realizada atempadamente e (iii) representa com fiabilidade a situação financeira e os resultados das operações do Grupo em todos os aspectos materialmente relevantes para o adequado conhecimento sobre a sua condição e performance financeira.

Os procedimentos e controlos de divulgação acima referidos são aplicáveis à divulgação da seguinte informação:

- Relatórios registados na SEC (Form 20-F) e CMVM, incluindo os Relatórios e Contas Anuais e Semestrais;
- Press releases de divulgação dos resultados trimestrais, semestrais e anuais e Factos Relevantes;
- Comunicações e apresentações de informações financeiras relevantes efectuadas em roadshows, palestras, conferências e eventos similares, junto a analistas, investidores e accionistas;

- Divulgações no website da Portugal Telecom, da SEC e CMVM. A comissão de divulgação de informação é composta pelo Luís Sousa de Macedo (Presidente) – Secretário Geral da PT; Francisco Nunes (Director de Reporte e Consolidação e Chief Accounting Officer); Carlos Cruz (Director de Finanças); Nuno Prego (Director de Relação com Investidores); Miguel Amaro (Director de Auditoria Interna) e Miguel Chambel (Director de Planeamento e Controlo).

3.4 Conselho Fiscal

Nomeado em 4 de Abril de 2003 e tendo em consideração a necessidade de fiscalização de acordo com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, a Portugal Telecom dispõe de um Conselho Fiscal composto pelos seguintes elementos:

PRESIDENTE: **Pedro Matos Silva**

VOGAL: **Gonçalo Vaz Botelho**

VOGAL: **Ascenção, Gomes, Cruz & Associado – SROC**

representada por **Mário Gomes**

VOGAL SUPLENTE: **José Vieira dos Reis**

De acordo com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cabe ao Conselho Fiscal:

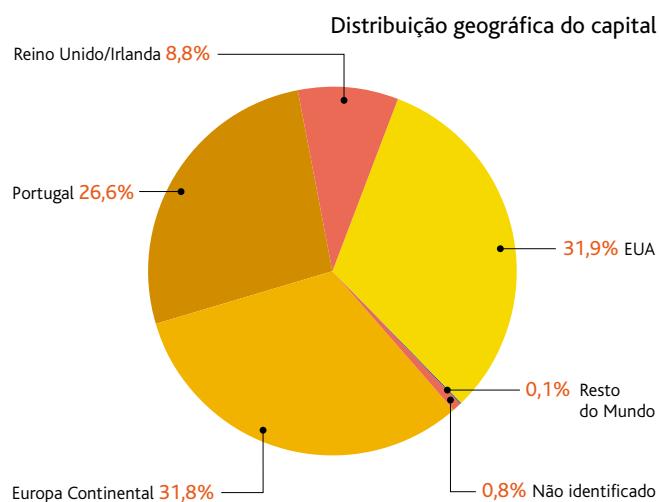
- a) Fiscalizar a administração da sociedade;
- b) Vigiar a observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) Verificar, quando julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exactidão do balanço e da demonstração de resultados;
- f) Verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- g) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

4. ACCIONISTAS E PERFORMANCE

4.1 Estrutura e influência accionista

A PT é, quer na escala do seu mercado de origem quer também internacionalmente, uma empresa de dimensão relevante, representando a maior capitalização bolsista da Euronext Lisbon (10,6 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004 ou 10,7 mil milhões de euros em 2 de Março de 2005) e tendo as suas acções, representadas sob a forma de American Depository Receipts (ADR), admitidas à cotação na Bolsa de Nova Iorque. Os ADR constituem certificados representativos de acções emitidas por sociedades com sede fora dos Estados Unidos da América (Foreign Issuers) mas depositadas junto de um intermediário financeiro deste país. Os ADR conferem aos seus titulares o direito ao pagamento de dividendo nos mesmos termos que os títulos originais. Cada certificado de ADR representa um certo número de ads (American Depository Shares), os quais, por sua vez, correspondem aos instrumentos efectivamente transaccionados em mercado, emitidos pelo depositário no âmbito do contrato de depósito respectivo. No caso da PT, cada ads representa uma acção ordinária.

A estrutura accionista da PT é caracterizada por uma acentuada dispersão, não havendo nenhum accionista com mais de 10% do capital social, e existindo apenas oito accionistas que controlam participações superiores a 2% desse capital, existindo um peso significativo de accionistas institucionais nacionais e internacionais, conforme se vê nos seguintes quadros de participações qualificadas e distribuição geográfica (reportados a 31 de Dezembro de 2004):



Instituição	N.º de Acções	% Capital
Telefónica	113 085 650	9,7%
Grupo Banco Espírito Santo	107 593 232	9,2%
Brandes Investment Partners	83 572 177	7,2%
Capital Group Companies	63 193 870	5,4%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	57 875 682	5,0%
Grupo Banco Português de Investimento	28 741 615	2,5%
Cinveste	28 338 141	2,4%
Grupo Fidelity	23 592 185	2,0%
Telexpress*	23 000 000	2,0%

* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

A influência de qualquer um destes accionistas na sociedade é balanceada e proporcionada, sendo a presença de elementos com eles relacionados no órgão de administração muito limitada, num órgão sem funções executivas. Não existem factores que apontem para qualquer tendencial concentração de posições accionistas ou para o exercício desproporcionado de influência por parte de qualquer grupo accionista.

O segmento executivo do órgão de administração da empresa é exclusivamente profissional, não detendo posições significativas no capital social, e não existindo relacionamentos externos dos administradores executivos com accionistas relevantes, susceptíveis de influenciar o controlo accionista, conforme descrito no ponto 3.3 deste relatório.

As participações cruzadas detidas pela sociedade em accionistas seus são muito reduzidas, circunscrevendo-se àquelas que resultam de acordos de parceria estratégica com três dos accionistas, de acordo com o descrito no ponto 7.3 deste relatório.

A participação do único accionista que detém algum tipo de poder de voto, o Estado Português, sendo muito reduzida quantitativamente (500 acções), representa, em si mesma, um factor de ligação e proximidade a um dos mais importantes centros de relacionamento da actividade da empresa, pelo que se traduz num elemento positivo para o interesse dos accionistas, não existindo sinal algum de que possa vir a ocasionar actos divergentes dos melhores interesses e do valor accionista. O poder de voto deste accionista é, aliás, limitado e essencialmente de natureza protectora e não incidente sobre matéria de gestão, conforme se descreve no ponto 4.3 deste relatório.

No que diz respeito às minorias accionistas, a protecção contra a diluição do valor das suas posições é assegurada pela forte envolvente legislativa e regulatória, bem como pela presença e supervisão activa, no órgão de administração da PT, de um número expressivo de administradores independentes.

4.2 Relacionamento com accionistas

Tal como imposto pela lei societária, a realização das assembleias gerais é publicitada com 30 dias de antecedência, no jornal oficial e imprensa diária, sendo a convocatória também afixada no website da PT. O conteúdo de todas as propostas a apresentar pelo órgão de administração é colocado à disposição dos accionistas pelo menos 15 dias antes da realização da assembleia, sendo igualmente disponibilizado no website da PT.

Ainda no website da empresa são publicadas informações e explicações acerca da ordem do dia e modos de participação dos accionistas em Assembleia Geral, directamente, por meio de representante, ou mediante voto por correspondência, sendo igualmente objecto de divulgação pela Direcção de Relação com os Investidores.

Não há diferenciação entre o voto em Assembleia Geral exercido presencialmente, por representante ou por correspondência. Todos os accionistas habilitados a participar na Assembleia Geral gozam do direito de aí intervir, apresentar propostas e colocar questões ao órgão de administração.

Não há classes diferentes de acções ordinárias. Todas as acções ordinárias têm igual poder de voto (sendo, porém, a contagem de votos limitada a 10% do capital social, com o correspondente acréscimo do poder de voto das minorias).

As acções da Categoria A, detidas na totalidade pelo Estado Português, conferem direito de voto em determinadas matérias, o qual é, contudo, limitado e essencialmente de natureza protectora, conforme descrito no ponto 4.3 deste relatório.

A PT tem uma política de dividendos clara, que é explicitada nos estatutos em termos de percentagem mínima, e que é publicamente anunciada, com antecedência, pelo Conselho de Administração.

O direito dos accionistas de eleger os administradores e fixar as respectivas remunerações (ou de eleger a comissão que proceda à sua fixação) exerce-se por maioria simples, não estando sujeito a maiorias agravadas ou outras dificuldades de exercício.

Os titulares de American Depository Receipts (ADR) ou de interesses em contas de valores mobiliários globais podem expressar o seu voto através de indicação do sentido de voto ao respectivo representante, o qual é autorizado a segregar os votos e a votar em sentidos diversos, de acordo com as instruções recebidas dos titulares beneficiários.

As minorias accionistas podem proceder à convocação de assembleias, aditar a ordem do dia e eleger membros para o órgão de administração, nos termos da lei e dos estatutos da sociedade.

4.3 Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

A PT não adoptou medidas de defesa contra ofertas públicas de aquisição. Descrevem-se, no entanto, seguidamente, as medidas existentes que, sendo susceptíveis de ter incidência neste âmbito, correspondem à enumeração do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (na sua actual redacção).

De acordo com o artigo 13.º dos estatutos da sociedade, não serão contados os votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam 10% da totalidade do capital.

Esta disposição, que traduz intrinsecamente – e surgiu historicamente em diversos países da Europa – como medida de ampliação da democracia accionista (reduzindo o poder de voto dos maiores accionistas e ampliando correspondentemente o poder de voto das minorias), é também normalmente entendida como susceptível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição, sendo certo, porém, que ao possível efeito de diminuição da frequência de ofertas públicas (uma vez que a obtenção de controlo requer patamares mais elevados de participação accionista) não deve deixar de ser contraposto o efeito de incentivo à melhoria das condições de atratividade das ofertas públicas, já que só níveis mais elevados de adesão pelos destinatários permitem alcançar limiares de controlo.

O relativo desfavor com que, por vezes, em anos recentes, se considerou este tipo de disposições, está hoje em larga medida ultrapassado, como se vê pelo facto de a 13.ª Directiva da União Europeia, recentemente aprovada, ter contemplado um regime marcadamente opcional, no que diz respeito à sua neutralização em caso de ofertas públicas de aquisição.

Por outro lado, para além das acções ordinárias, o capital social da PT está também representado por 500 acções de Categoria A, as quais são detidas pelo Estado e conferem direitos especiais, resultantes do estabelecido no artigo 14.º, n.º 2, e no artigo 19.º, n.º 2 dos estatutos da sociedade.

Nos termos destas disposições, as matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

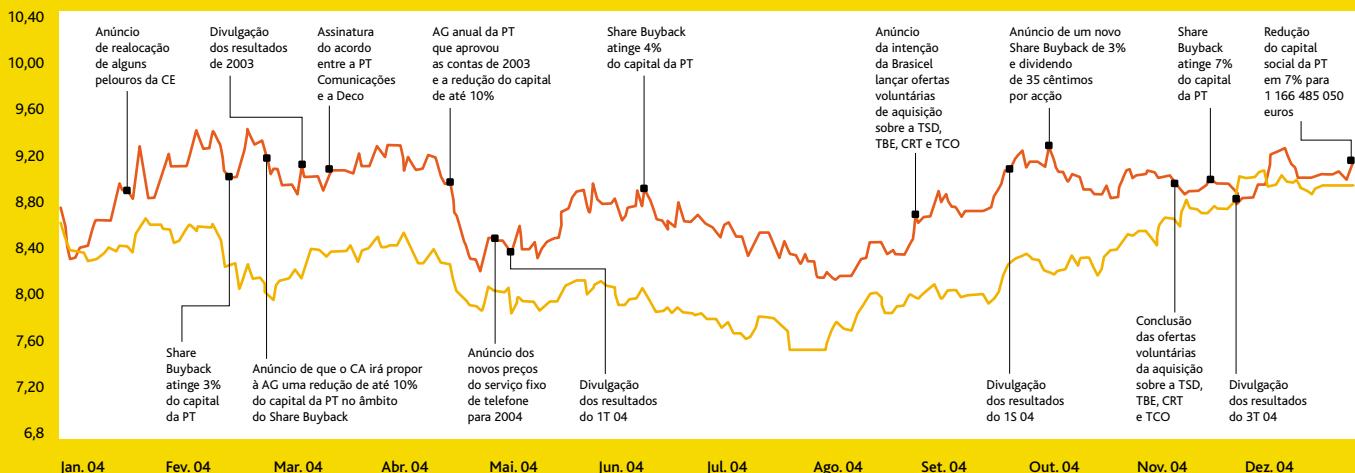
- Eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos membros do Conselho Fiscal;
- Aplicação de resultados do exercício, sendo, no entanto apenas aplicável em relação à aprovação de dividendos em percentagem superior ao mínimo de 40% dos lucros distribuíveis, fixado na alínea b) do artigo 30.º dos estatutos;
- Quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direitos de preferência e a fixação, nos termos do artigo 4.º n.os 3 e 4 dos estatutos, de parâmetros para aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, a fixação do valor daquelas que o Conselho de Administração pode autorizar, nos termos do artigo 8.º n.º 3 dos estatutos, bem como sobre a limitação ou supressão do direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções e a fixação, nos termos do artigo 8.º n.os 3 e 4 dos estatutos, de parâmetros para emissões a aprovar pelo Conselho de Administração de obrigações desta natureza;

- Autorização para criar e manter em qualquer ponto do território nacional, ou fora dele, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação, bem como a autorização para deslocar a sua sede dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe;
- Autorização da Assembleia Geral para que os accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT, sejam titulares de acções ordinárias representativas de mais de dez por cento do capital social da empresa;
- Aprovação dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas da empresa;
- Definição dos princípios gerais de política de participações em sociedades, nos termos do artigo 3.º n.º 2 dos estatutos, e deliberação sobre as respectivas aquisições e alienações, nos casos em que aqueles princípios as condicionem à prévia autorização da Assembleia Geral;
- Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração. Não existem limites à transmissibilidade de acções, e a sociedade não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais.

4.4 Evolução da cotação das acções

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução da cotação das acções da PT ao longo de 2004, identificando-se sumariamente os factos mais relevantes da actividade da empresa durante o exercício.

O sector das telecomunicações apresentou uma performance favorável no ano de 2004, tendo registado uma subida de 11,9%. Na Euronext, o índice PSI-20 observou em 2004 um acréscimo de 12,6%, enquanto que as acções da PT registaram uma subida de 14%, em overperformance face ao sector, tendo fechado o ano a 9,10 euros.



Performance PT vs. DJ Telecom Europe em 2004

PT ■ DJ Telecom Europe ■

4.5 Política de distribuição de dividendos e programa de share buyback

4.5.1 Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da PT tem uma política de distribuição de dividendos que considera as oportunidades de negócio do Grupo PT, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios, tendo em consideração o custo e oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da PT, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da sociedade. De acordo com os estatutos da sociedade, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT¹ deverão ser distribuídos aos accionistas sob a forma de dividendos, sem prejuízo de a Assembleia Geral, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, poder deliberar no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição. A maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A é necessária para deliberar a distribuição de dividendos que excedam 40% dos resultados líquidos distribuíveis.

Os dividendos brutos por acção, referentes aos últimos três exercícios, foram os seguintes:

	valores expressos em euros
2003	0,22
2002	0,16
2001	0,10

No que respeita aos dividendos relativos a 2004, a Comissão Executiva do Grupo PT anunciou em 14 de Setembro de 2004 que irá propor ao Conselho de Administração a submissão à Assembleia Geral anual de Accionistas de uma proposta de distribuição de dividendos relativos a este exercício, no montante de 0,35 euros por acção, sujeita às condições de mercado e à situação financeira da empresa nessa data.

4.5.2 Programa de share buyback

Foi aprovado na Assembleia Geral de 2004 um programa de share buyback que compreende a aquisição de acções próprias representativas de até 10% do capital da PT. Este programa encontra-se presentemente em fase de conclusão, preservando e respeitando a sua estrutura um princípio de neutralidade, não apenas no que respeita a quaisquer interferências na estrutura accionista, mas também no que se refere aos impactos sobre as condições de preço e regras de funcionamento de mercado. Adicionalmente, este programa observa integralmente as recomendações da CMVM nesta matéria, sendo de salientar as orientações seguintes:

- (a) Abstenção de aquisição em momentos sensíveis de negociação, nomeadamente na abertura e fecho de sessão de bolsa e em momentos próximos da divulgação de resultados ou de outros factos relevantes;
- (b) Contrapartida financeira obedecendo aos parâmetros aprovados pela Assembleia Geral, ou seja, limite mínimo e máximo de 15% relativamente à cotação mais baixa e média, respectivamente, nas 5 sessões imediatamente anteriores à data de aquisição ou constituição do direito de aquisição das acções, sem prejuízo dos instrumentos financeiros contratados, dos termos de emissão de títulos convertíveis ou permutáveis, ou de contratos celebrados com relação a tais conversões ou permutas;
- (c) Possibilidade de recurso a instrumentos derivados, designadamente para agilizar ou completar o programa de share buyback, desde que com aquisição originária em bolsa aos accionistas.

A prossecução e ampliação deste programa, proposto pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Anual de 2005, contempla ainda a observância do Regulamento (ce) n.º 2273/2003 da Comissão, de 22 de Dezembro de 2003.

¹ Calculados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, após dedução de prejuízos transitados, e dotação de 5% para a reserva legal, até esta atingir 20% do capital social.

5. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

5.1 Política de remuneração do órgão de administração

A Comissão de Vencimentos, é, por delegação dos accionistas, o órgão societário responsável pelo estabelecimento da política de remuneração dos Administradores e pela definição dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração. Esta comissão, directamente eleita pelos accionistas, composta maioritariamente por personalidades independentes, não integra qualquer administrador executivo, não existindo influência destes no processo de fixação das remunerações pela Comissão de Vencimentos, a qual pode fazer recurso a assessores externos especializados.

A Comissão de Vencimentos é composta pelos seguintes membros:

Armando Manuel Marques Guedes (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Augusto Athayde d'Albergaria

João Manuel de Mello Franco (Administrador não Executivo)

A proposta e escolha dos membros que integram a comissão de vencimentos tem subjacente uma cuidadosa ponderação, tendo em vista a garantia de isenção e melhor prossecução dos interesses da sociedade, razão pela qual, salvo o referido administrador não executivo, nenhum dos membros designados presta qualquer outro tipo de serviços ao Grupo PT, ou tem qualquer ligação familiar com membros do órgão de administração por via de casamento, parentesco ou afinidade em linha recta até ao terceiro grau, assegurando-se, por este meio, a estrita observância dos critérios de independência de acordo com a recomendação da CMVM.

A sociedade proporciona aos membros da Comissão de Vencimentos permanente acesso, a expensas da sociedade, a consultores externos especializados em diversas áreas, sempre que a Comissão o necessite.

A remuneração dos Administradores da PT, determinada pela Comissão de Vencimentos, toma em consideração a performance do Conselho de Administração como um todo, a performance do Grupo PT, e benchmarks com outras empresas de dimensão e negócio similar. A remuneração do Presidente do Conselho de Administração e dos Administradores Executivos é composta por uma vertente fixa e por outra variável. A remuneração dos restantes Administradores não Executivos inclui apenas uma componente fixa. O valor da remuneração fixa dos Administradores foi determinado com base num estudo

de benchmark, levado a efeito por uma empresa internacional de consultoria de Recursos Humanos. Neste estudo foram analisadas empresas integrantes dos índices PSI 20, IBEX 35, DJ Eurostoxx 50, CAC 40 bem como companhias europeias de telecomunicações comparáveis à PT. A determinação da remuneração variável, a atribuir por conta da performance de 2004, tem em consideração a análise de cinco indicadores: a) Receitas consolidadas; b) EBITDA; c) EBITDA-CAPEX; d) Lucro líquido antes de curtailment e d) Rácio do "Total Shareholder Return" da PT pelo "Total Shareholder Return" do DJ Stoxx 600 Telecom, sendo o "Total Shareholder Return" o somatório da variação do preço da acção com o valor dos dividendos por acção.

Conforme descrito acima, a PT procura alinhar os interesses da gestão com os interesses da sociedade e dos accionistas, sendo que, para tal, a remuneração variável dos Administradores está dependente da sua performance e da capacidade de atingir determinados objectivos que concorram para os objectivos estratégicos do Grupo PT.

As remunerações variáveis atribuídas ao Presidente do Conselho de Administração e aos membros da Comissão Executiva não incluem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções. Os restantes Administradores não Executivos não auferem de qualquer remuneração variável.

Em 2004, as remunerações fixas e variáveis auferidas pelos Administradores Executivos e não Executivos foram as seguintes:

	valores expressos em milhares de euros		
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Total
Administradores Executivos	3 279	3 185	6 464
Administradores não Executivos	2 024	665	2 689
	5 303	3 850	9 153

5.2 Atribuição de acções

Durante o exercício de 2004, tendo por base a deliberação da Assembleia Geral, e à semelhança do ocorrido em 2003, a Comissão Executiva da PT concedeu o direito de receber 45 acções aos colaboradores do Grupo que:

- Estivessem, em 2 de Abril de 2004, ligados por um contrato de trabalho a uma empresa do Grupo PT, sediada em Portugal, cuja gestão pertença ao Grupo PT.
- Tenham prestado trabalho efectivo durante o ano de 2003, com duração mínima de 9 ou 6 meses, consoante as diferentes situações particulares.

► Não tenham revelado uma performance inadequada na empresa onde tenham prestado serviço pelo período de maior duração em 2003.

► Tenham feito chegar aos serviços de Recursos Humanos, no fim do período de fidelização (30 de Agosto de 2004), uma declaração de aceitação da atribuição proposta.

Foi deliberada a atribuição de um prémio de 5 acções adicionais aos colaboradores que comprovem a manutenção das 50 acções atribuídas em 2003 até ao dia 7 de Julho de 2004. Esta atribuição respeita o regime fiscal aplicável e as obrigações associadas a esta distribuição foram divulgadas no website da empresa.

6. GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos é assegurada pela PT com base numa identificação e prioritzação prévia de riscos críticos, sendo posteriormente desenvolvidas estratégias de gestão de risco e implementados os controlos considerados adequados à redução do risco para um nível aceitável.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral;
- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis;
- A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- Os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e racional;
- O valor accionista é maximizado e
- A gestão operacional tomou as medidas necessárias para corrigir aspectos reportados anteriormente.

A gestão dos riscos de negócio assume cada vez maior importância, atendendo ao contexto de globalização e elevado dinamismo que, hoje em dia, caracteriza o meio em que se desenvolvem as actividades das várias áreas de negócio da PT.

A gestão de riscos é assegurada pelas diversas Unidades do Centro Corporativo, Unidades de Negócio e Unidades de Serviço, as quais, com base numa identificação e prioritzação prévia de riscos críticos, desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementarem os controlos considerados adequados e que assegurem a redução do risco para um nível aceitável.

Atendendo a que a gestão de riscos de negócio é uma responsabilidade de todos os colaboradores, a PT tem vindo a desenvolver metodologias com vista a criar uma cultura de risk-awareness, que estabelece uma linguagem comum para identificar, prioritzar, avaliar e controlar os riscos críticos de negócio.

Os negócios do Grupo PT são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão, e outros que devem ser geridos pró-activamente, de forma a influenciar positivamente o desempenho do grupo. Estes afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos do grupo e, consequentemente, o valor accionista da empresa.

Os riscos de negócio são avaliados tendo em conta a probabilidade e impacto da sua ocorrência nos negócios do Grupo. Essa avaliação é feita pelas Comissões Executivas e Direcções das empresas do Grupo PT.

6.1 Principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo PT

- Regulação: assegurar o acompanhamento das alterações regulatórias, dadas as ameaças e oportunidades que representam para a posição competitiva do Grupo PT, nos negócios em que este está inserido. A gestão do risco de regulação está entregue à Direcção de Regulação da PT, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector, com impacto para o Grupo PT, emitidas por entidades nacionais e internacionais.
- Concorrência: potencial redução das receitas do serviço fixo em resultado do progressivo efeito de substituição Fixo-móvel, bem como pelo aumento da concorrência de outros operadores de rede fixa. A gestão deste risco é uma preocupação constante da Comissão Executiva da PT e suas empresas participadas, na procura de novos e melhores produtos e serviços que se revelem inovadores e representem valor face aos da concorrência, que permitam consolidar, junto do cliente final, a imagem do Grupo PT como líder pioneiro no mercado de telecomunicações.
- Evolução tecnológica: necessidade de investimentos em negócios cada vez mais concorrenenciais e com uma história recente de mudanças tecnológicas muito rápidas. O Grupo PT detém a PT Inovação, empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.

- Parcerias estratégicas: Assegurar alianças, joint-ventures, ou outro tipo de relações eficientes e eficazes que afectem de modo positivo a capacidade competitiva. A Comissão Executiva da PT e das restantes empresas participadas têm assumido papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.
 - Retenção de talentos: assegurar a capacidade de dispor das pessoas com as capacidades correctas, devidamente motivadas, nos lugares certos. A gestão deste risco está a cargo da Direcção de Activos Humanos da PT, que identifica os elementos-chave do Grupo PT para depois utilizar as estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.
 - Mercados financeiros: alteração dos rendimentos esperados de investimentos efectuados no exterior, em resultado de alteração de diversas variáveis, nomeadamente a taxa de juro e a taxa de câmbio. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direcção de Finanças. O Grupo PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e taxa de câmbio. A contratação de investimentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O “Fair Value” destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras.
 - Fiscalidade: evolução de legislação fiscal e eventuais interpretações da aplicação da regulamentação fiscal e parafiscal de formas diversas. A gestão deste risco está entregue à Direcção de Reporte e Consolidação da PT, que acompanha toda a regulamentação fiscal e aproveitamento de oportunidades de planeamento fiscal. Poderá este departamento ser apoiado por consultoria fiscal sempre que os temas em análise sejam mais críticos e, por isso, careçam de uma interpretação de uma entidade independente.
- Através da Comissão Executiva, o Conselho de Administração do Grupo PT procede à identificação e monitorização constante dos riscos de índole social, ambiental e ética, bem como o impacto destes riscos nos negócios do Grupo PT.

6.2 Controlo interno

De modo a dar resposta às exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, a PT tem vindo a desenvolver um projecto de Controlo Interno liderado pela Direcção de Reporte e Consolidação corporativa, que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, minimizar a ocorrência de fraude, e garantir que os riscos críticos identificados são controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Este projecto, alinhado com as melhores práticas internacionais e com as disposições do Sarbanes-Oxley Act, tem vindo a ser executado nas principais empresas participadas, estando determinada a sua implantação em todas as empresas do Grupo PT. O programa prevê não só a introdução de procedimentos de Controlo Interno como também a sua revisão, verificação e melhoria contínua. Trimestralmente, são avaliados os procedimentos e controlos de divulgação de informação (“disclosure controls and procedures”) no que respeita à sua adequação, eficiência e operacionalidade.

Em 2003, o Grupo PT implantou um modelo de certificações em cascata, que tem como objectivo garantir uma responsabilização dos principais intervenientes no processo de Reporting Financeiro e assenta em Certificações Anuais, Management Questionnaires e declarações de responsabilidade, preparadas com base em modelos definidos corporativamente e com periodicidades anuais, mensais e trimestrais, respectivamente. As referidas certificações visam responsabilizar os principais participantes no processo de divulgação de informação, incluindo CEO e CFO, de que toda a informação financeira e não financeira relevante foi reportada ao Centro Corporativo e se encontra correcta.

O Grupo PT dispõe de meios, nomeadamente uma Direcção de Auditoria Interna corporativa, que asseguram a supervisão da execução das políticas e procedimentos de controlo definidos.

7. TRANSPARÊNCIA

7.1 Ética

O Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de Dezembro de 2001, aplica-se a todos os colaboradores de modo a garantir um conjunto de padrões éticos comuns a todas as empresas do Grupo, sendo a sua actualização e implementação monitorizadas em permanência pela Comissão de Governança.

O Código explicita e formaliza padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do Grupo PT, consolidando as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre trabalhadores, outros colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT, sendo de salientar os aspectos seguintes:

- observância de um princípio de lealdade para com as empresas do Grupo, devendo os colaboradores empenhar-se na salvaguarda do seu prestígio e no cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis à actividade do Grupo, designadamente no que diz respeito à obrigação de sigilo relativamente a informação relevante que ainda não tenha sido tornada pública e que seja susceptível de poder influenciar as cotações bolsistas;
- dever de declarar situações de facto que ponham em causa a independência e isenção dos colaboradores no âmbito de processos de decisão, nomeadamente por envolverem directa ou indirectamente organizações com quem tenham colaborado ou pessoas a que estejam ligados por laços de parentesco ou afinidade. Os colaboradores devem também abster-se de exercer funções em entidades externas cujos objectivos possam colidir ou interferir com os objectivos das empresas do Grupo;
- cumprimento dos limites de tolerância ao risco definidos para o Grupo e objectivos orçamentais e a prossecução prioritária dos objectivos da empresa, utilização eficiente dos recursos e dever de conservação do património da empresa e de obtenção de sinergias dentro do Grupo;
- cumprimento escrupuloso e integral dos compromissos assumidos quanto à qualidade dos produtos, serviços ou garantias;
- sensibilização dos fornecedores e prestadores de serviços para o cumprimento de princípios éticos alinhados com os princípios e valores do Grupo Portugal Telecom;
- respeito das regras e critérios de mercado e concorrência, inviabilizando acordos de partilha ou de fixação de preços, e respeitando os direitos de propriedade material e intelectual;

► cumprimento, pelas sociedades do Grupo, do dever de informação dos accionistas minoritários, de modo a assegurar que todos os accionistas têm um tratamento justo e igualitário;

- dever de colaboração com as autoridades de supervisão e fiscalização, satisfazendo as solicitações que forem exigidas. O texto integral do Código de Ética do Grupo Portugal Telecom encontra-se disponível para consulta no website oficial da empresa (www.telecom.pt) e pode ser também disponibilizado através da Direcção de Relação com Investidores.

Em 2004, o Conselho de Administração do Grupo PT aprovou também o Código de Ética para Financial Officers, reforçando a importância das normas éticas específicas aplicáveis a todos os colaboradores do Grupo PT que estejam, directamente ou indirectamente, envolvidos na elaboração, análise e divulgação de demonstrações financeiras, press releases ou qualquer outra informação a divulgar aos mercados relacionada com alguma das entidades que integram o Grupo PT.

O Código de Ética para Financial Officers reforça os princípios de honestidade e responsabilidade e regula aspectos como o relato de conflitos de interesses, a competência, o sigilo profissional, o cumprimento das leis e a responsabilidade pela divulgação de informação, tendo o seu âmbito sido dado a conhecer a todos os colaboradores relevantes, mediante a assinatura anual de uma declaração de cumprimento, remetida ao Secretário-Geral do Grupo PT. Este Código encontra-se, igualmente, disponível no website da sociedade.

7.2 Independência

À luz dos critérios específicos de ausência de independência enumerados no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, todos os membros do Conselho de Administração da PT serão de se considerar independentes, com base nos seguintes pressupostos:

- (i) considerar-se, para este efeito, no que diz respeito à vinculação contratual com empresas concorrentes, a inexistência de vínculos decorrentes de funções de administração em corrente significativo no território nacional; e
- (ii) na qualificação de relações familiares com pessoas exercendo funções remuneradas no Grupo, ser adoptado o padrão uniformizador de não se excederem limites relevantes de remuneração a que o Grupo PT está sujeito noutras ordens jurídicas (designadamente o limiar aplicável nos termos das normas da NYSE, que não é excedido na situação existente).

Deve referir-se, no entanto, que esta orientação do Regulamento CMVM n.º 7/2001 (fixação de critérios rígidos de ausência de independência) se mostra hoje ultrapassada, não apenas pela orientação assumida no Reino Unido (versão revista do Combined Code de 2003), como também pelas recentes Recomendações da Comissão Europeia, de 6 de Outubro de 2004, as quais abdicaram de formulações rígidas remetendo antes ao próprio órgão de administração o dever e a responsabilidade de qualificar e aferir permanentemente a independência dos seus membros.

No que diz respeito à aferição de outras situações de associação a interesses específicos, a PT não se enquadra, inteiramente, em nenhuma das situações dicotómicas referidas em termos gerais pela CMVM no documento de apreciação da consulta pública do Regulamento 11/2003, ao referir que “o conceito de administrador independente tanto se adapta às sociedades com grande dispersão accionista, onde releva a independência perante a gestão, como às sociedades com estrutura de controlo caracterizada por grandes blocos accionistas, em que releva a independência perante os accionistas de referência”.

Assim, o Conselho de Administração, muito embora não tendo concluído relativamente a nenhum dos seus membros – que, como se disse, foram eleitos individualmente em lista conjunta – pela ausência das condições essenciais de autonomia de determinação e critério subjacentes ao conceito de independência, considerou, a benefício de maior transparência, de enumerar seguidamente: (i) as situações de detenção directa de participações qualificadas (iguais ou superiores a 2% do capital) ou exercício de funções de administração com accionistas detentores de participações qualificadas (ii) a integração na estrutura de gestão, e (iii) a existência de relações familiares relevantes com trabalhadores remunerados da sociedade.

Num sentido lato de associação a interesses específicos, os administradores referidos em (i) com participações ou poder de representação de accionistas qualificados poderão ser considerados não independentes. A indicação de relacionamento e distribuição por comissões existentes dos administradores da sociedade à data da elaboração do presente relatório são graficamente ilustradas pelo presente quadro:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Comissão Executiva	Comissão Estratégia	Comissão de Governo	Comissão de Auditoria	Relacionamento de Administradores
					(1) (2) (3) (4)
Ernâni Rodrigues Lopes Presidente do Conselho de Administração		○	○	○	
Miguel Horta e Costa Presidente da Comissão Executiva	○	○	○		○
Zeinal Bava	○	○			○
Carlos Vasconcellos Cruz	○	○			○
Iriarte Esteves	○	○			○ ○
Paulo Fernandes	○	○			○
Joaquim Goes		○			○
Henrique Granadeiro			○	○	
Carlos Oliveira Cruz		○			○
Jorge Tomé			○		○
Fernando Ulrich		○			○
Fernando Abrill					○
António Viana-Baptista		○			○
Luís de Mello Champalimaud					○
Patrick Monteiro de Barros		○			○
Jorge Bleck			○		○
Carlos Blanco de Moraes			○		○
João Mello Franco		○		○	○
Gerald McGowan					○
Peter Golob					○
Nuno Silvério Marques				○	○
Thomaz Paes de Vasconcellos			○		○

(1) Independência total de relacionamento. (2) Detenção de participações qualificadas ou exercício de funções de administração em accionistas detentores de participações qualificadas.

(3) Integração na estrutura de gestão. (4) Relação familiar relevante com colaboradores remunerados da sociedade ou do Grupo (embora inferior ao limite da NYSE).

Sem prejuízo das incompatibilidades que resultam da lei e das normas internas, designadamente do Código de Ética, não existem na sociedade, listas específicas de incompatibilidades, limites máximos de acumulação de cargos ou de idade.

7.3 Conflitos de interesse

Não foram celebrados negócios ou operações que sejam considerados significativos, em termos económicos, por quaisquer das partes envolvidas, entre a sociedade e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

A sociedade celebra, regularmente, operações e contratos de natureza financeira com diversas instituições de crédito que são titulares de participações qualificadas no seu capital, as quais, porém, são realizadas nos termos normais de mercado para operações similares.

Com duas destas instituições financeiras, o Banco Espírito Santo (BES) e a Caixa Geral de Depósitos (CGD), a PT celebrou, em Abril de 2000, um acordo de parceria estratégica para desenvolvimento de iniciativas no âmbito da chamada “nova economia”, na sequência do qual o BES aumentou a sua participação accionista na PT para 6% e a PT adquiriu 3% do capital social daquela instituição financeira.

Com o accionista Telefónica, o Grupo PT celebrou em 1997 um acordo de cooperação duradoura em investimentos internacionais, centrado, em particular, na América Latina e no negócio de comunicações móveis, na sequência do qual as duas sociedades adquiriram participações recíprocas de capital e membros do respectivo órgão executivo vieram a ser designados para integrar, em funções não executivas, o órgão de administração da contraparte.

Na sequência deste acordo, foi celebrado, em 23 de Janeiro de 2001, um pacto estratégico para criação de uma joint-venture, a qual se veio a concretizar em 17 de Outubro de 2002, quando as duas operadoras de telecomunicações constituíram a Brasilcel NV, com sede na Holanda, detida em 50% por cada uma das partes e gerida conjuntamente por igual número de membros designados por cada uma delas, para integração da totalidade dos activos detidos por ambas nos negócios móveis no Brasil, os quais foram efectivamente transferidos para a nova sociedade em 27 de Dezembro do mesmo ano, por duas subsidiárias de ambas as partes, respectivamente, a PT Móveis e a Telefónica Móviles.

Este acordo prevê que, em caso de alteração do controlo sobre qualquer uma das partes, a outra terá o direito de lhe vender a participação na joint-venture por valor determinado por avaliação independente, tendo ainda a PT o direito, em caso de diluição da sua posição accionista abaixo de certo limiar, de decidir a venda da sua participação à contraparte, igualmente por valor determinado por terceiros.

Esta joint-venture permitiu obter importantes sinergias, através das economias de escala decorrentes da sua dimensão, da aplicação das melhores práticas de ambos os grupos e do aproveitamento conjunto da posição de liderança comercial da PT e Telefónica Móviles no Brasil.

7.4 Auditores externos

De forma a salvaguardar a independência dos auditores externos, a Comissão de Auditoria, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela nomeação e contratação dos auditores externos, a cessação das suas funções e a pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos auditores externos. A Comissão de Auditoria é, ainda, responsável pela avaliação da independência e desempenho dos auditores.

A avaliação de independência referida acima, resulta da aplicação da regra emitida pela SEC, a 26 de Março de 2003, que define os 11 serviços vedados aos Auditores Externos. Deste modo, para todos os serviços que não sejam de Auditoria, a sociedade realiza uma análise de conflitos de interesses entre a prestação potencial de serviços e o trabalho de Auditoria realizado pelos Auditores Externos. Baseado nessa análise, a Comissão de Auditoria procede à emissão de um parecer, referindo a existência ou não existência de conflitos de interesses para a proposta de prestação de serviços a obter. Esta análise é sempre feita anteriormente à consulta ao mercado, de modo a que a actividade de negociação com os fornecedores seleccionados decorra de modo eficiente e sem quaisquer impedimentos.

Os auditores externos são entidades independentes e internacionalmente reputadas, sendo a sua acção estreitamente acompanhada e supervisionada pela Comissão de Auditoria. A PT não concede aos auditores externos qualquer protecção indemnizatória.

As remunerações pagas a empresas relacionadas com os auditores externos são significantemente inferiores às pagas a outros consultores externos.

Durante os exercícios de 2003 e 2004, as remunerações dos auditores externos do Grupo PT foram as seguintes¹:

	valores expressos em euros			
	2003	%	2004	%
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	893 900	19%	1 559 391	37%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	503 535	11%	436 133	10%
Serviços de consultoria fiscal	818 504	18%	443 141	10%
Outros serviços que não da revisão legal de contas e auditoria	2 445 741	52%	1 789 899	42%
Total	4 661 680	100%	4 228 564	100%

¹ Valores em euros e sem IVA.

Em 2004, os outros serviços prestados incluem essencialmente: (i) 1 189 090 euros referentes a um projecto de CRM na TMN, (ii) 195 470 euros referentes a um Projecto de revenue assurance na PT Comunicações, (iii) 130 809 euros referentes a serviços de formação na PT Multimedia, e (iv) 93 220 euros referentes a projectos no âmbito da licença de UMTS na TMN.

Em conformidade com as regras da SEC, A Comissão de Auditoria da Portugal Telecom no âmbito das suas responsabilidades, definiu as regras que estabelecem as limitações e restrições que o Grupo PT tem de cumprir na eventual intenção de contratação de actuais colaboradores pertencentes à empresa de auditores externos.

Assim, num período num período de referência de 1 ano a contar da data de conclusão da última Auditoria Externa às contas da PT:

- Estão sujeitas a pré-aprovação da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom todas as intenções de contratação de colaboradores provenientes da empresa de Auditores Externos, bem como de ex-colaboradores que tenham abandonado a empresa há menos de um ano da data de fecho da auditoria em que participaram.
- Estão proibidas as contratações, durante o período referido, de Sócios ou outros membros da equipa de auditoria externa que tenham tido um envolvimento superior a 10 horas de serviços de auditoria e que sejam convidados para desempenhar funções num cargo de supervisão do processo de financial reporting da Portugal Telecom, nomeadamente:
 - a) Chief Executive Officer da PT SGPS;
 - b) Chief Financial Officer da PT SGPS;
 - c) Chief Accounting Officer da PT SGPS;
 - d) Controller da PT SGPS;
 - e) Outros com um papel relevante na elaboração e/ou supervisão do processo de reporting financeiro da PT, desempenhado na PT SGPS ou em empresas participadas.

8. RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Em Março de 1995 foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar o adequado relacionamento com os accionistas, investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e, em particular, com as Bolsas de Valores onde estão admitidas à negociação acções da PT e respectivas entidades reguladoras (CMVM e a SEC).

A PT publica anualmente o seu relatório e contas, que inclui informação detalhada sobre a empresa e é preparado de acordo com a legislação societária e de mercado de capitais aplicável. Adicionalmente, é preparado um Relatório e Contas semestral, contendo informação mais sintética sobre a actividade do Grupo no semestre, e são preparados Press-releases de divulgação ao mercado de informação financeira trimestral.

A Direcção de Relação com Investidores divulga, imediata e publicamente, informação sobre factos relevantes ocorridos em relação à sua actividade ou títulos, à qual os accionistas podem aceder através do seu website (www.telecom.pt). Os accionistas podem igualmente aceder aos Relatórios e Contas e aos Press-releases através do website da PT.

É a seguinte a identificação e contactos do representante da PT para as relações com o mercado:

Nuno Prego

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa • Portugal
Tel: +(351) 21 500 1701
Fax: +(351) 21 500 0800
E-mail: nuno.prego@telecom.pt
Site: www.telecom.pt

A Direcção de Relação com Investidores dispõe de um call center ao qual se accede através de um número gratuito, pelo qual são prestados esclarecimentos aos investidores. O seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

No decurso do ano de 2004, a Direcção de Relação com Investidores recebeu cerca de 380 contactos com analistas e investidores dos quais 220 ocorreram em reuniões em road-shows, 90 em conferências e os restantes 70 nos escritórios da PT pessoalmente ou através de conference-calls.

9. ANEXO

Curriculum resumidos dos membros do Conselho de Administração

Membros da Comissão Executiva:

MIGUEL HORTA E COSTA

Português, 56 anos

Eleito pela primeira vez em 1995

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. desde 28 de Maio de 2002.

Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional S.A. desde Abril de 2004;

Presidente do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, S.A. desde Fevereiro de 2004;

Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, S.A. desde Janeiro de 2004;

Presidente do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, S.A. desde Janeiro de 2004;

Presidente do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde Junho de 2003;

Presidente do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. desde Maio de 2003;

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom desde Março de 2003;

Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, S.A. (ex-Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A.) desde Dezembro de 2002;

Presidente do Conselho de Administração da PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. desde Agosto de 2002;

Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A. desde Julho de 2002;

Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis, SGPS, S.A. e TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. desde Junho de 2002;

Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações, S.A. desde Maio de 2002;

Vice-Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. desde Abril de 2000 até Maio de 2002;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Investimentos, SGPS, S.A. desde 1999 até 22 de Junho de 2001;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações S.A. desde 1998 até Novembro de 2000;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. desde 2000 até 2002;

Membro do Conselho de Administração da Telesp Participações S.A. desde 1998 até Novembro de 2000;

Membro do Conselho de Administração da Telesp S.A. desde 1998 até Novembro de 2000;

Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A. desde 1998 até 2000;

Membro do Conselho de Administração da Telefónica, S.A. desde 1998;

Membro do Conselho de Administração da SIC, S.A. desde 1998 até 2000;

Membro do Conselho de Administração

da Aliança Atlântica Holdings desde 1997;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A. desde 1996 até 1997;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A. desde 1994 até 1995;

Membro não Executivo do Conselho de Administração da Portugália – Companhia de Transportes Aéreos, S.A. desde 1993;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Banco ESSI, S.A. desde 1992 até 1994;

Membro não Executivo do Conselho de Administração do BES Investimento, S.A. desde 1999;

Presidente do Conselho de Administração e Membro do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. desde 1991 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração da Euroges – Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S.A. desde 1991;

Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa desde 1990 até 1992;

Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa desde 1990 até 1994;

Secretário de Estado do Comércio Externo desde 1987 até 1990;

Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT e TLP desde 1984 até 1987;

Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A. desde 1982 até 1984;

Diretor-Geral dos CTT desde 1981 até 1982.

ZEINAL BAVA Português, 39 anos Eleito pela primeira vez em 2000 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Chief Financial Officer da Portugal Telecom, SGPS, S.A. desde 2000; Vice-Presidente executivo do Conselho de Administração da PT Comunicações, S.A. desde Janeiro de 2004; Presidente da Comissão Executiva da PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. desde Maio de 2003; Presidente do Conselho de Administração da TV Cabo Portugal, S.A. desde Março de 2004; Presidente do Conselho de Administração da PT Serviços de Gestão, S.A. (PT PRO) desde Fevereiro de 2003; Membro do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, S.A. desde Maio de 2003; Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. desde Março de 2003; Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, S.A. desde Abril de 2004; Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. desde Maio de 2003; Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde Junho de 2003; Membro do Conselho de Administração das Páginas Amarelas, S.A. desde Janeiro de 2004; Presidente do Conselho de Administração da PT Serviços de Gestão, S.A. desde Fevereiro de 2003; Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002; Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações S.A. desde 10 de Abril de 2001; Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A. desde Julho de 2002; Membro do Conselho de Administração da BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. desde Maio de 2001; Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, S.A. (antiga Portugal	Telecom Internacional, SGPS, S.A.) desde 2000 até 2002; Director e Relationship Manager para Portugal da Merrill Lynch International desde 1998 até 1999; Director Executivo da Deutsche Morgan Grenfell desde 1996 até 1998; Director Executivo da Warburg Dillon Read desde 1989 até 1996.	Membro do Conselho de Administração da Tele Centro-Oeste Celular Participações S.A. desde 2003; Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Telesp Celular S.A. desde Maio de 2001 até Maio de 2002; Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Tradecom, SGPS, S.A. desde 2000 até 2001; Membro Executivo do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, S.A. desde 2000 até 2001; Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa e ISCTE para Cursos de Pós-Graduação e Programas de MBA desde 2000 até 2001; Membro da World Board da Dun & Bradstreet Corporation; Vice-Presidente Executivo da Dun & Bradstreet Corporation; Presidente e Presidente da Comissão Executiva da D&B GMC; Vice-Presidente executivo da D&B Europe, Presidente e Presidente da Comissão Executiva da D&B Ibérica; Vice-Presidente da Trans Union España Credit Bureau S/A desde 1997 até 1999; Vice-Presidente Sénior da Dun & Bradstreet Corporation; Vice-Presidente Sénior da Dun & Bradstreet Europe; Presidente e Presidente da Comissão Executiva da D&B Iberia & Middle West; Vice-Presidente da A.P.E.I.N. (Associação Portuguesa de Empresas de Informação de Negócio) em 1996; Presidente e Presidente da Comissão Executiva da Dun & Bradstreet Ibérica em 1995; Presidente e Presidente da Comissão Executiva da Dun & Bradstreet Portugal; Vice-Presidente da Associação Portuguesa para a Qualidade desde 1990 até 1993; Presidente da “European Customer Service group” da Dun & Bradstreet em 1992; Director-Geral da Dun & Bradstreet France em 1989; Director-Geral de Vendas da Dun & Bradstreet França em 1988; Director Comercial da Dun & Bradstreet Portugal em 1987; Director Nacional de Vendas da Dun & Bradstreet Portugal em 1986; Director do Departamento de Vendas da Dun & Bradstreet Portugal em 1985; Economista Sénior da LEASEINVEST desde 1983 até 1985; Economista do Ministério das Finanças de Portugal desde 1978 até 1983.
CARLOS VASCONCELLOS CRUZ Português, 47 anos Eleito pela primeira vez em 2002 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional S.A. e PT Ventures, SGPS, S.A. desde Abril de 2004; Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. desde Junho de 2003; Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, S.A. desde Maio de 2002 até Janeiro de 2004; Presidente da Comissão Executiva da PT Prime, SGPS, S.A. desde 2002 até Janeiro de 2004; Presidente do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, S.A. desde 2002 até Janeiro de 2004; Presidente do Conselho de Administração da PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. desde 2002 até Janeiro de 2004; Presidente da Comissão Executiva da PTM.com, SGPS, S.A. desde Maio de 2002 até Janeiro de 2004; Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. desde Maio de 2003; Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom desde Março de 2003; Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002; Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A. desde Julho de 2002; Membro do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. desde Junho de 2002 até Maio de 2003; Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações S.A. desde Abril de 2001; Vice-Presidente da Telesp Celular Participações S.A. desde 2001; Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, S.A., desde 2003;		

IRIARTE ESTEVES**Português, 55 anos****Eleito pela primeira vez em 2000**

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Vice-Presidente Executivo do Conselho

da Administração da PT Comunicações, S.A.
desde Janeiro de 2004;Presidente da Comissão Executiva da TMN –
Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
desde 1998;Presidente da Comissão Executiva
da PT Móveis, SGPS, S.A. desde 2000;Presidente do Conselho de Administração
da PT Prime – Soluções Empresariais
de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
desde Fevereiro de 2004;Presidente do Conselho de Administração
da PT Acessos de Internet WiFi, S.A.
desde Janeiro de 2004;Membro do Conselho de Administração
da PT Corporate – Soluções Empresariais
de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
desde Junho de 2003;Membro do Conselho de Administração
da PT Compras – Serviços de Consultoria
e Negociação, S.A. desde Maio de 2003;Membro do Conselho de Administração
da Fundação Portugal Telecom desde Março
de 2003;Membro do Conselho de Administração
da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002;Membro do Conselho de Administração
da Portugal Telecom Brasil, S.A.
desde Julho de 2002;Membro do Conselho de Administração
da PT Prime, SGPS, S.A. desde 2002;Membro do Conselho de Administração da Telesp
Celular Participações, S.A.
desde 10 de Abril de 2001;Membro do Conselho de Administração
da Tele Sudeste Participações, S.A.
desde 2003;Membro do Conselho de Administração da CRT
Celular Participações, S.A. desde 2003;

Membro do Conselho de Administração

da Tele Leste Participações, S.A. desde 2003;

Membro do Conselho de Administração
da Tele Centro Oeste Celular Participações,
S.A. desde 2003;Vice-Presidente do Conselho de Administração
da Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A.
desde 2000 até 2002;Presidente do Conselho de Administração
da Telepac desde 1991 até 1997;Vice-Presidente do Conselho de Administração
da TMN – Telecomunicações Móveis
Nacionais, S.A. desde 1991 até 1992;Membro do Conselho de Administração dos CTT
desde 1989 até 1992;Director-Geral das Telecomunicações dos CTT
desde 1986 até 1989;Director-Geral de Telecomunicações dos CTT
desde 1983 até 1986;Director do Departamento de Planeamento
de Negócio das Telecomunicações dos CTT
desde 1982 até 1983;Director-Geral Regional de Telecomunicações
dos CTT desde 1981 até 1982.**PAULO FERNANDES****Português, 39 anos****Eleito pela primeira vez em 2000**

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Membro do Conselho de Administração
da PT Corporate – Soluções Empresariais
de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
desde Junho de 2003;Presidente da Comissão Executiva da PT Sistemas
de Informação, S.A. desde Maio de 2003;Presidente da Comissão Executiva da PT Compras
– Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
desde Maio de 2003;Membro do Conselho de Administração
da Fundação Portugal Telecom desde Março
de 2003;

Membro do Conselho de Administração

da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002
até Julho de 2003;Vice-Presidente do Conselho de Administração
da PT Ventures, SGPS, S.A. (antiga Portugal
Telecom Internacional, SGPS, S.A.)
desde Dezembro de 2002 até 2003;Membro do Conselho de Administração
da Portugal Telecom Brasil, S.A.
desde Julho de 2002;Presidente do Conselho de Administração
da SIMARC, desde Março de 2004;Membro do Conselho de Administração da Telesp
Celular Participações, S.A. desde 10 de Abril
de 2001;Membro do Conselho de Administração
da Tele Sudeste Participações, S.A.
desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003;Membro do Conselho de Administração da CRT
Celular Participações, S.A. desde Janeiro
de 2003 até Julho de 2003;Membro do Conselho de Administração
da Tele Leste Participações, S.A.
desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003;Membro do Conselho de Administração
da Tele Centro-Oeste Celular Participações, S.A.
desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003;Presidente do Conselho de Administração
da PT – Sistemas de Informação, S.A.
desde 2000; Sócio a nível mundial
da McKinsey & Company desde 1997
até 2000;Membro dos Grupos de liderança a nível mundial
da McKinsey & Company para os sectores
de telecomunicações e transportes e da prática
de organização e performance desde 1997
até 2000;Consultor Internacional da McKinsey & Company
desde 1991 até 1997;Sócio e Gerente da Spades – Sociedade de Apoio
ao Desenvolvimento – desde 1990 até 1991;Investigador em redes de computadores
no INESC desde 1988 até 1990.

Administradores não executivos:

ERNÂNI RODRIGUES LOPES

Português, 63 anos

Eleito pela primeira vez em 2003,
como Presidente do Conselho de Administração.

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.
Presidente do Conselho de Administração

da SESC – Sociedade de Estudos Superiores
de Contabilidade, S.A. desde 2003;

Embaixador de Portugal em Bona desde 1975
até 1979; Embaixador de Portugal na CEE
em Bruxelas desde 1979 até 1983;

Ministro das Finanças desde 1983 até 1985;

Sócio Gerente da SAER – Sociedade de Avaliação
de Empresas e Risco, Lda. desde 1998;

Sócio Gerente da Ernâni R. Lopes & Associados,
Lda. desde 1997;

Membro do Conselho Consultivo do Banco
de Portugal desde 1997 até 2003;

Membro do Conselho Consultivo do Instituto
de Crédito Público desde 1997 até 2003;

Membro da Convenção Europeia em representação
do Governo de Portugal desde 2002 até 2003;

Presidente do Conselho de Administração
da Bio 21, desde 1995 até 2001;

Presidente da Assembleia Geral da Gestifer,
SGPS, S.A. desde 1997 até 2003;

Presidente da Assembleia Geral da Morate –
Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.
desde 1989 até 2003;

Presidente da Assembleia Geral da Lusotur
Sociedade Financeira de Turismo, S.A.
desde 1991 até 1998;

Presidente da Assembleia Geral da Inogi – Inovação
Imobiliária, Gestão e Investimento, S.A.
desde 1989 até 2003;

Presidente da Assembleia Geral da Socifa –
Sociedade de Prestação de Serviços
Financeiros e de Administração e Gestão, S.A.
desde 1988 até 1991;

Membro do Conselho Geral da Telecel desde
1991 até 1994;

Membro do Conselho Geral do Grupo Espírito
Santo desde 1996 até 2003;

Membro do Conselho de Administração
do Espírito Santo Resources Ltd
desde 1990 até 2003;

Vice-Presidente do Conselho de Administração
da ESPART – Participações Financeiras,
SGPS, S.A. desde 1990 até 1992;

Presidente do Conselho de Administração
da Escopar – Sociedade Gestora
de Participações Sociais, S.A. desde 1995
até 2003;

Presidente do Conselho de Administração
da Espírito Santo Irmãos – Sociedade
Gestora de Participações Sociais, S.A.
desde 1994 até 2003;

Presidente do Conselho de Administração
da Espírito Santo Property Holding (Portugal)
desde 1994 até 2003;

Presidente do Conselho de Administração

da GESTRES – Gestão Estratégica Espírito
Santo, S.A. desde 1990 até 2003;

Presidente do Conselho de Administração da SFIR
– Sociedade de Financiamento e Investimento
de Risco, S.A. desde 1988 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração
da Alcatel – Portugal, Sistemas
de Comunicação, S.A. desde 1988 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração da CPR
– Companhia Portuguesa de Rating, S.A.
desde 1969 até 2003.

JOAQUIM GOES

Português, 38 anos

Eleito pela primeira vez em 2000.

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Membro do Conselho de Administração
da PT Multimedia – Serviços
de Telecomunicações e Multimédia,
SGPS, S.A. desde Agosto de 2002;

Membro do Conselho de Administração
da Companhia de Seguros Tranquilidade –
Vida, S.A. desde 2002;

Membro do Conselho de Administração da BEST
– Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.
desde Maio de 2001;

Membro do Conselho de Administração do Banco
Espírito Santo, S.A. desde 2000;

Membro do Conselho de Administração
da BES.COM, SGPS, S.A. desde 2000;

Presidente do Conselho de Administração
da E.S. INTERACTION, Sistemas
de Informação Interactivos, S.A. desde 2000;

Membro do Conselho de Administração
da ESDATA, Espírito Santo Data, SGPS, S.A.
desde 1999;

Membro do Conselho de Administração
da CREDIFLASH, SA desde 1999;

Diretor do Departamento de Marketing
Estratégico do Banco Espírito Santo, S.A.
desde 1995 até 1999;

Diretor do Departamento Estratégico
da CIMPOR – Cimentos de Portugal, S.A.
desde 1994 até 1995;

Consultor Sénior da Roland Berger & Partner
desde 1992 até 1993;

Consultor da Roland Berger & Partner desde 1989
até 1992.

HENRIQUE GRANADEIRO

Português, 61 anos

Eleito pela primeira vez em 2003.

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Presidente da Comissão Executiva da Lusomundo

Media, SGPS, S.A. desde 2002;

Presidente da Comissão Executiva do Diário
de Notícias desde 2002;

Presidente da Comissão Executiva do Jornal
de Notícias desde 2002;

Presidente da Comissão Executiva da TSF
desde 2002;

Presidente da Comissão Executiva do Jornal
do Fundão desde 2002;

Presidente da Comissão Executiva da Açoreana
Occidental desde 2002;

Presidente da Comissão Executiva do DN
da Madeira desde 2002;

Presidente do Conselho de Administração
da Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria
S.A desde 2001;

Membro do Conselho de Administração da Parfil

SGPS S.A. desde 2001;

Membro do Conselho Estratégico do Banco
Finantia desde 2001;

Membro do Conselho de Administração
da PT Multimedia – Serviços
de Telecomunicações e Multimédia, SGPS,
S.A. desde 2001;

Presidente do Conselho de Administração
da Margrimar – Mármore e Granitos S.A.
desde 1999;

Presidente da Marmetal – Mármore e Materiais
de Construção S.A. desde 1999;

Membro do Conselho de Administração
da Fundação Eugénio de Almeida
durante 1992;

Membro do Conselho de Administração
da Controljornal SGPS S.A. desde 1990
até 2001;

Membro do Conselho de Administração
da Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial
S.A. desde 1990 até 2001;

Membro do Conselho de Administração
da Marcepôr – Mármore e Cerâmicas

de Portugal S.A. durante 1990;

Presidente da Fundação Eugénio de Almeida
desde 1989 até 1992;

Presidente da IFADAP – Instituto Financeiro
de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
e Pescas desde 1987 até 1990;

Presidente Delegado da Fundação Eugénio
de Almeida desde 1981 até 1987;

Membro do Conselho de Administração
da M.N. Tiago, Construções S.A. durante 1981;

Membro do Conselho de Administração
da Standart Eléctrica durante 1981;

Embaixador de Portugal na O.C.D.E e Chefe
da Casa Civil do Presidente de Portugal
desde 1976 até 1979.

CARLOS DE OLIVEIRA CRUZ**Português, 64 anos****Eleito pela primeira vez em 2002**

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.
Membro do Conselho de Administração da
Gerbanca, SGPS, S.A. desde Março de 2003;
Presidente do Conselho de Administração
da Caixa Brasil, SGPS, S.A. desde 2001;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
da Caixa Geral de Depósitos, S.A. desde 2000
até Abril de 2004;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
da Caixa – Banco de Investimento, S.A.
desde 2000 até Abril de 2004;
Membro do Conselho de Administração
da Unibanco Holdings, S.A. desde 2000;
Membro do Conselho de Administração do Banco
de Portugal desde 1996 até 2000;
Representante do Banco de Portugal no Comité
de Política Económica desde 1996 até 1998;
Membro do Conselho de Administração
da Imoleasing desde 1989 até 1996;
Membro do Conselho de Administração da Caixa
Geral de Depósitos, S.A. desde 1984 até 1989;
Director do Departamento de Relações
Internacionais do Banco Pinto & Sotto Mayor,
S.A. desde 1982 até 1983;
Membro do Conselho de Administração
da Companhia Portuguesa de Electricidade
desde 1977 até 1982;
Secretário de Estado da Coordenação Económica
desde 1976 até 1977;
Delegado da OCDE no Comité de Política
Económica desde 1973 até 1975.

JORGE TOMÉ**Português, 50 anos****Eleito pela primeira vez em 2002.**

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.
Presidente da Comissão Executiva da Caixa –
Banco de Investimentos, S.A. desde 2002;
Presidente do Conselho de Administração
da TREM II – Aluguer de Material Circulante,
ACE desde 2002;
Membro do Conselho de Administração da Caixa
– Banco de Investimentos, S.A. desde 2001;
Membro do Conselho de Administração da Caixa
Gestão de Patrimónios desde 2001;
Membro do Conselho de Administração
das Companhias de Seguros do grupo BANIF:
Açoreana, O Trabalho, O Trabalho Vida e Fundos
de Pensões desde 1996 até 2001;
Sócio da Coopers & Lybrand desde 1995 até 1996;
Gerente da Divisão Internacional do Banco
Pinto & Sotto Mayor, S.A. em 1995;
Membro do Conselho de Administração da Banco
Pinto & Sotto Mayor, S.A. desde 1994 até 1995;
Membro da Administração da SULPEDIP/PME
Investimentos desde 1989 até 1994;
Junior Manager e Principal Manager da Capital
Market Division do Banco Pinto & Sotto
Mayor, S.A. desde 1985 até 1989;
Auditor Séniior na Coopers & Lybrand desde 1980
até 1983;
Economista Júnior do IAPMEI (Instituto de Apoio
às Pequenas e Médias Empresas) desde 1979
até 1980.

FERNANDO ULRICH**Português, 52 anos****Eleito pela primeira vez em 1998.**

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.
Membro do Conselho de Administração da PT
Multimedia – Serviços de Telecomunicações
e Multimédia, SGPS, S.A. desde Agosto
de 2002;
Membro do Conselho de Administração
da SIC desde 2000;
Membro do Conselho de Administração
da Impresa desde 2000;
Membro do Conselho de Administração
da Allianz Portugal desde 1999;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
da BPI – SGPS desde 1999 até 2002;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
da Banco BPI, S.A. desde 1998;
Presidente da Comissão Executiva do BPI
Pensões, S.A. desde 1995;
Presidente da Comissão Executiva do BPI Vida,
S.A. desde 1991;
Presidente da Comissão Executiva do BPI Fundos,
S.A. desde 1990;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
do Banco Português de Investimento, S.A.
desde 1989;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
do Banco de Fomento & Exterior, SA
desde 1996 até 1998;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
da Banco Borges & Irmão, SA desde 1996
até 1998;
Administrador Executivo do Banco Fonsecas
& Burnay desde 1991 até 1996;
Vice-Presidente do Conselho de Administração
do Banco Fonsecas & Burnay, SA desde 1988
até 1996;
Administrador Executivo do BPI – Banco
Português de Investimento, SA desde 1985
até 1989;
Director Delegado da SPI – Sociedade Portuguesa
de Investimentos desde 1983 até 1985;
Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças
desde 1981 até 1983;
Membro do Secretariado para a Cooperação
Económica Externa do Ministério dos
Negócios Estrangeiros desde 1979 até 1980;
Delegação Portuguesa para a OCDE, desde 1975
até 1979;
Director da Unidade de Mercados Financeiros
do Jornal Semanal “Expresso” desde 1973
até 1974.

FERNANDO ABRIL-MARTORELL Espanhol, 42 anos Eleito pela primeira vez em 2001 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Membro do Conselho de Administração da Telecomunicações de São Paulo – Telesp desde 2001 até 2003; Chief Operating Officer da Telefónica S.A. desde 2000 até 2003; Presidente da Comissão Executiva da Telefónica Publicidad e Información desde 1999 até 2000; Chief Financial Officer da Telefónica, S.A. desde 1997 até 1999; Director-Geral de Corporate Finance da Telefónica Publicidad e Información desde 1997 até 1999; Director do Departamento do Tesouro da JP Morgan desde 1987 até 1997.	LUÍS DE MELLO CHAMPALIMAUD Português, 53 anos Eleito pela primeira vez em 2004 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Presidente do Conselho de Administração do Banco Totta & Açores, S.A. e Crédito Predial Português, S.A. desde Janeiro de 1997 até Janeiro de 2000; Presidente do Conselho de Administração do Banco Totta e Sotto Mayor de Investimentos, S.A., desde Março de 1996 até Janeiro de 2000; Presidente do Conselho de Administração do Banco Pinto & Sotto Mayor, S.A. desde Janeiro de 1995 até Janeiro de 2000; Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Mundial – Confiança, S.A. desde Março de 1993 até Março de 1995; Membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Mundial – Confiança, S.A. desde Junho de 1992 até Março de 1993; Presidente da Comissão Executiva da Soecom, S.A. desde Setembro de 1982 até Abril de 1992; Director de Vendas da Soecom, S.A. desde Junho de 1975 até Setembro de 1982.	JORGE BLECK Português, 50 anos Eleito pela primeira vez em 2002 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Presidente da Reunião da Assembleia Geral do Crédito Predial Português desde 2000; Vice-Presidente da Reunião da Assembleia Geral do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. desde 2000; Vice-Presidente da Reunião da Assembleia Geral do Banco Santander, S.A. desde 1999; Membro do Conselho de Administração da Foggia SGPS, S.A. desde 2000.
ANTÓNIO VIANA-BAPTISTA Português, 47 anos Eleito pela primeira vez em 2000 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, S.A., Tele Leste Celular Participações, S.A., Tele Sudeste Celular Participações, S.A., Tele Centro Oeste Participações, S.A. e Celular CRT Participações, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da Telefónica da Argentina, S.A. desde 2003; Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Móviles España, S.A. desde 2003; Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002; Presidente da Comissão Executiva da Telefónica Móviles, S.A. desde 2002; Membro do Conselho de Administração da Telesp, S.A. desde 2001; Administrador da Emergia Holding N.V. desde 2000; Membro do Conselho de Administração da Telefónica de España, S.A. desde Dezembro de 2000; Membro do Conselho de Administração da Telefónica, S.A. desde 2000; Membro do Patronato da Fundación Telefónica desde 1999; Membro do Conselho de Administração da Telefónica Datacorp, S.A.U. desde 1998; Membro do Conselho de Administração da Telefónica Perú Holding desde 1998; Membro do Conselho de Administração da CTC Chile desde 1998; Membro do Conselho de Administração da Telefónica Internacional, S.A. desde 1998; Membro do Conselho de Administração do BPI desde 1991 até 1996; Principal Partner da McKinsey & Company desde 1985 até 1991 (Escritórios de Madrid/Lisboa).	PATRICK MONTEIRO DE BARROS Português, 60 anos Eleito pela primeira vez em 2002 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Presidente do Conselho de Administração da Telexpress Investments Limited desde 2002; Membro do Conselho de Administração da Tosco Corporation desde 1995 até 2001; Membro do Conselho de Administração da Petrogal, Petróleos de Portugal desde 1995 até 2000; Membro do Conselho de Administração do Grupo Financeiro Espírito Santo desde 1992; Membro do Conselho de Administração da Vodafone Portugal desde 1992 até 1998; Membro do Conselho de Administração da Petrocontrol desde 1991 até 2000; Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Argus Resources Ltd. desde 1988; Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Sigmaoil Resources desde 1985 até 1988; Vice-Presidente Sénior da Philipp Brothers desde 1985 até 1988; Presidente do Conselho de Administração da Protea Holdings Inc. desde 1981; Membro do Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Petróleos (SONAP) desde 1971 até 1975; Director da Sociedade Nacional de Petróleos (SONAP) desde 1967 até 1971; Presidente da Fundação Monteiro de Barros desde 1966.	CARLOS BLANCO DE MORAIS Português, 47 anos Eleito pela primeira vez em 2003 O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1997; Membro do Conselho de Administração da Fundação D. Pedro IV desde 1995; Conselheiro Legal do Centro Legal do Governo Português desde 1993.

JOÃO MELLO FRANCO

Português, 58 anos

Eleito pela primeira vez em 1998

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Membro do Conselho de Administração da José de Mello Participações, SGPS, S.A. desde 2002;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Imobiliária desde 2002;

Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Residências e Serviços desde 2001;

Presidente do Conselho de Administração da Imopólis (SGFII) desde 2001;

Presidente do Conselho de Administração da Engimais desde 2001;

Membro do Conselho de Administração da International Shipowners Reinsurance Co desde 1998;

Membro do nosso Conselho Superior desde 1996 até 1997;

Presidente do Conselho de Administração da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A. desde 1997 até 2001;

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração da LISNAVE desde 1995 até 1997;

Presidente do Conselho de Administração da Marconi desde 1994 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração da Guiné Telecom desde 1994 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações desde 1994 até 1995;

Membro do Conselho de Administração da CN – Comunicações Nacionais S.A. desde 1993 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações desde 1993 até 1995;

Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. desde 1991 até 1994;

Presidente do Conselho de Administração da TLP – Telefones de Lisboa e Porto S.A. desde 1989 até 1994;

Diretor da TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda. desde 1986 até 1989.

GERALD S. MCGOWAN

Americano, 58 anos

Eleito pela primeira vez em 2003

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Embaixador dos Estados Unidos em Portugal desde 1997 até 2001;

Membro do Conselho de Administração da “Overseas Private Investment Corporation” (OPIC) em 1996;

Membro do Conselho de Administração da Virginia Port Authority em 2002;

Membro da Conselho de Administração da Cellular Telecommunications Industry Association desde 1990 até 1998.

PETER GOLOB

Americano, 47 anos

Eleito pela primeira vez em 2003

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Director do Merrill Lynch Global Communications Group para a Europa desde 1998 até 2001;

Director da Telecoms Media Technology Team e Investment Banking Operating Committee da Deutsche Morgan Grenfell desde 1995 até 1998;

Director da Telecoms Industry Investment Banking da S.G.Warburg desde 1992 até 1995.

NUNO SILVÉRIO MARQUES

Português, 48 anos

Eleito pela primeira vez em 2003

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Sócio da CIDOT, Comunicação e Imagem, Lda. desde 2002;

Sócio da Fundaments desde 2000 até 2002;

Membro do Conselho de Administração da Telecel, Comunicações Pessoais, S.A. desde 1992 até 2000;

Membro do Conselho de Administração da Telechamada S.A. desde 1994 até 1995;

Membro do Conselho de Administração da Quimigal desde 1988 até 1991;

Gerente da Quimibro, Comércio Internacional de Metais e Mercadorias Lda. desde 1980 até 1988.

THOMAZ PAES DE VASCONCELLOS

Português, 47 anos

Eleito pela primeira vez em 2003

O mandato termina a 31 de Dezembro de 2005.

Sócio Gerente da TPV, Lda. desde 1999;

Membro do Conselho de Administração da Grupo Santogal desde 1989 até 1998;

Controller da Hubbard Group desde 1987 até 1988.

As funções desempenhadas em outras sociedades por cada um dos administradores indicam-se a seguir:

ERNÂNI RODRIGUES LOPES	ZEINAL BAVA	CARLOS VASCONCELLOS CRUZ	IRIARTE ESTEVES
Funções desempenhadas em outras sociedades	Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT	Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT	Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT
Sócio-Gerente da SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda.	Vice-Presidente do Conselho de Administração de PT Comunicações, S.A.	Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.	Vice-Presidente da Comissão Executiva de PT Comunicações, S.A.
Sócio-Gerente da Ernâni R. Lopes & Associados, Lda.	Presidente da Comissão Executiva de PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Presidente da Comissão Executiva de TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SESC – Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de PT PRO – Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de PT Acessos de Internet WI-FI, S.A.	Presidente da Comissão Executiva de PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A.
MIGUEL HORTA E COSTA	Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.	Presidente da Comissão Executiva de PT Prime, SGPS, S.A.	Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT	Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da PT Comunicações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva de Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Presidente da Comissão Executiva da TV Cabo.	Presidente do Conselho de Administração de PT Multimedia.com, Serviços de Acessos à Internet, SGPS, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V.
Presidente do Conselho de Administração de PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A.	Administrador de Páginas Amarelas, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.	Membro do Conselho de Administração de Telesp Celular Participações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Administrador de BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de Saber e Lazer – Informática e Comunicações, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Celular Participações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Ventures, SGPS, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A.	Administrador de Páginas Amarelas, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Sistemas de Informação, S.A.	Membro do Conselho de Administração de Telesp Celular Participações, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V.	Membro do Conselho de Administração de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.	Membro do Conselho de Administração de Tele Sudeste Participações, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.	Administrador da Fundação Portugal Telecom.
Presidente do Conselho de Administração de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.	Membro do Conselho de Administração de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A.	PAULO FERNANDES
Presidente do Conselho de Administração de PT Investimentos Internacionais, S.A. (a criar).	Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.	Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT
Presidente do Conselho de Administração de Portugal Telecom Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.	Presidente da Comissão Executiva de PT Sistemas de Informação, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.	Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração de PT Ventures, S.A.
Funções desempenhadas em outras sociedades	Administrador de Telefónica, S.A.	Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.	Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Administrador de Telefónica, S.A.		Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
		Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.	Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.
		Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.	Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.

JOAQUIM GOES	HENRIQUE GRANADEIRO	CARLOS OLIVEIRA CRUZ	FERNANDO ULRICH
Funções desempenhadas	Funções desempenhadas	Funções desempenhadas	Funções desempenhadas
em outras sociedades do Grupo PT	em outras sociedades do Grupo PT	em outras sociedades	em outras sociedades do Grupo PT
Administrador de BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	Administrador de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração de Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Administrador de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Administrador de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Presidente da Comissão Executiva da Lusomundo Media, SGPS, S.A., e empresas participadas: Diário de Notícias, Jornal de Notícias, TSF, Jornal do Fundão, Açoreana Ocidental e DN da Madeira.	Vice-Presidente do Conselho de Administração de Caixa – Banco de Investimento, S.A.	Funções desempenhadas
Funções desempenhadas	Funções desempenhadas	Funções desempenhadas	Funções desempenhadas
em outras sociedades	em outras sociedades	em outras sociedades	em outras sociedades
Administrador de Banco Espírito Santo, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal de Seguros e Pensões Gere, SGPS, S.A. (Grupo BCP) e em empresas participadas (Império-Bonança, Ocidental, Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, Correctorgeste, Luso Atlântico e Seguro Directo Gere).	Presidente do Conselho de Administração de Caixa – Participações, S.A.	Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração de Banco BPI, S.A.
Administrador de ES Tech Ventures, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, S.A.	Administrador de Gerbanca, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração de Banco Português de Investimento, S.A.
Administrador de ESDATA – Espírito Santo Data, SGPS, S.A.	Administrador de Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S.A.	Administrador de Unibanco Holdings, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de BPI
Presidente do Conselho de Administração de E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração de Marmetal – Mármores e Materiais de Construção, S.A.	Vogal do Conselho de Administração de Caixa – Banco de Investimento, S.A.	Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Administrador de Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S.A.	Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia.	Presidente do Conselho de Administração de Trem II – Aluguer de Material Circulante.	Presidente do Conselho de Administração de BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
	Presidente do Conselho de Administração da Magrimar – Mármores e Granitos, S.A.	Vogal do Conselho de Administração de Caixa Gestão de Patrimónios, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração de Banco de Fomento, S.A.R.L. (Moçambique).
	Presidente do Conselho de Administração de Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria, S.A.		Vice-Presidente do Conselho de Administração de Banco de Fomento, S.A.R.L. (Angola).
	Administrador da Fundação Eugénio de Almeida.		Administrador de BPI Capital Finance Limited.
			Presidente do Conselho de Administração de BPI Global Investment Fund Management Company, S.A.
			Administrador de Banco BPI Cayman Limited.
			Administrador de Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
			Presidente do Conselho de Administração de Solo, SGPS, S.A.
			Administrador de BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.
			Administrador de Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
			Administrador de Impresa, SGPS, S.A.

FERNANDO ABRIL Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT Administrador de Telecomunicações de São Paulo, S.A.	PEDRO MALAN Funções desempenhadas em outras sociedades Vice-Presidente do Conselho de Administração de Unibanco. Presidente do Conselho de Administração da Globex-Ponto Frio. Membro do Conselho Consultivo da Alcoa Alumínio, S.A.	JORGE BLECK Funções desempenhadas em outras sociedades Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Crédito Predial Português. Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Santander – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander de Negócios Portugal. Vogal do Conselho de Administração da Foggia, SGPS.	PETER GOLOB Funções desempenhadas em outras sociedades Consultor na área de telecomunicações.		
ANTÓNIO VIANA-BAPTISTA Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT Conselheiro de Brasilcel N.V. Conselheiro de Tele Sudeste Celular Participações, S.A. Conselheiro de Telesp Celular, S.A. Conselheiro de TBS Participações, S.A. Conselheiro de Tele Leste Celular Participações, S.A. Conselheiro de Iberoleste Participações, S.A. Conselheiro de Celular CRT Participações, S.A. Conselheiro de Sudestecel Participações, S.A. Conselheiro de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. Conselheiro de Telecomunicações de São Paulo – Telesp, S.A. Funções desempenhadas em outras sociedades Presidente (Chairman & CEO) do Conselho de Telefónica Móviles, S.A. Presidente de Telefónica Móviles España, S.A. Conselheiro de Telefónica, S.A. Conselheiro de Administração de Telefónica de España, S.A. Conselheiro de Telefónica DataCorp, S.A. Conselheiro de Telefónica Internacional, S.A. Representante de Telefónica Data no Conselho de Terra Networks, S.A. Conselheiro de Telefónica Data Brasil Holding, S.A. Conselheiro da Companhia de Telecomunicações de Chile – CTC. Conselheiro de Telefónica Larga Distancia, Inc. Conselheiro de Telefónica da Argentina, S.A. Conselheiro de Telefónica del Perú, S.A.A.	LUÍS DE MELLO CHAMPALIMAUD Não desempenha outras funções noutras sociedades	PATRICK MONTEIRO DE BARROS Funções desempenhadas em outras sociedades Administrador não executivo da Espírito Santo Control Holding. Administrador não executivo da Espírito Santo International Holding. Administrador não executivo da Espírito Santo Finantial Group. Administrador não executivo da Espírito Santo Resources. Presidente do Conselho de Administração da Argus Resources (UK). Presidente do Conselho de Administração da Telexpress Investments. Administrador-Delegado da Fundação Monteiro de Barros.	CARLOS BLANCO DE MORAIS Funções desempenhadas em outras sociedades Administrador da Fundação D. Pedro IV.	JOÃO MELLO FRANCO Funções desempenhadas em outras sociedades Administrador de José de Mello Participações, SGPS, S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração de José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração de Imopólis (SGFII), S.A. Presidente do Conselho de Administração de Engimais, S.A. Administrador de International Shipowners Reinsurance Co, S.A.	THOMAZ PAES DE VASCONCELLOS Funções desempenhadas em outras sociedades Sócio-Gerente da TPV, Lda.
		GERALD MCGOWAN Funções desempenhadas em outras sociedades Administrador de Virginia Port Authority. Administrador de Overseas Private Investment Corporation.	NUNO SILVÉRIO MARQUES Funções desempenhadas em outras sociedades Sócio da CIDOT, Comunicação e Imagem, Lda.		

GLOSSÁRIO

1xRTT

(ix) Radio Transmission Technology. Tecnologia móvel de 2,5G baseada na plataforma CDMA. 1xRTT também é referido como CDMA2000.

ADR

American Depository Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de ações de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 ação da PT.

ADSL

Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPH

Average Revenue per Household. Receita Média por Lar. Média mensal das receitas de retalho (rede fixa + TV por subscrição) por número de lares no período.

ARPU

Average Revenue per User. Receita Média por Cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex

Capital Expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow

A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

Cash flow Operacional

Cash flow Operacional = EBITDA - Capex +/- Alteração do Fundo de Maneio +/- Provisões não Monetárias.

CCPU

Cash Cost Per User. Custo Médio por Cliente. CCPU = Média mensal dos custos operacionais menos provisões, amortizações e vendas de terminais por número médio de utilizadores no período.

CDMA

Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CMVM

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Custos de Curtailment

Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.

DTH

Direct-to-Home. TV por subscrição via satélite. Tecnologia utilizada para o fornecimento dos serviços de TV por subscrição em áreas não cobertas por redes de fibra coaxial híbrida.

EBITDA

Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados Operacionais antes de Amortizações. EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

Euronext lisbon

Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as ações da PT estão cotadas e são transaccionadas.

EV-DO

Evolution Data Optimised. Tecnologia de acesso de terceira geração com velocidade de transmissão de dados de até 2,4 Megabits por segundo.

FMI

Fundo Monetário Internacional.

Free Cash flow

Free Cash flow = Cash Flow Operacional +/- Aquisições/Vendas de Investimentos Financeiros +/- Juros Líquidos Pagos - Pagamentos relativos a PRBs - Pagamentos relativos a Imposto sobre o Rendimento +/- Dividendos Pagos/Recebidos +/- Outros Movimentos de Caixa.

Gearing

Gearing = Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Capital Próprio + Interesses Minoritários).

Goodwill

Goodwill é o montante em excesso que resulta do facto do custo de aquisição de um activo ser superior ao seu valor contabilístico.

GPRS

General Packet Radio Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade nas redes GSM.

GSM

Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

I&D

Investigação & Desenvolvimento.

IFRS

International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que será adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

INE

Instituto Nacional de Estatística.

IP

Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

IPC

Índice de Preços no Consumidor (inflação).

ISP

Instituto de Seguros de Portugal.

ISP

Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA

Margem EBITDA = EBITDA / Proveitos Operacionais.

MMS

Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU

Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NGN

Next Generation Network. Rede de alta velocidade de conexão por pacotes, capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia.

NYSE

New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

ONG

Organização Não Governamental.

Pay-to-Basic Ratio

Pay-to-Basic Ratio. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrições dos serviços Premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

PIB

Produto Interno Bruto.

POC

Plano Oficial de Contabilidade.

PRBs

Post Retirement Benefits. Custos com Benefícios de Reforma.

PSTN

Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS

Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

SARC

Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos de Aquisição e de Retenção por Cliente. SARC = (70% dos Custos de Marketing e de Publicidade + Comissões + Subsídios) / (Adições Brutas + Upgrades).

SDH

Synchronous Digital Hierarchy. Tecnologia digital que permite a transmissão síncrona de dados a altas velocidades.

SEC

Securities and Exchange Commission. Regulador americano para o mercado de capitais.

SIM card

Subscriber Identity Module. Cartão inserido no telemóvel, que contém informação, como números de telefones e memória para armazenar uma lista telefónica.

SMS

Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

Taxa de Churn

Taxa de Desconexões. Número de desconexões no período por número médio de utilizadores.

UMTS

Universal Mobile Telecommunications System. Standard internacional de comunicações móveis de terceira geração, que integra serviços de multimédia e de telemática, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM, também referida como W-CDMA.

EQUIPA DE GESTÃO

Conselho de Administração

Portugal Telecom

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	Presidente	Administradores não Executivos
Ernâni Rodrigues Lopes	Miguel Horta e Costa	Joaquim Goes
	Administradores Executivos	Henrique Granadeiro
	Zeinal Bava	Carlos Oliveira Cruz
	Carlos Vasconcellos Cruz	Jorge Tomé
	Iriarte Esteves	Fernando Ulrich
	Paulo Fernandes	Fernando Abril
		António Viana-Baptista
		Luís de Mello Champalimaud
		Patrick Monteiro de Barros
		Jorge Bleck
		Carlos Blanco de Morais
		João Mello Franco
		Gerald McGowan
		Peter Golob
		Nuno Silvério Marques
		Thomaz Paes de Vasconcellos

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Principais Empresas do Grupo

PT Comunicações

Presidente	
Miguel Horta e Costa	
COMISSÃO EXECUTIVA	
Presidente	
Miguel Horta e Costa	
Vice-Presidentes	
Zeinal Bava	
Iriarte Esteves	
Administradores Executivos	
José Pedro Pereira da Costa	
José Graça Bau	
Alfredo Baptista	
Manuel Rosa da Silva	
Carlos Duarte	
António Gomes de Azevedo	
Administradores não Executivos	
Álvaro dos Santos Amaro	
Rui Corte-Real de Albuquerque	
João da Fonseca Calixto	
Jaime Roque de Pinho D'Almeida	

PT Prime

Presidente	
Iriarte Esteves	
Administradores	
Carlos Duarte	
António Gomes de Azevedo	

PT.COM

Presidente	
Manuel Rosa da Silva	
Administradores	
José Pedro Pereira da Costa	
José Carlos Baldino	

TMN

Presidente	
Miguel Horta e Costa	
COMISSÃO EXECUTIVA	
Presidente	
Iriarte Esteves	
Administradores Executivos	
António Soares	
David Lopes	
Maria da Graça Galvão	
Pedro Brandão Rodrigues	
Luís Ribeiro	
Maria Etilvina dos Santos	
Administradores não Executivos	
João Goulart de Bettencourt	
Manuel Frexes	
Vitor Pereira Dias	

PT Investimentos Internacionais

Presidente	
Miguel Horta e Costa	
COMISSÃO EXECUTIVA	
Presidente	
Carlos Vasconcellos Cruz	

Vivo

Presidente	
Félix Pablo Ivorra Cano	

DIRECTORIA

Presidente	
Francisco Padinha	
Directores Executivos	
Arcadio Martinez	
Luís Avelar	

Guilherme Portela Santos

Paulo César Teixeira	
Carlos de La Rosa	
Javier Rodrigues	

Administradores não Executivos

Zeinal Bava	
Álvaro Roquette	

Carlos Vasconcellos Cruz

António Viana-Baptista	
Ignacio Aller Mallo	
Carlos David Maroto Sobrado	
Harry Dirk Hilbert Moraal	
Hendrik Justus Wirix	

Ernesto Lopez Mozo

Robertus Hendrikus Lukas de Groot	
Alexander Daniel de Vreeze	
Fernando Xavier Ferreira	
Eduardo Correia de Matos	
Pedro Brandão Rodrigues	

Paulo Josef Schmitz

Benjamin de Koe	
Lara Leka Runne	
Marcus Antonius Joseph Pessel	
Paul Johannes Antonius Wilbrink	

Administradores não Executivos

Zeinal Bava	
Iriarte Esteves	

Carlos Vasconcellos Cruz

Maria José Alves	
Sérgio Carvalho	

PT Multimedia

Presidente	
Miguel Horta e Costa	
Vice-Presidente	
Carlos Vasconcellos Cruz	
Zeinal Bava	

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	
Zeinal Bava	
Administradores Executivos	
Diogo Horta e Costa	
Álvaro Roquette	

Administradores não Executivos

Pedro Leitão	
José Egrela	
Manuel Espírito Santo Silva	
António Domingues	
José Pedro Alenquer	

Joaquim Goes

Joaquim Ferreira de Oliveira	
Luís Bordallo da Silva	
Carlos Barbosa	

PT PRO

Presidente	
Zeinal Bava	
Vice-Presidente	
Miguel Moreira	
COMISSÃO EXECUTIVA	

PT Compras

Presidente	
Miguel Horta e Costa	
Administradores Executivos	
Paulo Fernandes	
Administradores Executivos	

PT Contact

Presidente	
José Graça Bau	
Administradores	
Armindo Ribeiro	
Victor Pereira Gonçalves	

Previsão

Presidente	
Zeinal Bava	
Administradores	
Francisco Nunes	
José Pereira da Costa	

PT Inovação

Presidente	
Norberto Fernandes	
COMISSÃO EXECUTIVA	
Presidente	
Paulo Nordeste	

Informação adicional aos accionistas

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTCO.IN) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depository Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1 166 485 050 acções com o valor nominal de 1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1 166 484 550 acções. Na mesma data, o número de ADR regisitados ascendia a 61 913 362.

Informação bolsista

	2004	2003
Em 31 de Dezembro		
Capital social (euros)	1 166 485 050	1 254 285 000
Número de acções	1 166 485 050	1 254 285 000
Cotação (euros)	9,10	7,98
Capitalização bolsista (milhões euros)	10 615	10 009
Dividendo bruto por acção (euros)	0,35	0,22
Dividend Yield	3,8%	2,8%
Resultado líquido (milhões euros)	500	235
Pay-out ratio	81,6%	117,3%
Cotações / Transacções		
Cotação máxima (euros)	9,45	8,08
Cotação mínima (euros)	7,83	5,55
Transacções em volume (milhões acções)	1 173	1 245
Transacções em valor (milhões euros)	10 491	8 171
Peso no volume de transacções (Euronext Lisbon)	38%	43%
Variação Anual		
Portugal Telecom	14,0%	21,8%
PSI-20	12,6%	15,8%
DJ Stoxx Telecom Europe	11,9%	18,9%

Calendário Financeiro 2005

3 MARÇO

Divulgação dos Resultados do exercício de 2004

1 ABRIL

Assembleia Geral Anual de Accionistas

3 MAIO

Divulgação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2005

JUNHO

Filing do Form 20F com a SEC e NYSE

8 SETEMBRO

Divulgação dos Resultados do Primeiro Semestre de 2005

2 NOVEMBRO

Divulgação dos Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2005

Contactos

Relação com Investidores

Nuno Prego

Director de Relação com Investidores
Portugal Telecom

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa

Portugal

Tel: + (351) 21 500 1701

Fax: + (351) 21 500 0800

E-mail: nuno.prego@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, Form 20-F, Press-releases, etc.).

Banco Depositário

The Bank of New York

ADR Division

101 Barclay Street,

22nd Floor

New York, NY 10286,

USA

Tel: 1 212 815 4693

Fax: 1 212 815 3050

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço:
www.telecom.pt

Sede Social

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa

Portugal

Tel: + (351) 21 500 2000

Todas as obras reproduzidas neste relatório
são da autoria de Pedro Calapez.
A Portugal Telecom agradece a amabilidade do artista
por ter permitido a sua publicação.
Exprime igualmente o seu reconhecimento
pelas facilidades e apoio que recebeu na pesquisa
e fornecimento dos originais para reprodução.

Pedro Calapez está representado
na Colecção da Fundação Portugal Telecom.

© Pedro Calapez

Edição
Direcção de Comunicação Corporativa
Portugal Telecom, SGPS. S.A.

Design: José Brandão | Paulo Falardo [Atelier B2]
Pré-impressão e impressão: Textype
Data de publicação: Maio de 2005
Depósito legal n.º 155 462/00

